



BRASIL

200 anos de lutas e resistências do povo trabalhador

Everaldo de Oliveira Andrade (Org.)

Ângela Maria de Sousa Silva | Berenice Gomes da Silva
Carlos A. Ferreira Martins | Cynthia Soares Carneiro
Eduardo Silveira Netto Nunes | Fernanda Rodrigues Galve
Francisco das Chagas Pereira | Francisco Elias de Araújo
Jean Pierre Chauvin | João Maurício Gomes Neto | John Kennedy Ferreira
José Sergio Gabrielli de Azevedo | Kátia Cilene do Couto
Lyndon de Araújo Santos | Marcelo Sampaio Carneiro
Márcia Regina Barros da Silva | Raimunda N. Monteiro | Ronald Rocha
Vitor Eduardo Schincariol | Zeneide Pereira Cordeiro



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

HUCITEC
EDITORA

A Fundação Perseu Abramo, por meio do Centro Sérgio Buarque de Holanda, organizou um conjunto de atividades por ocasião do marco oficial do bicentenário da independência do Brasil. A efeméride nos instigou a refletir sobre os projetos de nação em disputa e os percursos de resistência que seguem até os dias atuais, por um Brasil verdadeiramente livre e justo para todos. As atividades realizadas em parceria entre a FPA e um conjunto de organizações e universidades, colocaram em evidência a relação entre história e política, entre interpretações sobre o passado e projetos que desejamos e devemos lutar para nosso futuro. Ao contrário de uma história ufanista, apaziguada e homogênea, a tradição de luta da classe trabalhadora pela sua sobrevivência e organização política, e a ação e repressão do Estado nacional em relação a esta tradição, demarcam uma trajetória de conflitos permanentes entre as classes sociais

no Brasil. O marco histórico do 7 de setembro de 1822 não trouxe ao país liberdade e soberania para todo seu povo.

A independência do Brasil não encerrou o horrendo regime escravista que ainda submetia homens e mulheres negros à violência, exploração e desumanização. O processo de independência em 1822 ocorreu como uma pactuação entre as elites brasileiras do período, e continuou por perpetuar as desigualdades sociais que atravessam a história até os dias atuais. Desejamos uma boa leitura desse livro, que é fruto dessa série de eventos, alguns deles disponíveis no canal de YouTube da FPA.

— Elen Coutinho

Diretora da Fundação Perseu Abramo

BRASIL

200 anos de lutas
e resistências do povo trabalhador



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores
em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vívian Farias

Elen Coutinho

Naiara Raiol

Alberto Cantalice

Artur Henrique

Carlos Henrique Árabe

Jorge Bittar

Valter Pomar

Virgílio Guimarães

Diretora do Centro Sérgio Buarque de Holanda

Elen Coutinho

Diretor da Editora

Carlos Henrique Árabe

Coordenador editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Costa

Sarkis A. Alves

Centro Sérgio Buarque de Holanda

Equipe e colaboradores

Guido Alvarenga

Irani Menezes

Juliana Sakai

Rafael Vieira

Sarkis A. Alves

Vanessa Nadotti

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

Fone: (11) 5571 4299

www.fpabramo.org.br

BRASIL

200 anos de lutas e resistências do povo trabalhador

Everaldo de Oliveira Andrade (Org.)

*Ângela Maria de Sousa Silva
Berenice Gomes da Silva
Carlos A. Ferreira Martins
Cynthia Soares Carneiro
Eduardo Silveira Netto Nunes
Fernanda Rodrigues Galve
Francisco das Chagas Pereira
Francisco Elias de Araújo
Jean Pierre Chauvin
João Maurício Gomes Neto
John Kennedy Ferreira
Kátia Cilene do Couto
Lyndon de Araújo Santos
Marcelo Sampaio Carneiro
Márcia Regina Barros da Silva
Raimunda N. Monteiro
Ronald Rocha
José Sergio Gabrielli de Azevedo
Vitor Eduardo Schincariol
Zeneide Pereira Cordeiro*

Hucitec Editora
Fundação Perseu Abramo
São Paulo, 2023

© Direitos autorais, 2023,
da organização de Everaldo de Oliveira Andrade
© Direitos de publicação reservados por

Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209
04110-020 São Paulo, SP.
Telefone (55 11 3892-7772)
lojahucitec.com.br

Fundação Perseu Abramo
R. Francisco Cruz, 234
04117-020 São Paulo - SP
Telefone (55 11 3892-7772)
fpabramo.org.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial: MARIANA NADA
Produção editorial: KÁTIA REIS
Assessoria editorial: MARIANA TERRA
Circulação: ELVIO TEZZA

B823

Brasil : 200 anos de lutas e resistências do povo trabalhador / Everaldo de Oliveira Andrade (organizador). – 1ª ed. – São Paulo : Hucitec ; Fundação Perseu Abramo, 2023. – 300 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-8404-347-7 (Hucitec)

ISBN 978-65-5626-109-6 (Fundação Perseu Abramo)

1. História do Brasil. 2. Independência do Brasil. 3. Lutas populares. I. Andrade, Everaldo de Oliveira. II. Título.

CDD 981

Ficha catalográfica elaborada por Camilla Castro de Almeida CRB7/0041/21

SUMÁRIO

- 7 Apresentação
- 15 Entre a pompa e a bomba: do brado heroico à bravata mitomaniaca
Jean Pierre Chauvin
- 35 A nossa independência do Brasil e a deles: 200 anos de lutas do povo trabalhador
Everaldo de Oliveira Andrade
- 69 A independência conclusa na revolução tardia
Ronald Rocha
- 85 200 anos de xenofobia: a construção jurídica de um estado de exceção contra imigrantes e refugiados no Brasil
Cynthia Soares Carneiro
- 117 200 anos de independência: os protestantes evangélicos e a democracia no Brasil
Lyndon de Araújo Santos
- 141 O Brasil nação e as crianças nas celebrações de 1822, 1922, 2022
Eduardo Silveira Netto Nunes
- 165 Identidade e Modernidade. A Semana um século depois
Carlos A. Ferreira Martins
- 181 A contribuição de Nelson Werneck Sodré à historiografia nos 200 anos de independência do Brasil
Vitor Eduardo Schincariol

- 203 História da ciência, tecnologia e sociedade: panorama brasileiro
Márcia Regina Barros da Silva
- 215 200 anos de Brasil e a Amazônia: para onde vamos?
Kátia Cilene do Couto
- 219 Educação, ciência e democracia em contextos amazônicos. Ou a permanência de projetos colonizadores sob perspectiva histórica
João Maurício Gomes Neto
- 233 Os Waiwai vão à universidade
Raimunda N. Monteiro
- 255 Introdução ao debate sobre o Bicentenário da Independência no Brasil e no Maranhão
Fernanda Rodrigues Galve, John Kennedy Ferreira & Berenice Gomes da Silva
- 261 Autonomia e resistência religiosa
Francisco das Chagas Pereira
- 265 A Independência no Maranhão e Brasil
Francisco Elias de Araújo
- 269 Povos indígenas e a independência do Brasil
Zeneide Pereira Cordeiro
- 273 Desenvolvimento do Maranhão e do Brasil
Ângela Maria de Sousa Silva
- 279 Independência, História e movimentos sociais do Brasil
José Sergio Gabrielli de Azevedo
- 285 A economia maranhense e as cadeias globais de valor: elementos para uma estratégia de desenvolvimento
Marcelo Sampaio Carneiro
- 297 Sobre os autores e as autoras

APRESENTAÇÃO

O processo de independência do Brasil como Estado e nação soberanos começou antes de 7 de setembro de 1822 e se prolonga até os dias atuais. Alguns momentos centrais deste passado de mais de dois séculos estão enraizados nas lutas cotidianas de milhões de sujeitos anônimos e silenciados das camadas populares e trabalhadoras da nossa sociedade, que foram protagonistas, mas raramente são lembrados. Repensar as lutas pela independência nestes dois séculos de história é parte de um projeto para realizarmos um novo caminho em que as maiorias trabalhadoras liderem de fato e coletivamente os rumos do nosso futuro. O Brasil se encontra em uma encruzilhada histórica para se reerguer como nação soberana e reconstruir sua democracia nunca plenamente realizada. É possível e necessário resgatar a história de participação popular e de lutas pela democracia, muitas vezes silenciadas, que criaram as trilhas para chegarmos até aqui reconhecendo que o Brasil como nação ainda não alcançou um desenvolvimento econômico e social para a maioria do seu povo. As lutas por independência seguem tendo um significado de ruptura e soberania popular que precisará ser ainda concretizado.

Ao contrário do que se costuma, em geral, se apresentar como leitura consolidada da nossa História, desde o nascimento do Brasil como Estado se opuseram caminhos contraditórios entre os interesses gerais dos grandes proprietários rurais, escravocratas e comerciantes e as massas trabalhadoras compostas em sua maioria por escravos negros, mas também por indígenas e trabalhadores livres. Essas contradições se mesclaram com o próprio avanço do capitalismo desde fora

no século XIX e que aqui se articulou e se combinou inicialmente com o próprio trabalho escravo, ajudando a construir um novo estado autoritário e centralizador para submeter todo o território e suas populações. As lutas em torno do 7 de setembro de 1822 tinham esse pano de fundo.

O papel das camadas trabalhadoras na construção de um projeto de nação para o Brasil ao longo destes dois séculos de História foi crescente, acompanhando a formação e o amadurecimento de uma classe operária nascida do mundo do trabalho. Essa classe em formação em grande medida mesclava uma maioria de trabalhadores negros escravizados e ex-escravos no século XIX com novos segmentos populares oprimidos, indígenas, mulheres, trabalhadores livres e pobres. E vieram a eles se somar milhares de trabalhadores imigrantes. A mesma minoria de grandes proprietários que se beneficiou da colonização portuguesa e era composta por latifundiários, banqueiros, grandes comerciantes e empresários não foi capaz e se recusou não só a incorporar a maioria do nosso povo em um projeto de nação verdadeiramente independente e soberano, mas alinhou e submeteu nossas possibilidades de desenvolvimento e crescimento aos interesses dos capitais internacionais. As classes dominantes tentaram sempre excluir do sistema político os trabalhadores pobres e livres, os escravizados, as mulheres, os indígenas que viviam no campo em sua maioria. O Brasil cresceu e se desenvolveu para poucos em algumas ilhas de prosperidade apartadas da maioria do povo brasileiro.

A história das lutas populares por liberdade, por terra, por direitos políticos perpassa todo os séculos XIX e XX e revelam, desde o princípio, que havia um outro projeto de Brasil já antes de 1822 sendo sonhado e construído nos vãos esquecidos da nossa História. Ainda que silenciado, momentaneamente derrotado e excluído, esse projeto de Brasil nunca deixou de existir e ressurgir em cada luta por direitos sociais e políticos. Com a Proclamação da República em 1889 e a crescente urbanização e industrialização do país nas primeiras décadas do século XX, tendo os primeiros sindicatos e partidos como seus porta-vozes, a classe trabalhadora começa a lutar com mais coesão por direitos e abriu um novo e difícil caminho para a defesa da soberania nacional e ampliação dos direitos democráticos e sociais no Brasil. Esse protagonismo e busca permanente por uma atuação independente da classe trabalhadora é que vai contribuir para fazer da maioria do povo trabalhador brasileiro o principal protagonista e sujeito histórico dos grandes embates em defesa do país, da sua história, da sua cultura e da sua diversidade, uma luta que continua.

Uma nova oportunidade histórica se abriu no bicentenário de 2022, não apenas para superar as desastrosas consequências do golpe de 2016 e do bolsorismo, mas para aprofundar um Brasil possível da classe trabalhadora com

plena soberania nacional, democracia aprofundada e consolidada desde um novo processo constituinte que permita refundar a nação e levar direitos políticos, econômicos e sociais para as maiorias hoje marginalizadas e oprimidas pelo capital. Esse Brasil pode estar novamente em nossas mãos e é a principal herança que esses 200 anos de lutas do povo trabalhador nos deixa como legado de esperanças e realização.

Este livro está organizado por pequenos blocos temáticos e é apenas uma sugestão de roteiro de leitura. Os três primeiros capítulos buscam realizar sob diferentes pontos de partida um balanço político desde um longo olhar histórico em torno dos significados e desdobramentos da ruptura de 1822. Jean Pierre Chauvin parte da própria conjuntura de 2022 para desconstruir o suposto tom patriótico do bolsonarismo no *Entre a pompa e a bomba: do brado heroico à bravata mitomaniaca*. Everaldo de Oliveira Andrade defende o processo de independência em torno do ano de 1822 como expressão das lutas e participação ativa das camadas populares e trabalhadoras em *200 anos de lutas do povo trabalhador* e, por fim, Ronald Rocha desenvolve um amplo panorama histórico e interpretativo acerca da independência em seu ensaio *A independência conclusa na revolução tardia*.

Um segundo bloco de textos ainda desta primeira parte examina grupos ou sujeitos coletivos da sociedade brasileira destes dois séculos de História como expressão das contradições e limites da construção democrática e soberana inacabada do país. Cynthia Soares Carneiro descreve as políticas de segregação e exceção a que historicamente foram submetidas diferentes populações imigrantes em *200 anos de xenofobia: a construção jurídica de um estado de exceção contra imigrantes e refugiados no Brasil*. Em seguida Lyndon de Araújo Soares resgata as raízes históricas desde 1822 de um tema de enorme atualidade para a compreensão o Brasil de hoje no estudo *200 anos de independência: os protestantes evangélicos e a democracia no Brasil* sobre a presença e participação de grupos e igrejas protestantes evangélicos. E Eduardo Nunes recoloca na cena histórica dos 200 anos do marco das celebrações de independência o lugar de uma parcela de jovens e crianças até pouco tempo excluída dos olhares da História em *O Brasil nação e as crianças e adolescentes nas celebrações de 1822, 1922 e 2022*.

O terceiro bloco de textos reúne três capítulos que discutem sob a perspectiva dos dois séculos da independência alguns dos desdobramentos e evoluções da ciência e da cultura brasileira. Carlos Martins desenvolve, sob o título

Identidade e Modernidade: a Semana um século depois, uma reflexão das interpretações e balanços históricos em torno da efeméride do centenário da Semana de Arte Moderna de 1922 ocorrida em São Paulo, seus usos políticos e tentativas de instrumentalização na sua relação com o Bicentenário. A obra do historiador Nelson Werneck é examinada por Victor Schincariol em *A contribuição de Nelson Werneck Sodré à historiografia nos 200 anos de independência do Brasil*, para quem reflete um esforço não só de interpretação original para compreensão da história nacional, mas um empreendimento de busca da autonomia intelectual do país. Esse bloco finaliza-se com o texto *História da ciência, tecnologia e sociedade: panorama brasileiro*, de Márcia Regina Barros da Silva, e busca, para além de oferecer uma visão histórica desde o século XIX do desenvolvimento das ciências no país, localizar também na construção de uma sociedade democrática e que ofereça cidadania ao seu povo.

A quarta parte deste livro conta com alguns dos textos que foram produzidos a partir dos debates ocorridos no Seminário Brasil 200 anos e a Amazônia, realizado em Manaus. Resgatar o lugar das populações e regiões excluídas pelas grandes e mais consagradas interpretações do bicentenário da independência, como os povos indígenas e as regiões amazônicas é a questão colocada por Katia Couto em *200 anos de Brasil e a Amazônia, para onde vamos?*. Sob essa mesma orientação é que João Maurício Gomes Neto em *Educação, ciência e democracia em contextos amazônicos. Ou a permanência de projetos colonizadores sob perspectiva histórica* problematiza as especificidades e lugares das universidades na Amazônia e da própria construção de uma ciência nacional e da democracia. O bloco de textos se finaliza com o relato de Raimunda Monteiro, com o título *Os Waiwai vão à universidade*, sobre uma experiência concreta de inclusão de estudantes indígenas Waiwai na universidade e que reflete os limites e desafios de construção de uma nação brasileira democrática, soberana, mas também inclusiva das populações historicamente perseguidas e excluídas desde antes de 1822.

O último bloco do livro está concentrado em textos e parte das transcrições de palestras do evento Brasil 200 anos realizado no Maranhão. O primeiro texto é uma introdução e apresentação dos debates que foi redigida por Fernanda Rodrigues Galve, John Kennedy Ferreira e Berenice Gomes da Silva, registrando algumas das principais falas do evento e textos produzidos a partir dos debates realizados. A transcrição de cinco falas dos ricos debates realizados é finalizada com o último capítulo do livro *A economia maranhense e as cadeias globais de valor: elementos para uma estratégia de desenvolvimento*, de Marcelo Sampaio Carneiro, que faz um balanço da economia atual do Maranhão, remetendo, em última análise, a um problema estrutural que perpassa todo esse livro. Nos 200

anos da ruptura de setembro de 1822, segue sendo um desafio ao Brasil e a cada uma de suas regiões e suas populações oprimidas pelo capital e seus interesses privados, de superarmos os gigantescos obstáculos ao nosso pleno desenvolvimento como nação soberana, democrática e capaz de compartilhar com igualdade os frutos da riqueza material e cultural produzidos pelo povo trabalhador desse país.

Uma série de iniciativas foram organizadas pela Fundação Perseu Abramo no marco do calendário *Bicentenário 1822-2022: 200 anos de lutas pela independência*. Este livro é produto de uma série de três eventos que a Fundação Perseu Abramo organizou ao longo do ano de 2022 com diferentes universidades e movimentos populares para debater nossa História e formular propostas por ocasião do Bicentenário da Independência do Brasil. Foram debates e reflexões antes de tudo políticas e com o objetivo de se pensar sobre os atuais limites à conquista da soberania nacional e sobre a participação democrática dos movimentos populares e da classe trabalhadora em nossos destinos como país desde antes de 1822. E foi nesse sentido que os eventos buscaram articular o debate acadêmico com as lutas concretas da classe trabalhadora brasileira, convidando pesquisadores e dirigentes dos movimentos sociais do país para compartilharem suas experiências e reflexões.

O primeiro momento ocorreu na Universidade de São Paulo (USP) através do curso *Brasil 200 anos: para onde vamos?*, um curso presencial e gratuito de extensão universitária que foi realizado entre os meses de maio e junho de 2022 no auditório do Departamento de História da FFLCH/USP. A organização foi realizada em parceria da Fundação Perseu Abramo (FPA) com o Centro de Apoio à pesquisa Histórica Sérgio Buarque de Holanda (CAPH), do departamento de História da USP. Houve o apoio de diversas entidades: do programa de pós-graduação em História Econômica da USP (PPG-HE), da associação nacional de História – São Paulo (ANPUH-SP), do Programa de Pós-graduação em Economia Política Mundial da UFABC, do Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, do CJE da Escola de Comunicação e Artes – ECA/USP. O curso contou com a realização de 14 aulas que discorreram sobre diferentes temáticas relacionadas ao processo de independência do Brasil como sua formação territorial, o pensamento político e econômico brasileiro, questões que abordaram os povos indígenas, mestiçagem, arquitetura, políticas migratórias, classe trabalhadora, ciência, entre outros.

O evento foi aberto por Everaldo de Oliveira Andrade, diretor do CAPH e membro do conselho curador da FPA. A primeira aula do mês de maio foi apresentada pela professora Iris Kantor, do Departamento de História (DH) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, com o tema *Povos indígenas na cartografia antiga e contemporânea brasileira*. Na sequência, ocorreram as outras apresentações: Marcelo Loyola do IFSP, com o tema *A independência na Bahia: reflexões históricas*; Eduardo Silveira Netto Nunes, da UFAC, debatendo *O Brasil nação e sua relação com as crianças e os adolescentes*; Carlos A. Ferreira Martins, do IAU USP/São Carlos, refletindo sobre *Semana, arquitetura, identidade e modernidade, um século depois*; Horácio Gutierrez, do DH-FFLCH/USP, com o tema *A ideologia da mestiçagem no Brasil e Hispano-América*; Fabio Betioli Contel, do Departamento de Geografia da FFLCH/USP, com a reflexão sobre *História territorial do Brasil: do meio natural ao meio técnico-científico informacional*; Antônio Ribeiro, da ESALQ – USP, com a aula *Aflições da Universidade*; Cynthia Soares Carneiro, da Faculdade de Direito da USP em Ribeirão Preto, que abordou *A política migratória brasileira: a construção jurídica do racismo e da xenofobia contra não brancos*.

No mês de junho, o curso seguiu com novos debates: João Paulo Pimenta, DH-FFLCH/USP, abordou em sua aula *A questão nacional no Brasil: um problema de 200 anos*; Vitor Schincariol, da Universidade Federal do ABC (UFABC), desenvolveu a reflexão sobre *Dependência e subdesenvolvimento na história econômica brasileira*; Everaldo de Oliveira Andrade, do DH-FFLCH/USP, apresentou sua aula com o tema *A classe trabalhadora e a reconstrução da nação brasileira*; Roberto Vital Anau, da universidade municipal de São Caetano do Sul, debateu acerca do tema *A inovação ausente: uma síntese de nove décadas de industrialização no Brasil*; Márcia Regina Barros da Silva, do DH-FFLCH/USP, apresentou suas reflexões sobre *História da ciência, tecnologia e Sociedade: panorama brasileiro*; e o curso se encerrou com a aula de Jean Pierre Chauvin da ECA/USP, com o título *Da pompa à bomba: entre o “grito” do Ipiranga e a bravata institucionalizada*. Todas as aulas do curso foram transmitidas ao vivo pelo canal do departamento de História da USP no Youtube e foram gravadas e estão disponíveis para a comunidade. A primeira parte deste livro conta predominantemente com textos de autores produzidos a partir dos materiais e das suas aulas oferecidas durante esse curso.

O segundo evento organizado pela FPA ocorreu em Manaus nos dias 18 e 19 de julho de 2022 nas dependências da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS-UFAM), auditório Rio Solimões, com o título *200 anos de Brasil e a Amazônia: para onde vamos?*. Tratou-se de um evento regional com a presença de pesquisadores e ati-

vistas de vários estados e universidades da região. As atividades tiveram o apoio das universidades federais: do Acre (UFAC), de Rondônia (UNIR), do oeste do Pará (UFOPA), da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e do seu Programa de Pós-graduação em História PPGH, da associação nacional de História - regionais do Acre e Amazonas (ANPUHs), do Portal do Bicentenário e do sindicato dos docentes da Universidade Estadual do Amazonas (SINDUEA). O evento também contou com a presença e participação de comunidades indígenas e membros da FUNAI.

O evento se iniciou na segunda-feira, 18 de julho. A mesa de abertura teve a participação da diretora da FPA e secretária de mulheres do PT do Amazonas, Jéssica Italoema; do professor Everaldo de Oliveira Andrade da USP e que integra o Conselho Curador da FPA, e do reitor Silvio Puga, da Universidade Federal do Amazonas. A primeira mesa de debates discutiu o tema *A independência tardia da região amazônica* com palestras de Marilene Corrêa (UFAM), Everaldo de Oliveira Andrade (USP) e Eliana Ramos Ferreira (UFPA). A segunda mesa debateu o tema *As lutas populares nos 200 anos de Brasil*, com palestras de Nélon Tomelin (UFAM), Kátia Cilene Couto (UFAM) e Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (UFAM). Na terça-feira, dia 19 de julho, o evento prosseguiu com a mesa de apresentações: *Educação, ciência e democracia*, que teve a participação de Eduardo Silveira Netto Nunes (UFAC), Rita Machado (UEA), João Maurício Gomes Neto (UNIR) e Ceane Andrade Simões (Sind-UEA). O último tema em debate foi *Floresta e meio ambiente, soberania e os desafios do futuro da região*, com palestras de Luiz Antônio Nascimento de Souza (UFAM), Mislene M. Mendes (FUNAI) e Raimunda Monteiro (UFOPA). Além das apresentações, houve depoimentos gravados de personalidades e a participação de ativistas das lutas sociais da região.

O terceiro evento ocorreu no Maranhão entre os dias 25 e 26 de julho de 2022 intitulado *200 anos de lutas e resistência no Brasil e no Maranhão*, realizado na Universidade Federal do Maranhão e contou com o apoio desta Instituição, por meio do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHs), dos Departamentos de História e Sociologia, assim como do apoio da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), dos Departamentos de História e Sociologia da UEMA-SUL, da Associação Nacional de História do Maranhão (ANPUH - MA) e dos movimentos sociais: a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A abertura do evento contou com a participação de Elen Coutinho, da diretoria da Fundação Perseu Abramo.

A primeira mesa teve como tema os *200 anos de "Independência" – aspectos políticos e históricos*, com a participação de Jomar Fernandes Filho, Marcelo

Cheche Galves, Roni César Andrade de Araújo e a coordenação de Fernanda Rodrigues Galve. Os expositores analisaram o contexto histórico do Brasil, permeado pela questão: Que país é esse que chega aos 200 anos? A análise considerou a sua diversidade territorial, a escravidão, a população indígena, as cidades e os portos. Um panorama histórico e aprofundado, desde o período Colonial, a vinda da família real e seus reflexos na Independência, até os dias atuais.

A segunda mesa teve como temática: *O Maranhão na rota do desenvolvimento do Brasil, do Nordeste e da Amazônia*, com a participação de Ângela Silva, Allan Kardec Duailibe, José Sergio Gabrielli de Azevedo, Marcelo Sampaio Carneiro e a coordenação de Sálvio Dino. A principal questão de reflexão desta mesa se deu em torno das grandes heranças econômicas que o Maranhão obteve nesses 200 anos de independência, isto remete a questionar: são 200 anos de luta pela independência brasileira? Nas particularidades, foram destacadas as suas riquezas naturais e econômicas, as atividades comerciais, de serviços e a sua característica agrícola, agrária, pecuária e a localização estratégica que favorece a questão portuária na capital. Em relação à questão agrária, os expositores enfatizaram tanto o aspecto do crescimento do latifúndio quanto a resistência dos camponeses e sem terra.

Do ponto de vista da História, a religião é fundamental para compreender o Brasil e esse foi o tema debatido na terceira mesa, com o título *Religião e resistência no Bicentenário da Independência*, com participação de Lyndon Araújo Santos, Martha Bispo, Francisco das Chagas Pereira (Padre Chagas), Mãe Nonata de Oxum, com a coordenação e a introdução de Joelma Santos da Silva. São 200 anos de uma independência que ainda não gerou, de fato, uma liberdade religiosa. As continuidades, rupturas e resistência, assim como outros aspectos da religião na vida social foram debatidos nesta mesa. A resistência marcou a última mesa, intitulada *As lutas populares no Maranhão e a resistência dos povos originários*, com a exposição de Silvano Magali Vale Nascimento, Zeneide Cordeiro, Anacleto Pires e Francisco Elias de Araújo, Davi Pereira Júnior, coordenada por Ana Tereza Ferreira da Rocha.

— Everaldo de Oliveira Andrade (org.)

ENTRE A POMPA E A BOMBA: DO BRADO HEROICO À BRAVATA MITOMANÍACA

Jean Pierre Chauvin

Quanto mais amigável, mais benéfico.
Essa é a humanidade do comércio [...]
Friedrich Engels

[Há] uma identificação insanável entre
“consciência social” e ideologia
Florestan Fernandes

Quantos golpes poderíamos contabilizar, desde a forja do país independente, desde 1822¹ até a nova implosão do Estado democrático de direito, arquitetada e materializada entre 2013 e 2018²? Neste capítulo,

1 “Da Independência (1822) à queda da monarquia (1889), os militares brasileiros se constituíram como uma organização burocrática-corporativa de importância decisiva para o poder político [...]. [Em 1824], os militares se tornam Força Armada de Mar e Terra, conforme os artigos 145 a 150 da Constituição, no capítulo do Imperador” (Lentz, 2022, p. 26, 27).

2 “Na noite de 6 de setembro [de 2021], o STF estava preparado para uma guerra. Homens de uma unidade de elite da PF, o Comando de Operações Táticas, faziam a segurança do prédio, com metralhadoras e uniformes de camuflagem, dividindo a proteção do tribunal com os seguranças do Supremo. [...] O dia seguinte

tento responder a isso. Tornou-se lugar-comum afirmar que a história nacional brasileira consiste na alternância entre violentos golpes e tênues lampejos de democracia: naturaliza-se o estado de exceção; concedem-se respiros de pouco fôlego e duração, em acordo com as diretrizes que chegam do exterior. Como providência inicial, conceituemos a prática recorrente do *golpe*. Segundo Alysso Mascaro (2018, p. 69),

Compreendem-se golpes como mudanças bruscas no controle, na estruturação, no funcionamento ou na dinâmica do campo político e social ou no arranjo relativo de poder entre as classes, frações, grupos, corporações, instituições ou indivíduos, advindas de causas comissivas. Via de regra, são gestados e desferidos no Estado ou a partir dele, de tal sorte que sua expressão mais típica é “golpe de Estado”.

Em versão mais sintética, Newton Bignotto (2021, p. 19) afirma que o *golpe* consiste em uma “ação de ruptura com a ordem constitucional democrática”. Evidentemente, os sentidos atribuídos ao conceito variam ao longo dos tempos, a depender do reino, Estado ou país onde foi ou é aplicado; mas também: de acordo com a percepção civil ou militar; segundo a concepção liberal ou conservadora; conforme a postura reacionária ou progressista; à luz de grupos neofascistas ou democráticos, posicionados como colonialistas ou defensores da soberania.

Obviamente, para a quase totalidade da população, o saldo das instabilidades é negativo. Os eventos antidemocráticos mais recentes espelham a marcha enviesada, sem projeto e em ritmo sincopado, de um país que contrapõe uma elite³ arrogante, iletrada e quatrocentona (tão reduzida numericamente quanto ciosa de seus privilégios e da condição socioeconômica) que se compreende como *naturalmente distinta e superior* (muito próxima da concepção nazista da década de 1930⁴), em oposição às camadas heterogêneas, humildes e servis, a

era estratégico para Bolsonaro. Desde o começo da pandemia, mesmo municiado de todas as informações disponíveis sobre a seriedade do momento, fizera apostas contra todas as recomendações da ciência para enfrentar o vírus. [...] O cenário de caos lhe parecia não só aprazível, mas também necessário para o sucesso de seu projeto de poder” (Amado, 2022, p. 10, 11). “A eleição de Bolsonaro levou o país a uma situação de emergência democrática duradoura. Com Bolsonaro, formou-se pela primeira vez, desde a redemocratização, um movimento cuja existência é o desafio permanente das instituições democráticas em sentido destrutivo. Um movimento que usa a institucionalidade como instrumento, e não como fim, que faz uso da institucionalidade para destruir as instituições democráticas” (Nobre, 2022, p. 11, 12).

3 “Com a chegada do fascismo ao poder, assiste-se a um fenômeno aparentemente paradoxal: o subconjunto ideológico pequeno-burguês, assim modificado, ‘toma o lugar’ da ideologia burguesa dominante, conseguindo com isso reconsolidar as formações sociais em questão” (Poulantzas, 1972, p. 25).

4 “Na relação dos nazistas com a Antiguidade, o descritivo (a narrativa ‘histórica’) e o prescritivo (as ‘lições’ extraídas dessa narrativa) estão intimamente ligados: se os gregos e os romanos são germanos, é possível deduzir do

que se atribuem alcunhas de *zé-povinho*, *ralé* ou *povão*. De acordo com Marilena Chaui (2021, p. 43),

O predomínio da relação de mando e obediência transparece num fato corriqueiro com o qual estamos perfeitamente habituados, qual seja, o fascínio pelos signos de prestígio e de poder, que marcam a presença de privilégios na relação com o outro como relação entre um superior e um inferior. É o caso, por exemplo, da importância dada ao diploma universitário não como sinal de conhecimento, mas como signo de *status* social. Da mesma maneira, há o uso de títulos honoríficos sem qualquer relação com a possível pertinência de sua atribuição.

De fato, persiste em setores da assim chamada *elite* brasileira, mas também de amplas camadas das *classes médias*, o traço obsessivo da distinção social, combinada ao desejo de exclusividade; a crença de praticarem uma moral superior, capaz de ajuizar a atitude dos “homens de bem”, contrapondo-a à dos pobres ou vilões; a cupidez financeira, obcecada pela apologia e justificativa da propriedade; a defesa intransigente da pátria, da religião, da família e do indivíduo não como valores abstratos, discutíveis e parciais, mas como se fossem concretos, inquestionáveis e absolutos.

Articulados, esses ingredientes constituem pilares do autoritarismo brasileiro e do comportamento indiferente, ou mesmo sádico, em relação aos outros, sejam eles *gente diferenciada*, *esquerdistas*, *vagabundos* etc. O maior dilema que enfrentamos hoje é que a ideologia do empreendedorismo passou a fundamentar o modo de pensar e conceber as coisas e pessoas em acordo com a racionalidade neoliberal⁵. Contaminada pelo discurso contra-assistencialista, a lógica concorrencial se fortaleceu sobremodo na década de 2010, a ponto de semear esse modo de ver e essas práticas, mesmo entre os mais humildes do ponto de vista socioeconômico, o que se revela na postura de trabalhadores precarizados, sem quaisquer direitos que não sejam benéficos ao “livre” mercado.

passado máximas para o momento presente, em nome de uma comunidade racial e de uma comunidade histórica. Isso vale tanto para o corpo quanto para o espírito” (Chapoutot, 2022, p. 87).

5 “O neoliberalismo torna-se, então, uma racionalidade, isto é, um modo de compreender e atuar no mundo, capaz de produzir mudanças sobre tudo e todos. Muda o funcionamento das instituições. Muda o relacionamento entre as pessoas. Muda a imagem que cada pessoa faz de si. Uma racionalidade que, para facilitar os ‘cálculos de interesse’, gera classificações, tais como ‘desejáveis’ e ‘indesejáveis’; ‘amigos’ (do mercado) e ‘inimigos’.” (Casara, 2021, p. 103).

Esse comportamento egoísta, excludente e sádico não nasceu no vácuo. Como sabemos, a sociedade brasileira foi moldada segundo os desejos e arbítrios da coroa portuguesa, sob influência política e econômica da Inglaterra (que perdurava desde o século XVII). Rainha, Príncipe Regente e vassalos da nobreza fugiram para a antiga colônia em novembro de 1807, acossados pelas tropas de Napoleão, sob o comando de Junot. Enquanto os demais países da Europa substituíam as antigas sociedades de corte pela sociedade burguesa, o Brasil perpetuava uma versão modernizadora-conservadora do antigo regime durante o período regencial, o primeiro império, a regência trina e o segundo império. Suely Robles Reis de Queiroz (2010, p. 16) recorda que

A monarquia [...] foi uma originalidade no Novo Mundo, uma “flor exótica” na América, como muitos a chamara, já que todas as demais colônias americanas, ao se libertarem de suas metrópoles europeias, decidiram-se pelo regime republicano.

Numerosas eram as contradições subjacentes à sociedade que vicejou durante o Império. A começar, pela coexistência de premissas liberais em meio ao arraigado conservadorismo, cujas raízes remontavam ao chamado período colonial. A manutenção do tráfico internacional até, pelo menos, 1850 (nos termos da Lei Eusébio de Queirós) resultou num aparente meio-termo que perpetuou o regime, favorecendo o tráfico interno de escravos. Não é mera coincidência que no mesmo ano tenha sido promulgada a Lei de Terras: a legislação redimensionava a propriedade do latifúndio, concentrando-o nas mãos de especuladores, oligarcas e políticos.

No plano simbólico, a pompa cortesã mergulhava no lamaçal e nos dejetos que enfeitavam as ruas do Rio de Janeiro e das províncias. Como observa Christian Lynch (2011, p. 23)

No processo de independência brasileiro, quase todos os estados se dividiam entre as correntes liberais, que desejavam o modelo americano, de república federativa, e os conservadores, que preferiam a centralização e unidade.

Dentre outras diferenças que contrapunham os interesses de luzias e saquaremas, a aproximação do modelo estadunidense estava na base do manifesto do

Partido Republicano Paulista, assinado por apoiadores do Clube Republicano⁶, e publicado no jornal *A República* em 3 de dezembro de 1870.⁷ O Segundo Império agonizaria por quase 20 anos, até a assinatura da Lei Áurea (1888) e o golpe republicano no ano seguinte, marcado pelos regimes autoritários de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. A atuação da plutocracia latifundiária brasileira era firmada por escrito: os veículos culturais acompanharam e formalizavam a marcha liberal-conservadora das elites. Publicada em 1966, *A história da imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, evidenciou que, durante o Brasil Império, raras foram as redações de jornal que sobreviveram sem permanecer atreladas a grupos dominantes. Esse estado de coisas é um dos traços do orgulhoso elitismo nacional que persiste em nossos dias: basta ver os editoriais publicados pelos jornais considerados “sérios” e que recebem a maior credibilidade de seus leitores – sejam eles assinantes, avulsos ou acidentais.

Felizmente, a Primeira República não contava com aplicativos que propiciassem a disseminação instantânea de *fake news*. Além do mais, o imaginário social ainda não havia sido sequestrado pelo patriotismo de ocasião. Um sinal disso é que, em contrapartida ao ufanismo proclamado nos jornais, vários escritores denunciavam os arbítrios da República em seus romances. Para citar apenas dois exemplos mais conhecidos hoje, considere-se a divertida alegoria do Império e da República – regimes personificados nos irmãos/rivais Pedro e Paulo, em *Esau e Jacó*, de Machado de Assis (1904); e a trajetória do “visionário” protagonista do *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (1915), em sua disputa vã e inglória contra o regime autoritário e punitivo de Floriano Peixoto.

Vocação golpista?

Um dos pilares da violenta história do país passa pela questão da terra. O outro repousa nas múltiplas formas de desigualdade social, quase sempre calcadas em variadas formas de violência, sejam elas físicas, verbais ou simbólicas.

6 “Em 1870 os republicanos do Rio se julgaram suficientemente numerosos para se reunirem e fundar um Partido. A 3 de novembro desse ano, 30 pessoas, depois de alguns debates em que não houve inteira homogeneidade, porque Vieira Ferreira e um outro se escusaram posteriormente, é fundado o primeiro Clube Republicano. Um mês depois, precisamente a 3 de dezembro, é publicado o célebre Manifesto que, sintetizando a média do pensamento republicano, iria servir de base e ponto de aglutinação para Clubes republicanos que a partir daí se foram fundando em várias cidades do país” (Basbaum, 1976, p. 207).

7 Dirigido aos “Concidadãos”, o teor do *Manifesto Republicano* coincide com pautas reacionárias, sustentadas pelos golpistas de 2022, como se vê neste excerto: “As armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, posto ao serviço de uma convicção sincera, no nosso entender, para a vitória da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa pátria” (*A República*, 1870, p. 1).

Dezesseis anos após d. Pedro I outorgar a primeira Constituição Brasileira, mais precisamente em abril de 1840, um reduzido grupo de pessoas passou a se reunir periodicamente “na residência do senador José Martiniano de Alencar, para discutir o futuro político de uma pessoa especial, que ainda não completara 15 anos de idade: o herdeiro do trono imperial [...] Aqueles homens formavam o Clube Maiorista, cuja presidência cabia ao conselheiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e que tinha como secretário o chefe da casa” (MATOS, 2012, p. 179, 180).

Obviamente, a antecipação da maioria a Pedro II não resultara de espontaneidade ou anseio popular; nem os arbítrios do imperador eram novidade na centralização de poderes⁸. Deve-se lembrar que os artigos 151 e 163 da Constituição outorgada por Pedro I em 1824 estabeleciam o Poder Moderador, que conferia ao imperador um instrumento que lhe permitia intervir em caso de conflitos interinstitucionais, assegurando sua preponderância sobre os demais poderes:

A ideia de um Poder Moderador se encontra delineada de sua forma definitiva na obra de Benjamin Constant *Princípios Políticos*, publicada em 1814. A grande preocupação de Constant era com a estabilidade do poder. Liberal, desejoso de saudar as grandes conquistas da Revolução de 1789, excluindo cuidadosamente a herança do Terror, Constant afirmava que apenas a aceitação de limitação da soberania popular poderia impedir o desrespeito aos direitos fundamentais. O Poder Moderador teria aí o papel fundamental de impedir que os outros três poderes, entrando em choque, levassem uns aos outros de vencida, assegurando a estabilidade do Estado liberal e os direitos civis e políticos dos cidadãos (LYNCH, 2010, p. 93).

A publicação do Manifesto republicano, em 1870, e a fundação do Partido Republicano Paulista (PRP), em 1873, são consideradas etapas iniciais que prenunciaram a derrocada do Segundo Império pela oligarquia que dominava os negócios sobre especulação da terra, com representantes em várias províncias. De fato, ao longo de 19 anos, uma série de crises envolvendo setores religiosos, militares e políticos desgastou a imagem de Pedro II, acusado de exercer um governo autocrático e centralizador.

⁸ “Enquanto Araújo Lima, em nome dos Conservadores, entrevistava-se com D. Pedro, comunicando-lhe a decisão de coroá-lo quando fizesse 15 anos, uma comissão de Liberais se preparava com senadores e deputados, liderados por Antônio Carlos, para ir ao palácio propor a maioria imediata, que D. Pedro aceitou” (Fazoli Filho, 1990, p. p. 46).

Logo após a Guerra do Paraguai, entraram a avolumar-se as críticas contra o regime monárquico, sobretudo contra o poder moderador – atribuição constitucional que disfarçava, como então se dizia, a tirania da coroa. À sombra dessas críticas iria renascer, em reduzida minoria, da burguesia o ideal republicano (CRUZ COSTA, 1972, p. 27).

O conceito de federalismo passou a ser fermentado. Porém, o golpe concretizado em 15 de novembro de 1889⁹ pode ter sido em parte acidental – como sugere Emília Viotti da Costa. Ela recorre ao relato de um viajante francês que se encontrava por aqui, no calor dos acontecimentos:

A revolução está terminada e ninguém parece discuti-la, mas aconteceu que os que fizeram a revolução não tinham de modo algum a intenção de fazê-la e há atualmente na América um presidente da República à força. Deodoro desejava apenas derrubar um ministério hostil. Era contra Ouro Preto e não contra a Monarquia (LECLERC *apud* COSTA, 2010, p. 397).

Para além das motivações que subsidiaram o levante do exército, o fato é que formalmente o regime republicano (federalista) substituiu o imperial (centralizador)¹⁰, resguardado o caráter antipopular de ambos. Examinando os eventos 130 anos depois, será importante salientar o modo como nos referimos a determinados períodos históricos, já que o léxico empregado pode revelar, em parte, o modo como pensamos e refletimos sobre os episódios. Transcorridas décadas da mudança de regime (sem significativa alteração das estruturas), 1930 assistiu a novos golpes que culminaram no Estado Novo. Dali em diante, *República Velha* passou a identificar a terminologia capitaneada pelos ideólogos que apoiaram o primeiro assalto de Getúlio Vargas ao poder. O Estado Novo costuma ser situado entre 1937 e 1945, ou seja, entre o autogolpe de Getúlio Vargas e sua deposição pelos militares, liderados por Góis Monteiro. O governo de Eurico Gaspar

9 “Falta de participação do povo e inércia das camadas dirigentes monarquistas explicam o resultado feliz da quartelada no Rio de Janeiro; daí a opinião desairoso que sobre o golpe teve a maior parte da imprensa estrangeira, perplexa em face da queda de um monarca reinante há quase cinquenta anos, quando nada, aparentemente, fazia prever um fim tão inglório” (Carone, 1974, p. 7-8).

10 “Em São Paulo, desde 1873, o partido republicano mais organizado do país, formado principalmente por proprietários. A província passara por grande surto de expansão do café e sentia-se asfixiada pela centralização monárquica. Para esses homens, a república ideal era sem dúvida a do modelo americano. Convinha-lhes a definição individualista do pacto social. Ela evitava o apelo à ampla participação popular tanto na implantação como no governo da República. Mais ainda, ao definir o público como a soma dos interesses individuais, ela lhes fornecia a justificativa para a defesa de seus interesses particulares” (Carvalho, 2013, p. 24).

Dutra aprofundou a relação de subserviência do Brasil aos Estados Unidos, do ponto de vista militar, econômico e político (MOURA, 2021). A aliança entre os países era sintomática: o mesmo Vargas – ex-ministro que liderara a oposição a Washington Luís, abreviando o seu mandato em 1930 – foi contestado pelas elites que temiam as ações “popular”, propostas pelo então presidente. Repare-se como o adjetivo “Novo”, combinado a vaga ideia de *Modernidade* costuma ser evocado pelos setores dominantes para defender a marcha inelutável da história, sob os ventos do progresso unilateral, a suposta harmonia entre as raças, e a vocação que renega o passado e celebra o futuro. A sanha pelo “novo” quase sempre implica descuidar do presente, pois, neste país, raríssimos são os projetos que incluem o *povo*.¹¹ Mas, afinal, quando começa a circular a obsessão anticomunista, no Brasil? Considera-se que o período entre 1922 (fundação do PCB) e 1935 seja aquele que mais mobilizou as forças contrarrevolucionárias no país:

A insurreição de 1935, que nas versões oficiais foi batizada pejorativamente de Intentona Comunista (intento louco, assassino) provocou importantes desdobramentos políticos. O presidente Getúlio Vargas, então enfraquecido e sob muitas críticas, aproveitou-se do evento para fortalecer seu poder e editar medidas excepcionais, como a decretação do Estado de Guerra e algumas emendas à Constituição (MOTTA, 2012, p. 135).

Vinte e oito anos depois, a intervenção militar se explicita. Após a renúncia de Jânio Quadros, o vice João Goulart só conseguiu assumir o cargo em 1963, sob a desconfiança de uma elite indecisa entre declarar o golpe – mecanismo “restaurador” da “ordem”, frente à suposta ameaça comunista¹² – e fingir adesão a uma canhestra “democracia”, conduzida pelo avesso. A aprovação do Estatuto Trabalhador Rural, em 2 de março daquele ano, além da “lei do salário mínimo no campo e, por fim, do famoso decreto da SUPRA, mandando desapropriar terras marginais às estradas e ferrovias e açudes”, provocou a “mobilização geral de toda a velha classe fundiária brasileira, colocando-a em pé de guerra, armada e em estado insurrecional, e à sua explosão foi dias depois somar-se a reação

11 “Desde 1822, quando o Brasil passou a existir como Estado, três fatores obsedam os desgovernantes desta nova terra velha: a identidade nacional, a aliança com os países do exterior e a ideia de futuro” (Chauvin, 2018, p. 57).

12 Após o plebiscito, em janeiro de 1963, que referendou o apoio popular a seu mandato, João Goulart enfrentou empresários que “articularam o radicalismo de direita e patrocinaram a criação e o funcionamento de entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), em estreito contato com a CIA, que lhes forneceu orientação, experiência e mesmo recursos financeiros, abundantemente, no esforço de corrupção de intrigas, para influir nas eleições, impor diretrizes ao Congresso, carcomer os alicerces do governo e derrotar o regime democrático” (Moniz Bandeira, 1978, p. 65).

maciça de toda a oficialidade das Forças Armadas e do Exército em particular” (PEDROSA, 1966, p. 62).

Aquele estado de coisas prolongou-se ao longo do ano, sob alinhamento ideológico de políticos, militares e elite latifundiária com as pautas intervencionistas dos Estados Unidos, supostamente em guerra contra a influência da União Soviética na América Latina. As medidas adotadas durante os primeiros meses do governo de João Goulart tentavam redistribuir a terra e melhorar as condições dos trabalhadores do campo. Mas, ontem e hoje, toda e qualquer reparação social e econômica é rotulada como assistencialismo, quanto não financiamento de grupos ditos subversivos. Marcos Napolitano (2019, p. 46) chama atenção para o fato de que:

Os grandes jornais, até então divididos em relação à figura do presidente João Goulart, começaram a se articular na chamada “Rede da Democracia”, nome pomposo para a articulação golpista que tinha na imprensa mais do que um mero porta-voz. Com efeito, os jornais passaram a ser peças-chave na conspiração a partir do final de 1963.

1964

O dia 31 de março de 1964¹³ assinala o início de 21 anos de ditadura militar. Desde as primeiras horas, o “movimento” foi apoiado pelos principais jornais do país, que deram especial destaque à “Marcha com Deus pela família” – protesto irradiado na capital paulista em resposta ao discurso de João Goulart realizado em 19 de março. Novamente,

[O] anticomunismo foi particularmente importante para levar à ação em 1964 os grandes protagonistas do evento, os militares. Embora o apoio civil tenha sido fundamental, eles foram os agentes centrais do golpe, com o argumento de que era seu dever preservar a pátria do perigo, tal como teriam feito em 1935 (MOTTA, 2012, p. 137).

13 “O golpe, de fato, só se consumou na madrugada do dia 2 de abril, quando o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, depois de uma sessão secreta das duas casas legislativas, declarou vaga a presidência da República. Como o presidente João Goulart estava no Brasil, o ato não tinha fundamento legal algum. Mas os dados estavam lançados e o país mergulhou num longo período de arbítrio e violência” (Bignotto, 2021, p. 18).

O Ato Institucional número 5 pode ser considerado um golpe de misericórdia dentro do golpe militar, deflagrado quatro anos antes:

O Ato Institucional n. 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968 [...] Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de “utopia autoritária”, isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso, tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental e cristã” (FICO, 2004, p. 34).

Paralelamente às várias formas de resistência democrática, que envolveram sindicatos, setores da igreja católica, associações de classe, artistas, jornalistas etc., a América Latina¹⁴ sofria com os experimentos neoliberais aplicados em 1973 no Chile. Coincidência ou não, a década de 1980 assistiu à redemocratização de praticamente todos os países do continente latino-americano¹⁵. Os tempos de ferro, praticados em quase toda a América Latina, contaram com o apoio dos Estados Unidos e da Inglaterra, até que as perigosas ideias subversivas tivessem sido “apagadas” do imaginário popular e o neoliberalismo reivindicasse uma nova ordem social, centrada na substituição de matéria-prima (fornecida pelos países subdesenvolvidos) por produtos industrializados (exportados pelas potências), e no consumo desenfreado – é claro, sob as bandeiras da liberdade, da democracia e da privatização. Na síntese de Claudia Wasserman (2017, p. 150),

As sucessivas crises do petróleo (1973 e 1978) prenunciavam os percalços econômicos do mundo capitalista nos anos 1980, que iniciaram marcados pelas eleições de Margareth Thatcher no Reino Unido, Ronaldo Reagan nos Estados Unidos e Helmut Kohl na Alemanha, pela fundação do sindicato Solidariedade na Polônia e tiveram seu desfecho marcado pela queda do muro de Berlim e pela reunificação da Alemanha. Internacionalmente, a década de 1980 foi,

14 “[...] com o golpe de abril de 1964, a primeira impressão era de que aquela manobra militar se tratava de mais um episódio na longa história de intervenção das Forças Armadas na política brasileira. No entanto, havia uma ruptura com passado. A intervenção de 1964 não se constituía, como as demais, numa arbitragem ou num poder transitório que serviria para resolver uma questão política pontual. A profissionalização do Exército brasileiro ocorreu no início do século XX, a partir da missão francesa, contratada em 1919, sob a chefia de Gamelin, que transformou completamente o Exército nacional e completou-se apenas em 1939” (Wasserman, 2004, p. 28).

15 “O fato de que os regimes militares, com exceção do Chile, ou não conseguiram promover coerentemente a política do *free market* ou passaram a exprimir tendências mais próximas do nacionalismo concorreu, entre outros fatores, para que os Estados Unidos favorecessem, a partir da segunda metade dos anos 70, a restauração da democracia no Brasil, assim como em outros países da América do Sul, onde os governos se encarregaram de executar as medidas neoliberais recomendadas pelo *Washington Consensus*” (Moniz Bandeira, 2015: 40).

portanto, caracterizada pela ascensão e pelo predomínio do neoliberalismo como doutrina econômica e pelo conservadorismo no campo político.

De toda maneira, a campanha pelas Diretas Já, liderada por vários medalhões da Aliança Democrática, como Tancredo Neves, Franco Montoro, Ulysses Guimarães, Marco Maciel, Leonel Brizola etc., aproximando setores da esquerda e da direita, resultou num ato que reuniu mais de um milhão de pessoas no primeiro de maio de 1985. Sintomaticamente, a emissora global noticiou o evento não como ato político, mas como “celebração dos trabalhadores”, no noticiário televisivo.

Marcha e contramarcha. Um dia após a posse de Fernando Collor de Mello, candidato que representava os interesses da oligarquia neoliberal e privatista, uma comitiva (presidida por ele e acompanhada do ministro da fazenda) tomou uma série de medidas que, em tese, visavam a conter a inflação e melhorar a economia brasileira. Elas consistiam em um tratamento de choque que, efetivamente, colocou a conta sobre as costas das classes baixas e médias:

[...] a ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, na tentativa de conter uma inflação de 84% ao mês, anunciou as medidas de um novo plano econômico, o quarto em apenas cinco anos. Os três anteriores – Cruzado, em 1986; Bresser, em 1987; e Verão, em 1989, todos no governo do presidente José Sarney – fracassaram na missão de estabilizar a economia. [...] Cerca de 80% do dinheiro aplicado, não só em cadernetas de poupança e em contas correntes, mas, também, em aplicações financeiras, como o famoso *overnight*, ficou retido no Banco Central por 18 meses. Estima-se que o governo tenha confiscado o equivalente a cerca de 100 bilhões de dólares, o equivalente a 30% do Produto Interno Bruto (PIB) (UOL, 2020, p. 1).

Em 1994, escorado no Plano Real, herança do governo de Itamar Franco, cuja equipe econômica Fernando Henrique Cardoso (FHC) integrou, o então ministro da fazenda se lançou a candidato à Presidência pelo PSDB. Uma das máximas dos programas, veiculados diariamente no rádio e na televisão, baseava-se numa espécie de plano de metas (sinalizadas com os dedos da mão do postulante) que continha cinco itens – Educação, Segurança, Agricultura, Saúde e Emprego.¹⁶

16 Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/12/30/brasil/12.html>. Acesso: 02 maio 2023.

Em poucos meses, percebeu-se que praticamente nenhum dos itens foi atendido. Replicando no país o receituário rentista e neoliberal, herdado de José Sarney e Fernando Collor, o governo de Fernando Henrique Cardoso preocupou-se quase exclusivamente com o que hoje chamaríamos de “política monetária”¹⁷. A estabilização do Real, criado em 1994, não foi obra de milagre ou consciência civil, mas da retirada imediata de papel-moeda, o que reduziu o poder aquisitivo em 30%, somente naquele ano. O controle da inflação era um dos ingredientes do neoliberalismo. Ele se somava a outras balizas, sintetizadas por Perry Anderson (2012, p. 11), como:

[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas.

Entre 2014 e 2022

Nos primeiros meses de 2016, Janaína Paschoal, professora da Faculdade de Direito da USP e deputada federal, recebeu 45 mil reais (o valor coincide com o número que identifica a legenda do partido) para redigir um parecer que pretendia fundamentar o pedido de *impeachment* de Dilma Vana Rousseff, acusada de ter cometido “crime de responsabilidade fiscal”¹⁸. A atitude dos tucanos reverberava as ameaças de Aécio Neves, que, inconformado com a derrota nas eleições presidenciais de 2014, prometera sabotar o futuro governo (a pirraça do parlamentar seria superdimensionada quatro anos depois, com a eleição de um mitômano como presidente da República).

17 “Na administração fernandina, o chamado Consenso de Washington seria implementado em forma radical no Brasil, com resultados estruturais desastrosos, permanentes para a economia e a população nacionais. [...] O duro programa liberal exigia o financiamento não inflacionário dos déficits estatais, através da expansão da dívida externa e interna; privatização e restrição dos serviços públicos; direcionamento dos recursos estatais para o pagamento da dívida; liberdade de circulação do capital nacional e internacional; diminuição das barreiras comerciais; privatização das empresas estatais; fortalecimento do direito de propriedade” (Maestri, 2019, p. 266-267).

18 Cf. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2016/04/janaina-paschoal-admite-ter-recebido-r-45-mil-do-psdb.html>. Acesso: 02 maio 2023.

De modo similar aos três mandatos anteriores, em 2014 o Partido dos Trabalhadores (PT) escolheu o representante de outra legenda como vice, na tentativa dupla de costurar dois dentre os maiores colégios eleitorais do país (PT e PMDB) e sinalizar para os eleitores o caráter conciliatório da nova plataforma de governo. Para surpresa de quase todos, Michel Temer, apoiado por Eduardo Cunha, Romero Jucá e a numerosos elementos da Câmara dos Deputados e do Senado, articulou o golpe parlamentar, levado a termo em 31 de agosto de 2016, sob intensa divulgação (e celebração) dos meios de comunicação tradicionais.

Reconhecendo o alcance do “grande acordo nacional”, desde o início da campanha golpista, políticos, militantes, intelectuais e setores da imprensa progressista acusavam o conluio entre Brasil e Estados Unidos, na arquitetura do *impeachment*.

Segundo todas as evidências, o golpe foi orquestrado pelo governo norte-americano, e executado com o auxílio da Operação Lava Jato e a colaboração de membros do nosso Judiciário e do Ministério Público. Para a consumação do golpe, muito contribuíram a baixa popularidade do governo Dilma Rousseff e a grave crise econômica na qual havia afundado o nosso país. O governo norte-americano obteve de imediato três apreciáveis vantagens: 1) a alienação pelo Brasil das imensas reservas de petróleo do chamado pré-sal, cuja exploração competia unicamente à PETROBRAS; 2) o desmonte de grandes empreiteiras brasileiras de obras públicas, que haviam conquistado extensos mercados na América Latina e na África; 3) o enfraquecimento da aliança internacional dos chamados BRICS, que atuavam livres da influência dominantes dos Estados Unidos e da União Europeia (COMPARATO, 2018, p. 23, 24).

O golpe foi consumado em meio a um verdadeiro circo de horrores, por onde desfilaram dezenas de tipos histriônicos e cafonas, a propagar barbaridades no plenário da Câmara, muitas delas dirigidas pessoalmente à presidenta e, por extensão, ao que representa o Partido dos Trabalhadores (PT). O quadro não era novo, no cenário político brasileiro. Feitas as devidas ressalvas, o discurso histérico dos deputados reproduzia os ataques sofridos pelo PTB¹⁹, quando dirigidos a João Goulart, entre 1953 e 1961. Removido o principal obstáculo, restava botar a população de joelhos. As “medidas impopulares”, anunciadas desde a primeira

¹⁹ “O PTB, construído com a argamassa da legislação social, sofreu a mesma incompreensão [que João Goulart]. As classes dominantes, grosso modo, nunca o admitiram, nem mesmo com a opção política pelos trabalhadores, que formavam uma consciência de classe para si, ainda que não tomassem uma posição antagônica ao regime. Hostilizavam-no à medida em que ele se expressava como corrente do movimento operário, participando dos choques sociais. E a animosidade recrudesciu dada a ênfase com que o PTB defendeu a intervenção do Estado na economia, o que o incompatibilizava ainda mais com significativa parcela do empresariado” (Muniz Sodré, 1978, p. 30).

hora por Michel Temer, mergulharam o país em novo pesadelo, em nome da pacificação e da austeridade fiscal. A meio caminho da “ponte para o futuro”, assistimos a severos cortes em Saúde, Ciência, Educação e Infraestrutura, que serviram de balão de ensaio para o mandato seguinte, pautado por episódios que afogaram o país no regime do *lawfare*, sob as rédeas de Sérgio Moro, e no esgoto das *fake news* – financiado por membros da campanha bolsonarista e grupos digitais autodenominados “patriotas”. O discurso contra as urnas de 2014 e o golpe parlamentar de 2016 emendaram na prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, sem provas materiais, porque baseada nas “convicções” de um ex-juiz.

Três fatores chamam a atenção para o que aconteceu ao longo de 2018: (1) blindado pela CIA e incensado pela imprensa tradicional brasileira, Sérgio Fernando Moro – filho de um desembargador afiliado ao PSDB – produziu uma série de (2) deturpações e desvios da jurisprudência. Sem contar com qualquer documento assinado por Luiz Inácio Lula da Silva, a turma do Tribunal Regional de Curitiba transformou a investigação sem provas em uma operação de guerra, marcada pelo casuísmo das penas, a violência coercitiva e a desmontagem de poderosos setores da indústria nacional.

Retrocedamos. Desde a década de 1940²⁰, toda forma de caos nos países latino-americanos interessa em muito aos Estados Unidos²¹ e aos amplos setores das “elites” nacionais, que nada têm de libertárias, nacionalistas ou solidárias. (3) Com a prisão de Lula em 2018, os mesmos setores que tentaram fabricar a imagem heroica do ex-juiz (que se confessou uma nulidade, tanto no conhecimento das leis, quanto na oratória) passaram a apoiar a candidatura de Bolsonaro à Presidência da República, cujo mandato foi pautado por escândalos de corrupção, assassinatos misteriosos, capachismo em relação aos EUA, esbanjamento

20 “O ano de 1946 foi crucial para a colaboração entre os dois países. Sob a liderança do general Góis Monteiro, ministro da Guerra desde agosto de 1945, estabeleceram-se programas de reorganização militar, de acordo com o Inter-American Military Cooperation Program. Especialmente no Exército fizeram-se sentir mudanças segundo os padrões dos Estados Unidos: criou-se um Estado-Maior-Conjunto das Forças Armadas em 1946 e estabeleceram-se as bases para a reorganização do Ministério da Guerra, assim como a organização do seu pessoal. Uma Comissão Militar Brasil-Estados Unidos auxiliava no treinamento das forças armadas brasileiras. Ainda em 1946, iniciaram-se as conversações para a criação da Escola Superior de Guerra, segundo o modelo do National War College dos Estados Unidos” (Moura, 2021, p. 90).

21 “Além de consentirem o treinamento de suas polícias pelos norte-americanos e de fortalecerem suas forças de segurança contra o comunismo, cada país deveria realizar seu desenvolvimento econômico por meio da ajuda técnica de consultores norte-americanos. Por conseguinte, o Ponto Quatro dirigiu sua ajuda técnica à Ásia, ao Oriente Médio e à América Latina, e no caso específico desta última, a ajuda foi autorizada de acordo com a posição relativa dos países em uma escala de ‘pressão subversiva’, de zero a cem, como aconteceu com o Brasil em 1952, que atingiu noventa e cinco pontos” (Vieira, 2015, p. 206).

de dinheiro público por seus filhos e protegidos, postura negacionista, conduta irresponsável, cinismo, mitomania e retirada sistemática de direitos. No plano discursivo, uma das estratégias mais recorrentes da extrema direita brasileira consiste em atribuir proporção quilométrica a dados milimétricos. O autogolpe quase sempre é evocado sob o nome de intervenção para supostamente conter a crise generalizada no país. De acordo com Marilena Chaui (2014, p. 146),

Compreende-se por que a ideia de crise é privilegiada pelos discursos autoritários, reacionários, contrarrevolucionários: neles ela opera em dois registros diferentes, mas complementares. Por um lado, serve como explicação, isto é, como um saber para justificar teoricamente a emergência de um suposto irracional no coração da racionalidade: a “crise” serve para ocultar a crise verdadeira. Por outro lado, ela tem eficácia prática, pois é capaz de mobilizar os agentes sociais, acenando-lhes com o risco da perda da identidade coletiva, suscitando neles o medo da desagregação social e, portanto, o medo da revolução, oferecendo-lhes a oportunidade para restaurar uma ordem sem crise, graças à ação de alguns salvadores.

Num misto de desfaçatez e egoísmo, toda e qualquer proposta de cunho mais inclusivo é logo tachada pelos setores reacionários como prática de “esquerdistas”, incentivo à “vadiagem”, punição injusta dos que trabalham, arroubo comunista, causa da crise econômica etc. Desde o início de 2022, a máquina federal recorreu a campanhas maciças nos meios de comunicação (inclusive nas estações de metrô de São Paulo) que prometiam “ordem” e “segurança”²² contra possíveis governos alternativos ao messiânico. Revestido canhestra e autoritariamente²³ com o discurso da “neutralidade” ideológica, o capitão-mandatário vociferou ameaças sem fundamento, colocando em xeque a confiabilidade das urnas eletrônicas; convocou o apoio dos militares e continuou a disseminar *fake news*, alimentando o delírio de seus subordinados, adeptos e apologetas. Apesar das sanções prometidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e das ações adotadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o regime de desinformações

22 “Os generais brasileiros e de outros países da esfera capitalista, que lutaram na Europa contra os nazistas, foram fortemente influenciados pelas Forças Armadas dos EUA, de que agora haveria uma luta mais complicada ainda, pois não seria contra outros países. E não seriam apenas os comunistas os inimigos, mas todos aqueles que tivessem a capacidade de influenciar e levar à contestação política profunda ou a uma revolução social. Isso incluía intelectuais, artistas, estudantes e padres progressistas. Era a chamada Doutrina de Segurança Nacional” (Seixas, 2021, p. 28).

23 “Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característico de governos autoritários que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder” (Schwarz, 2019, p. 19).

prossegue incansável, mesmo após a derrota nas urnas. Os freios acionados por essas instituições traduziam uma cegueira geral: de um lado, o silêncio do procurador da República, frente aos desmandos e abusos do presidente; de outro, uma equipe sediada dentro e fora do Planalto, com especialistas a explorar ilegitimamente brechas encontradas na lei. O resultado do pleito, que reconduziu Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 30 de outubro de 2022, sugere que quase metade da população fosse (e seja) abertamente neofascista ou simpatizante dos regimes totalitários. Isso explica: as numerosas agressões de hordas bolsonaristas armadas contra pessoas identificadas com as cores do Partido dos Trabalhadores (PT), ou símbolos de movimentos sociais; a controversa “fiscalização” de ônibus por setores da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no dia da eleição; o financiamento de um *lockdown* que interditou rodovias durante dias, embaladas por um punhado de palavras de ordem que pretendiam justapor o suposto combate à corrupção (apesar do rombo de 400 bilhões de reais legado pelo governo atual) e à infundada suspeita de fraude nas urnas etc. Some-se a isso a cantilena do fingido amor à pátria (entreguista); a defesa da família e do homem de bem (hipocrisia); a glorificação de Deus – incompatível com o negacionismo programático, tutelado pelo capitão; insustentável, frente à incompetência dos gestores que negligenciaram a vida e zombaram da morte de 700 mil pessoas, vítimas da COVID-19; incondizente com a retirada de verbas da Saúde, da Educação, da Moradia etc. Aplica-se, hoje, o alerta de Florestan Fernandes (2021, p. 40-41), de cinquenta anos atrás:

[...] o elemento essencial das ações e processos políticos parece ser a contrarrevolução, que afirma a totalidade por sua negação, isto é, uma “unidade” e uma “segurança” da nação que não passam de uma unidade e segurança dos interesses, valores e estilo de vida das classes dominantes, bem como do seu reflexo na concepção totalitária da onipotência de tais classes. Por isso, numa situação-limite, de crise e de tensão extremas, a hegemonia social das grandes famílias, ou da oligarquia, ou da burguesia é imposta pelo reverso da sua normalidade (o que inverte a relação das grandes famílias, da oligarquia e da burguesia com a ordem legal que elas apoiam).

Hipocrisia, egoísmo e oportunismo continuam a pautar o discurso de figuras caricatas encontradas nas mídias corporativas, no universo religioso e em meio à fauna empresarial. Não deixa de ser curioso que setores sabidamente reacionários tenham comunicado pronta adesão ao futuro governo de Lula e Alckmin. Dias após o resultado das urnas, um poderoso grupo de comunicação

demitiu vários colunistas e apresentadores, sugerindo a mudança de rumo, devido à lufada de novos ares; o líder de uma seita religiosa, proprietário de uma vasta rede de televisão, veio a público dizer que “perdoava” o futuro presidente; partidos fisiológicos, reunidos em frentes sabidamente conservadoras, declararam apoio político ao presidente, em seu terceiro mandato.

Enquanto isso, um punhado de pseudopatriotas continuava a se dirigir aos quartéis do exército, clamando por nova intervenção militar. Movidos por caprichos particulares (que confundiam com sentimento coletivo), esses sujeitos persistiam a contradizer os “princípios” que supõem defender. Desordenadamente, reclamavam por ordem; defensores do futuro, imploravam pelo regresso aos anos de chumbo; em nome da liberdade, convocavam o golpe; em nome da liberdade de expressão, disseminaram *fake news*; contra a corrupção, cegaram para o rombo de 400 bilhões de reais, legados pelo governo de Jair – que, em nome de deus, da liberdade e do anticomunismo, colocou os seus interesses pessoais e familiares acima de quase todos. Ora, o comportamento desses grupos parece ser uma versão ainda mais tacanha do clima golpista, ventilado por opositores a Jango em 1964:

De uma parte, pregava-se o golpe em arrogante tom de jactância, abertamente e sem rodeios, como se aquilo não fosse um delito – e o delito maior, pois esmagava a legalidade da Constituição. Paralelamente, pregava-se a aniquilação dos golpistas com idêntica fanfarronice, como se isso não significasse um confronto militar, sempre perigoso e brutal. O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, de palavra hábil e brilhante, a cada semana inventava um pretexto para pedir “a derrubada do presidente da República” (TAVARES, 2014, p. 23).

O alerta deve ser geral e a vigilância, constante. Se as instituições democráticas não zelarem pelo admirável feito dos eleitores que derrotaram a poderosa e nefasta máquina bolsonarista nas ruas e nas urnas, a sanha golpista continuará a perpetuar o terror e a turvar os horizontes de um país multirracial, diverso e multicultural, que tem o dever histórico de ser menos desigual e mais inclusivo social, econômica, cultural e politicamente.

Referências

AMADO, Guilherme. *Sem máscara: o governo Bolsonaro e a aposta pelo caos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

- ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”, p. 9-23. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. 11ª reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 9-23.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República (das origens a 1889)*. 4ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BIGNOTTO, Newton. *Golpe de Estado: história de uma ideia*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- CARONE, Edgar. *A República Velha (evolução política)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1974.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 22ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CASARA, Rubens. *Contra a miséria neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- CHAPOUTOT, Johann. *A revolução cultural nazista*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Da Vinci, 2022.
- CHAUÍ, Marilena. “Crítica e ideologia”. In: ROCHA, André (org.). *Escritos de Marilena Chauí*, vol. 2 – *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 117-146.
- CHAUÍ, Marilena. “O mito da não violência brasileira”. In: ITOKAZU, Ericka Marie; CHAUÍ-BERLINCK, Luciana (orgs.). *Escritos de Marilena Chauí*, vol. 5 – *Sobre a Violência*. 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica: 2021, p. 29-51.
- CHAUVIN, Jean Pierre. “O léxico da neocolônia Brasil”. In: ANDRADE, Everaldo de Oliveira; CHAUVIN, Jean Pierre (orgs.). *Lula Liberto*. São Paulo: Terceira Via, 2018, p. 57-61.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A oligarquia brasileira: visão histórica*. 1ª reimp. São Paulo: Contracorrente, 2018.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. 9ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- CRUZ COSTA, João. *Pequena história da república*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “Impeachment: Janáina Paschoal admite ter recebido R\$ 45 mil do PSDB”. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2016/04/janaina-paschoal-admite-ter-recebido-r-45-mil-do-psdb.html>. Acesso: 20 nov. 2022.
- ENGELS, Friedrich. *Esboço para uma crítica da economia política e outros textos da juventude*. Trad. Hélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 166.
- FAZOLI FILHO, Arnaldo. *O período regencial*. São Paulo: Ática, 1990.
- FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 45.
- FERNANDES, Florestan. “Notas sobre o fascismo na América Latina”. In: _____. *Poder e contrapoder na América Latina*. 2ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Expressão Popular, 2021, p. 33-56.
- FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

- FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FOLHA de S.Paulo. “FHC cumpre só duas de suas cinco metas”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/12/30/brasil/12.html>. Acesso em 17 nov. 2022.
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- LENTZ, Rodrigo. *República de Segurança Nacional: militares e política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. “Saquaremas & Luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil”. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, 2011, p. 21-37.
- MAESTRI, Mário. *Revolução e contrarrevolução no Brasil (1530-2019)*. 2ª ed. Porto Alegre: FCM, 2019.
- MANIFESTO. *A República*, Rio de Janeiro [Club Republicano], 3 de dezembro de 1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=138916&pagfis=3&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso: 20 nov. 2022.
- MASCARO, Alysso Leandro. *Crise e Golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras”. *Contemporânea*, Año 3, Volumen 3, 2012, p. 133-148.
- MOURA, Gerson. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. 1ª reimp. São Paulo: Edusp, 2021.
- NOBRE, Marcos. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.
- PEDROSA, Mário. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura: a III Internacional face ao fascismo*. Trad. João G. P. Quintela; M. Fernanda S. Granado. Porto: Portucalense Editora, 1972.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Política e cultura no Império brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SEIXAS, Ivan. *General Golbery e o entreguismo militar brasileiro*. Curitiba: CRV, 2021.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TAVARES, Flávio. *1964: o golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- UOL. “Os 30 anos do confisco da poupança”. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/03/17/entre-infartos-falencias-e-suicidios-os-30-anos-do-confisco-da-poupanca.htm>. Acesso: 20 nov. 2022.

- UOL. “Plano Real”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/12/30/brasil/12.html>. Acesso: 20 nov. 2022.
- VIEIRA, Evaldo. *A República Brasileira (1951-2010): de Getúlio a Lula*. São Paulo: Cortez, 2015.
- WASSERMAN, Claudia. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- WASSERMAN, Claudia. “O império da segurança nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil”. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (orgs.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 27-44.

A NOSSA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E A DELES: 200 ANOS DE LUTAS DO POVO TRABALHADOR¹

Everaldo de Oliveira Andrade

O processo de independência do Brasil começou antes de 7 de setembro de 1822 e se prolonga até os dias atuais. Ao contrário do que se costuma, em geral, se apresentar como leitura consolidada, desde o nascimento do Brasil como Estado autônomo se opuseram caminhos contraditórios entre os interesses gerais dos grandes proprietários rurais, escravocratas e comerciantes e as massas trabalhadoras compostas em sua maioria por escravos negros, mas também por indígenas e trabalhadores livres. Essas contradições se mesclaram com o próprio avanço do capitalismo desde fora e que aqui se articulou e se combinou inicialmente com o próprio trabalho escravo, ajudando a construir um novo Estado autoritário e centralizador para submeter todo o território e suas populações.

¹ Este texto foi redigido a partir das notas de leituras que embasaram as apresentações nos eventos organizados na USP e na UFAM pela Fundação Perseu Abramo em 2022.

O capitalismo começa a pôr fim ao velho império português

Há mais de 200 anos o capitalismo começava a se consolidar partindo da Inglaterra e se espalhando pelo mundo. O centro da vida econômica passava agora pelas novas fábricas, pela produção em massa de roupas e equipamentos e no surgimento de um novo sujeito histórico, a classe operária, que dava seus primeiros passos na construção de suas organizações. Nesse caminho, o capitalismo e as novas indústrias inglesas foram transformando países e continentes, mudando as sociedades, derrubando velhos impérios e abrindo novos mercados e negócios para a mais poderosa burguesia de então: a inglesa. A burguesia francesa, que havia derrubado a monarquia durante a revolução de 1789, tentou se enfrentar durante anos com a Inglaterra para disputar o controle do nascente mercado mundial capitalista. Foram as guerras sob a liderança de Napoleão, que terminaram em 1815. Essas guerras entre a França e a Inglaterra tiveram grande impacto internacional.

A grande capacidade de produção da indústria inglesa, comparada com a produção artesanal e das pequenas oficinas, precisava, cada vez mais, abrir novos mercados para vender seus produtos, o que pressionava os velhos impérios como o espanhol e português e suas enormes colônias americanas. Essas tinham mercados fechados e monopólios apenas para seus próprios comerciantes. Os espanhóis tentaram reformar e modernizar seu império com as “reformas borbônicas” e os portugueses com as “reformas pombalinas” do marques de Pombal, mas nada capaz de impedir o avanço do capitalismo e dos produtos industriais melhores e mais baratos. Essa pressão aumentou quando Napoleão fechou o mercado europeu aos ingleses, decretando o bloqueio continental em 1806. Espanha e Portugal desrespeitaram o bloqueio, tinham importantes negócios com os ingleses, e foram invadidos pelas tropas napoleônicas em 1808. Com isso, o desmoronamento dos velhos impérios e suas colônias nas Américas se acelerou. O rei Felipe VII da Espanha foi preso pelos franceses e o rei de Portugal fugiu com a corte e ajuda da marinha inglesa para a colônia do Brasil.

Os regimes de Portugal e Espanha estavam sendo engolidos pela guerra entre França e Inglaterra. A revolução industrial, construindo o mercado mundial, provocou uma crise econômica e política nas colônias portuguesas e espanholas, uma desarticulação dos monopólios e privilégios dos seus comerciantes e um realinhamento político dos grupos de proprietários e latifundiários. Entre as massas populares, aumentou a fome e a miséria e fermentaram novas revoltas. Portugal

já ensaiava desde o começo do século XIX uma mudança econômica, como o fim do monopólio do sal em 1801, que a vinda da família real em 1808 aprofunda com a política de abertura comercial dando privilégios aos ingleses, que passam de fato a comandar a vida econômica da colônia brasileira. Em 1815 ocorre uma pré-independência com a Constituição do Reino Unido, em medidas econômicas que tentam proteger o comércio português, como do vinho e azeite, contra outros setores concorrentes. O Brasil nasce já sob dependência do mercado externo, herdando estruturas do século XVIII, e isso se verifica na produção e comercialização do açúcar, do algodão, do arroz, do couro, apenas marcados por pequenos surtos de crescimento local. Trata-se de fato da Constituição de um protetorado econômico inglês associado a uma decadência e desarticulação da agricultura brasileira.

O processo de Independência do Brasil se relacionou diretamente com as primeiras décadas de consolidação da Revolução Industrial, o que realça o lugar subordinado desse novo Estado na divisão mundial do trabalho que se construía. A questão agrária e da escravidão são centrais para se entender esse novo padrão de desenvolvimento. A dependência, mesmo com a existência da industrialização, é fruto do imperialismo já no século XX, mas antes, a expansão e consolidação do capitalismo inglês, desde o final do século XVIII, sufocaram a nascente economia brasileira. O capitalismo em Portugal e Espanha foi tragado pela guerra entre França e Inglaterra. A Revolução Industrial, construindo o mercado mundial, provocara uma crise nas colônias portuguesas e espanholas, uma desarticulação dos monopólios, um realinhamento dos grupos de proprietários, os comerciantes e latifundiários. Os impulsos de Independência são marcados também pelas contradições desses grupos econômicos e suas relações com a indústria inglesa.

A economia na pré-independência

O diagnóstico de Caio Prado Júnior, em sua *História Econômica do Brasil*, a respeito das condições da economia internacional e seus impactos no processo colonial são referenciais para compreensão desse momento. Prado destaca que ao final do século XVIII os grandes impérios ibéricos coloniais eram, de fato, corpos imensos com cabeças pequenas, que as guerras incessantes entre França e Inglaterra ajudaram a preservar e proteger. Mas essa situação iria se modificar no final do século XVIII e começo do século XIX com o aparecimento do capitalismo industrial (PRADO JR., s/d, p. 131). Seu progresso na segunda metade do

século XVIII voltava-se contra todos os monopólios. Os conflitos internacionais se agravavam, arrastando as monarquias ibéricas, que não resistiram ao choque e viram seus impérios se desagregarem, favorecendo a independência das colônias americanas: “desafogava-se o mundo, livre daqueles tropeços imensos que lhe embargavam o desenvolvimento” (PRADO JR., s/d , p. 133). Na célebre polêmica historiográfica entre João Fragoso e Fernando Novais – que não é o centro das nossas preocupações aqui – sobre a prosperidade dos grandes comerciantes portugueses da época ou da crise ou não do sistema colonial, certamente Caio Prado partia de uma visão mais abrangente: “Portugal chegara nessas relações ao limite extremo de sua capacidade realizadora e colonizadora. . . o Reino se tornará simples parasita de sua colônia”. O reino não era nem consumidor apreciável dos produtos coloniais, que se destinavam sobretudo a outros mercados, nem fornecedor dos artigos consumidos no Brasil, mas simples intermediário parasitário (PRADO JR., s/d, p. 133). A arruinada marinha mercante portuguesa atendia muito insuficientemente às necessidades da colônia e, para proteger e manter esse ineficiente comércio, Portugal via-se na contingência de impor à colônia as mais drásticas e severas medidas restritivas.

É nesse sentido que, para Caio Prado,

O regime colonial representa, no momento que nos ocupa, um obstáculo intolerável oposto ao desenvolvimento do país, [...] a começar pelo monopólio do comércio externo que é abolido em virtude de circunstâncias quase fortuitas mas é iniciada por aí a desagregação do regime colonial. É na base das contradições geradas por esse sistema que resultará a paulatina transformação do regime em todos os seus aspectos de colônia em nação [...] desencadeiam-se então as forças renovadoras latentes que daí por diante se afirmaram cada vez mais no sentido de transformarem a antiga colônia em uma comunidade nacional e autônoma (PRADO JR., s/d, p. 134).

A abertura comercial de 1808 teria, para Prado, liquidado de um só golpe a base essencial em que assentava o domínio colonial português. Portugal torna-se um domínio inglês, que se aproveita para compensar suas derrotas no continente europeu. A monarquia portuguesa não será mais do que um joguete nas mãos da Inglaterra (PRADO JR., s/d, p. 136).

Em sua análise da economia do país e nas contradições que desde ela moveram os processos de independência, Caio Prado reconhece que, ainda que

as estatísticas econômicas da época sejam muito inseguras e incompletas, elas teriam permitido dar uma orientação ou se aproximar das tendências que modificaram o desenvolvimento econômico do país naquele período. O comércio internacional do Brasil se tornava permanentemente deficitário, o que será compensado em parte pelo fluxo de capitais estrangeiros, principalmente empréstimos públicos, amarrando a economia brasileira na dependência de fluxos de capitais estrangeiros que ajudavam a drenar as riquezas nacionais (PRADO JR., s/d, p. 142). Um mercado externo controlado cada vez mais pela Inglaterra, em plena expansão industrial, provocava impactos severos na economia local, ou seja:

[...] colaboravam para isso as baixíssimas tarifas de importação aplicadas pela coroa portuguesa, além do que, a produção de gêneros para exportação não conseguia concorrer com as mercadorias importadas. A tarifa de 15% só será modificada em 1844 e ajudou a esmagar a pequena produção industrial brasileira da época [...] As deficiências do comércio português tinham ajudado como barreira protetora para uma pequena indústria local de caráter mais artesanal, mas que estava satisfazendo uma boa parte do consumo interno e que sobrevivia sem concorrência estrangeira, ligada principalmente a manufatura de tecidos e a metalurgia (PRADO JR., s/d, p. 144).

A presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro também transformou os hábitos de consumo de parte da elite e aumentou os custos de novas despesas, depois que se instalaram grandes repartições públicas e serviços com centenas de funcionários.

O Estado português teve que se reaparelhar minimamente nos domínios coloniais. Parte das novas despesas representavam necessidades impostas pela criação de serviços indispensáveis, como forças armadas, instrução pública e higiene. As iniciativas de novos povoamentos implicavam na abertura de novas estradas, obras de urbanismo no Rio de Janeiro etc. Essas dificuldades se prologaram posteriormente com a fundação do novo estado após 1822, com novos compromissos decorrentes das guerras na Cisplatina ou nas obrigações de dívidas contraídas com a Inglaterra nesse período. Para Prado, outro aspecto que se destacava era o fato de que: “o sistema financeiro do estado era rudimentar, herdou os quadros administrativos da metrópole e a rotina burocrática de uma nação decadente como era Portugal”. Não era fácil organizar uma arrecadação eficiente num território tão vasto como o brasileiro. “A arrecadação dependeu dos impostos

alfandegários (...). Os banqueiros ingleses em conluio com os desonestos altos dignatários do Império lançaram-se sem Piedade sobre essa presa inerme que era a nação Brasileira” (PRADO JR., s/d, p. 148).

Essas contradições econômicas se expressavam politicamente não só nas tensões políticas dos grupos econômicos dominantes, mas principalmente entre as camadas populares trabalhadoras. O que explica a importância do protagonismo das lutas dos de baixo nos processos da revolução de independência nas Américas. Tratava-se de uma longa e profunda onda revolucionária que envolvia não apenas os setores das camadas dominantes, mas as amplas massas populares, e na qual o Brasil estava inserido nesse momento.

Revoltas populares nas Américas

Nas colônias e domínios do império espanhol e francês a desestabilização também avançava. As massas trabalhadoras das colônias americanas se mobilizaram desde antes dos acontecimentos que levaram à independência do Brasil. A Revolução Haitiana começou no mesmo momento da Revolução Francesa de 1789 – o Haiti era a colônia francesa mais importante e rica naquela época – e foi vitoriosa em 1804, depois de finalmente derrotar as tropas enviadas por Napoleão; libertou quase meio milhão de escravos negros, criou a primeira república livre do continente americano e repercutiu em todos os rincões. Os EUA, embora independentes desde 1776, mantiveram a escravidão dos negros (ANDRADE, 2019). O Haiti livre demonstrava claramente para os povos oprimidos que a vitória era possível, que havia uma vertente popular nas lutas de independência do continente que estava enraizada na resistência diária das massas trabalhadoras, em sua maioria escravizadas. Essa vertente se expressou em outras regiões.

No Brasil, a luta do povo haitiano por liberdade teve grande repercussão, a notícia vinha pelos navios e chegou a Salvador. A Conjuração Baiana de 1798 – também conhecida como conjuração dos Alfaiates –, ao contrário da mais conhecida e elitista revolta de Tiradentes, foi uma insurreição popular principalmente de trabalhadores negros livres e mestiços motivada pela fome. Os panfletos da época defendiam a Proclamação da República e o fim do trabalho escravo. Três dos seus líderes presos foram decapitados e seus corpos esquartejados e expostos pelas ruas de Salvador.

O caminho que levaria à independência do Brasil foi parte das revoluções de independência que ocorriam em outros países da América Latina. Muitas dessas revoltas propunham independência da Espanha junto com direitos sociais

como libertação dos escravos e reformas agrárias. A grande revolta indígena de Tupac Amaru no Peru, em 1781, sinalizava as futuras guerras de independência na América Espanhola. No México, uma grande insurreição popular de camponeses indígenas sob a liderança dos padres Hidalgo e Morelos propôs independência com reforma agrária. Também Simon Bolívar teve o apoio do presidente do Haiti Alexandre Petion, que em 1815 forneceu armas e soldados para sua expedição. Bolívar passou a defender a libertação dos escravos e libertou Venezuela, Colômbia, Equador e finalmente Peru e Bolívia depois de vencer, com o general Sucre, as últimas tropas espanholas na batalha de Ayacucho em dezembro de 1824 (ANDRADE, 2019). Entre seus generais estava o brasileiro Abreu e Lima.

As massas trabalhadoras no processo de independência

Os inúmeros exemplos de participação popular nos processos de independência nas Américas, que de fato ameaçavam os interesses dos grandes proprietários, criavam grandes preocupações e precauções entre as camadas dominantes da colônia portuguesa. Quando a família real, vinda de Lisboa, chegou ao Brasil em 1808, foi obrigada a criar uma nova estrutura de controle e administração e se viu forçada a comandar o império português – que tinha outras colônias na África e Ásia – desde o Rio de Janeiro. O tráfico de escravos aumentou, pois interessava tanto para os ingleses como para os comerciantes portugueses e os grandes latifundiários. Com a derrota definitiva de Napoleão em 1815, a Inglaterra começa uma ofensiva comercial, que aumenta a subordinação de Portugal e da colônia brasileira. Foi nesse mesmo ano que a coroa portuguesa tentou defender a sua economia contra outros setores concorrentes, decretou a Constituição do Reino Unido de Portugal e Brasil e impôs medidas econômicas que tentavam proteger o comércio português, como do vinho e azeite.

A Revolução Pernambucana de 1817, articulada pelas elites econômicas de Recife, refletiu essa crise econômica ao propor a Proclamação da República, manutenção da escravidão e liberdades de culto e imprensa. A pressão econômica aumentou, e em Portugal uma revolta das classes dominantes – a Revolução do Porto, de 1820 – exigiu a volta da corte e que o Brasil voltasse ao seu estatuto de colônia ou que se adequasse à submissão dentro de um novo arcabouço institucional. Foi nesse contexto mais imediato que ocorreram os acontecimentos que provocaram a independência do Brasil a partir de 1822. Porém, apesar das precauções e da ideologia que se formulou depois, o nascimento do Brasil como Estado nacional não foi pacífico e tranquilo. De um lado, quebrava os bloqueios

que a colonização de Portugal criava ao desenvolvimento aqui do capitalismo, de outro, libertava um impulso revolucionário por mudanças que contagiava até as massas de escravos e trabalhadores livres.

Na Bahia, as lutas em torno do processo de independência se ampliaram e deram um caráter revolucionário aos eventos. A derrota das tropas portuguesas só terminou em 2 de julho de 1823, depois de grande mobilização popular em que participam negros e indígenas, tropas regulares e voluntários. Esse bloco popular despertou grande medo nos proprietários escravocratas, que temiam que as lutas por terra e liberdade se incorporassem ao objetivo da independência e transbordassem para fora do seu controle. E essa possibilidade existia. Na província do Grão-Pará – que hoje compreende toda a região Norte do país – a luta pela independência foi em parte capturada pelas exigências próprias das massas populares. Ali havia uma forte elite de proprietários portugueses e uma ligação comercial direta com Lisboa, mais próxima que com o Rio de Janeiro. Na cidade de Belém, a Proclamação da Independência ocorre apenas em 15 de agosto de 1823, depois que o lorde almirante Grenfell, a serviço de d. Pedro I, derrubou a junta de governo. Mas uma mobilização de massas exigiu a formação de um governo popular chefiado pelo cônego João Batista Campos. Grenfell, que recebera ordens para entregar o governo a homens da confiança do imperador, desencadeou violenta repressão, fuzilamentos, centenas de prisões que desembocaram no massacre por sufocamento de 256 prisioneiros no porão de um navio conhecido como “Chacina do Brigue Palhaço”.

Em Pernambuco, as raízes da revolução de 1817 estavam vivas. Dez dias depois da proclamação de 7 de setembro de 1822 forma-se um governo alinhado com d. Pedro I. Em dezembro de 1823, como reação ao fechamento da Assembleia Constituinte, ocorre uma rebelião e o governo da província é derrubado. Dom Pedro I envia um governador nomeado e uma esquadra para bloquear Recife em junho de 1824 e impor seu controle. Mas a resistência prossegue e, em 2 de julho de 1824, é proclamada a Confederação do Equador como uma república independente, unindo Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba ao Pernambuco, chefiada por Manuel Paes de Andrade e frei Caneca. As tropas imperiais conseguem derrotar a confederação com apoio dos senhores de engenho. A guerra termina em 29 de novembro e os seus principais líderes são fuzilados.

A participação popular se desenrolou em outros espaços mais dispersos e amplos e envolveu profundamente as massas de trabalhadores negros escravizados. Mesmo o conservador José Bonifácio teve que reconhecer que: “sem a emancipação dos atuais cativos nunca o Brasil firmará sua Independência nacional”. Apesar dos esforços desses para impedir qualquer mudança, a indepen-

dência revolucionou a vida do país, provocou uma ruptura, exigiu a formação de um Estado nacional e fortaleceu cada vez mais uma dinâmica capitalista na economia, ainda que articulada com a permanência da escravidão dos negros e o controle da Inglaterra.

Inúmeros testemunhos e documentos de época comprovam não apenas a intensa participação das massas trabalhadoras, mas suas leituras particulares do significado de liberdade. Como muito bem refletiu Gladys Sabina Ribeiro:

[...] a população pobre e desvalida estava sempre presente. Não como elemento figurante, mas conduzindo conjunta e efetivamente os fatos, gritando palavras de ordem em defesa de uns e de outros, verdadeiros motes que incitavam atitudes diferenciadas de acordo com as circunstâncias, com o que estava em jogo e sendo pleiteado pelas variadas facções. Nas suas ações havia claramente uma finalidade a qual podemos, *grosso modo*, chamar de um projeto político. Igualmente a reivindicação da liberdade, como uma forma de autonomia e de participação, estava presente. [...] No intenso debate político sobre a independência, sobre a liberdade e a libertação do jugo da reescravização, os escravos fizeram uma leitura própria dessas ideias e colocaram-na em prática (RIBEIRO, 2002, p. 31-32, 39).

Em seu célebre livro sobre o processo abolicionista, Joaquim Nabuco já havia notado, para além do engajamento das massas negras escravizadas, de que forma o processo da independência contagiara pessoas muito além da realidade dos salões das elites, com esperanças de liberdade e emancipação muito mais profundas. Nabuco lembrava que:

[...] a animação dos abolicionistas é para o escravo como o desejo, o sonho dourado da sua própria mãe. [...] A promessa dos poderes públicos, porém, é muito diversa: entre as suas crenças está a de que a palavra de rei não volta atrás, a confiança na honra dos brancos, e na seriedade dos que tudo podem. [...] O que as vítimas da escravidão ignoram é que semelhantes compromissos tomados por esses personagens são formulados de modo a nunca serem exigíveis (NABUCO, 2000, p. 31).

A ilusão dos negros escravizados se prolongou, porém, muito além:

[...] veio o período da agitação para Independência. Nesta fermentação geral dos espíritos, os escravos enxergavam uma perspectiva mais favorável de

Liberdade. Todos eles desejavam instintivamente Independência. A sua própria cor os fazia aderir com todas as forças como pátria; havia nele para a Raça Negra um futuro nenhum em Portugal. [...] daí a conspiração perpétua dos descendentes de escravos pela formação de uma pátria que fosse também sua, esse elemento poderoso de desagregação foi o fator anônimo da Independência.

E pessimista, Nabuco advertia: “A escravidão dividia a nação em duas castas, vias das quais uma apesar de partilhar a alegria e o entusiasmo da outra, não teria a mínima parte nos despojos da vitória” (NABUCO, 2000, p. 33-35).

A esperança de liberdade estava marcada por diferentes e nem sempre explícitas formas de resistência ou adaptação, que em geral não foram coordenadas nos processos e lutas pela nossa independência em torno do ano de referência de 1822. Como demarcou Kátia Mattoso:

Somente ao tornar-se homem livre ou, ao menos, quando começa a divisar a possibilidade de alforriar-se, é que o escravo cruza a passagem que transforma o prisioneiro infeliz num ambicioso alerta movido por uma esperança tenaz. Então o escravo adapta-se verdadeiramente a seu meio como a aranha, tartaruga ou o camaleão, através da astúcia, arma eficaz dos fracos e dos oprimidos, que possibilita ao escravo fingir-se obediente, fiel e humilde ante seus senhores, fraternal e digno junto aos seus companheiros de servidão. A dupla adaptação do escravo é, pois, vivida como coisa transitória (MATTOSO, 1990, p. 167).

Os negros escravizados e mestiços livres viram na Independência uma possibilidade de eliminação da discriminação racial e a possibilidade de se candidatarem a cargos administrativos e mesmo de estudarem. Para essas pessoas a luta pela Independência era uma batalha contra os brancos e seus privilégios. Os exemplos das dificuldades de agrupar a massa de trabalhadores escravizados ao processo de Independência apareceu não somente na Inconfidência Mineira de 1789, mas também na Revolução Pernambucana de 1817 e demonstrava o conflito de classes e de raças já presente na futura sociedade brasileira. As fórmulas liberais eram vagas e permitiam abranger aspirações ilusórias de unidade, mas as classes mais baixas de brancos, negros e mestiços se ligavam aos membros das elites por um sistema de clientelismo e patronato que criava uma aparência de camaradagem para esconder as diferenças sociais (VIOTTI, 2015). Essas estratégias de conciliação nem sempre atingiram seus objetivos de maneira plena.

A separação de Portugal e a Constituinte frustrada

Em uma sucessão de acontecimentos entre 1821 e 1823, o processo de ruptura com Portugal iniciado em 1808 avançou rapidamente. Em 1820, ainda sobre o governo de dom João VI, o Brasil enviou às cortes extraordinárias em Lisboa os seus primeiros delegados constituintes. Em 26 de fevereiro de 1821, manifestações de rua forçaram o rei d. João VI a jurar lealdade à Constituição liberal e voltar para Portugal, deixando seu filho d. Pedro como regente. Os liberais portugueses queriam que o Brasil voltasse a ser colônia. Isso acelerou o processo de ruptura, ainda que houvesse tentativas de se criar uma monarquia dualista e outras formulações alternativas. Na verdade, os grandes proprietários da colônia queriam negociar uma autonomia de Portugal sem mobilizar as massas. Em junho de 1822, o Conselho de Procuradores criado pelo príncipe regente pediu a convocação de uma assembleia nacional, que foi aceita. Poderiam votar homens casados ou não com mais de 20 anos de idade, que não fossem trabalhadores assalariados, apenas com algumas exceções e, de fato, dava o direito de eleição apenas às elites proprietárias. Dom Pedro tornou-se “defensor perpétuo do Brasil” em 13 de maio de 1822 e começou de fato a reorganizar as bases do novo Estado. Em 2 de setembro, o governo no Rio de Janeiro recebe a informação de que o parlamento português enviaria tropas ao Brasil por considerar o regente e seus conselheiros traidores e inimigos. O ultraconservador conselheiro de d. Pedro, José Bonifácio, escrevia: “de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores” e recomenda a ruptura com a metrópole. Em viagem a São Paulo d. Pedro proclama a Independência em 7 de setembro de 1822. (VIOTTI, 2015).

Ainda que as classes dominantes buscassem uma transição através de arranjos palacianos, a resistência das tropas portuguesas, de um lado, e as mobilizações populares, de outro, construíram outros projetos alternativos que tornaram o processo tenso, violento e imprevisível. Para fazer nascer o novo Estado nacional, foi costurada uma conciliação precária entre os que defendiam uma monarquia absoluta e os revolucionários liberais, que defendiam um tipo de monarquia constitucional que assegurasse algum controle aos proprietários. Havia também a pressão das províncias, para não falar das esperanças populares por terra e liberdade, completamente ignoradas e que logo vão aparecer. Isso se refletiu também nas iniciativas por uma Assembleia Constituinte em 1823, que refletiam as divisões entre as classes dominantes que queriam assumir o controle do novo país por diferentes caminhos. A ideia de convocar uma assembleia constituinte para o

Brasil independente inspirava-se França revolucionária. Em maio de 1822 houve uma manifestação no Rio de Janeiro pedindo a d. Pedro I a convocação de uma constituinte para o Brasil depois da “dolorosa experiência de 380 anos” e o saldo da “escravidão” deixado por Portugal. Em 3 de junho de 1822 o príncipe regente português convocou a assembleia constituinte através de eleições.

Porém, os limites da iniciativa surgiram logo depois, após uma tentativa de grupos liberais em submeter o imperador ao juramento de uma futura Constituição. A iniciativa foi esmagada por José Bonifácio em outubro de 1822. Uma onda de prisões e censuras da imprensa preparou a abertura da Assembleia Constituinte em maio de 1823. No dia 4 de maio de 1823, apenas sete meses após a Independência e depois de meio ano de trabalhos, na abertura da assembleia, d. Pedro I defendeu o sistema monárquico com um discurso em que condenava o colonialismo português, destacava as péssimas condições do Tesouro nacional e lembrava o que ele buscava com a nova e primeira Constituição do Brasil: “que fosse digna da nação e de mim”. Em seguida, José Bonifácio afirmou que o maior perigo a ser evitado seria a “demagogia e a anarquia”, o que podemos traduzir por democracia e participação das massas populares. As províncias de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco – com 20, 13 e 13 delegados, respectivamente – foram as maiores representações do total de 17 províncias que existiam no Brasil.

No dia 12 de novembro de 1823, o mesmo dom Pedro I que inaugurara a Assembleia mandava prender os deputados e dissolver a Constituinte. Era a expressão de todo um projeto autoritário de Estado nacional que estava sendo construído. Em seguida à dissolução da constituinte, foi promulgada uma Constituição imperial que dava ao imperador poderes absolutos (VIOTTI, 2015). Essa primeira Constituição do país, imposta em 1824, estabelecia um governo monárquico, hereditário e constitucional representativo. O imperador seria “inviolável e sagrado”, podendo exercer o inédito “poder moderador”. Dessa forma, podia intervir sobre as Câmaras Legislativas das províncias, o Senado e o Judiciário; escolher os senadores em listas tríplices de eleitos, convocar assembleia geral das províncias quando julgasse conveniente, aprovar ou suspender as decisões dos conselhos provinciais, suspender juízes etc. O imperador era também o chefe do executivo, podendo nomear ministros, bispos, juízes, criar empregos, dirigir a política externa e as forças armadas. A Câmara dos deputados com mandatos temporários e o Senado com mandatos vitalícios. Era uma democracia para as elites de proprietários: para poder votar era preciso não ser trabalhador, com algumas exceções. Para ser eleito deputado era preciso ter uma renda líquida de 200 mil réis e para senador de 800 mil réis. As eleições seriam indiretas. A

religião católica foi imposta como credo oficial do Império. O Brasil seria uma “nação livre independente”, garantindo o “direito de propriedade em toda a sua plenitude”.

Foi articulado, de fato, um pacto constitucional ou uma conciliação precária pelas mãos de José Bonifácio entre os velhos tradicionalistas que defendiam uma monarquia absoluta e os revolucionários e liberais, que defendiam algum tipo de monarquia constitucional e controlada por um espaço de democracia dos grandes proprietários. Havia também a pressão das províncias, para não falar das aspirações populares completamente ignoradas. Vai prevalecer, na Constituição de 1824, a ideia de que a monarquia e o imperador são a origem da própria Independência e da constituinte e não o contrário. Os poucos democratas entre as elites atuantes haviam sido esmagados previamente por José Bonifácio e d. Pedro I. Prevaleceu uma concepção de igualdade sem democracia ou soberania popular, ambigualmente nacional, mas que não escapará ao controle e tutela da Inglaterra.

A estrutura da nova Carta Constituinte de 1824 buscava manter a supremacia do monarca. Incorporava a concepção de que ele fosse um árbitro das disputas, controlando e governando como uma ditadura por cima; permitindo conciliar as disputas por baixo com um mecanismo para absorver os atritos entre os poderes legislativo e executivo, como poder moderador. Mas d. Pedro I não conseguiu assumir o papel de conciliador dos governantes das províncias. A aparência de parlamentarismo mal encobria uma monarquia absolutista em formação. Dom Pedro I logo afastou José Bonifácio do centro de poder e tentou governar a partir de uma ilusória popularidade no Rio de Janeiro. Tinha pouca autoridade nas províncias, cujos presidentes passavam a ser nomeados pelo imperador; tentou criar uma nobreza artificial como fonte de apoio, distribuindo títulos e cargos entre os setores das elites, títulos de medalhas para marqueses, condes, viscondes e barões que ameaçavam se tornar uma nobreza hereditária. Também distribuiu empregos e privilégios. Como escreveu um jornalista da época: “destilei o veneno sutil e saboroso da corrupção; comecei por embriagar os grandes e cheguei até o povo [...] a política da força faz mártires, e os mártires, como sabeis, ressuscitam; a política da corrupção faz miseráveis, e os miseráveis apodrecem antes de morrer”. Nas palavras de Raymundo Faoro (2000), o regime colonial parecia se modernizar em uma ordem improvisada e reorganizada por novos aristocratas também improvisados, funcionários nomeados e conselheiros escolhidos sobre o mundo distante e desconhecido chamado Brasil. Duas correntes de proprietários disputavam o poder: de um lado, os comerciantes dedicados ao tráfico de escravos e às exportações, envolvidos com as empresas

financeiras; e, de outro, os fazendeiros com dívidas e status superior às suas posses. As novas instituições em construção não conseguiam sequer dar conta das lutas no interior das elites.

A massa dos escravos e trabalhadores livres esteve completamente ignorante do que ocorria no comando da jovem nação em construção. Dom Pedro I conseguiu destruir com a dissolução da primeira constituinte o carisma da Independência. Manteve seu poder pela força das armas do exército, esmagando como pode as rebeliões que se multiplicam nas províncias. Permaneceu a desconfiança de que d. Pedro nunca se fez de fato brasileiro pleno e permaneceu ligado à possibilidade de reinar também em Portugal (FAORO, 2000). A imposição da Constituição de 1824 não conseguiu restaurar a autoridade do poder central, abrindo uma brecha para revoltas e insurreições populares regionais prosperarem. O exército que participara da guerra cisplatina ganha um espírito de corporação, patriótica e nacional, e afasta-se da obediência cega ao imperador. A volta de d. Pedro a Portugal abrirá o período das regências, de grande crise política.

Contradições do liberalismo na construção da nação

As ideias liberais das burguesias revolucionárias europeias, ainda que tenham ficado apenas na mente e nos debates de pequenas minorias, foram se adaptando às demandas e objetivos das camadas proprietárias locais, como nos interesses dos escravocratas e dos grandes comerciantes. Quando lutavam por liberdade, igualdade, nossos patriotas e grupos de grandes proprietários queriam acabar com os privilégios que beneficiavam a metrópole e prejudicavam os seus negócios. Esses líderes eram em sua maioria racistas, temiam a rebelião da massa dos escravos e qualquer ideia próxima de democracia. O conservadorismo das elites de grandes proprietários e comerciantes poderia ser contrastado com o impulso vindo de baixo.

Alguns autores como Florestan Fernandes localizaram um papel importante do liberalismo como ideologia instrumentalizada pelos interesses específicos e muito concretos das elites locais. Elas teriam se aproveitado de seus elementos mais dinâmicos para estruturar as bases de um Estado nacional, que terminou sendo um elemento de mudança revolucionária. A Independência pressupunha ver, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. O elemento conservador expressava-se nos propósitos de preservar e fortalecer a todo o custo, uma ordem social que não possuía condi-

ções materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessária à construção e florescimento de uma nação. (FERNANDES, 1987, p. 32-34)

Para Florestan Fernandes, o liberalismo teve efeito histórico social profundo ao ser absorvido pelas elites nativas. Não teria se tratado apenas de uma influência ideológica e política tênue, mas instrumental e concreta:

[...] de um lado preencheu a função de dar forma e conteúdo às manifestações igualitárias diretamente emanadas da reação contra o esbulho colonial. [...] A outra polarização do liberalismo o associava definitivamente com a construção de um estado nacional. [...] O liberalismo possuía o nítido caráter instrumental e se propõem o complexo problema de como criar uma nação num país destituído até das condições elementares mínimas de uma sociedade nacional (FERNANDES, 1987, p. 34).

Florestan viu um papel progressista no liberalismo do século XIX no Brasil:

[...] ao contrário do que se proclama com frequência o liberalismo exerceu influências sociais e construtivas em várias direções concomitantes. [...] As categorias do pensamento inerentes ao liberalismo preenchiam uma função clara: cabia-lhes suscitar e ordenar a partir de dentro, espontaneamente através do estatuto nacional, mecanismos econômicos sociais e políticos que produzissem efeitos equivalentes aos que eram atingidos antes, a partir de fora e compulsoriamente, através do estatuto colonial. [...] Outro aspecto importante do liberalismo foi responder ao estatuto de subordinação e controle do mercado externo e das estruturas internacionais de poder. [...] Sua importância decisiva aparece apenas aos níveis de adaptação dos agentes econômicos internos aos mecanismos diretos do mercado Internacional e da criação de um estado nacional. Todavia, uma apreciação mais rigorosa revelaria que ele produziu outros dividendos positivos. [...] Concorreu para revolucionar o horizonte cultural das elites nativas. [...] da importância da organização do poder em termos de sociedade global [...] preparando-as intelectualmente para os conflitos que uniam contra o estatuto colonial e para a defesa da Independência (FERNANDES, 1987, p. 34-37).

Embora haja no liberalismo uma forte mobilização ideológica, segundo a abordagem de Florestan Fernandes por uma revolução por cima, o que de fato acelerou o móvel propulsor das transformações econômicas do país desde sua

base econômica foi a energia revolucionária que vinha de baixo, das massas trabalhadoras que lutavam cotidianamente por sua sobrevivência.

Liberalismo e nacionalismo estavam muito distantes do que de fato se consolidou como realidade, ainda que presente na ordem constitucional. Como fez notar Emília Viotti: “As ideias liberais das burguesias revolucionárias europeias ficaram apenas na mente e nos debates de pequenas minorias de sociedades secretas que foram logo sufocadas. O liberalismo aqui foi adaptado aos interesses dos escravocratas, dos grandes comerciantes e passou longe de qualquer ideia que permitisse afirmar que havia um processo revolucionário burguês com a Independência”. Viotti limita em sua análise o suposto alcance revolucionário das elites locais – ainda que o liberalismo no século XIX na Europa alimentasse revoluções e mobilizasse massas populares – aqui em vários aspectos os limites foram evidentes. Também a separação entre igreja e estado aqui teve uma leitura diferente porque havia uma tendência revolucionária no clero brasileiro que se opunha aos poderes que o papa havia concedido aos reis portugueses. O nacionalismo também não teve grande peso. O mercado interno era insignificante e a maioria dos bens aqui produzidos ou extraídos eram embarcados para o exterior. Some-se o fato de que a rede de comunicações que ligava as províncias era muito precária. A integridade territorial brasileira após a Independência não esteve ligada a uma ideologia nacionalista. Isso foi posterior. (VIOTTI, 2015)

A Independência foi muito além dos seus aspectos institucionais e políticos e provocou uma revolução social e econômica no Brasil vinda das camadas sociais oprimidas. Obrigou a camada de proprietários a construir um novo e complexo aparato de Estado para a defesa do território, para a sua administração e para favorecer diretamente seus interesses econômicos. Esse processo, se nos primeiros anos foi caótico e contraditório, criou uma dinâmica de modernização econômica nova e diretamente capitalista ainda que com bloqueios à industrialização. Ao mesmo tempo que o país se desfazia do peso parasita da decadente economia de Portugal e se abria completamente para a concorrência do capitalismo inglês (as tarifas de importação de 15% eram baixas), internamente era mantido o trabalho e o tráfico de escravos negros.

A escravidão no Brasil sendo o coração econômico do país, articulou-se ao capitalismo. Só com o fim do tráfico de escravos, em 1856, esse edifício começou a ser destruído. Desde meados do século XIX avançaram iniciativas de modernização que aprofundaram a dependência econômica da nova nação em construção em relação às economias centrais do capitalismo industrial em ascensão. Tratava-se de uma economia global que se articulava através de um desenvolvimento desigual e combinado, capitalismo que articulava de forma cada vez mais

ampla a produção e circulação; que buscava cada vez mais submeter, controlar e articular as economias nacionais e regionais em uma realidade mundial dinâmica e articulada. Essa nova economia mundial estava em um momento de consolidação e subordinava cada vez mais as relações de produção não capitalistas ao seu centro. Um processo de acumulação de capital passou a ocorrer com maior intensidade entre os proprietários rurais, mas obstaculizava a possibilidade de um desenvolvimento autônomo do capitalismo no país com um possível fortalecimento de uma burguesia nacional ao manter a escravidão e voltar sua produção para fora se favorecendo da abertura comercial.

O Brasil popular

O modelo de independência tramado desde antes de 1822 pelas classes dos ricos proprietários, dos fazendeiros, dos grandes comerciantes e dos donos de escravos era de um Brasil que nascia de joelhos, dominado pela Inglaterra e pela monarquia para seguir escravizando e explorando o seu povo. Mas para as camadas populares, trabalhadores livres pobres, mulheres, indígenas, negros escravizados a independência trazia esperanças e um caráter revolucionário. Esse sentimento popular transbordou nas inúmeras revoltas de escravos e nas províncias, como a dos Cabanos no Pará e Amazônia; na Praieira em Pernambuco; na Farroupilha no sul do país; e nas insurreições populares dos Balaios em grandes regiões do Maranhão e Piauí. Essas explosões de revolta se somavam com as permanentes e inúmeras rebeliões e lutas de resistência cotidianas dos escravos e dos vários quilombos negros pelo país afora. A nação brasileira se construiu nessas lutas.

Este movimento social amplo e profundo se chocava com os interesses diretos e engajados dos escravocratas, grandes comerciantes e fazendeiros que se beneficiavam diretamente da escravidão, possuindo grandes e fortes laços com o mercado mundial em formação. Caio Prado nos relembra que:

[...] os traficantes de escravos eram uma potência financeira no Brasil e apesar do desprestígio social que os cercava, faziam sombra com seu dinheiro às classes de maior expressão política e social no país; os fazendeiros e proprietários rurais, em regra seus devedores pelo fornecimento de escravos. A abolição do tráfico de escravos, ou último desembarque clandestino, ocorreu em 1856. Encerrava-se a fase de transição que se estende desde a transferência da corte portuguesa em 1808. De fato, foi um período revolucionário de bruscos saltos

e transformações violentas na história do Brasil que tiveram consequências em novas agitações sociais e políticas. O sistema econômico colonial conseguirá ainda adaptar-se momentaneamente através de ajustamentos de compromissos, mas o fim da fonte africana de trabalhadores escravos leva a uma decomposição do antigo sistema de origem colonial. Era ainda até meados do século XIX o maior negócio econômico do país. O seu fim vai obrigar novas iniciativas comerciais financeiras e industriais, de fato, libertar a economia para um desenvolvimento mais livre do capitalismo sem os entraves pesados no sistema pré-capitalista de escravidão (PRADO JR., 1986, p. 162-164).

A vertente que empurrava o Brasil para frente estava na resistência popular dos trabalhadores escravizados em sua maioria de negros e indígenas. Quilombos e Mocambos eram espaços privilegiados de resistência, como bem demarca Kátia Mattoso:

Quilombos e mocambos são constantes na paisagem Brasileira desde o século XVI, eles surgem da própria instabilidade do regime escravista do trabalho organizado sem qualquer fantasia da civilidade rígida das injustiças e maus-tratos. Representa uma solução a todos os problemas do inadaptável mundo escravo aturdido entre a comunidade branca e o grupo negro. [...] Os quilombos encontram sempre apoio de solidariedades que lhes possibilitam viver fora da sociedade. Contudo, o Quilombo jamais é fruto de um plano premeditado; nasce espontaneamente, pode reunir num mesmo refúgio a negros e crioulos escravos ou homens livres vítimas de alguma lei discriminatória (1990, p. 158).

Esse Brasil popular não cessa de existir desde o início da colônia e seguia em suas lutas de resistência. O processo da independência permitiu um novo ciclo e ritmos a essas lutas por direitos como a terra e a liberdade. Desse período de lutas pela independência temos a referência do famoso Mocambo do Pará, criado em 1820 perto de Manaus, na Floresta do rio Trombetas. Reunia em 1823 mais de 2.000 pessoas entre negros e indígenas, que resistiram ferozmente aos vários ataques armados para destruí-los. Ele foi formado em 1821 sob a liderança do mestiço de índio e negro Atanásio, a polícia conseguiu destruir o Trombetas em 1823, mas algumas lideranças conseguiram fugir e fundaram um novo Quilombo só desmantelado em 1835. Outro famoso Quilombo é o do Buraco do Tatu perto de Salvador, que data de meados do século XVIII e que contava com apoio de brancos livres. Foi destruído em 1763 por uma expedição com mais de 200 homens, a maioria indígenas. (MATTOSO, 1990, p. 161-2)

Cada revolta de escravos possuía suas características particulares, resultantes de uma conjuntura econômica e política precisa, mas sempre instável. O que havia de permanente era a luta por liberdade e ela prosseguiu com mais força após 1822. Na Bahia houve grandes lutas de resistência e uma das mais conhecidas era a do Quilombo do Cabula, nas grotas e matas das colinas que cercam Salvador a nordeste. Foi destruído por uma expedição militar no começo do século XIX, mas não foi a última e ocorria com outras seguintes no período próximo da recém Proclamação da Independência haitiana em 1804, vista como exemplo a ser seguido. A insurreição de 1807 pretendia reunir às portas da cidade os escravos dos engenhos do Recôncavo e os cativos da cidade juntos e conduzidos pelos da nação Haússa. Em 1808 os escravos das nações Nagô e Haússa organizam nova insurreição. A onda de rebeliões prosseguiu tanto na cidade de Salvador quanto nos engenhos do Recôncavo baiano entre 1816 e 1835, quando ocorreram cinco grandes insurreições. A Rebelião dos Malês, de 1835, foi a maior revolta de escravos que se tem notícia. Salvador tinha na época 65 mil habitantes, apenas 20% eram brancos e maioria dos escravos negros eram africanos, muitos deles alfabetizados e de religião muçulmana. A revolta ocorreu entre os dias 24 e 25 de janeiro e provocou uma brutal repressão, fuzilamentos e condenações aos principais líderes. Entre as dificuldades da luta houve divisões internas entre os explorados e a repressão brutal e eficiente. (MATTOSO, 1990)

Uma das explicações para o insucesso das grandes revoltas negras da Bahia nas primeiras décadas seria, segundo Katia Mattoso, o fato de que:

[...] ao grupo de escravos falta[va] uma coesão e a unidade em sua luta contra o poder [que] não consegue esquecer suas disputas internas, nem as oposições multifacetadas entre crioulos e africanos, mestiços e negros, forros, negros e mulatos livres. O insucesso das rebeliões explica-se também pela eficácia da repressão [...]: a delação nunca falta. Contestando um corpo social que agrupa toda a população livre-branca, crioula, mulata – os escravos terminam por suscitar uma verdadeira frente brasileira contra o africano. [...] Cada movimento de revolta provoca uma legislação sempre mais meticulosa e severa. [...] Inúmeros regulamentos levam a um controle tão rigoroso dos movimentos dos escravos que qualquer levante se torna impossível após 1840 (MATTOSO, 1990, p. 165-6).

No período após a independência, nas décadas seguintes a 1830, a escravidão no Brasil é impactada por mudanças importantes que vão alterar a dinâmica da resistência e da participação das massas trabalhadoras. O trabalho escravo

estava crescendo em São Paulo e Rio de Janeiro atraído pelas novas plantações de café. A economia cafeeira fortaleceu a escravidão e a injeção de trabalho escravo servirá de força impulsionadora da economia paulista de maneira determinante. Um negro custava em média o valor de mais de 40 vacas. Minas Gerais e o Nordeste encontravam-se em pleno processo de decadência quando explodiu o surto cafeeiro em São Paulo, na região vale do Paraíba. A enorme parte dos escravos que vieram nessa época para São Paulo era constituída por ladinos ou crioulos como se denominavam, ou seja, não eram africanos.

A revolta constante dessas novas camadas e setores escravizados – que discutiremos adiante – demonstrava uma continuidade das lutas que ocorreram em todo o país. Em 1872 os negros e mulatos chegaram a 62% da população em território paulista. Tratava-se aqui da reafirmação em um contexto cada vez mais complexo, do longo processo de resistência e construção de um projeto popular, democrático e livre de construção da nação brasileira que prosseguia.

A insurreição da Balaiada e a revolta negra contra a escravidão

Entre 1833 e 1841 o Maranhão foi teatro de um grande levante popular que expressava de maneira mais geral as profundas contradições não somente do projeto de construção de um Estado nacional excludente e antipopular, mas das relações e alianças possíveis de se estabelecer entre as camadas populares de trabalhadores livres e escravizados. A Balaiada se estendeu entre o Piauí e a vizinha província do Maranhão, que contava com pouco mais de 200 mil habitantes, sendo desses 90 mil escravos e uma enorme massa de trabalhadores rurais sertanejos empregados na pecuária. Não foi um único movimento, mas sucessivos levantes populares cada vez mais amplos em sua ampliação social e radicais em suas reivindicações por direitos. Foram longos anos de revoltas das massas sertanejas e de escravos contra a política de exploração dos grandes senhores engenheiros e fazendeiros. Em alguns locais a insurreição dos Balaios se organizou em grupos permanentes, mas não conseguiram se articular aos movimentos dos escravos que lutavam por liberdade e que chegaram a formar um Quilombo próximo ao litoral entre os rios Tutóia e Pria. As forças imperiais buscaram desde o princípio impedir a união destes dois setores oprimidos de sertanejos e escravos, o que é revelador da consciência política das camadas dominantes em relação às possibilidades e ameaças reais aos seus interesses. Os Balaios chegaram a tomar a cidade de Caxias e constituir um conselho militar e uma assembleia dos seus

chefes, mas de curta duração. No começo de 1840 assumiu a província e o comando das tropas de repressão o coronel Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, o maior carrasco do Império, conseguindo esmagar a insurreição dos Balaios. (PRADO JR., 1982, p. 81).

A grande questão que se sobressai na insurreição balaia é a possibilidade e a concretização de uma inédita aliança entre escravos e revoltosos que se insubordinavam contra o processo de independência liderado pelos grandes proprietários. Demonstrava que ia para além das teorias a possibilidade de que as massas populares e trabalhadoras do Brasil no século XIX construíssem um modelo de nação alternativo ao que de fato se consolidou. Essa possibilidade deu-se nas aberturas que a divisão de setores das elites foi deixando ao alcance da ação das massas negras escravizadas. Como destacou Maria Januária: “A sociedade maranhense, na primeira metade do século XIX, possibilitou ao escravo condições favoráveis a um desdobramento da forma da sua resistência, no sentido de transformá-la numa luta contra a escravidão. [...] Uma dupla circunstância: a dinamização dos contatos sociais entre escravos e mestiços livres, processo esse proporcionado pelas lutas da Independência” (SANTOS, 1983 p. 63-64). É preciso ainda considerar que esse grau de junção das duas forças rebeldes se relacionava aos limites da luta escrava: “no caso do Maranhão, havia a existência de grandes concentrações de escravos em zonas agrícolas isoladas do interior e sujeitas a vigilância de poucos brancos. [...] As fugas de escravos e a formação de quilombos no Maranhão datam de longo tempo, podendo ser localizados os mais antigos agrupamentos de negros fugidos no início do século XVIII” (SANTOS, 1983, p. 64-67). Essa junção de setores diferentes dos explorados, articulando lutas em comum que prefiguram um projeto de nação alternativo, torna a insurreição dos Balaios precursora do que ocorrerá nas fazendas de café nas décadas seguintes.

O Maranhão vivia em 1838 um clima de disputas políticas entre duas facções dos proprietários locais, os chamados *Bem-te-vis*, denominação genérica dada aos liberais, e os *Cabanos* remanescentes do partido português e que não se relacionava com revolta popular da cabanagem da Amazônia. Os novos senhores do poder em São Luís afastaram os liberais das decisões provinciais e esses, se sentindo marginalizados, desencadearam virulenta oposição ao presidente e à Assembleia Provincial (SANTOS, 1983, p. 73-74). O início da revolta partia de um núcleo das próprias camadas proprietárias, abria uma divisão que poderia ser explorada pelos de baixo, revelando ainda o elitismo e ainda a exclusão das camadas populares em geral. Revelou, como demarca o estudo de Maria Januária, que:

[...] as arbitrariedades desnudavam aspectos e valores sociais de significativa importância para a compreensão do fenômeno da Balaiada – especialmente o preconceito social dirigido aos negros, mulatos, mestiços de toda espécie, além da segregação que a sociedade impunha à população pobre [...]. O Manifesto de Raimundo Gomes revela de forma indiscutível a não aceitação do escravo pelo movimento que se iniciava. Ao conclamar os cidadãos brasileiros e amigos da pátria, o futuro líder da Balaiada excluiu uma grande massa de população maranhense com um “fora feitores e escravos” (SANTOS, 1983, p. 79).

A dinâmica da insurreição, porém, vai adquirir um crescente perfil de radicalização popular atraindo e organizando de forma crescente os setores negros escravizados e quilombolas. Em julho de 1839 a revolta já havia se alastrado de forma imprevisível e desnorreava as tropas oficiais com seu sistema guerrilheiro de luta e grande mobilidade. Maria Januária descreve que:

[...] a ampliação desse movimento rebelde [que] ocorria durante o primeiro semestre do ano de 1839, resultou na tomada de Caxias e na generalização da rebeldia nas camadas inferiores da população sertaneja e na camada dos escravos. A força dos Balaios, agora bem municada, pôde em certo momento ditar condições ao governo de São Luís através de órgãos militares e políticos como o Conselho Militar e a junta provisória organizados em Caxias. As enormes proporções alcançadas pela Balaiada abriram fissuras na estrutura escravocrata, permitindo a mobilização parcial dos escravos. [...] A partir desse momento, a ação repressiva oficial contou com apoio das camadas proprietárias de terras e Conservadores e liberais superaram suas divergências (SANTOS, 1983, p. 81).

O processo de radicalização revolucionária, se ampliou a base social do movimento, de outro, soldou a contrarrevolução em torno de um novo bloco dos grandes proprietários e seus agregados que antes lutavam entre si.

As lideranças rebeldes também foram afetadas pela dinâmica do movimento e a própria natureza do movimento entrou em debate. Alguns setores rebeldes emergiram, radicalizando posições sociais e rejeitando as vinculações com o grupo liberal até então mentor teórico da luta. Como destaca Maria Januária:

[...] a análise da composição social dos balaios revela a predominância de camponeses vindos das mais ínfimas camadas sociais [...] na verdade, a Balaiada reuniu cerca de 11.000 sertanejos em armas. [...] Na insurreição, ficaram

lado a lado homens brancos e homens de cor, livres e escravos, homens com diferentes graus de consciência de seus problemas individuais e sociais. Em geral, todos unidos pelo denominador comum da pobreza [...]. A aglutinação de rebeldes em torno de alguns mestiços capazes de liderança, proporcionou maior duração ao movimento; parece-nos provar o grau de consciência de um pequeno grupo de homens de cor. O papel de pretos e mestiços não foi apenas o de massa de combatentes (SANTOS, 1983, p. 85-87).

As necessidades da luta não só estavam unindo os setores explorados escravizados e livres, mas permitiram um grau inédito de amadurecimento político e de organização da luta popular. O movimento foi se radicalizando e ganhando adesão das camadas mais empobrecidas, permitindo um aprofundamento da consciência social dos dirigentes da mobilização, ainda que não tenha chegado a ponto de colocar de forma clara a libertação dos escravos.

A luta dos Balaios fortaleceu as lutas dos escravos negros. Foi justamente no período compreendido entre 1838 e 1841 que os movimentos de escravos no Maranhão adquiriram novas ações, ultrapassando os níveis de resistência tradicionalmente utilizados (fugas, assassinatos, quilombos), caracterizando-se pela resistência ativa com grandes mobilizações com grau de organização inédito. Consciente dessas ameaças ao projeto de Estado nacional que se construía desde 1822, o futuro Duque de Caxias se esforçou no sentido de indispor negros e balaios. Porém, como destaca Maria Januária:

[...] os negros aprenderam com os balaios as táticas de guerrilhas; quando a sua luta extrapolou a resistência dos quilombos para os confrontos em campo aberto com as tropas da legalidade. Como os Balaios, também os negros incendiavam as casas e os paióis para que o inimigo não encontrasse recursos de abastecimento [...]. As dificuldades para galvanizar em torno de um comando único os milhares de escravos dispersos por quase toda a província acabaram dando à insurreição caráter difuso e generalizado. [...] Os confrontos entre as tropas de Luís Alves de Lima e os escravos tornaram-se sangrentos e final a terrível resistência dos negros acabava neutralizando a política oficial de poupar os escravos para entregá-los a seus antigos senhores (SANTOS, 1983, p. 91-99).

O processo de independência deixara em aberto a possibilidade de junção das forças populares, como de fato se verificou, embora a luta não tenha sido vitoriosa. Seguimos com Maria Januária, que afirma que:

[...] a participação de escravos nas lutas de Independência viu as grandes concentrações da população escrava, a sua infiltração nas atividades artesanais onde convivia com homens livres assalariados, bem como o desenvolvimento de comportamentos sociais que extrapolavam os restritos limites jurídicos da escravidão, abalarão as relações entre senhores e escravos. [...] na dinâmica da luta durante a Balaiada, a possibilidade de aproximação entre os setores escravo e livre progrediu no sentido de uma junção de forças e de objetivos entre balaios e negros insurreccionados. Se a resistência à escravidão era anterior e sobreviveu aos balaios, foi a Balaiada que propiciou a superação dos quilombos para o confronto direto e para a arregimentação armada dos escravos. A dinâmica do processo acabou desaguando na própria insurreição negra. A insurreição de escravos causou maior pânico que a própria Balaiada uma vez que ameaçava as bases do sistema escravista (SANTOS, 1983, p. 104- 107).

Se havia dúvidas sobre a capacidade de articulação das massas populares trabalhadoras, a Balaiada foi o exemplo extremo a comprovar a viabilidade de um projeto democrático e popular de país desde meados do século XIX.

A revolução da Cabanagem no Pará e dos Praieiros no Pernambuco

A Cabanagem foi uma revolta popular e republicana que, ao lado da insurreição dos Balaios, é referência para se pensar um Brasil antiescravocrata e antioligárquico que existia já no seu nascedouro, como a Revolta Praieira, as lutas contra a escravidão, as lutas indígenas, as lutas dos primeiros movimentos operários ainda no século XIX. A revolta da Cabanagem, na então província do Grão-Pará, começou em 1833 e foi até 1839, com grande alcance social e político: chegou a proclamar a república e governar a região por alguns anos. O Grão-Pará contava com um passado de agitações das massas trabalhadoras e um grande isolamento do restante do futuro país. O início da rebelião deu-se no contexto de instabilidade do próprio período regencial e da pouca coesão das elites dominantes de grandes proprietários, mas seria superficial ver nos pequenos dissabores palacianos das elites a motivação profunda do que irá ocorrer. Em 1832 ocorreu uma sublevação da comarca do rio Negro, futura província do Amazonas. Uma agitação popular obrigou o governo imperial a enviar interventores em 1833, o

que provocou uma explosão de revolta que se alimentava da pobreza, trabalho escravo, autoritarismo dos grandes comerciantes e proprietários.

O novo governo tentou controlar os ânimos aplicando uma feroz repressão com perseguições, prisões arbitrárias e o recrutamento obrigatório para o exército e marinha. Explode um levante armado e na noite de 6 para 7 de janeiro de 1834. Os revoltosos Cabanos tomam a cidade de Belém: o presidente, o governador e o comandante de armas são fuzilados. Toma posse o líder Félix Malcher, que ao jurar fidelidade ao imperador trai o movimento revolucionário e é também fuzilado. Novas tropas imperiais foram enviadas e desembarcam em Belém para um contra-ataque. Os Cabanos se refugiam no interior e mais uma vez atacam a capital e a tomam em agosto de 1834, proclamam a República declarando a região desligada do Império. Eles conseguem manter o poder por vários meses. Em abril de 1836 chega ao Pará uma poderosa esquadra e depois de dura resistência dos Cabanos a capital é ocupada em 13 de maio. Muitos Cabanos se refugiam no interior do Amazonas e prosseguem na luta. A revolução da Cabanagem foi provavelmente um dos mais importantes movimentos populares de resistência ocorrido no Brasil no século XIX e o único em que as camadas trabalhadoras conseguiram ocupar o poder de toda uma província (PRADO JR., 1982, p. 75-77). O Regente Feijó, que controlava o Império na época, esbravejou em 1836: “O vulcão da anarquia ameaça devorar o Império: é preciso aplicar a tempo o remédio”. Mas o vulcão popular seguia fervilhando tentando construir um outro Brasil.

Na província do Pernambuco a concentração de terras exploradas e a riqueza estava nas mãos de um punhado de ricos proprietários donos de legiões de escravos e agregados submissos. Ao lado deles havia uma burguesia comercial de portugueses rica e poderosa. Uma agitação popular com uma clara conotação de luta de classes ocorria desde 1842 contra esses ricos. Em 7 de novembro de 1848 explodiu um levante armado de mais de 2.000 pessoas contra o governo. O programa dos chamados “Praieiros” defendia o voto livre e universal para o povo brasileiro, liberdade de imprensa, trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro, independência dos poderes com extinção do poder Moderador, reforma do Judiciário para assegurar as garantias individuais do cidadão. Era um avançado programa democrático para a época. A revolta teve dificuldades para ganhar as amplas massas trabalhadoras e foi sufocada depois de 2 meses de luta em 3 de fevereiro de 1849 (PRADO JR., 1982, p. 81-86). Os Praieiros foram um dos últimos impulsos dados diretamente pela revolução de Independência.

A revolta dos Praieiros ocorreu no mesmo ano em que na Europa explodiu a primeira revolução de caráter internacionalista da classe operária, no mesmo ano da publicação do Manifesto do partido comunista escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848. A classe trabalhadora brasileira estava aos poucos se forjando desde antes de 1822 nas diferentes revoltas contra a escravidão, nas lutas populares contra as classes dominantes e seu modelo de Brasil imperial, autoritário, escravocrata, sempre ajoelhado à Inglaterra e outras potências externas. A luta por um Brasil com verdadeira independência e soberania nacional, com democracia, direitos e liberdade para seu povo seguiu sendo o eixo das lutas da classe trabalhadora ao longo de todo o século. Essas características estarão cada vez mais presentes nas lutas articuladas entre trabalhadores negros escravizados e livres.

Novas revoltas e rebeliões escravas e a unidade dos oprimidos

Os capitalistas que antes investiam no tráfico negreiro, agora proibido (desde 1850), buscaram levar seus capitais para novas fazendas de café. Mas o próprio negócio capitalista exigia ampliação e desenvolvimento de um mercado de trabalho livre contraditório à escravidão. Isso nos explica o porquê de passarem a existir cada vez mais duas formas de trabalho nos cafezais paulistas: a escravidão e o trabalho livre. Por outro lado, ajudou a criar novas formas de luta, resistência e unidade entre os trabalhadores. Os escravos, de maneira crescente, não apenas fugiam para formar quilombos, mas participaram mais organizados do próprio processo abolicionista, têm contato com os colonos estrangeiros e criam ligação com grupos abolicionistas radicais, organizam fugas das fazendas e apoios nas cidades. Aqui há uma diferença substancial nas formas de resistência dos escravos que se manifestaram antes e depois do surto cafeeiro. Na primeira fase vemos o escravo reagir muitas vezes isoladamente, algumas vezes de forma violenta. Na segunda fase os escravos já participam compreendendo novas articulações, intuindo mais amplamente objetivos, assim contribuindo para a própria decomposição do trabalho escravo (MOURA, 1981, p. 201).

Essas mudanças, ainda que desiguais, revelam um crescente amadurecimento e articulação de camadas cada vez mais amplas dos de baixo. Dessa forma é possível comprovar, já na fase final da escravidão, os trabalhadores livres participando ativamente do movimento abolicionista e ajudando nas fugas em massa dos escravos. Eram mascates, pequenos agricultores e comerciantes, além

de diversas categorias como os cocheiros, operários de pequenas oficinas e tipógrafos. Pelos noticiários dos jornais da época sabe-se que depois de 1870 os escravos estavam em verdadeira debandada. O Brasil não se tornaria, de fato, uma nação sem a libertação dos escravos.

As lutas de escravos em São Paulo revelaram características específicas. Como destacou Clóvis Moura, o trabalho escravo já era uma solução anacrônica para o problema da mão de obra na cafeicultura, que só foi aceito por imposição do regime global que existia no país e criou uma situação particular, duas formas de trabalho irreconciliáveis, que irão particularizar as lutas dos escravos paulistas. Os proprietários possuíam interesses na produção e no comércio, que estavam entrelaçados. Essa classe se formou em uma frente ampla de aquisição de terras, recrutamento mão de obra, organização e direcionamento da produção, do transporte interno, da comercialização dos portos e contatos oficiais, da interferência na política financeira e econômica. (MOURA, 1981, p. 200-202)

As fugas e os quilombos caracterizavam as primeiras formas de resistência do negro escravo em São Paulo, quando muitas vezes se juntavam os índios em inúmeros quilombos se organizaram pelo interior do estado de São Paulo ao longo dos séculos XVIII e XIX. Há inúmeros relatos de lutas no interior de São Paulo nesse período de ampliação da zona cafeeira e da nova onda de escravidão negra. O temor de sublevação por parte das autoridades era constante: onde havia escravo havia policiamento reforçado. Em cidades como São Carlos, Itu, Itapetininga houve levantes de escravos desde 1830 e que foram progressivamente se ampliando. Pelos noticiários dos jornais da época, parece que depois de 1870 os escravos estavam em verdadeira debandada (MOURA, 1981, p. 210-214). Essas mobilizações incorporavam um desdobramento concreto nas lutas de resistência, do sistema misto de trabalhos assalariado e escravista que se ampliava: a crescente solidariedade entre trabalhadores livres e escravos. Uma das cidades paulistas que mais se destacou nessas articulações e lutas abolicionistas foi Santos, com uma vasta documentação que comprova o engajamento e militância política de setores de trabalhadores livres em favor da libertação dos escravos negros (ROSEMBERG, 2006, p. 194-221).

Muitos homens livres na fase final da escravidão participaram do movimento abolicionista agindo diretamente ou disseminando um discurso antiescravista. Eram mascates, pequenos agricultores livres, pequenos comerciantes, homens desligados da estrutura escravista (MOURA, 1981, p. 214). Houve a solidariedade crescente de diversas categorias, como os cocheiros de São Paulo, de operários que se juntavam no largo da Sé na capital paulista para discutir e organizar novas formas para dar fuga aos escravos. Articulou-se uma rede organizativa dos

caifazes, agrupamentos abolicionistas que se aperfeiçoava paulatinamente. Exemplos como o dos tipógrafos paulistas são significativos por também aderirem ao movimento e passarem a colaborar de diversas formas para dar fuga aos cativos (MOURA, 1981, p. 217). Esse conjunto de ações ajudavam a desorganizar o sistema de trabalho escravo e amadurecer uma junção das lutas dos escravos às atividades das correntes abolicionistas mais radicais. Esse fenômeno de ampliação da base social de resistência à escravidão paralelamente à crescente articulação das camadas populares, se de um lado possuía um aspecto subjetivo de ação consciente e organizada de novas lideranças, era também expressão das contradições e limites das formas próprias do capitalismo em implantação no Brasil, empurrado a se combinar com a escravidão dos negros. Isso nos permite visualizar o lugar e as articulações que destacam outras camadas da população nesse processo.

Os limites e dificuldades das lutas dos escravos e das próprias possibilidades de articulação também foram destacados por Maria Januária Vilela Santos em seu estudo sobre a Balaiada:

[...] o processo de conscientização do escravo negro no Brasil parece ter sido bloqueado desde os tempos da colônia, por duas sortes de barreiras: a natureza da própria sociedade escravocrata que, obstruindo ao negro as vias de acesso social, restringia-lhe as possibilidades de uma visão abrangente do meio em que vivia; a marginalização da numerosa camada pobre de brasileiros que, vivendo a sombra do escravo, teve sua consciência social condicionada à própria visão do grupo dominante [...]. Os quilombos, embora tenham assumido diferentes performances, também podem ser incluídos neste tipo de resistência. Lutando contra as condições da escravidão, o escravo não chegava a lutar contra ela (SANTOS, 1983, p. 64-67).

As possibilidades de uma maior conscientização estiveram sempre condicionadas às contingências sociais momentâneas. As lutas em torno do processo de independência abriram novas possibilidades. Os pilares da escravidão não se localizavam apenas na repressão mais cruel à resistência, mas em estruturas sociais intermediárias e muitas vezes pouco perceptíveis. A figura do homem livre e pobre no sistema social colonial se desenvolveu nas rebarbas do sistema econômico de produção e comercialização do café com atividades residuais que não podiam ser realizadas por escravos e não interessavam aos homens com patrimônio, oferecendo oportunidades ao trabalhador livre (FRANCO, 1983, p. 60). Isso dá uma aparente ideia de fluidez social que na verdade era apenas aparente: o vendeiro, o tropeiro de mulas, o pequeno sitiante tanto se ligava às camadas

dominantes como se aproximava dos estratos inferiores. Isso lhes dava “a posição oscilante e o comportamento dúbio”, uma “forma possível de acomodação a uma ordem social em que sua atividade é marginal e quase dispensável” (FRANCO, 1983, p. 72-5). Os laços de dependência pessoal que buscam com os grandes proprietários visavam assegurar algum tipo de segurança material sempre sob ameaça e era um dos pilares da dominação política, como também um poderoso pilar para destruir ou fragilizar as solidariedades dos de baixo.

Por isso, de fato as mobilizações que antecederam a independência tiveram pouco impacto entre esses setores, a não ser por pequenos interesses comerciais em que foram percebidas pelos pequenos trabalhadores. Como destacou Maria Sylvia de Carvalho: “As implicações políticas dos acontecimentos de 1822 não afloram à consciência dessas populações. [...] Numa sociedade em que o poder assentava sobre uma trama de fidelidades e lealdades pessoais [...] esses estavam sujeitos a uma grande instabilidade e apresentavam uma intensa mobilidade social em relação aos quais portanto muito dificilmente poderiam ser estabelecidos e liames duradouros” (FRANCO, 1983, p. 83-84). Partiam desses setores intermediários muitas das articulações que permitiam a uma pequena elite proprietária fazer chegar seus interesses mais concretos em ações que permitiam manter apartada a maioria trabalhadora de sua própria nação em formação. Essa dissonância de projetos se revelou não somente nas rebeliões contra a escravidão e foi uma constante no período formativo da nação brasileira.

A história dos grupos populares e trabalhadores sempre foi combatida

Durante o século XIX, o historiador Francisco Vanhagen foi o principal responsável pela criação de uma história oficial do período, sempre alinhado com a razão do Estado escravocrata e imperial; consolidou uma versão de que nossa Independência tinha sido pacífica, apesar das lutas na Bahia, no Maranhão e em inúmeros levantes dos escravos por todo o território. Ele era o historiador oficial da classe dominante do império, como atesta seu livro *História Geral do Brasil*, de 1857. No entanto, as lutas para garantir a independência do país envolveram mais soldados mobilizados do que a própria campanha de Simón Bolívar para libertar as Américas espanholas. Uma das questões centrais que pode talvez explicar esse olhar supostamente pacificador é o de induzir ao silenciamento da participação das massas populares trabalhadoras. É de se notar que mesmo Tiradentes foi relegado a um lugar insignificante pela historiografia conservadora do século

XIX. A primeira homenagem a Tiradentes só ocorreu em 1867 e no século XX sua figura foi recuperada e construída como herói nacional, principalmente depois de 1889 – e poderia ser relacionada aos objetivos dos setores liberais e oligárquicos que buscavam utilizar sua figura para oferecer uma alternativa que dissolvesse de alguma forma a grande mobilização política e social das camadas populares e trabalhadoras ao longo do século XIX.

Pudemos constatar que a ação das massas populares foi muito além de coadjuvantes como eventualmente poder-se-ia argumentar. No bojo do processo independentista que se prolongou por várias décadas havia em gestação um projeto de nação alternativo, popular, até libertário e democrático que se expressava em demandas concretas relacionadas a ampliação dos direitos sociais e econômicos como liberdade aos escravos e acesso às terras para a maioria da população trabalhadora.

Com a crescente emergência das classes populares no cenário político do país, nomes como o de Antônio Conselheiro e Zumbi de Palmares, por exemplo, e ainda que não diretamente ligados ao processo de independência, ganharam destaque como figuras importantes de nossa história, permitindo recuperar o papel protagonista das camadas populares e trabalhadoras na construção de um projeto alternativo de nação independente desde o século XIX. Isso demonstra, mais uma vez, como frequentemente os historiadores precisam reconhecer e lembrar, que a própria releitura da história desde o ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora e do conjunto dos setores populares é uma disputa que não se interrompe. A história como ciência é marcada por uma revisão constante, um processo social sempre inacabado de construção coletiva. E são nos momentos de maior intensidade e radicalização da luta política, em geral quando ocorrem rupturas sociais, econômicas e mesmo institucionais, que essas janelas para o passado se reabrem como ao final da Monarquia em 1889, da ditadura varguista do Estado Novo em 1945, da ditadura militar em 1985 ou agora quando se vivem as tensões em torno da derrota do projeto autoritário e fascista do bolsonarismo e da tutela militar (2023). Os períodos entre 1945 e 1964, e depois de 1985, sugerem momentos de renovação historiográfica que recuperaram parte das memórias e histórias de lutas nacionais das classes trabalhadoras do país.

Dos impulsos rebeldes dos escravos indígenas e negros desde o fim do período colonial às lutas operárias dos metalúrgicos, que ergueram com outros setores populares o Partido dos Trabalhadores no final da ditadura militar de 1964, há uma linha de continuidade histórica. Trata-se de um projeto de nação brasileira democrática, igualitária, com direitos políticos, econômicos e sociais para todos que nunca foi alcançado e nunca cessou de ser sonhado. As lutas po-

pulares que se somaram pela independência do Brasil em 1822 continuaram seu curso ao longo de todo o século XX. Isso porque o Brasil ao longo desses dois séculos não alcançou o patamar de uma nação com plena soberania nacional, independência e democracia no seu mais amplo sentido político e social.

Como verificamos extensamente, após a Independência, processo comandado por grandes comerciantes exportadores, o escravismo continuou sendo a base do sistema produtivo nacional num processo em que se mesclava com o capitalismo até 1888 pelo menos. E seguiu em sistemas de trabalho marginais e análogos à escravidão até os dias de hoje (2023). No período colonial, os trabalhadores eram na sua maior parte escravos, mas também havia uma parcela menor de trabalhadores e homens livres e pobres sem lugar definido na estrutura social, brancos pobres, negros alforriados, mulatos, índios, e outros mestiços. Havia ainda os moradores, posseiros e ocupantes de terras, ou intrusos como eram conhecidos no passado. O desenvolvimento da economia e o crescimento da população levou ao surgimento de outras categorias sociais, mas o fundamento que explicava as lutas sociais e econômicas mais profundas era o das classes populares em luta por seus direitos em oposição aos grandes proprietários. O primeiro censo no Brasil de 1872, com todas as suas limitações de abrangência e metodologia, foi muito revelador da estrutura social desse momento da história do nosso país ao demonstrar parte da realidade das classes sociais no período final do século XIX. Havia aproximadamente 31.863 capitalistas e proprietários de terras entre os quais: 19.366 manufatureiros e fabricantes, 102.133 comerciantes e caixeiros. Também constam 15.994 funcionários públicos, 27.716 militares, 506.450 costureiras, das quais 40.766 eram escravas; entre as camadas trabalhadoras registram-se 262.936 operários e artesãos, dos quais 29.067 escravos. E no campo havia cerca de 3.243.598 lavradores e criadores, sendo que 808.401 eram escravos. Havia ainda 409.672 pessoas assalariadas e 357.799 escravos sem profissão. Mas os escravizados também se dividiam em ramos diversos como 75.377 escravos domésticos, 94.488 escravos que serviam como criados jornaleiros, 1.858 escravos artistas, 1.788 escravos marítimos, 1.262 escravos pescadores. No total havia 1.510.806 escravos ou 15% da população, um retrato revelador da realidade social e econômica do Brasil daquele período.

Soberania nacional e democracia como projeto da classe trabalhadora

A participação das camadas populares e trabalhadoras, nas ações pela independência e soberania nacional do Brasil ao longo do século XIX, estava mesclada com lutas econômicas e sociais. E esse projeto nacional com soberania popular, democracia, liberdade e direitos sociais e econômicos se projetou para o século XX. Nos grandes embates históricos ocorridos por soberania nacional, democracia e direitos sociais ocorreu, lado a lado, um crescente protagonismo e capacidade de organização dos setores populares e das massas trabalhadoras. O protagonismo das classes trabalhadoras em defesa da soberania nacional vai se contrapor à subordinação das camadas de grandes proprietários ao capitalismo internacional, herança do projeto de estado nacional dependente, neocolonial e subordinado originado em 1822.

Entre as principais características desse longo período de transição da formação da burguesia e do capitalismo no Brasil no século XIX, que incorpora em sua gênese a subordinação ao imperialismo e o trabalho escravo em desagregação é que surgem os primeiros passos de uma indústria mais consolidada ainda que limitada em seus alcances. Com as primeiras indústrias substituindo manufaturas e oficinas de artesanato, surgiu um operariado que muitas vezes trabalhava ao lado dos escravos. As usinas substituíram os engenhos e pequenas oficinas urbanas cresciam e se expandiam. A burguesia dividia as suas atividades entre as finanças, o comércio e a indústria.

Os ingleses eram donos de 30% dos ativos totais dos bancos entre 1890 e 1910. O comércio era amplamente dominado por estrangeiros, franceses, ingleses e alemães. Os brasileiros ocupavam posição secundária. A burguesia industrial ensaiava seus primeiros passos já subordinada aos setores dominantes de mercadores e latifundiários, numa linha de continuidade do projeto de estado subordinado com limitada soberania nascido em 1822. Esse lugar da burguesia industrial não lhe permitiu ou ofereceu condições sociais e políticas para pensar em dirigir lutas pela modernização econômica do país no sentido de uma avançada economia industrial capitalista. A burguesia industrial brasileira nasce como fração de classe na época do imperialismo e subordinada, tendo talvez poucos exemplos como o Barão de Mauá patrono da indústria Brasileira ou Delmiro Gouveia.

Por outro lado, a classe operária que trabalhava nestas indústrias era extremamente combativa, apesar de pequena. É ainda pouco articulada com a grande

massa de trabalhadores do campo e ex-escravos marginalizados cresce nos centros urbanos do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e Porto Alegre de maneira desigual. Em 1920 o operariado industrial representava ainda menos de 1% da população total e se concentrava no centro-sul. Ele se compunha também dos setores inferiorizados da classe operária, formados por ex-escravos negros com mínimos direitos e salários, uma reserva de mão de obra concentrada nas cidades e que os patrões utilizam para pressionar constantemente os salários para baixo.

O período após a primeira guerra mundial (1914-1918) e após a década de 1930 provocou mudanças profundas na economia e na sociedade brasileira com a ascensão da burguesia industrial de um lado, e do outro dos operários com suas novas organizações sindicais e políticas. No campo, as transformações econômicas capitalistas induziram ao surgimento de um proletariado rural que substituiu os colonos e pequenos rendeiros e parceiros, esse completamente despojados dos seus instrumentos de produção. Essas duas novas classes, a burguesia industrial e a classe operária, passam a ser o centro das lutas no século XX no país. As décadas que antecederam o golpe de abril de 1964 demonstravam um crescimento das lutas operárias e das mobilizações em torno de bandeiras de soberania nacional. A luta por ampliação de direitos e principalmente por soberania nacional, passa a ser cada vez mais protagonizada pelas camadas populares e trabalhadoras (PEDROSA, 1966). E essa será certamente a grande e principal herança que as novas camadas de trabalhadores e do novo operariado, que irão fundar o PT e a CUT no final da ditadura de 1964, receberão das camadas de trabalhadoras e trabalhadores que nas primeiras décadas após 1822 ousaram desafiar o projeto de Brasil das classes dominantes.

Referências

- COSTA, Emília Viotti da. *Brasil – História, textos e contextos*. São Paulo: ed. UNESP, 2015.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*, 10ª ed., São Paulo: Globo/Publicfolha, 2000. 2t.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: ed. Guanabara, 1987.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª ed. São Paulo: Kairós, 1983
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Capítulos da história do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideia de revolução no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: Quilombos, insurreições, guerrilhas*. 3ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2ª ed. São Paulo: ed. 34, 2019.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil - Colônia e Império*. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do livro, 1982.
- PEDROSA, Mário. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. “O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e ‘de cor’ na Independência do Brasil”, in: *Caderno Cedes*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 21-45, dezembro/2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.
- ROSEMBERG, André. *Ordem e burla – processos sociais, escravidão e justiça em Santos*. São Paulo: Alameda, 2006.
- SANTOS, Maria Januária Vilela. *A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: editora ática, 1983.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo: ed. Ciências Humanas, 1978.

A INDEPENDÊNCIA CONCLUSA NA REVOLUÇÃO TARDIA

Ronald Rocha

O Pomo está maduro, colhe-o já.
Maria Leopoldina, *Carta a Pedro*.

Ressoavam sombras tristes
Da cruel guerra civil.
Pedro I e Evaristo da Veiga, *Hino da Independência*.

Somos mulatos, híbridos e mamelucos
E muito mais cafuzos do que tudo o mais
O português é um negro dentre as eurolínguas
Superaremos câimbras, furúnculos, ínguas [...]
Católicos de Axé e neopentecostais
nação grande demais para que alguém engula.
Caetano Veloso, *Meu Coco*.

Em 2022, a hiperdireita procurou controlar o Bicentenário da Independência. Bolsonaro e seus acólitos especularam com a carga simbólica das comemorações, para fins eleitoreiros. Concomitantemente, complementaram sua disputa geral por hegemonia, visando a constituir o alicerce de valores

para dois objetivos. Imediatamente, sustentar o processo autogolpista por fora e, até aquele momento, internamente às instituições públicas. Quando puderem, recuperar o velho regime ditatorial-militar, mas na versão repaginada como autocracia personificada. Com a vitória da frente ampla, seguida pela diplomação e a posse tumultuadas pelo plano de revogar os números das urnas, o comando falangista optou pelo fracassado *putsch* de 8 de janeiro de 2023. Fechou assim o aniversário de 1822.

Os gatunos da história pátria

Nesse processo, a questão nacional impregnou a pauta e a estética reacionária. O figurino adotado pelos invasores dos prédios estatais foi a camisa da seleção brasileira. Os seus corpos se cobriam com a bandeira do país, como sinal singular e propriedade particular. Tal forma encerra um festival de farsas. Em 2019, ao chamar os apoiadores às ruas, o falacioso procurou camuflar sua própria submissão à Casa Branca de Trump. Imputando aos desafetos a intenção de acabar com a “liberdade”, anunciou que os jogaria na “ponta da praia”, tripudiando sobre os corpos desovados nos 1970 pelo terrorismo estatal. No ano seguinte, sob a pandemia de Covid-19 e sem a Parada convencional, reuniu alguns fanáticos no jardim palaciano, violando as normas sanitárias e gabando-se pelo negacionismo.

Em 2021, no mesmo feriado, após o debate ao estilo “*antiestablishment*” – contestando não a exploração capitalista e o jugo imperialista, mas o regime democrático e as instituições que o articulam – o chefe fez o primeiro ensaio para barrar o pleito. Sentia-se pressionado pela crise na economia e o decréscimo do apoio popular. Então, a sua manobra consistiu em dirigir ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Congresso Nacional, ao voto eletrônico e aos democratas. Semelhantes lemas estamparam-se nas faixas e cartazes elaborados em dependências oficiais aparelhadas, convergindo ao pedido expresso de intervenção castrense. Na véspera, de noite, a sua horda quase invadiu a sede funcional da Suprema Corte, cujas decisões lhe haviam desagradado. Revelou-se uma grave crise político-institucional.

Para lembrar o título de Garcia Márquez, foi um episódio mais do que anunciado. Em agosto, após a costumeira provocação anticomunista, recheada com ataques a prefeitos e governadores, fizera o pregão anticonstitucional para uma facção de fundamentalistas evangélicos: “Temos um presidente que não deseja e não provoca rupturas, mas tudo tem um limite em nossa vida;

não podemos continuar com isso”. A seguir, desatou a escatologia: “Tenho três alternativas para o meu futuro: estar preso, estar morto ou a vitória. Pode ter certeza que a primeira alternativa não existe”. Após dizer, messianicamente, que “Deus me colocou aqui e somente Deus me tira daqui”, taxou de idiota “quem preferisse” comprar “feijão” e vociferou: “se não quer comprar fuzil, não enche o saco de quem quer”.

Depois, repetiu a cantilena e montou seu palanque. No afã de aparelhar o Dia da Pátria, chamou a sua horda para “uma demonstração pública de que grande parte da população apoia certo candidato”. Para embaixadores constrangidos, reunidos em 18 de julho de 2022, repetiu seus ataques ao sistema de apuração e a membros do STF, bem como ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assim ultrapassando a competência presidencial e desrespeitando a nação perante o público formado por diplomatas estrangeiros. Em nome impróprio de si, do governo Central e da Polícia Federal, bradou que o pleito seria fraudado e que, se derrotado, rejeitaria o resultado. Na convocação para o Dia Sete, que se dirigia também, indevidamente, a policiais e militares no trabalho ativo, redisse os insultos na mesma tonalidade.

Na Convenção Nacional do Partido Liberal (PL), em 24 de julho de 2022, agremiação escolhida para conseguir legenda e tentar controlar, conclamou seus apoiadores a lotarem as ruas “pela última vez” na festa inaugural do país. Aproveitou para remirar os seus tiros no STF, detratando alguns membros como “poucos surdos de capa preta”, e no então candidato Lula, soltando impropérios com palavras chulas – “ex-presidiário” e “bandido” –, além de repetir a ruminância conspiratória sobre os seus assuntos preferidos, como a negação da Covid-19 e da urna eletrônica. Seis dias depois – Convenção do partido Republicanos, SP –, anunciou a instrumentalização possessiva do Evento Pátrio. À revelia dos governadores, disse que o tradicional desfile militar seria em Copacabana, com “nossas” forças “irmãs” e “auxiliares”.

Somente faltou jurar sobre o coração de Pedro I na sede presidencial. Todavia, com as suas patranhas sobre a “democracia” e a “liberdade” já em ruínas, expôs a grande aporia do seu discurso. Como conciliar o envoltório cromático do profascismo – verde-amarelo – com a substância entreguista, praticada e tantas vezes verbalizada pelo governo que representa? Como convencer os brasileiros de que a passagem da Eletrobras para conglomerados monopolista-financeiros privados, assim como a faina cotidiana de luto para o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras – conspirando insistentemente para vendê-los a preço de banana podre aos magnatas, principalmente aos acionistas controladores do exterior –, teria coerência com a sensibilidade nacional-popular?

Eis porque os milicianos são incongruentes quando remetem ao “pendão de minha terra / Que a brisa do Brasil beija e balança”. Castro Alves, na contra-mão do viralatismo, reclamava na íntima segunda pessoa: “Tu que, da liberdade após a guerra, / Foste hasteado dos heróis na lança / Antes te houvessem roto na batalha, / Que servires a um povo de mortalha!”. Ficou admiravelmente patente que a nação presenciava um *tour de force* demagógico. Mas, para manter-se, os campeões na desfaçatez precisavam de algo mais. Assim, tiveram que recorrer ao irracionalismo para justificar sua marcha errática. Visando a “resolver” o busílis, apropriaram-se da libertação anticolonial e, aproveitando a oportunidade, agigantaram, para júbilo de sua facção monarquista, o traço aristocrático de Pedro.

Ademais, transformaram o nevoeiro do passado em uma referência metafísica para o ambicionado porvir ditatorial, como se a história fosse o eterno retorno à idade “áurea” que as contrafações plebeias suprimiram. Repete-se a regressão havida na tríade mundial precursora do fascismo atual, em que o romantismo reacionário flertou com as formas semiclássicas de um pós-modernismo *avant la lettre*. Na Itália, mesmo flertando com intelectuais futuristas, Mussolini esposou as glórias da Roma Imperial. No Japão, Hierohito e seu cortejo militarista evocaram os princípios da moral samurai, reciclados por meio da ideologia *Showa* desde a “Era Meiji”. No caso alemão, Hitler buscou a raiz nazista na mitologia nórdica e no Império Carolíngio, junto com a quimera sobre a sua matriz “ariana”.

O romance plagia o moço do Ipiranga

No Brasil, o romantismo, como corrente artística e psicologia social, consolidou-se logo após a Independência e já no ambiente abolicionista. Logo se deram na cultura nacional o processo planetário da moderna sociedade civil e as profundas mudanças revolucionárias dirigidas pelo capital na Europa. Do precursor Gonçalves de Magalhães, nos *Suspiros poéticos*, 1836, com seu olhar nacionalista, indo até Bernardo Guimarães, de *A escrava Isaura*, 1875, com seu liberal-humanismo, ambos debruçados sobre as realidades brasileira, indígena e negra, tricotava-se a malha ideológico-sensível que influenciou a narrativa sobre a secessão. A corrente oficialista, na tradição realenga e cortesã, viu no insubmisso Regente o “espírito do mundo a cavalo”, como Hegel imaginara Napoleão.

O *Zeitgeist* – a dominante alma de um tempo – adentra na historiografia local e sugere o demiurgo. Para tanto contribui a noção wagneriana de

Gesamtkunstwerk – “obra de arte integral”, completada em 1849-1852 sobre o material compositivo de *O anel dos Nibelungen* –, intercorrente nos vários domínios. Exemplo é Pedro Américo, que acolhe a influência geral mediante a sua personalidade polímata e a partilha por trocas no ambiente intercomunicante. A visão gloriosa sobre o passado reverbera valores do mecenas: *O Grito do Ipiranga*, encomendado pela Comissão do Monumento do Ipiranga, foi exposto no Museu Paulista por Taunay. Contrariamente ao solipsismo de Nietzsche – “Não há fatos, só interpretações” –, a tela registra o real; porém, o faz por meio do ângulo canônico.

Tal versão, agora na interessada e suprema hipérbole, ostentou frequentemente o símbolo imperial nas manifestações da extrema direita, para êxtase da fração reacionária dos Bragança que sonha com a restauração monárquica imbricada no desejado regime ditatorial. Segue, pois, o Mussolini de 1925. Apoiado pela burguesia imperialista italiana e oficialmente convidado pelo Rei Vitor Emanuel III, o *Duce* concentrou no Partido Nacional Fascista o aparato estatal. Convivem assim – no mosaico do lesa-patrismo, do hiperliberalismo, do arrivismo e do anticomunismo – as súcias da retrocessão. Nos anos 1800, a classe dominante precisou do instituidor sublimado. No Brasil do século XXI e nas eleições, os falsários da realeza e da escravidão como era “imaculada” babaram pelo “Mito”.

Como tributo à sua época, o pintor preferira cores vivas, roupas impecáveis, fisionomias dramáticas e gestos solenes, ao estilo de suas referências – Vernet, Meissonier. A “bela besta baía” de Pedro, que o Padre Belchior descrevera, ou a “baía gateada”, no dizer do Coronel Marcondes, foi substituída pelo corcel castanho. Com a subjetividade à flor da pele, abandonara o neoclassicismo caro a Debret, pois o guapo alazão seria mais “condizente” à cena ufanista, em vez de um tropeiro a comer carne-seca e farinha: “Um quadro histórico deve, como síntese, ser baseado na verdade e reproduzir as faces essenciais do fato, e, como análise, em [...] raciocínios derivados, a um tempo da ponderação das circunstâncias verossímeis [...], e do conhecimento das [...] convenções da arte.”

Registre-se que as características pessoais de Pedro, compatíveis no conteúdo à leitura poética efetivada pelos intérpretes que lhe foram contemporâneos, rebatem a denúncia de que a inadequação histórico-interpretativa teria sido nada mais do que uma simples mentira. O arquétipo do herói romântico contém a excepcionalidade nas circunstâncias únicas internalizadas, o concreto individual reconstruído idealmente, o livre-arbítrio intelectual, o destino insolúvel do conflito com a externalidade, a percepção abstrata sobre decursos temporais e o clima

de mistério. Incorpora, também, traços que o distingue do senso comum, engendrando alegorias dramáticas e celebrações por motivos singulares: altruísmo, engenhosidade, coragem, sensibilidade, arte, beleza, talento, libido e solidão.

Semelhante perfil estampa-se na injúria que lhe foi dirigida pelo deputado lusitano Xavier Monteiro, em 1822, referindo-se ao “mancebo [...] arrebatado pelo amor da novidade e por um insaciável desejo de figurar”. Eis o personagem que, após ter abdicado a contragosto em 1831, teve a energia suficiente para recrutar novas tropas em Paris, ocupar celeremente as ruas de Porto e resistir ao cerco. Após contrair tuberculose nas rondas gélidas, passou à ofensiva e, aliado a velhos detratores para vencer a contenda liberal, penetrou em Lisboa. Era 1833. No ano seguinte, com a capitulação do irmão absolutista na vila Évora Monte, restaurou a Constituição e regeu Portugal como Pedro IV. Morreu aos 35 anos, integrado ao manancial revolucionário que desaguou na República de 1910.

Nenhum literato imaginou as três últimas vontades ordenadas pelo guerreiro moribundo, plenas de significado profano. Primeira, enlaçar o pescoço de um soldado e lhe pedir para transmitir aos “camaradas este abraço em sinal de justa saudade [...] e do apreço em que sempre tive seus relevantes serviços”. Depois, ser enterrado sem protocolos reais e de forma despojada, em um simples caixão de madeira contrastante com as pompas monárquicas de praxe. Por fim, ter o coração depositado na Igreja da Lapa, na querida Porto, em homenagem ao povo que ao seu lado resistiu na fase mais dura da guerra civil. A sua vida superou as passagens mais extraordinárias e fecundas, impressas nos livros de Byron, Dumas, Goethe, Herculano, Hugo, Manzoni, Poe, Pushkin e Scott.

A pessoa concreta se distanciou dos heróis na epopeia clássica, preferidos e cultuados anos antes, a exemplo de Odisseu e Aquiles, criados na justaposição de antigas lendas. Para Lukács, em *O Romance Histórico*, tais figuras teriam consubstanciado a síntese de um “ápice sinóptico”. Pedro, ao contrário, igualou-se à tessitura “prosaica” do scottiano drama humano. Em sua “personalidade” fluiu a tendência “que abrange boa parte da nação”. A “sua paixão pessoal” mesclou-se à “grande corrente histórica”, expressão “em si” de “aspirações populares, tanto para o bem como para o mal”. Inevitavelmente, a “sua tarefa de mediar os extremos, cuja luta” exprimiu a “grande crise na sociedade” e na “vida histórica”: ligou “dois lados do conflito” e gerou discórdias – 1822, 1824, 1831, 1834.

O processo político às vésperas da guerra

Digno de registro é que a fábula sobre a fundação nacional, plena de um personalismo transformado em concepção e método para se compreender a história, deposita na volição do Príncipe a causa determinante na cisão com a Metrópole d'além-mar, quando muito aconselhado pelo preocupado pai – “antes seja para ti, que hás de me respeitar, do que para algum aventureiro” – e monitorado pelo notável “Patriarca da Independência”. O percurso, a figura e os poderes singulares do recém-adolescente, como sujeito político, foram equiparados ao deus Enquiurgo. Eis um caso emblemático: a fusão e a interseção do ator real – marcado pela influência do romantismo europeu, que povoou as mentalidades ao tempo de sua juventude inquieta – com a reputação final do personagem póster.

Tal configuração representou a realidade histórica objetivada, nem de longe uma fraude grosseira. Danosa, desonesta e grave, porém, foi a manipulação do Bicentenário pelo bolsonarismo, que transformou em nostalgia reacionária o antigo enfoque afidalgado. A crítica sobre tal procedimento precisa dar-se no plano da política, mas também apresentar fundamentos histórico-sociais. Passou a hora de arguir a questão nacional, para restaurar o sentido geral e a feição particular da luta anticolonial, com as suas conquistas. Ou seja, de captá-los como evento singular de uma longa trajetória, via específica da revolução democrático-burguesa no Leste-Pindorama, entendida como a predominância do modo produtivo capitalista na sociedade civil e da sua correlata classe dominante no Estado.

A compreensão acerca dos grandes feitos e transformações históricas exige que se considere, obviamente, o papel ativo dos indivíduos e das políticas, embora careçam de papel determinante. Quando d. João VI voltou para Lisboa, em 1821, por exigência das Cortes então vanguardistas do incipiente processo revolucionário em Portugal com epicentro no Porto, fica o seu primogênito com algumas competências e autonomias deveras incomuns. As prerrogativas logo se mostrariam incompatíveis com a pura subalternidade havida como padrão em Lisboa, mas eram correspondentes aos interesses das classes ou frações constituídas endogenamente, inclusive por “abrasileiramento”, fortalecidas econômica e politicamente nos poros institucionais do chamado “Reino Unido” após 1815.

Terminara de se consolidar, nos primeiros 20 anos do século XIX, um segmento local dominante, formado pela oligarquia escravista e pelo grupo mercantil relacionado ao mercado interior, assim como pelo setor senhorial-cortesão e pela burocracia estatal pertencente aos governos, tanto central quanto provinciais.

A contradição em desenvolvimento entre os dois polos – que, além das querelas regionais nas esferas secundárias, logo adquiriu cunho antagônico – tornou-se a principal. Quando a Metrópole resolveu cassar os laivos de autonomia – porém, consolidados –, exigindo que a sociedade política voltasse à subserviência total e se chocando com as ilusões igualitaristas, ou de suposta paridade, aprofundou-se a crise institucional insolúvel na esfera da estrutura colonial vigente.

Basta lembrar os ditames mais drásticos apresentados. Entre abril e setembro de 1821, as Cortes decretaram que a Colônia se dividiria em províncias governadas por administrações provisórias diretamente obedientes a Lisboa, sobre as quais o Rio de Janeiro carecia de qualquer autoridade. Ademais, os tribunais de justiça e muitas outras instituições públicas, organizadas nos tempos da nobreza lusitana desterrada, seriam eliminados. Como se não bastasse, o antigo monopólio português sobre o comércio exterior seria restaurado. Concomitantemente, uma junta nomeada e de confiança ultramarina substituiria o governo regencial. Por fim, o Titular teria que voltar imediatamente a Lisboa. Objetivamente, arrojavam-se os velhos vínculos. Subjetivamente, volta-se à condição anterior.

Em face do inaceitável ultimato, a resistência protobrasileira unificou por cima os estratos mais díspares da sociedade colonial: os conservadores nacionalistas, os liberais radicalizados, a oposição republicana e os adversários da escravidão. Mais amplamente, ainda englobou as classes ou camadas populares: os cativos, funcionários subalternos, pequeno-burgueses urbanos e demais homens livres na ordem social escravocrata, inclusive a massa de soldados e marinheiros. De fato, a maioria que outro parlamentar lusitano, José Joaquim de Moura, também no agitado 1822, chamou de “negros, mulatos, crioulos e europeus de diferentes caracteres”. A capital, com 120 mil habitantes, fez um abaixo-assinado com aproximadamente oito mil pessoas e, depois, recorreu à insurreição.

Quando as tropas lusitanas responderam, ocupando imediatamente o Morro do Castelo, 10 mil populares se aglomeraram no Largo de Santana, com armas nas mãos, portando mosquetes, facas, porretes ou pedras. Passando à defensiva, o contingente acabou retirando-se para Niterói. Um reforço com 1.200 infantes ancorou na Baía da Guanabara, mas só desembarcou após curvar-se ao Regente. No clima radical, Pedro se pronunciou em 8 de janeiro de 1822. Foi o “Dia do Fico”, em que informou a decisão de permanecer no Rio com a função governativa intacta. Sintomaticamente, utilizou as noções-chaves de “nação” e “Povo”. As “petulâncias” continuaram: o “Cumpra-se” para validações obrigatórias de ordens portuguesas, em maio, e a convocação da Constituinte, no mês seguinte.

Abriu-se uma brecha na estrutura do jugo colonial. Lênin frisou, em *A Falência da II Internacional*, que a categoria de situação revolucionária se aplica

“em todas as épocas de revoluções no Ocidente”. No “Brasil” de 1822, as maiorias se recusavam a viver como antes, os “de cima” não podiam manter mais a sua dominação idêntica, surgiam fissuras para que os descontentes pudessem adentrar na disputa, pioravam os sofrimentos e privações nos “de baixo” e as massas foram impelidas para um ato autárquico em face dos poderes transoceânicos. As pessoas mais conscientes o percebiam claramente. Bonifácio, em missiva para Pedro, chegou a adverti-lo: “Senhor, o dado está lançado”. Por seu turno, Leopoldina completou: “O Pomo está maduro, colhe-o já”. Era setembro, dia sete.

Os eventos vitoriosos na Independência

Ao contencioso político-social instalado e às metamorfoses celeremente acontecidas faltavam condições objetivas e subjetivas para ir além. Mas se revelaram suficientemente vigorosos para que os revoltosos criassem um exército próprio no fogo dos combates, constituíssem a sua marinha no Atlântico saturado por embarcações hostis, cumprissem integralmente a guerra de libertação, rompessem os laços com a dependência colonial, barrassem o monopólio comercial português, detivessem a sangria das riquezas que se derramavam para fora, fundassem um novo país e criassem o Estado nacional. De modo nenhum são coisas poucas ou pequenas, que se possam desdenhar ou negar. Eis porque o Bicentenário, sem dúvida, lembrou acontecimentos progressistas e avançados.

O sétimo dia, em setembro, consolidou-se na história por caminhos sinuosos e multifacetados, malgrado as espécies de revisionismo que o tentam rebaixar ou até impugnar como data que traduz a independência nacional e a transformação do Estado, antes sucursal de um aparato exógeno, em órgão político do país emergente. Marca o feito proclamatório à margem do Riacho Ipiranga, que nenhuma caricatura pode suprimir. Há, sem dúvida, outros marcos, capazes de conter a efeméride pátria. Poderia também ancorar-se no dia 29 de agosto de 1821, quando estalou a rebelião contra o governo colonial de Pernambuco, algoz do levante republicano de quatro anos antes. Ou mesmo em 5 de outubro de 1821, quando as tropas lusitanas, batidas militarmente, capitularam na Convenção de Beberibe.

Mais uma opção teria sido a continuidade baiana da guerra, em 19 de fevereiro de 1822. Todavia, o enfoque narrativo privilegiou, com bons motivos, a crise instalada no Rio de Janeiro, com seus reflexos imediatos em Minas Gerais e São Paulo. Em plena conflagração a nordeste, Pedro viajou a Vila Rica, por meio de uma cavalgada frenética, visando a dissuadir um manifesto pendor

pró-metrópole. Ali centralizou, habilmente, as tropas e as classes dominantes locais, além de promover uma recomposição governamental. Retornando em abril, acolheu a significativa designação como “defensor perpétuo e protetor do Brasil”. Note-se que o nome do país já dispensava o qualificativo de colonial. Na sequência, vieram os dois notáveis libelos ruptivos, assessorados por Gonçalves Ledo e José Bonifácio.

No início de agosto Pedro lançou a célebre carta pública, informando que se materializava “o grande passo para vossa independência” e, portanto, “já sois um povo soberano.” Ato contínuo assinou, exatamente no dia seis, o decisivo pronunciamento *Sobre as relações políticas e comerciais com os governos e nações amigas*, comunicando “à face do Universo a [...] Independência política” como “vontade geral do Brasil”. Ao fundamentá-la, denunciou mais do que assuntos conjunturais: “Quando se apresentara [...] esta [...] região Brasília aos olhos do venturoso Cabral, logo a avareza e o proselitismo religioso [...] se apoderaram dela por meio da conquista.” Citando a revolta republicana de 1789, disse: “o Estado português” vergava “Minas sob o peso [...] dos tributos e da decapitação”.

A seguir, se dirigiu a São Paulo. Em Santos, vistoriou as defesas litorâneas, preparando-as para possíveis ataques inimigos, e imediatamente retornou à sede provincial para dirimir algumas desavenças locais. Durante a viagem, considerou intoleráveis as ordens a si dirigidas pelo governo português. Seguro sobre a unidade garantida no centro administrativo da colônia e sabendo que ficara mais difícil uma reação repressiva do exterior, capaz de atrair as operações militares ao sudeste, consolidou publicamente a fratura por cima. Tinha só 23 anos. Chegando à cidade no topo do planalto, já na condição de monarca na direção da nova nação, notou que a notícia transformara os desentendimentos paroquiais em conflito secundário. Sem tardança, voltou confiante à ebulição carioca.

Entre as protocolares aclamação e coroação de Pedro I, de outubro a dezembro, as lutas políticas das classes ou frações anticoloniais assumiram forma de guerra libertadora e se alastraram pelo território inteiro. Além dos inúmeros choques acessórios pelo país afora – Piauí, Ceará, Sergipe, Alagoas – o conflito bélico, já vitoriosamente concluído em Pernambuco, prosseguiu de norte a sul, com epicentros no Pará, no Maranhão, na Bahia e na Cisplatina. Dilatou-se até 1825, por quatro anos. Após duras negociações, o contendor aceitou a Independência, embora o tratado leonino tenha causado um desgaste ao monarca. No entanto, a magna vitória deixa o verdadeiro marco fundante para o Exército e a Marinha nacionais, vez que no conflito anti-holandês o Brasil nem mesmo existia.

O enfrentamento possuía corolários culturais. O Hino da Independência, com a letra lavrada por Evaristo da Veiga em agosto, sob a titulação de *Hino Constitucional Brasileiro*, recebeu a melodia e o arranjo românticos do imperador-musicista no mês seguinte. A cena restou ‘glamourizada’ em tela de Braçat. Por seu turno, a exacerbação patriótica inspirava os cidadãos a trocarem o sobrenome de origem lusitana por vocábulos gês ou tupis. A guerra, por si, perpassou a vida cotidiana. Nos campos de batalha, os insurretos integravam 30 mil conscritos, contingente superior às tropas somadas nos vários conflitos latino-americanos contra o jugo espanhol. No mar, 90 navios. Três mil combatentes morreram. São números consideráveis para o país com apenas quatro milhões de habitantes.

Comumente, valoriza-se muito a monumental e influente Guerra de Independência Americana, de 1776 a 1783. Inaugurada com a *Resolução de Suffolck*, o Congresso Continental e a declaração autônoma de Virgínia, tal evento sucedeu a Revolução Gloriosa, na Inglaterra de 1688, e precedeu as Revoluções da França e de São Domingos, em 1789 e 1791, ganhando seu panteão próprio. Denominada como “Primeira Revolução” pelos estudiosos e o povo estadunidenses, desatou historicamente o processo encerrado na “Segunda”, sob a forma da Guerra Civil Antiescravagista, em 1861-1865, que Marx saudou. Já o conflito brasileiro, subestimado por muitos historiadores, foi por igual engajador e brutal, mormente considerando-se as diferenças quanto à demografia e à durabilidade.

O alicerce ontossocial de 1822

A postura das classes dominantes internas, os anseios populares, o nacionalismo romântico, as providências individuais e as intervenções do “partido” brasileiro foram preparados por três séculos de contradições. Reclamara Engels, na sua *Carta para Bloch*, de 1890, que muitos simplificavam demasiadamente a “tese” do amigo, como se “o fator econômico” explicasse tudo na política. Rejeitara, explicitamente, qualquer tergiversação que a tornasse “uma frase vazia, abstrata, absurda”. Na sequência, frisara que a determinação dos largos processos em “última instância” reside na “produção e reprodução da vida real”. Para colher o caráter, conteúdo e sentido embutidos na práxis dos colonizados – vale dizer, a “grande corrente histórica” –, é preciso tocar nos seus fundamentos sociais.

Quando, empurrado pela expansão comercial-mercantil, amparado pela espada repressora e justificado pela cruz missionária, Cabral lançou âncoras na

hoje Bahia, deparou-se com as populações originárias ali fixadas. Os verdadeiros descobridores do continente chegaram bem antes, ou seja, desde as datas remotas que os estudos arqueológicos, paleogenéticos e linguísticos supõem às dezenas de milênios. Embora em certos lugares tivessem hábitos semissedentários e praticassem trabalhos agrícolas com regularidade, além de constituírem urbanizações de baixa concentração e “cacicados” complexos, desconheciam o repartido social de classes, a propriedade privada e o Estado. Ao contrário de muitas sociedades africanas e orientais, nem sequer aglomeravam excedentes.

Os colonizadores lusitanos, em vez de invadirem um domínio demarcado com soberania preposta – como fizeram os castelhanos ao conquistarem os impérios asteca e inca –, ocuparam territórios então em uso informal e passageiro. A primeira relação econômica fixada pelos novos chegantes foi o escambo, recolhendo alimentos e pau-brasil em condições vantajosas, de vez que as partes locais nenhuma referência tinham sobre o valor de troca nas pontas europeias. Só em 1535, após a espontânea colonização, a metrópole tentou aplicar o seu primeiro plano racional. Entretanto, as Capitânicas Hereditárias fracassaram, porque inspiradas na idealista suposição de que seria possível repetir alhures as relações de produção feudais, mas sem domínio senhorial e adstrição camponesa.

Em lugar das sesmarias formalizadas nos textos forais, o projeto que na prática vigorou – articuladamente ao posterior governo-geral centralizado, extensão burocrático-local do Estado português – foi o regresso moderno ao cativo antigo, reciclado como escravidão mercantil. Semelhante qualificação é mais precisa do que a “Colonial”, proposta por Gorender, pois a relação de produção que a informa se manteve intacta por mais 66 anos após a Independência. Note-se que durante os 100 anos iniciais predominara o cativo de indígenas, passando “carijó” a significante metonímico para o “negro da terra”. Só no século XVII o tráfico transatlântico superou as capturas locais, exceto em regiões como a central mineira, onde o trânsito apenas se completa no alvorecer dos setecentos.

Com as superlativas confiscação e concentração dos valores produzidos pelo trabalho da “escravaria” – incluindo a multidão mestiça de características biossômáticas heterogêneas –, bem como, acessoriamente, realizado pelos indivíduos livres nos poros das ordenações oligárquicas, os sucessivos ciclos econômicos permitiram que aumentassem, rapidamente, a população, a força laboral, o transporte, a oferta e o consumo, enfim, a larga circulação comercial de bens. O resultado mais generalizado acabou sendo a formação, no território demarcado finalmente pelo domínio colonial, de um mercado interno relativamente integrado. Ao mesmo tempo, multiplicaram-se a urbanização, a expansão na fronteira oeste, a simbiose psicossocial, o caldeamento étnico e o sincretismo religioso.

No século XVIII se afirmaram os elementos básicos de uma cultura comum, inclusive o idioma português com acento e sintaxe próprios, além de novas palavras em número quase inesgotável, bem como as singularidades musicais dos lundus, modinhas e peças eruditas em passagem do barroco ao classicismo. O decurso acentuou-se com a transferência da Corte. Sincronicamente, formou-se a estrutura interna de classes, com interesses próprios nas questões particulares de cada segmento e no antagonismo à colonização. A maturidade ultrapassava em sentido as rebeliões de aquilombados – como Palmares, os espinhos cravados no modo produtivo hegemônico – e materializava um salto qualitativo *vis-à-vis* os levantes nativistas, que se alimentavam de contradições secundárias.

Naquele ambiente mutante, os conflitos pontilhados, ainda sob a hegemonia da metrópole, assim como, posteriormente, a consciente perspectiva e a crescente ação política visando à independência, amiúde amalgamados com as progressivas ideias republicanas e abolicionistas, vão consubstanciando-se na “Terra de Vera Cruz” e incorporando-se aos traços fundamentais basilares – ou historicamente necessários – da nova nacionalidade. A compressão perpetuada pela potência ultramarina e salientada pelo metabolismo capitalista já em franco desenvolvimento na esfera planetária, gerou a barragem crescente aos lucros e à progressão das forças produtivas, internamente, além de afetar os interesses irrecorríveis das grandes maiorias, tolhendo a reprodução ampla da vida social.

Foi o impasse – multilateral e sem retorno – nas relações coloniais que incubou as crises institucionais, tensões autonomistas, movimentos republicanos e agitações populares. Os levantes que mobilizaram e apaixonaram os “de cima” e os “de baixo” – na fase nacional, frequentemente somados – ilustram-se na resistência dos cativos, na Inconfidência Mineira, na Conjuração Baiana, na Rebelião Pernambucana e, por fim, na Guerra de Independência cuja vitória garantiu a unidade territorial. Os dirigentes políticos e militares na insurgência de 1822 aglutinaram classes distintas e frações, monarquistas e republicanos, escravagistas e abolicionistas, católicos e maçons, brasileiros – com a herança dos antepassados europeus, africanos, indígenas ou mesclados – e lusitanos dissidentes.

O sentido histórico do Bicentenário

O cisma de 1822 catalisou a configuração qualitativa do povo brasileiro e compôs um fascículo da revolução burguesa no país. Ultrapassou a contradição entre o desenvolvimento nas forças produtivas e as cadeias forâneas, mas ficou só nos prolegômenos da mudança que, 26 anos depois, seria grafada no *Manifesto*

Comunista: “A burguesia [...] compele todas as nações, sob a pena de perecerem, a incorporar o modo capitalista de produção, e as constringe a introduzir [...] a chamada civilização [...]. Em suma, cria um mundo à sua imagem.” Aqui, a formação econômico-social e a produção careciam do moderno patronato industrial capaz de comandar o proletariado incipiente, como força motriz, e as demais classes populares. O teto à “Revolução de Avis”, no século XIV, repetia-se.

O “capital” intestino, “antediluviano”, apenas impregnara o patamar da circulação, exceto em parcos aglomerados citadinos, em que as realidades pioneiras engatinhavam. Somente após é que as relações caracteristicamente capitalistas adquiririam maior significado político-prático. Ao contrário da Inglaterra, da França e dos EUA, onde o novo modo produtivo se impusera mais cedo, no Brasil o fez tardiamente. Ficam desautorizados, portanto, certos clichês vulgares: o “circulacionismo”, que defende a prevalência do capital moderno desde a missa cabralina, operando pela mera evolução econômica; o suposto “feudalismo” como fase prévia, cujos resquícios teriam persistido até o século XX; a fantasiosa “estrutura” cultural onipotente, apenas tributária e regida pelas relações anteriores.

Ademais, anima uma tríplice conclusão. A Independência foi um sinal da borrasca em aproximação e o primeiro capítulo de uma vasta marcha. O caráter inconcluso da revolução burguesa talha os contornos de sua continuidade sob a forma de rebeliões republicanas e antiescravistas, não raro separatistas, e com forte participação popular: Confederação do Equador, Cabanagem, Malês, Farrroupilha, Sabinada, Balaiada, Praieira e, caso à parte, a vitória nacional das populações uruguaias na Cisplatina. O trânsito à nova sociedade passou pelo Ato Abolicionista, 1888, e a Proclamação da República, 1889, completando-se no declínio da oligarquia rural-rentista e na hegemonia do capital por meio das lutas entre classes na passagem do século XIX ao XX e na Revolução de 1930.

Nas ausências de um percurso conciso e de um evento fundante – claramente nacional, único, radical e plebeu –, a hegemonia do capital no Brasil, por vir a completar-se tão somente na etapa dos conglomerados monopolista-financeiros internacionais, resta mantendo inúmeras tradições conservadoras: dependência econômica em face do imperialismo; estrutura latifundiária no campo; traços autocráticos no regime político; rechaço à elaboração teórica; discriminação ao trabalho produtivo; preconceitos com vários feitios, mormente o racismo. Lançando mão de uma categoria gramsciana, presente nos *Quaderni*, tal processo tem características de uma “revolução passiva”, ou “revolução sem revolução”, em que o substantivo domina incontestemente o conceito, mas se abre à qualificação.

Trata-se de uma transmutação integral, imune a evasivas, inclusive às interpretações calcadas no tipo ideal weberiano. A revolução democrático-burguesa

no Brasil, longa de quase 250 anos – iniciando-se internamente ao jugo colonial, bem como conservando a escravidão e a monarquia nos 66 primeiros anos de autonomia –, cumpriu na Independência um necessário preâmbulo. Para controlar o poder na esfera político-administrativa, o senhorio escravocrata e o grupo mercantil endógeno, com aliados, expressaram em parte o interesse popular na emergente nação, criaram o seu Estado e mantiveram o território, mas sem romper o tecido que incluía os direitos proprietários sobre seres humanos e os títulos nobiliárquicos, mesmo tendo que mudá-los paulatinamente, sob as pressões.

Portanto, justifica-se a comemoração do Bicentenário pelos marxistas, sem vacilações ou meios-termos, disputando amplamente a razão e o coração dos brasileiros. Assim, prossegue sendo fundamental contestar os postulados equivocados sobre a Independência, inclusive os habituais de setores à esquerda. Nomeá-la como simples conluio por cima contra os ditos “excluídos” – intradínástico e das “elites” – equivale a ignorar, integralmente, o complexo das lutas entre as classes ou suas frações, as políticas e os resultados. Ademais, rechaçá-la por manter a escravidão significa repelir a Independência Norte-Americana e a Inconfidência Mineira por motivo idêntico, ou as revoluções burguesas na Inglaterra, França e Portugal por seguirem tolerando cativeiros em suas colônias.

Desprezá-la por sustentarem a monarquia representa suprimir, também, o primado burguês nos 12 países da Europa que até hoje a conservam, entre os quais a teocracia papal. Taxá-la de “incompleta” – como se ainda persistisse a condição colonial, mesmo quando enfeitada pelo prefixo “neo” – é ignorar que a dependência de hoje, ao imperialismo, tem outras características e apenas se configurou no início do século XX, depois da concentração monopolista-financeira. Falar que o “Bicentenário” foi “do Brasil” – não do êxito alcançado há 200 anos – e ver na porção geográfica já uma pátria, com seu Estado e seu território estabelecido, significa repetir o equívoco efetivado pelos festejos aos “*500 Anos de Brasil*”, que diluiu a instituição do país em 1822 na colonização aberta em 1500.

Por fim, nunca entrará em desuso a refutação ao idealismo, que se compraz em criticar os fatos atinentes à história concreta e transata, surrando as lutas reais dos sujeitos na práxis pregressa e alimentando a conjectura metafísica de que os antecessores seriam traidores do “imperativo moral” kantiano, porque teriam “desprevenido”, culposa ou dolosamente, os atuais pesares. Para o proletariado – “possibilidade positiva da emancipação” – e para o Bloco Histórico, o Bicentenário da Independência repôs, além das batalhas democráticas na conjuntura vigente, o reforço ao combate anti-imperialista em defesa da soberania, das riquezas e do imenso território brasileiros, assim como a revalorização da cultura nacional-popular e dos anseios específicos alimentados pelas grandes massas.

200 ANOS DE XENOFOBIA: A CONSTRUÇÃO JURÍDICA DE UM ESTADO DE EXCEÇÃO CONTRA IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL

Cynthia Soares Carneiro

Introdução

A história da legislação migratória brasileira praticamente coincide com os (quase) 200 anos de criação do Estado brasileiro. “Quase” porque nenhum Estado é, de fato, soberano sem que seja reconhecido como um igual por seus pares: os outros Estados da chamada “sociedade internacional”.

Em 1822, essa sociedade era constituída, praticamente, por Estados europeus que, na época, se reuniram na Santa Aliança, um acordo militar conservador negociado no Congresso de Viena e assinado em Paris, em setembro de 1815. Seu objetivo era reprimir os movimentos liberais desencadeados pela

Revolução Francesa, o que incluía não reconhecer a “independência” das colônias europeias.

Quando da declaração de independência do Brasil, os Estados americanos recém-constituídos também receberam com desconfiança um Estado monárquico entre seus pares, todos republicanos “liberais”. Os Estados Unidos foi o primeiro Estado a reconhecer o Brasil, em 1824. Portugal só o fez em 1825, seguido pela Inglaterra – que não integrava a Santa Aliança e tinha interesses comerciais em suas ex-colônias.

Portanto, a efeméride dos 200 anos de soberania ainda deve se estender por alguns anos, o que permite ao povo brasileiro celebrar a data sem obscurecê-la com ameaças golpistas, aliás um fenômeno recorrente nestes dois últimos séculos.

Esta história autoritária, conservadora – afinal, a independência foi declarada por um príncipe europeu colonizador, escravocrata e racista – pode ser aferida pelo direito brasileiro instituído desde então, especialmente pelo direito migratório, como procuramos demonstrar neste capítulo.

A identificação e análise crítica da legislação migratória brasileira, aqui apresentada, evidencia, desde seus primórdios, um estado policialesco, discriminatório e racista, inclusive com o trabalhador brasileiro, excluído da concessão das terras, destinadas exclusivamente aos europeus que aqui aportaram desde as primeiras décadas do século XIX, em um projeto político não apenas de substituição da mão de obra negra, mas de seu desaparecimento, o que incluía o embranquecimento do povo brasileiro, “corrompido pela mestiçagem”.

Veremos que estes primeiros imigrantes trabalharam penosamente no preparo da terra prometida, quando dirigidos aos projetos de ocupação, ou, quando enviados às fazendas de café, foram subordinados a relações de trabalho hoje tipificadas como análogas à escravidão.¹

200 anos de exceção de direitos: a luta por uma Lei de Migração

Os esforços realizados na última década no sentido de revogar o longo e autoritário Estatuto do Estrangeiro, aprovado na integralidade de seu texto por decurso de prazo, com o voto contrário de esmagadora maioria de

¹ Uma primeira versão deste capítulo foi publicada na *Revista Opinião Jurídica* v. 16, p. 56-85, com o título “Políticas migratórias no Brasil e a instituição dos “indesejados”: a construção histórica de um estado de exceção para estrangeiros”. Aqui publicamos sua versão atualizada e ampliada. O link para o texto original encontra-se nas referências bibliográficas.

congressistas e apenas cinco votos favoráveis, culminaram com a aprovação da Lei 13.445/2017. Inspirada na Convenção 97 da OIT, ratificada pelo Brasil, em tratados de direitos humanos e, especialmente, nos direitos e garantias instituídos pela Constituição de 1988, a lei, entretanto, tem encontrado vários obstáculos à sua efetivação, o que se explica tanto pelo contexto em que se deu sua aprovação como pela longa tradição discriminatória do direito migratório brasileiro.

Tais fundamentos jurídicos seriam suficientes para revogar a doutrina da segurança nacional, expresso nas normativas migratórias, a justificar um verdadeiro estado de exceção jurídico aos imigrantes residentes no Brasil, em face à presunção jurídica da necessidade de proteger o Estado diante das ameaças representadas pelos imigrantes.

Apesar da Lei de Migração ter sido fruto de ampla consulta a imigrantes e do engajamento efetivo de associações de acolhida, pesquisadores do tema e constitucionalistas reunidos na I Conferência sobre Migração e Refúgio promovida pelo Ministério da Justiça entre outubro de 2013 a junho de 2014 no governo de Dilma Rousseff sua vigência deu-se após o golpe parlamentar e midiático que instalou no poder a oposição política ao governo democraticamente eleito em 2014. Sobre os resultados da Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR) e as restrições impostas aos imigrantes e refugiados residentes no Brasil, convido os leitores a analisarem outros artigos de minha autoria sobre o tema (CARNEIRO, 2015, 2016, 2018), frutos de pesquisa subsidiada pela FAPESP.

Este novo contexto político restabeleceu, por meio do Decreto 9.199/2017, que regulamentou a Lei de Migração (Lei 13.445/2017), o tradicional espectro restritivo e discriminatório contra imigrantes, que é anterior ao revogado Estatuto do Estrangeiro. A análise temporal das políticas migratórias brasileiras permite aferir que um regime de exceção a direitos tem submetido, desde sempre, os trabalhadores imigrantes no país. Atualmente, esta discriminação ocorre, inclusive, em relação a trabalhadores beneficiários pelo Acordo de Residência do Mercosul (Decreto 6.975/2009), apesar de o tratado promover, justamente, a residência regular e o trabalho formal para os originários de seus Estados-Partes, medida voltada à extinção do tráfico transfronteiriço para exploração do trabalho migrante.

Diante dessa perniciosa tradição jurídica, do contexto internacional de restrição aos fluxos de imigrantes e refugiados e do contexto interno de limitação de direitos, expresso nos 27 vetos impostos ao texto original, tudo indicava que a nova Lei de Migração (BRASIL, 2017) teria sua finalidade e princípios comprometidos, o que restou evidente desde o procedimento de sanção por Michel Temer, a edição do decreto regulamentar (BRASIL, 2017a) e nas portarias ministeriais

editadas após a Lei 13.979/2020, sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (BRASIL, 2020).

Este artigo não tem como objetivo apresentar o atual cenário de restrição a direitos, mas promover uma retrospectiva, por meio dos decretos migratórios editados no Brasil nos últimos 200 anos, da histórica situação de discriminação legal relativa aos imigrantes no país. Na primeira parte, apresenta o conceito e as categorias do *estado de exceção* nas democracias constitucionais contemporâneas, com especial referência a Giorgio Agamben nos seus estudos sobre o *homo sacer* (AGAMBEM, 1996, 2007, 2010). Em seguida, reporta-se às normas relativas aos “estrangeiros” no Brasil, desde os primeiros decretos portugueses, que já expressavam a desigualdade jurídica entre brasileiros, ou residentes, e estrangeiros, passando pelas primeiras décadas do século XX, quando a discriminação adquire conteúdo legal. Destaca os períodos de centralismo autocrático do Estado Novo (1936-1945) e, posteriormente, dos governos militares (1964-1995), quando as normativas restritivas foram consolidadas no Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80), que instituiu a estrutura de controle dos fluxos migratórios no Brasil ainda vigente e em nada alterada pela Lei de Migração.

Em suas considerações finais, apresenta o contexto que marca a promulgação da Lei de Migrações e, finalmente, as excepcionais portarias editadas pelo Ministério da Justiça no governo Bolsonaro, que garantiram a manutenção dos fundamentos jurídicos e práticas institucionais discriminatórias, tradicionalmente registradas em atos editados pelo Poder Executivo e seus agentes.

A doutrina da segurança nacional e o moderno estado de exceção

O famigerado Estatuto do Estrangeiro (BRASIL, 1980) é objeto de críticas desde sua aprovação por decurso de prazo pelo Congresso Nacional, a descaracterizar seu caráter legislativo, culminando com a promulgação da Constituição de 1988, por expressar flagrantes restrições aos direitos fundamentais ali consagrados, especialmente por estabelecer aos trabalhadores imigrantes uma zona de exceção a direitos somente garantidos aos nacionais.

Tamanhas restrições têm como efeito a promoção da irregularidade migratória, a sujeição dos “estrangeiros” a formas aviltantes de trabalho, potencializando sua subordinação econômica, o preconceito social e, inclusive, sua criminalização, por estarem sujeitos, nos termos da Lei 6.815/80, à pena de

detenção pela prática de atos ilícitos que, aos nacionais, são atividades constituídas como direitos.

O caso da professora Maria do Rosário Barbato, professora da Faculdade de Direito da UFMG, intimada durante o processo de golpe de Estado, em 2016, por duas delegadas da Polícia Federal de Minas Gerais a responder a inquérito criminal aberto por exercício de atividade sindical, exemplifica este caráter discriminatório. Apesar de não possuir o perfil de um trabalhador imigrante em estado de vulnerabilidade, o ocorrido com a professora de Direito Coletivo do Trabalho (justamente Direito Sindical) retrata o estado de exceção instituído aos imigrantes e refugiados, não apenas no Brasil, mas inclusive àqueles que se dirigem às economias centrais.²

Tais episódios, recorrentes nas economias periféricas e centrais, evidenciam a propriedade da tese desenvolvida por Giorgio Agamben acerca do biopoder exercido pelo Estado Nacional moderno sobre a população residente em seu território, o que ocorre desde as primeiras declarações de direito, no século XVIII, e a positivação de leis em códigos, no século XIX, quando se passa a articular e restringir “gradualmente os círculos do *ius soli* e do *ius sanguinis*” na definição de quem é nacional e não nacional (AGAMBEN, 2010, p. 126). Este poder soberano do Direito, nas primeiras décadas do século XX, possibilitou a desnacionalização em massa de cidadãos belgas e alemães, estes, pelas Leis de Nuremberg, de acordo com a ampla discricionariedade fundamentada na “conveniência dos interesses nacionais” (AGAMBEN, 2010, p. 128).

No século XXI, conforme destaca o autor, tal política volta-se, hegemonicamente, contra imigrantes, os não nacionais, revestidos, na contemporaneidade, dos atributos de descartabilidade e “matabilidade”, como um *homo sacer* moderno (AGAMBEN, 2010, p. 113). Segundo Agamben, em referência a Walter Benjamin, “a tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção no qual

2 Maria do Rosário Barbato, de nacionalidade italiana, possui cargo efetivo de professora adjunta na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde ministra aulas de Direito do Trabalho. Em março de 2016 foi instaurado inquérito contra a professora na Superintendência da Polícia Federal de Minas Gerais com fundamento no Art. 125, inciso XI, c/c Art. 128 da Lei 6.815/80, que remetem ao Código de Processo Penal à violação do Art. 106, inciso VII, da mesma lei, ou seja, “participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional”. A conduta é apenada com detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e expulsão. Apesar da restrição do Estatuto do Estrangeiro, a sindicalização é garantida pelo Art. 8º da Constituição brasileira, além da livre manifestação do pensamento constituir um dos direitos consagrados pelo Art. 5º da CF. Diante da instauração do inquérito e da forma arbitrária de intimação da investigada, feita com determinação para que o Reitor da UFMG conduzisse a docente à sede da Polícia, o próprio Ministério Público Federal ajuizou *Habeas Corpus* em favor da professora, prontamente acolhido e deferido pela Justiça Federal, que não só determinou a extinção do Inquérito Policial 0310/2016-4SR/DPF/MG como concedeu liminar para a suspensão de todos os atos correlatos a ele (BRASIL, MPF, 2016).

vivemos é a regra” (1996, p. 6), e seu sujeito é o *homo sacer*, ou aquele que foi banido, “que não é, simplesmente, posto fora da lei e indiferente a esta, mas é abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno, se confundem” (2010, p. 35). “[...] o *homo sacer* apresentaria a figura originária da vida presa no bando (abandono) soberano e conservaria a memória da exclusão originária através da qual se constituiu a dimensão política” (AGAMBEN, 2010, p. 84).

Um estado de exceção, ou permanente estado de sítio que, diferentemente do conceito clássico, não se configura como *anomia* ou ausência completa do Direito – sua natureza era exclusivamente política e extrajurídica – mas, justamente, pela edição de normas discriminatórias, prática que, em relação aos “estrangeiros”, recrudescer após os ataques ao *World Trade Center* e ao Pentágono, em 2001 (AGAMBEN, 2007, p. 14).

Os atentados levaram o presidente Bush Jr a outorgar, em 13 de novembro de 2001, a *military order*, que autorizou a detenção por tempo indeterminado de estrangeiros suspeitos de “atos terroristas” e o seu encaminhamento às “comissões militares” instituídas especialmente para tais julgamentos. No mesmo sentido, o *USA Patriot Act*, promulgado pelo Senado dos Estados Unidos, que permite “manter preso o estrangeiro suspeito de atividades que ponham em perigo a segurança nacional”, estabelecendo o prazo de sete dias para que seja expulso sob acusação de violação da lei migratória ou de qualquer outro delito. Segundo Agamben, “a novidade da ordem do presidente Bush está em anular radicalmente todo o estatuto jurídico do indivíduo, produzindo, dessa forma, um ser juridicamente inominável e inclassificável” (2007, p. 13).

Com o tempo, a discriminação legal em relação aos imigrantes nos Estados Unidos não arrefeceu, mas aprofundou com os decretos migratórios emitidos por Donald Trump logo após sua posse como presidente dos EUA, o que foi copiado por Bolsonaro, cujas portarias monocráticas do ministro da Justiça, revogaram, na prática, dispositivos da Lei de Migração e da Lei de Refúgio (Lei 9.474/1997).

Esta é, justamente, a expressão do estado de exceção contemporâneo, juridicamente estabelecido por meio de normas que concentram no chefe de Estado e no aparato executivo dele derivado todos os atributos estatais, especialmente o de decidir sobre a vida de um indivíduo. No caso do imigrante, este amplo poder discricionário faz com que tenha uma vida economicamente explorável e um corpo politicamente deportável, o que o institui, juridicamente, como uma existência que não pode realizar-se plenamente (AGAMBEN, 2007, p. 11-20; 2010, p. 132-138).

Neste início do século XXI, a sucessão de conflitos armados, desastres ambientais e crises econômicas recrudescem o empobrecimento da população nas áreas periféricas do capitalismo global, localizadas na América Central e na do Sul, na África, Oriente Médio e Leste Asiático. Essa série de fatores conjugados tem estimulado grandes fluxos migratórios, fenômeno que mobiliza Estados e Organismos Internacionais para o debate e a busca de solução para os grandes deslocamentos territoriais. Discute-se, inclusive, se diante desse contexto irreversível, é plausível que Estados contemporâneos continuem aplicando políticas restritivas e justifiquem, sob o argumento do estado de necessidade e da segurança nacional, a exceção de direitos como paradigma dominante de governo em relação à população imigrante, especialmente àquela em situação de maior vulnerabilidade.

A Lei de Migração (Lei 13.445/2017) deveria representar uma ruptura definitiva em relação às normas migratórias até então editadas no Brasil. Na sua segunda seção, que trata “dos princípios e garantias”, estão inscritos os elementos jurídicos que podem representar a quebra desse paradigma: o repúdio à criminalização do imigrante, tônica das normas anteriores, além da superação do conteúdo eugenista e higienista das leis aprovadas a partir de 1920, melhor tradução do *biopoder* a caracterizar o *estado de exceção* a que se sujeita o *homo sacer*. As teorias genéticas desenvolvidas na transição do século XIX para o século XX fundamentam o conceito de raça e influenciaram a legislação relativa aos nacionais e não nacionais, ao mesmo tempo em que surge a preocupação institucional de “fortificar a saúde do povo e eliminar influências que prejudicam o desenvolvimento biológico da nação” (AGAMBEN, 2010, p. 142-143).

Ao rejeitar o racismo, a xenofobia e seus efeitos discriminatórios, a Lei 13.445/2017 determina ao Estado a promoção da entrada regular do imigrante e da acolhida humanitária ao refugiado, atributos de sua competência exclusiva. Impõe, igualmente, a inclusão social, econômica e política do imigrante, ao garantir o direito ao trabalho formal e sua participação em causas de seu interesse. Ocorre, entretanto, que tais assertivas formais não correspondem ao contexto internacional contemporâneo e tampouco a uma tradição brasileira de longa duração marcada pelo racismo institucional que alimenta a opressão, a repressão e a eliminação dos vulneráveis. O caso do assassinato do congolês Moise Kabagambe no Rio de Janeiro, em janeiro de 2022, é apenas um entre tantos episódios de violência contra imigrantes e refugiados no Brasil.

A dificuldade em superar esses atentados, inclusive à própria Lei de Migração é o fato de que o direito migratório editado no Brasil nos dois últimos séculos consagram elementos e práticas institucionais que identificam, em termos

modernos, o *estado de exceção jurídico*, expresso no amplo poder discricionário do chefe de Estado e agentes do poder Executivo, que assumem, em relação aos imigrantes, todas as funções do Estado: a prerrogativa de legislar, executar e decidir sobre a vida dos não nacionais no seu território, encarnando, na esfera do poder político, todos os atributos da soberania. Segundo Agamben: “Uma das características essenciais do estado de exceção – a abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário – mostra, aqui, sua tendência a transformar-se em prática duradoura de governo.” (AGAMBEN, 2007, p. 19).

O fato é que após a vigência da Lei de Migração, contraditoriamente, o direito migratório passou a ser traçado por portarias ministeriais e sua execução e julgamento tornaram-se atributos quase exclusivos da Polícia Federal. O que não é novidade, pois as regulações migratórias no Brasil, especialmente a partir dos anos 1930, são estabelecidas nesses termos: majoritariamente por decretos ou regulamentos administrativos que instituem uma situação de exclusão de direitos aos imigrantes, especialmente àqueles legalmente considerados “indesejáveis”, destinados a uma permanência irregular e precária no território brasileiro, cujo efeito é a subordinação incondicional de seu corpo à exploração econômica, ao aprisionamento e a deportabilidade e expulsabilidade.

O melhor exemplo é o Estatuto do Estrangeiro imposto nos estertores da ditadura civil-militar que governou o Brasil de 1964 a 1985 e praticamente ripristinado pelo Decreto 9.199/2017. O diploma, entretanto, apenas reproduz e aperfeiçoa as restrições a direitos editadas ao longo dos últimos 200 anos, já anteriormente organizados durante a ditadura getulista, que governou o Brasil de 1930 a 1945, contexto em que a discriminação contra imigrantes adquire um forte conteúdo eugenista e nacionalista inspirado em leis europeias.

Segundo Agamben, o estado de exceção evidencia-se quando determinadas medidas jurídicas não se coadunam com o sistema geral de direitos positivados, conferindo forma legal para uma desigualdade jurídica que não poderia ter forma legal. Como efeito, seus destinatários situam-se em uma “zona de indeterminação entre absolutismo e democracia”, com *status* jurídico de semissujeitos de direito (AGAMBEN, 2007, p. 13). Para esses, o estado de exceção deixa de ser uma medida provisória e especial aplicada em momentos extraordinários para se tornar paradigma dominante de Estado e técnica permanente de governo.

Desde os primórdios do Brasil como Estado soberano, tem sido reservado aos trabalhadores imigrantes, por meio de decretos editados no decorrer do século XIX, um tratamento discriminatório e segregacionista, sujeitando-os ao isolamento e à precariedade da *vida nua* (AGAMBEN, 1996, 2010), à recorrente quebra de contratos e ao endividamento forçado em um contexto em que o

tráfico de escravos foi substituído pelo tráfico de imigrantes sob responsabilidade do governo, de companhias transportadoras e de grandes proprietários de terras.

A substituição do trabalho escravo pelo trabalho análogo à escravidão, conduta atualmente qualificada como crime tanto pelo direito internacional como interno, desde então está presente nas relações de trabalho no Brasil. Embora não sejam vítimas exclusivas desse sistema contemporâneo de exploração, os imigrantes que não possuem qualificações profissionais especiais estão, invariavelmente, sujeitos, tanto no Brasil como em outras partes do sistema-mundo, a condições de exploração que caracterizam as formas contemporâneas de exploração nas relações produtivas.

Em razão desses preceitos normativos, até mesmo os imigrantes originários dos Estados-Membros e Associados do MERCOSUL que ratificaram os Acordos de Residência conseguem, de forma desembaraçada e célere, regularizar seu *status* jurídico no país, aqui permanecendo em situação de irregularidade administrativa, seja em razão do custo do procedimento, das multas a serem pagas pelo tempo de irregularidade ou pela exigência de prova formal dos meios de subsistência. Essa situação os deixa à margem dos mais elementares direitos civis e sociais.

Historicamente, o estado de exceção ao qual estão submetidos esses imigrantes não configura uma medida excepcional contra *estrangeiros*, mas uma “técnica de governo” e um “paradigma constitutivo” da ordem jurídica soberana, fundada na suspensão permanente de direitos a uma parcela específica da população residente no território de um Estado Nacional (AGAMBEN, 2007, p. 18).

A instituição legal dos indesejáveis e sua expulsabilidade

Não é recente a percepção de que uma *lei de estrangeiros* com características discriminatórias traduz um estado de exceção jurídico a eles destinado. A essa mesma constatação chegaram juristas argentinos por ocasião dos debates em torno da *Lei de Expulsão*, oficialmente denominada de *Lei de Residência para Estrangeiros*, apresentada ao Senado da Argentina pelo senador Miguel Cané em maio de 1899.

Em razão das críticas recebidas por deputados e acadêmicos, a lei somente foi promulgada em 1902, ano em que emergiram movimentos grevistas em diversos setores da economia argentina, culminando com a greve geral do mês de novembro. A partir desses episódios, os imigrantes identificados como líderes do movimento e cujo ingresso, até então, vinha sendo estimulado, deixaram de ser vistos como “trabalhadores laboriosos” e “importantes à civilização” e passaram

a ser associados a “elementos indesejáveis” e “perigosos” (DOMENECH, 2015). Da xenofilia à xenofobia, bastou a “questão social”.

Nesse giro, que coincide com a chegada nos recentes Estados sul-americanos de anarquistas e socialistas que marcaram, no século XIX, o movimento social europeu, a imigração deixa de ser entendida como necessidade à formação do *povo* e passa a ser concebida com reservas, pela *ameaça* que determinados imigrantes representariam às instituições estatais nascentes.

A responsabilidade pelo movimento grevista foi atribuída a italianos e espanhóis identificados como ativistas políticos e sindicais e, portanto, propagadores dos conflitos que resultaram nas greves de 1902. Após a greve geral de novembro, a *Lei de Residência* tramitou rapidamente. No terceiro dia após sua aprovação, foi declarado o *estado de sítio* e efetivadas deportações em massa de trabalhadores imigrantes (DOMENECH, 2015).

Durante os primeiros debates parlamentares em torno da *Lei de Expulsão* até sua aprovação como *Lei de Residência*, as principais críticas de congressistas e acadêmicos contrários aos seus termos referiam-se, justamente, à ampla discricionariedade conferida ao Poder Executivo nas questões relativas aos estrangeiros. Francisco Durá, afirma: *El poder ejecutivo lo es todo en esa ley: fiscal que acusa al extranjero; juez que lo juzga; gendarme que lo prende y expulsa; más aún: el poder ejecutivo mismo define el delito, forma en cada caso la ley que lo declara a los efectos de la penalidad* (apud DOMENECH, 2015, p. 184).

Ao admitir que o Executivo decreta a *ilegalidade* da permanência de trabalhadores com determinados posicionamentos políticos em seu território e determine, por meio de procedimentos sumários e a partir de critérios discricionários, a saída compulsória e a proibição de retorno desses “indesejáveis”, consagra-se, na contemporaneidade, a desigualdade de tratamento jurídico entre os nacionais e os não nacionais.

A expulsão, associada à figura jurídica do impedimento de entrada ou repatriamento e, como consequência, a atribuição da responsabilidade à companhia transportadora em reenviar o imigrante de volta ao seu país de origem, passa a ser o fundamento dos decretos migratórios aprovados nas primeiras décadas do século XX, permanecem como ponto fulcral dos decretos-lei editados durante os governos de Getúlio Vargas e são sistematizados, igualmente por meio de decretos-lei em 1969, já nos governos militares. A própria Lei 6.815/1980, apesar do nome, é análoga a um decreto-lei, pois foi votada simbolicamente, transcorrido o limite do prazo de 40 dias para sua aprovação em caráter de urgência, aprovada, por decurso deste prazo, com apenas 05 votos favoráveis e 186 votos contrários!

Desde que previsto o seu repatriamento e expulsabilidade, os imigrantes passam a ser identificados como “ameaça à segurança nacional” e são associados à “perturbação da paz” e da “ordem pública”. Ao imigrante é conferido o mesmo tratamento jurídico destinado a “pessoas perigosas”, o que justificaria as medidas excepcionais que demandam, por sua urgência, faculdades “extraordinárias” atribuídas ao presidente da república, seus ministros, agentes diplomáticos agentes policiais. É justamente neste contexto que, tanto na Europa como na América, desaparece a distinção entre função *política* e função da *polícia*.

Distinguindo entre política (*Politik*) e polícia (*Polizei*), Von Justi conferia à primeira uma atribuição meramente negativa (a luta contra os inimigos externos e internos do Estado) e à segunda uma atribuição positiva (a tutela e o crescimento da vida dos cidadãos). Não se compreende a biopolítica nacional-socialista (e, com ela, boa parte da política moderna, mesmo fora do terceiro Reich) se não se entende que ela implica o desaparecimento da distinção entre os dois termos: a polícia torna-se então política, e a tutela da vida coincide com a luta contra o inimigo (AGAMBEN, 2010, p. 143).

A principal consequência jurídica desse sistema normativo é a criminalização do imigrante, como ilustra exemplarmente o caso da professora italiana Maria do Rosário Barbato, vítima da atuação arbitrária da Polícia Federal em um contexto caracterizado por exceções jurídicas e recrudescimento de práticas arbitrárias com restauração de normas que, embora formalmente vigentes, são flagrantemente inconstitucionais.

Após curto período durante o século XIX em que a imigração é estimulada e a entrada dos imigrantes é irrestrita, as leis migratórias brasileiras passam a presumir uma delinquência em potencial nos *estrangeiros*, identificados, em termos legais, como pessoas passíveis de condutas ofensivas à moralidade, propagadoras de conflitos sociais e propensas à prática de crimes políticos ou comuns. Esses atributos foram expressamente mantidos no *Estatuto do Estrangeiro* (Lei 6.815/8) e em seu Decreto Regulamentar, vigentes até 30 de novembro de 2017. A expressão “Polícia Federal” é das mais recorrentes no Decreto 86.715/8, mencionada 93 vezes. Na Lei 13.445/2017, a palavra “polícia” aparece apenas vezes, mas no Decreto 9.199/2017, que a regulamenta, aparece 91 vezes. Consequentemente, para o Estado brasileiro os trabalhadores imigrantes têm se constituído, nos termos da lei, como ameaça permanente a justificar um estado policial de controle e as impactantes restrições a direitos fundamentais.

Nessa zona de exceção jurídica encontra-se especialmente o trabalhador sem qualificações específicas, que vem ao Brasil à procura de emprego ou de refúgio, inclusive os originários dos Estados sul-americanos que ratificaram os Acordos de Residência do MERCOSUL (BRASIL, 2009), mas também os de nacionalidade haitiana e de Estados africanos, pessoas destinadas a compor uma parcela especialmente vulnerável e descartável da população brasileira.

Tráfico, segregação e repressão: uma política migratória nada amigável

Os programas oficiais de ocupação do território brasileiro por imigrantes iniciaram-se no século XVIII com d. João V e visavam a instalação de colônias agrícolas nas províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina. Segundo o *Repertório de Legislação Brasileira e Paulista Referente à Imigração*, o primeiro ato relativo à vinda de imigrantes para o Brasil é a *Provisão de 9 de agosto de 1747*, “que dispunha sobre a condução e estabelecimento de casais açorianos para essas regiões determinadas” (BASSANEZI, 2008, p. 11). O período coincide com a criação, em 1738, da Capitania de Santa Catarina, para onde foi conduzida a maior parte das famílias que se dispuseram ao empreendimento (CONEVA, 2009, p. 11-18). Em 31 de agosto de 1746, d. João V aprovou dotação orçamentária que custeou, entre os anos de 1747 a 1754, o transporte de cerca de seis mil pessoas (CONEVA, 2009, p. 26-28) das ilhas dos Açores e Madeira até o litoral catarinense (CONEVA, 2009, p. 10) e Rio Grande do Sul.

Cem anos depois desses primeiros atos, pequenas povoações de suíços, alemães, italianos e belgas, assentados em pequenas propriedades agrícolas, já existiam em rincões isolados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo (SEYFERTH, 2011, p. 200). Vistos como agentes de povoamento e civilização pela elite branca, mas também como ameaça e concorrência aos moradores *brasileiros*, geralmente mestiços, especialmente após a edição da Lei de Terras, em 1850, o governo colonial estimulava as migrações no sul do Brasil como forma de garantir, pelo instituto do *uti possidetis*, a posse de territórios que caberiam, por tratado, à Espanha. Em tais circunstâncias, as comunidades migrantes estavam, invariavelmente, destinadas ao isolamento e ao abandono por parte do Estado, ainda em processo de constituição, o que as mantinha afastadas dos centros econômicos e com necessidade de autogerir uma realidade de privações de recursos e dificuldades de toda ordem.

Com a transferência da sede do governo de Lisboa para o Rio de Janeiro e, conseqüentemente, de sua corte administrativa, o Decreto de 25 de novembro de 1808 permitiu a concessão de sesmarias a estrangeiros residentes no Brasil. Até então, a concessão esteve limitada a “um quarto de légua” de terras concedidas aos casais açorianos, uma dimensão que equivalia a cerca de 1,5 quilômetro quadrado. Essas propriedades, entretanto, eram ainda menores. Por questão de segurança, as famílias preferiam estar próximas umas das outras e espontaneamente restringiam sua posse. Em outras situações, devido à falta de pessoas habilitadas a medir os terrenos e à má-fé dos responsáveis pelas companhias colonizadoras, fraudavam a distribuição de terras “dando menos terra aos açorianos, que foram enganados” (CONEVA, 2009, p. 17-18), o que contribuía para que as expectativas iniciais desses imigrantes fossem frustradas.

Com subsídio do governo português, no mesmo ano de 1808, 1.500 alemães foram instalados no Espírito Santo, mas as dificuldades de instalação e produção levou ao abandono das terras e a assimilação desses imigrantes à população de brasileiros (SEYFERTH, 2020, 73, 128, 171). Posteriormente, com o tratado de colonização entre Brasil e Suíça são feitas dotações orçamentárias para a instalação de colônias de suíços no chamado *Cantão de Fribourg* por meio da Carta Régia em 2 de maio de 1818, sucedida por três Decretos: o que vincula a política de povoamento ao Secretário de Estado dos Negócios do Reino, outro que nomeia o Inspetor que acompanharia a instalação das famílias e o terceiro, que regulamenta as condições para seu estabelecimento (BASSANEZI, 2008, p. 12).

Com a declaração de independência por Pedro I, a colonização de territórios com imigrantes europeus ficou sob sua responsabilidade. Pela Decisão Imperial n. 154, de 22 de outubro de 1822, foi proibida a aquisição de sesmarias por estrangeiros e a questão sobre concessão de terras foi declarada como sendo de competência da Assembleia Nacional Constituinte (BASSANEZI, 2008, p. 12).

Em São Paulo, a primeira tentativa de instalação de imigrantes deu-se em 1827, com alemães no Núcleo de Santo Amaro, mas o projeto fracassou e só foi retomado em 1874, inspirado na experiência de Curitiba, que, em 1867, instalou 35 núcleos em seu entorno. O êxito dessa experiência animou o governador paulista a promover a criação de colônias com imigrantes italianos e poloneses para cultura da uva e produção de vinho, nos Núcleos Coloniais de São Caetano, São Bernardo, Glória e Santana (ALVES, 2001, p. 53). Este período coincidiu com a edição da Lei 601, de 18 de setembro de 1850, já no II Império, conhecida por Lei de Terras, que consagrou o latifúndio como modelo fundiário brasileiro e proibiu a concessão de terras a trabalhadores nacionais. Como consequência,

a pequena propriedade era admitida apenas aos imigrantes brancos (SEYFERTH, 2011, p. 200-201; 2020, p. 128,132).

Esses primeiros imigrantes, diante de seu isolamento e do abandono do governo, passaram a viver uma situação de penúria, fome e miséria, relatadas de forma circunstanciada nas cartas que enviavam às autoridades do governo paulista e nos relatórios elaborados pelos Engenheiros Chefes dos Núcleos Coloniais, que eram inspetores nomeados para a fiscalização, o controle e a vigilância dos imigrantes em cada colônia instalada em São Paulo.

[...] os imigrantes trazidos para os núcleos foram entendidos como potenciais agentes da europeização da cidade no processo de transformação que a elite cafeeira esperava da mudança do regime e da implantação do trabalho livre na Província. Esse imaginário republicano das elites paulistas desmascara-se com os conflitos, que no decorrer da implantação dos núcleos, ocorreram entre o governo e os colonos. Revelou-se a distância entre os projetos concebidos e a realidade histórica, refletindo-se na mudança de função dos núcleos suburbanos de São Paulo após 1886, quando passam a servir como meio propagandístico para a atração de mão de obra no contexto da ‘Grande imigração’ das décadas de 80 e 90. [...] Os colonos viviam no núcleo em condição de isolamento, sendo constantemente vigiados e eventualmente punidos por seu comportamento. [...] o seu trabalho deveria ser vigiado, seu comportamento controlado e direcionado para as atividades ‘produtivas’, como a agricultura, para a produção de vinho, cereais e verduras o abastecimento da cidade. Deste modo, a proibição de cortar a lenha nas matas antes do pagamento dos lotes e, depois de emancipado o núcleo, proibição municipal de cortar qualquer lenha das matas em torno da povoação (Mata Atlântica), sem a permissão do município, formam circunscrevendo os limites de ação destes moradores. [...] o cuidado do governo não visava à preservação da mata virgem. Basicamente as medidas tinham três finalidades: fixar os colonos na terra, impedir que os imigrantes se emancipassem exercendo uma atividade lucrativa (venda de madeira) e impor a ideologia do trabalho.” (ALVES, 2001, p. 56-60).

Durante o período da Regência (1831-1840), a responsabilidade pela implantação de políticas imigratórias de ocupação de terras agricultáveis passa a ser compartilhada com as províncias. Sucessivamente, são adotadas medidas que irão, efetivamente, estimular a migração, por se tratar, inclusive, de um empreendimento altamente lucrativo para as empresas de colonização: isenção de impostos para as embarcações que trouxessem “colonos brancos” (Lei 99/1935);

aumento da dotação orçamentária para “importação de colonos” mediante contratos com companhias comerciais europeias e brasileiras para captação de trabalhadores na Europa; descontos nas passagens, subsidiados pelo governo brasileiro como forma de minimizar os riscos de prejuízo para as companhias transportadoras e para os imigrantes que financiavam sua viagem (BASSANEZI, 2008, p. 13).

Apesar dos subsídios governamentais, os imigrantes contraíam dívidas com os intermediários e as transportadoras, e inclusive com fazendeiros que contratavam seus serviços. É o que justifica a Lei 108, de 11 de outubro de 1837, que “dá várias providências sobre os contratos de locação de serviços de colonos: busca proteger o colono e encorajar a imigração regulando o contrato que um fazendeiro brasileiro fizesse com um imigrante” (BASSANEZI, 2008, p. 14). O endividamento do imigrante agrava quando o governo passa, a partir de 1870, a firmar contratos diretamente com os produtores de café que, a partir de então, tomariam a iniciativa de importação dos trabalhadores que seriam instalados em suas terras (BASSANEZI, 2008, p. 14-15; ALVES, 2001, p. 53).

Além da dívida privada, os imigrantes constituíam dívidas com o Estado, o que torna incerto seu direito à terra prometida, pois a Decisão 465/1874 determina que os títulos definitivos de propriedade “só seriam entregues aos colonos quando tivessem saldado suas dívidas com a Fazenda Nacional” (BASSANEZI, 2008, p. 18), o que poderia retardar ou até impedir a tradição definitiva da terra ao imigrante. Posteriormente, a Decisão 224/1878 estabelece que as passagens que haviam sido concedidas e destinadas ao reagrupamento familiar “não eram gratuitas”, e a Decisão 168/1878, determina que as despesas com documentação deveriam ser pagas pelos imigrantes (BASSANEZI, 2008, p. 19).

Os imigrantes que chegaram ao Brasil durante o Império vinham atraídos por uma eloquente propaganda governamental feita pelos escritórios consulares na Europa ou pelas companhias privadas contratadas para esse fim. Quando chegavam, eram destinados a locais pré-determinados e deveriam, inicialmente, trabalhar na formação do núcleo colonial, derrubando matas, abrindo estradas, construindo benfeitorias, além da obrigação de lavrar a terra. Para esse trabalho, poderiam receber, durante um ano, um salário do governo provincial, quando vinham para o Brasil às suas próprias expensas. Quando as passagens eram subsidiadas pelo governo local, nada recebiam pelas obras públicas que deveriam realizar (ALVES, 2001, p. 56-57).

Esse modelo de colonização, que convergia acúmulo de atribuições delegadas aos imigrantes e seu isolamento levava, invariavelmente, ao fracasso do projeto agrícola. Transcorrido o primeiro ano, quando cessavam os subsídios governamentais, os imigrantes eram abandonados sem condições mínimas para

estabelecer-se economicamente, frustrando o projeto inicial. Passavam, então, a ser associados aos trabalhadores brasileiros, bons para o trabalho pesado, mas inadequados como proprietários de terra: “por isso passaram a ser alvo de discriminação, identificados como “indolentes”, “ignorantes”, “atravessadores”, “in-submissos”, “desordeiros e vadios”, em face do insucesso dos núcleos” (ALVES, 2001, p. 67-68). Seyferth faz referência à identidade estereotipada atribuída aos italianos em São Paulo, chamados de “carcamanos” para satirizar “a ignorância e falta de polidez do imigrante”, e, de modo similar, os poloneses rejeitavam a categoria “polaco”, “de categoria estigmatizante, por denotar inferioridade” (SEYFERTH, 2011, p. 207).

No imaginário da elite brasileira foi se constituindo um temor em relação ao imigrante e essa discriminação adquire forma jurídica na Decisão nº 47, de 28 de janeiro de 1879, que “proíbe imigrantes que vivem nos núcleos coloniais de se dirigirem à Corte, qualquer que seja o motivo” (BASSANEZI, 2008, p. 30), o que evidencia que aos imigrantes residentes no Brasil era dispensado um tratamento excepcional mesmo em relação aos trabalhadores pobres brasileiros. Portanto, é a própria forma de organização da política migratória brasileira, desde seus primórdios, que cria as condições para a criminalização do imigrante e o estabelecimento de um estado de exceção a direitos, o que já vinha desenhado desde 1817, quando a Portaria de 8 de fevereiro “recomenda providências à Polícia acerca dos estrangeiros que entram no Reino” (BASSANEZI, 2008, p. 12). Desde então, tem-se mantido, no trato com os imigrantes, essa tradição persecutória, repressiva e criminalizante, que mesmo com a vigência da Lei de Migração, não tem sido possível superar, pois, conforme destacado, apesar do seu art. 3º, III vedar a criminalização dos imigrantes, o controle policial sobre a entrada e permanência do imigrante foi mantido, conforme dispõem seus artigos 38 e 51, e detalhado nos dispositivos do Decreto 9.199/2017. Consequentemente, o trabalhador imigrante, para a ordem jurídica nacional, permanece como *objeto* de controle e fiscalização do Estado, ao invés de *sujeito* destinatário de direitos plenamente reconhecidos.

Esta tradição, que faz da imigração uma “questão de polícia”, ao considerá-la potencialmente ameaçadora à estabilidade social e à segurança e integridade nacional, constringe o imigrante a uma situação de “ilegalidade” juridicamente condicionada, situação administrativa que o oprime psicológica e fisicamente.

A onipresente questão racial e a declaração jurídica dos “indesejáveis”

Durante a Primeira República no Brasil (1889-1930) houve forte estímulo aos fluxos migratórios, com dotações anuais da União aos estados (ex-províncias) e dos próprios estados às empresas transportadoras para subsídio de passagens, agasalhos e instalação de imigrantes em núcleos agrícolas. Decretos estaduais de São Paulo fixavam, anualmente, o número de imigrantes que deveriam chegar mediante tais subsídios. Foi o período de instalação de diversos núcleos agrícolas (CARNEIRO, 2018; BASSANEZI, 2008, p. 42-49).

A condição, entretanto, é que os imigrantes fossem, preferencialmente, homens brancos.

Portanto, logo nos primeiros anos republicanos, começam a se delinear, juridicamente, os contornos da imigração indesejável e seu evidente viés racial e, concomitantemente, os meios institucionais de promoção da “ilegalidade” do imigrante, excluindo-o da proteção jurídica e ensejando sua saída compulsória do território brasileiro. Neste sentido, um dos primeiros atos do governo do Marechal Deodoro da Fonseca foi o Decreto 528, de 28 junho de 1890, que proibia a migração de africanos e asiáticos para o Brasil, que, nos portos, teriam o mesmo tratamento dispensado a mendigos e indigentes:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.

Art. 2º Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos immigrants daquelles continentes, communicando immediatamente ao governo Federal pelo telegrapho quando não o puderem evitar.

Art. 3º A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes.

Art. 4º Os commandantes dos paquetes que trouxerem os individuos a que se referem os artigos precedentes ficam sujeitos a uma multa de 2:000\$ a 5:000\$, perdendo os privilegios de que gozarem, nos casos de reincidencia (BRASIL, 1890 – linguagem original).

Mulheres e crianças só seriam admitidas se estivessem acompanhadas. Se ficassem viúvas no Brasil, o que não era raro, eram rejeitadas pelos programas governamentais e sofriam as consequências opressivas que decorriam de sua indesejabilidade (ALVES, 2001, p. 70; CARNEIRO, 2018). Em março de 1892, um decreto presidencial autorizou a repatriação de viúvas e órfãos de imigrantes falecidos no Brasil. Na capital paulista, o decreto de 1908 criou, junto à Hospedaria dos Imigrantes, uma creche/asilo para abrigo de órfãos.

A primeira Constituição republicana, de 24 de fevereiro de 1891, notabilizou-se, igualmente, por medidas consideradas repressivas e violadoras de direitos, como a que estabeleceu “a grande naturalização”, ou a naturalização compulsória de todos os estrangeiros residentes no Brasil até 15 de novembro de 1891, caso não declarassem junto à prefeitura da cidade em que residiam, no prazo de seis meses após a vigência da Constituição, sua vontade de manter a nacionalidade de origem (art. 69, §4º CF/1891). Este dispositivo gerou protestos internacionais contra o Brasil, especialmente de Estados de origem desses imigrantes.

Posteriormente, a Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926 alterou o art. 72 da Constituição para estabelecer, no seu parágrafo 33, a permissão ao Poder Executivo para expulsar os estrangeiros considerados “perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses nacionais”. Constitucionaliza-se, assim, a doutrina da segurança nacional em relação aos imigrantes, expressa pela primeira com a edição do Decreto 1.641, de 07 de janeiro de 1907, que ficou conhecido como Lei Adolfo Gordo. A “lei” foi editada após revoltas de colonos no interior de São Paulo e das greves de 1905 e 1906 e determinava a expulsão de “estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública” (BRASIL, 1907).

No ano seguinte à promulgação da Constituição republicana, a Lei 97, de 5 de outubro de 1892, permitiu a livre entrada de imigrantes chineses e japoneses no Brasil. Entretanto, a imigração de orientais seria veementemente combatida por autoridades brasileiras sob argumento de serem pessoas inassimiláveis, embora o motivo expresso em discursos e trabalhos acadêmicos fosse a incompatibilidade desses imigrantes com o projeto de branqueamento do povo brasileiro (SEYFERTH, 2020, pp. 67-69, 141). Posteriormente, no governo de Getúlio Vargas, a migração de japoneses seria debatida e restringida pela Lei de Cotas como etnia “indesejável”.

Através do Decreto 4.247, de 5 de janeiro em 1921, “que regula a entrada de estrangeiros no território nacional”, o governo federal estabeleceu pela primeira vez, seguindo a tendência de outros Estados americanos, limites ao ingresso de imigrantes, restringindo o acesso a todos aqueles considerados “perniciosos

à ordem pública e à segurança nacional” (BRASIL, 1921). Da mesma forma, cuidou, com indisfarçável viés eugenista, do impedimento de entrada de portadores de moléstias físicas e mentais, de deficientes físicos, maiores de 60 anos e de toda estrangeira que pudesse “entregar-se à prostituição”. No seu art. 2º relaciona os casos de expulsão, que, entretanto, só deveriam se efetivar se o imigrante estivesse no Brasil há menos de cinco anos (art. 2º). Caso o imigrante fosse *objeto* de pedido de expulsão, o procedimento seria administrativo, requerido junto ao Ministério da Justiça e o imigrante, não saindo espontaneamente do território nacional no prazo estipulado, deveria ser recolhido, indefinidamente, à prisão especial. Uma vez expulso, não poderia retornar ao Brasil, pois sua volta configuraria crime contra a ordem social. Os mesmos termos foram recepcionados pelo Estatuto do Estrangeiro (art. 7º) e o Código Penal brasileiro tipifica como crime o retorno do imigrante expulso (art. 338).

As políticas eugenistas e assimilacionistas dos governos de Getúlio Vargas

O estímulo inicial aos fluxos migratórios europeus ao Brasil, especialmente a partir de 1850, veio respaldado por teorias deterministas raciais que previam a progressiva decadência social e fracasso econômico do país em razão da mestiçagem do seu povo, composto majoritariamente por descendentes de indígenas e africanos. Para salvar o Brasil de iminente desgraça o sangue brasileiro precisava ser depurado, “caldeado” com o sangue de brancos europeus. Com a Proclamação da República, a teoria do branqueamento da raça fundamentou a imposição de critérios raciais à seleção de imigrantes legitimados pela produção “científica” de João Cardoso Menezes e Souza, João Batista Lacerda, Francisco de Oliveira Vianna, Raimundo Nina Rodrigues, Silvio Romero, Arthur Hehl Neiva, Alfredo Ellis Jr., cujas teses serão igualmente referenciadas por ocasião dos debates na Assembleia Constituinte de 1934.

O recrudescimento da política de discriminação de “estrangeiros”, nas décadas de 1920 e 1930, marcadas pelos aportes do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia realizado em 1929, aprofundou-se com o nacionalismo dos governos getulistas (1930-1945), período marcado por debates relativos à formação do *povo brasileiro* (SEYFERTH, 2020). Desde então, a política migratória tratou de estabelecer critérios mais rígidos de controle de entrada e, durante o Estado Novo, de realizar intervenções militares junto às comunidades de imigrantes considerados refratários à assimilação nacional (SEYFERTH, 2011, p. 219). Foram

editadas, nesse período, diversas normas restritivas a caracterizar o “estado de exceção” como paradigma dos governos getulistas.

Logo no primeiro ano de seu governo, Getúlio instituiu o Decreto 19.482/1930 para regulamentar dispositivos do Decreto 4.247/1921 acrescentando novas restrições à entrada de “estrangeiros” para controlar o ingresso de “passageiros de terceira classe”. A justificativa de tal medida foi a necessidade de “proteção ao trabalhador nacional”, algo até então absolutamente desprezado pelas leis migratórias e colonizadoras. A decisão contra imigrantes pobres renunciava outras normas de conteúdo restritivo que a sucederiam e que, posteriormente, seriam recepcionadas e consolidadas pelos Decretos de 1969 e pelo Estatuto do Estrangeiro, editados durante a ditadura militar (1964-1985).

O viés discriminatório deste Decreto 19.482/1930 é proclamado logo no seu preâmbulo, que considera “que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o *concurso útil de quaisquer capacidades*, mas frequentemente *contribuem para aumento da desordem econômica e da insegurança social*” (BRASIL, 1930).

Posteriormente, o Decreto 24.215, de 9 de maio de 1934, revogou o de 1921 ampliando o rol de proibições de entrada para incluir nômades, ciganos, analfabetos e pessoas “com costumes manifestamente imorais”, o que amplia ainda mais a larga margem de discricionariedade conferida às autoridades migratórias na seleção de imigrantes. Seu decreto regulamentar (Decreto 24.258/1934) torna os critérios de entrada ainda mais rígidos ao determinar que para o ingresso de forma regular, o trabalhador imigrante necessita ser “chamado” pelos governos estaduais, empresas, proprietários de terras ou por familiares já estabelecidos no Brasil, sempre mediante prévia autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Esses critérios restritivos aos trabalhadores imigrantes foram mantidos pelo Estatuto do Estrangeiro e apenas flexibilizados pela Lei de Migração. Apenas os originários de Estados que ratificaram o Acordo de Residência do Mercosul têm permissão de permanência e trabalho sem necessidade de demonstrar contrato prévio de emprego. Além disso, ao estabelecer que os subsídios aos imigrantes recém-chegados, estabelecidos nos núcleos de colonização, seriam destinados apenas aos “trabalhadores constituídos em família” o Decreto 24.258/1934 (art. 7º) não se furta em ditar padrões morais a um propósito que é econômico e excludente: na definição de uma família de imigrantes, declara a necessidade de ser constituída de, no mínimo, por “duas pessoas maiores de 12 anos e menores de 60, *aptas para o trabalho agrícola*” (art. 2º, b) (BRASIL, 1934).

Tais medidas restritivas têm o efeito jurídico de promover a “ilegalidade” do imigrante, um caráter do direito migratório contemporâneo, instituído apenas a partir do século XX, cujo efeito é instituir a figura do imigrante irregular, até então inexistente no ordenamento jurídico. Trata-se de uma concessão administrativa feita ao governo que submete o trabalhador imigrante a uma condição permanentemente precária, deixando-o absolutamente entregue à discricionariedade de seus agentes, que, ao seu arbítrio, coloca o imigrante à margem de uma proteção legal efetiva situando-o em uma zona de exceção jurídica: por força de decretos restringe-se ao “estrangeiro”, sob o fundamento do “estado de necessidade”, a incidência de direitos destinados apenas aos nacionais. Agamben traduz essa exceção nos seguintes termos:

[...] a lacuna não é interna à lei, mas diz respeito a sua relação com a realidade, à possibilidade mesma de sua aplicação. É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde esta aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor (AGAMBEN, 2007, p. 49).

Como resultado, o sistema ordinário de direitos não é aplicável aos *indesejáveis*, que se tornam, conseqüentemente, imigrantes irregulares: todos aqueles, enfim, que não possuem uma “carta de chamada” para apresentar às autoridades migratórias.

Na instalação da Assembleia Constituinte, em 1933, Getúlio Vargas proferiu um discurso em que afirma que “a política migratória flexível” adotada até então seria substituída pela “restrição à livre entrada de imigrantes”, embora reconheça, em sua fala, a importância da imigração para o desenvolvimento econômico, em face à permanente necessidade “de braços fortes e adestrados” e de ocupação do território (VARGAS, 1934, p. 115-120; GERALDO, 2009, p. 178). No mesmo ano da promulgação da Constituição de 1934 foi aprovada uma Emenda Constitucional ao seu art. 121, que ficou conhecida como *Lei de Cotas*, para respaldar este propósito.

A Lei de Cotas foi precedida por amplos debates parlamentares sobre o tema migratório. Nas sessões legislativas foram proferidos discursos que defendiam com veemência a implantação de medidas racistas, repressivas e de restrição a direitos, em um contexto marcado pelos aportes eugenistas acerca de “critérios raciais para exclusão de etnias indesejáveis, alertando para os ‘perigos

da migração promíscua sob o ponto de vista dos interesses de raça e da segurança política e social da República” (SEYFERTH, 2011, p. 204).

O principal efeito da Lei de Cotas foi ampliar a relação de “indesejáveis” para evitar a entrada de analfabetos e, especialmente, de não brancos, ou seja, africanos, árabes e orientais. Além do conteúdo racial, a eugenia era reforçada pela proibição da entrada de pessoas com problemas de saúde mental (BRASIL, 1934). Estabelecia-se, enfim, nas palavras do deputado cearense Xavier de Oliveira, um novo critério, “nacionalista, antropológico e eugenético”, a orientar uma política migratória afinada com as tendências racistas e higienistas da Europa nazista (GERALDO, 2009, p. 177-185).

Como produto dessas teses, foi igualmente editado o Decreto-Lei 406, de 4 de maio de 1938, que, ao dispor sobre a entrada de estrangeiros, prosseguiu ampliando as restrições de entrada enquanto também aumentava o poder discricionário do Executivo, nos termos do parágrafo único do seu artigo 1º, que declara que as circunstâncias impeditivas à entrada eram meramente enunciativas: “a enumeração acima não exclui o reconhecimento de outras circunstâncias impeditivas” (BRASIL, 1938), o que confere aos cônsules e policiais instituir restrições adicionais de ingresso e permanência, além de medidas obrigatórias de assimilação, especialmente nas comunidades de imigrantes alemães e japoneses. No art. 2º vem o preceito segundo o qual “o governo federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização” (BRASIL, 1938). No seu capítulo VIII, cuida, justamente, de medidas assimilacionistas dirigidas, especialmente, às comunidades migrantes já estabelecidas no Brasil e que tinham, até então, liberdade de manter escolas, centros culturais, jornais, editoras, cultos religiosos em seu idioma e cultura de origem, práticas que passaram a ser consideradas formas de resistência à assimilação nacional, denunciadas por Silvio Romero, desde 1908, como o grande equívoco das políticas migratórias do Império, por inibirem a miscigenação com brasileiros tornando inócuo o objetivo de depurar a herança genética indígena e africana (SEYERTH, 2020).

A tese de Silvio Romero foi recepcionada pelos artigos 39 e 40 que determinavam que “nenhum núcleo colonial, centro agrícola ou Colônia, será constituído por estrangeiro de uma só nacionalidade”, e ainda, que “o Conselho de Imigração e Colonização poderá proibir a concessão, transferência ou arrendamento de lotes a estrangeiros da nacionalidade cuja preponderância ou concentração no núcleo, centro ou colônia [...] seja contrária à composição étnica ou social do povo

brasileiro” (BRASIL, 1938). A partir de então, as colônias de imigrantes, especialmente as do Sul, estariam sujeitas a intervenções militares e censura permanente sobre o conteúdo ministrado em suas escolas e reportado pelos jornais locais (SEYFERTH, 1999).

Em complemento ao Decreto de Ingresso, foi editado, no mesmo ano, novo Decreto de Expulsão (Decreto-Lei 479, de 8 de junho de 1938), enumerando atos de nítido conteúdo político-social suscetíveis de levar o imigrante à prisão e sua retirada compulsória do território nacional. Seu artigo 1º determina que é “passível de expulsão o estrangeiro que atentar contra a personalidade internacional do Estado, a ordem política ou social, a tranquilidade e moralidade pública, a economia popular, ou que pelo seu procedimento se tornar nocivo”. E ainda, no artigo 2º: “atentar contra a dignidade da Pátria, contra a propriedade, a segurança no trabalho, for vagabundo ou mendigo ou se converter em encargo para o poder público, entrar no Brasil de forma irregular ou perturbar o livre funcionamento de associações profissionais” (BRASIL, 1938a).

Os governos militares de 1964 e de 2019: do Estatuto do Estrangeiro à revogação fática da Lei de Migração por portarias ministeriais

O Estatuto do Estrangeiro, aprovado em 1980 por decurso de prazo, reedita e consolida, em um contexto igualmente totalitário e centralizador as normas de caráter excepcional editadas durante o Estado Novo e fundamentadas na doutrina da segurança nacional e na falaciosa proteção dos trabalhadores brasileiros, igualmente oprimidos e reprimidos com prisões e torturas no período. Neste sentido, a Lei 6.815/80 mantém a ampla discricionariedade aos agentes governamentais ao reiterar o protagonismo do Executivo na edição de normas migratórias “com força de lei”, cujo melhor exemplo é o próprio Estatuto. Aspecto característico, segundo Agamben, do estado de exceção vigente até nas democracias formais europeias:

É determinante que, em sentido técnico, o sintagma ‘força de lei’ se refira, tanto na doutrina moderna quanto na antiga, não à lei, mas àqueles decretos – que têm justamente, como se diz, força de lei – que o poder executivo pode, em alguns casos, particularmente no estado de exceção, promulgar. O conceito ‘força de lei’, enquanto termo técnico do direito, define, pois, uma separação

entre o *vis obligandi* ou a aplicabilidade da norma e sua essência formal, pela qual decretos, disposições e medidas, que não são formalmente leis, adquirem, entretanto, sua força (AGAMBEN, 2007, p. 54-63).

A regulação da política migratória brasileira é traçada por meio de Resoluções Normativas editadas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão normativo vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego que substituiu o Conselho de Imigração e Colonização do Estado Novo. Por meio de Resoluções Normativas, o CNIg editava os procedimentos administrativos de entrada e permanência, sempre afeitos a critérios de conveniência e oportunidade, sem excluir as mesmas atribuições ao Ministério de Relações Exteriores e Ministério da Justiça (Art. 9º, §5º e 26). O Ministro da Justiça é igualmente competente pelas decisões em procedimentos administrativos de autorização de permanência e de expulsão do estrangeiro (arts. 65 a 70).

O CNIg não estava previsto na Lei de Migração, mas foi reabilitado pelo Decreto 9.199/2017, desta feita vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que passou a concentrar toda a competência relativa à administração migratória em face à extinção, no governo de Jair Bolsonaro, do Ministério do Trabalho. Suas resoluções normativas substituem os decretos dos períodos precedentes e podem tanto ampliar como flexibilizar os impedimentos relativos aos trabalhadores sem qualificações específicas. Com a retomada dos fluxos migratórios provenientes de Estados sul-americanos e caribenhos a partir de 2005, intensificados com a crise humanitária no Haiti e Venezuela, em 2010 e 2015, respectivamente, as resoluções emitidas pelo CNIg vinham adotando medidas benéficas aos imigrantes de forma a convergir o Estatuto do Estrangeiro com a Constituição Federal, instituindo, por exemplo, o visto humanitário para ampliar o acolhimento de migrantes forçados.

Esta tendência foi ironicamente revertida com a promulgação da Lei de Migração e de seu decreto regulamentar, este último elaborado em um novo contexto totalitário e militarizado, que praticamente restabeleceu, com as portarias interministeriais editadas no período da pandemia do COVID-19, o regime restritivo do Decreto-Lei 941/1969, de 13 de outubro de 1969, sobre a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, editado logo após o AI-5 e posteriormente “legalizado” pelo Estatuto do Estrangeiro, de 1980.

A primeira destas portarias é a de n. 478, de 14 de outubro de 2020, e a última, a Portaria 678, de 12 de setembro de 2022. Todas elas “dispõe[m] sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância

Sanitária – ANVISA”. Todas elas ferem frontalmente dispositivos da Constituição Federal, da Lei de Migração (Lei 13.445, 2017) e da Lei de Refúgio (Lei 9.474, 1997) ao estabelecer discriminações em relação à nacionalidade dos estrangeiros (em violação ao art. 3º, IV e *caput* do art. 5º, CF), excepcionando os provenientes da República Bolivariana da Venezuela das flexibilizações previstas nos seus dispositivos (é o caso do art. 3º, § 4º e art. 4º, § único). São igualmente ilegais ao criminalizar a migração (em violação ao art. 3º, III da Lei de Migração) e rechaçar solicitantes de refúgio (contrariando o art. 7º, § 1º da Lei de Refúgio, e art. 33 da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados), em completa consonância com as práticas das ditaduras brasileiras. As restrições aos venezuelanos foram, finalmente, excluídas desde a Portaria 655/2021, mas foram mantidos os dispositivos de rechaço aos refugiados e a criminalização dos imigrantes por via administrativa, em franca violação ao princípio da anterioridade da lei penal (art. 5º, XXXIX CF).

O controle do seu cumprimento e, portanto, da entrada e permanência do imigrante no território brasileiro é feito, da mesma forma que no passado colonial, por autoridades policiais, no caso, a Polícia Federal, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. O que nos permite afirmar que o Estatuto do Estrangeiro e o seu Decreto regulamentar (Decreto 86.715/1981), e inclusive o Decreto 9.199/2017 da atual Lei de Migração, recepcionam os paradigmas migratórios estabelecidos na Primeira República e no período dos governos de Getúlio Vargas: concentração no Poder Executivo das competências normativas, fiscalizadoras, jurisdicionais e sancionatórias em relação aos imigrantes; seletividade na entrada; discricionariedade na decisão sobre permanência; presunção do estado de necessidade e de defesa em relação ao “estrangeiro” e “clandestino”, inclusive restabelecendo a possibilidade de sua prisão. Aliás, estes termos discriminatórios, repudiados pela Lei de Migração, foram recuperados pelo Decreto 9.199/2017.

Como regra, apenas trabalhadores com qualificações específicas previamente chamados por empresas nacionais ou estrangeiras aqui sediadas têm garantida a sua acolhida, obtendo o visto de entrada (Estatuto do Estrangeiro) ou Autorização de Residência (Lei de Migração) e registro junto ao Ministério da Justiça. Conforme já mencionado, somente o Acordo de Residência do Mercosul flexibiliza essa regra ao admitir a residência temporária de dois anos para qualquer pessoa originária dos Estados signatários, tempo para que trabalhador possa se estabelecer economicamente e demonstrar meios suficientes de subsistência. Se não estiverem presentes tais condições, o trabalhador imigrante, nos termos de uma já secular tradição jurídica, incide em irregularidade, condição

suficiente para alijá-lo ou restringir-lhe o acesso ao sistema de direitos conferidos aos nacionais.

O princípio da ampla discricionariedade administrativa em relação aos imigrantes atua em detrimento da exigência constitucional da legalidade estrita para os atos do Executivo ao ampliar as matérias de competência privativa dos governantes e ministros, o que confere uma permanente insegurança aos trabalhadores estrangeiros no Brasil, que nunca terão consolidado seu direito à permanência, sempre precário. Um dos efeitos jurídicos desta política é a impossibilidade de os imigrantes aperfeiçoarem direito líquido e certo à permanência, restringindo de forma significativa a utilização do *Habeas Corpus* e Mandado de Segurança em sua defesa. O trabalhador imigrante, portanto, sempre estará passível de deportação. a critério do governo do momento. Nos termos da Lei 6.815/80 estava, inclusive, sujeito à prisão (art. 61, 69 e 139), sem que tivesse praticado qualquer fato delituoso.

A Lei de Migração, embora tenha estabelecido o princípio da não criminalização do imigrante (art. 3º, III) e restringido as possibilidades de sua prisão, manteve, entretanto, sua possibilidade, bastando que o pedido seja submetido à Justiça Federal, conforme exige a Constituição Federal, que proibiu as prisões administrativas. Assim, além da detenção do imigrante nas áreas de fiscalização dos portos e aeroportos, para efeito de repatriação – conforme ocorrido com os afegãos que chegaram ao Brasil após a edição da Portaria Interministerial 24, de 3 de setembro de 2021, no aeroporto de Guarulhos (BRASIL, 2021) – a detenção continua a ser juridicamente “justificável”, bastando que o imigrante residente esteja em “situação *irregular*”, irregularidade esta promovida pelo conflito entre decisões administrativas justapostas. É o que se depreende do art. 48 da lei e do art. 211 do seu regulamento, ao prever que nos “casos de *deportação* ou expulsão, o chefe da unidade da Polícia Federal *poderá representar perante o juízo federal*” para tornar efetivas as medidas de retirada compulsória do imigrante do território nacional. A representação perante o juízo foi estabelecida ainda na vigência da Lei 6.815/80, que previa a possibilidade de prisão administrativa para efeito de deportação. Sua inconstitucionalidade foi reconhecida em face da competência exclusiva do Poder Judiciário, nos termos do art. 5º, LXI da Constituição de 1988, para qualquer decisão relativa à privação da liberdade.

Embora reduzida a ampla discricionariedade do Estado pela previsão legal do controle judiciário sobre questões migratórias (art. 48), o paradigma jurídico da segurança nacional e proteção ao trabalhador brasileiro estão implícitas na Lei de Migração, como vinham explicitadas pelo Estatuto do Estrangeiro

e normas que o antecederam. Ao manterem os meios de saída compulsória, a deportação e expulsão do imigrante, a lei e seu decreto acompanham a racionalidade jurídica dos diplomas anteriores admitindo, juridicamente, a figura do “indesejável” e sua deportabilidade.

A zona de exceção de direitos, portanto, continua vigente bem como seus paradigmas jurídicos *discriminatórios*, que se evidenciam nos embaraços criados nos trâmites de regularização e renovação de documentos junto à Polícia Federal, que vão de encontro aos primeiros e elementares dispositivos da Constituição Federal, a consagrar a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho (art. 1º) como condições para a construção de uma sociedade “livre, justa e solidária”, capaz de garantir o desenvolvimento, o combate à pobreza, à marginalização e discriminações de qualquer natureza (art. 3º). São normas fundamentais que não admitem tratamento diverso a pessoas que vivem, trabalham e pagam impostos em condições idênticas aos nacionais. Como pessoas destinatárias de direitos humanos internacionais e domésticos, não se justifica a exceção a que estão submetidos, a não ser sob a condição de *homo sacer* modernos.

Considerações finais

Nos últimos anos, especialmente nos governos de Dilma Rousseff, foram notáveis as iniciativas tendentes a superar os paradigmas discriminatórios e excludentes estabelecidos pela tradição normativa brasileira em relação aos imigrantes. Nesse período (2010-2016), tais paradigmas foram flexibilizados com a introdução, por meio de resoluções normativas, de critérios humanitários no trato conferido na acolhida aos imigrantes no Brasil. Foram, igualmente, desenvolvidas políticas de estímulo à recepção digna, de integração ao mercado de trabalho e participação política em questões de seu interesse.

Como resultado desses esforços, em 2017 foi aprovada a Lei de Migração, porém, com 21 vetos, todos relativos à proteção de direitos, fazendo prevalecer, em relação aos imigrantes, uma mera expectativa de direitos e a mesma estrutura institucional das normativas editadas sob fundamento de um estado de defesa do Estado contra imigrantes e refugiados.

O protagonismo conferido à Polícia Federal, mantido pela Lei de Migração, dificulta o cumprimento dos Acordos de Residência do Mercosul e Estados Associados e, inclusive, da Lei de Refúgio, mesmo que a polícia não tenha a atribuição de decidir, em relação aos refugiados, sobre quem pode entrar ou

permanecer, devendo apenas autorizar sua entrada e residência quando solicitadas, até o parecer definitivo do Conselho Nacional para Refugiados (CONARE), único órgão com capacidade decisória sobre pedidos de refúgio.

Não foi o que ocorreu durante a pandemia e até a vitória do presidente Lula nas últimas eleições, em outubro de 2022, quando o cenário restritivo começou, finalmente, a mudar, com o retorno da emissão e renovação das solicitações de refúgio e, conseqüentemente, o esvaziamento dos corredores do aeroporto de Cumbica-SP, repletos de afegãos retidos. Em relação aos imigrantes, o papel da Polícia Federal tem sido, tradicionalmente, o de polícia política e social. Portanto, uma polícia de exceção. Especializada no combate à criminalidade, sua atuação na administração dos fluxos migratórios tem sido condicionada por práticas respaldadas em uma tradição discriminatória e racista que invariavelmente se volta contra deslocados indígenas, sul-americanos e caribenhos, refugiados e imigrantes africanos e orientais, especialmente muçulmanos, o que criminaliza o imigrante pela presunção de uma ameaça potencial aos interesses nacionais, conforme restou evidente nos anos de governo Bolsonaro.

Portanto, as iniciativas tendentes a instituir um novo marco legal capaz de romper com uma tradição jurídica fundada na repulsa aos não nacionais, especialmente àqueles com marcadores raciais não brancos, por enquanto foram apenas promessas adiadas em um contexto interno marcado por um governo de caráter supremacista e internacional conturbado por guerras e desastres ambientais.

A constituição histórica do “povo brasileiro” e a ocupação do território nacional deu-se em razão da imigração voluntária ou deslocamentos forçados que resultaram em mais de 300 anos de trabalho escravo institucionalizado. Durante o século XIX, o argumento civilizatório em relação aos imigrantes europeus representava o repúdio e a discriminação racista em relação aos trabalhadores brasileiros pobres, destituídos do direito de possuírem pequenas propriedades de terra que poderiam garantir-lhes trabalho e dignidade. Porém, a estrutura escravista, única conhecida e francamente apoiada pelos grandes proprietários brasileiros, não garantiu aos pobres imigrantes europeus e japoneses uma acolhida digna e muitos foram submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão por dívidas. Desde então, o trabalhador *estrangeiro* tem sido vítima do aliciamento de terceiros, de promessas não cumpridas, da discriminação e violência contra seus corpos.

Condições que deveriam ensejar solução imediatas, esforço conjunto e constituírem especial interesse dos próprios Estados – a regularização da situação jurídica de qualquer pessoa em seu território – contraditoriamente, perpetuam

a vigência de normas e práticas que produzem e reproduzem subalternização e vulnerabilidade. Em face a um contexto mundial irreversível, em que deslocamentos são estimulados por tecnologias que promovem comunicação instantânea e encurtam distâncias físicas, fatores que, inseridos em um sistema de crises e conflitos recorrentes, viabilizam e promovem fluxos migratórios. Guerras que se prolongam em diversas regiões coloniais da África, Oriente Médio, Ásia; os persistentes conflitos étnicos e territoriais europeus; a precária estabilidade política e econômica nas regiões coloniais da América do Sul, América Central e Caribe, somada às catástrofes ambientais ainda promoverão grandes fluxos de migrações forçadas, continuarão a estimular deslocamentos espontâneos, realidade que demanda respostas simples, posto que já conhecidas pelo aparato burocrático dos Estados: a regularização documental do migrante e a cooperação dos órgãos administrativos dos Estados para garantir sua gratuidade e celeridade.

A manutenção de paradigmas autoritários, mesmo quando incompatíveis com o sistema internacional e constitucional de direitos humanos só se justifica pelo interesse na exploração econômica do corpo e energia dessas pessoas, “imigrantes irregulares”, trabalhador provisório, escravo contemporâneo em permanente deslocamento. Ou então, campos de refugiados, no lugar dos campos de concentração.

A Lei de Migração, (Lei 13.445/2017) tem o potencial de estabelecer um inédito paradigma legal voltado à uma política nacional migratória insuscetível de revogação ao arbítrio de governos. Para tanto, seu regulamento precisa ser drasticamente reformado. A ver as medidas que serão tomadas no governo Lula neste sentido.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ALVES, Alexandre. “Os imigrantes do Núcleo Colonial de São Bernardo e a constituição do subúrbio paulistano”. In: IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Diadema nasceu no Grande ABC: História retrospectiva da Cidade Vermelha*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: 2001.
- BASSANEZI, Maria *et al.* *Repertório de legislação paulista e brasileira sobre imigração*. São Paulo: UNESP, 2008.
- BRASIL. *Lei n. 108, de 11 de outubro de 1837*. Dando varias providencias sobre os Contractos de locação de serviços dos Colonos. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/541072/>

- publicacao/15632760#:~:text=Rescindindo%2Dse%20o%20contracto%20por,que%20possa%20ser%2Dlhe%20devedor. Acesso: 01 dez. 2022.
- BRASIL. *Decreto n. 520, de 11 de junho de 1847*. Mandando executar o novo Regulamento do Corpo Consular do Imperio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-520-11-junho-1847-560330-publicacaooriginal-83090-pe.html>. Acesso: 28 nov. 2022.
- BRASIL. *Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso: 07 fev. 2022.
- BRASIL. *Decreto n. 528, de 18 de junho de 1890*. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 02 dez. 2022.
- BRASIL. *Lei n. 97, de 5 de outubro de 1892*. Permite livre entrada, no territorio da republica, de imigrantes de nacionalidade chinesa e japonesa”; autoriza o governo a promover a execucao do tratado de 05/09/1890 com a China; a celebrar tratado de comercio, paz e amizade com o Japao, e da outras providencias atinentes a imigracao daquelas procedências. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/normal/?numero=97&tipo_norma=lei&data=18921005&link=s. Acesso: 29 nov. 2022.
- BRASIL. *Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907*. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do territorio nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>. Acesso: 07 fev. 2023.
- BRASIL. *Decreto n. 4.247, de 5 de janeiro em 1921*. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html>. Acesso: 07 fev. 2023.
- BRASIL. *Decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930*. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>. Acesso: 07 fev. 2023.
- BRASIL. *Decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934*. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24215-9-maio-1934-557900-publicacaooriginal-78647-pe.html>. Acesso em: 07 fev. 2023.
- BRASIL. *Decreto n. 24.258, de 16 de maio de 1934*. Aprova o regulamento da entrada de estrangeiros em território nacional. Disponível em: <http://www2>.

- camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24258-16-maio-1934-557864-publicacaooriginal-78583-pe.html. Acesso em: 07.fev.2023
- BRASIL. *Decreto-Lei n. 479, de 8 de junho de 1938*. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 fev. 2023.
- BRASIL. *Lei 6.815 de 19 de agosto de 1980*. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm. Acesso: 07 fev. 2023.
- BRASIL. *Decreto 86.715, de 10 de dezembro de 1981*. Regulamenta a Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D86715.htm. Acesso: 07 fev. 2023.
- BRASIL. *Decreto 6.975, de 7 de outubro de 2009*. Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm. Acesso: 07 fev. 2023.
- BRASIL. *Caderno de Propostas pós-Etapa Nacional: I Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio*. Brasília: Ministério do Estado da Justiça, 2014. Disponível em: http://www.participa.br/articles/public/0007/6551/COMIGRAR_Caderno_de_Proposta_PosEtapaNacional.pdf. Acesso: 07 fev. 2023.
- BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Habeas Corpus em favor de Maria do Rosário Barbato*, 2016. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/habeas-corpus_professora-estrangeira-ufmg.pdf/view. Acesso: 18 mar. 2023.
- BRASIL. *Lei 13.445, de 24 de maio de 2017*. Institui a Lei de Migração. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 07 fev. 2023.
- BRASIL. *Portaria Interministerial n. 24, de 3 de setembro de 2021*. Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_MJSP.MRE_N%C2%BA_24_DE_3_DE_SETEMBRO_DE_2021.pdf. Acesso: 18 mar. 2023.
- CARNEIRO, Cynthia Soares. “Imigração e igualdade: o diagnóstico dos imigrantes acerca da marginalização jurídica do estrangeiro no Brasil”. In: *Anais do XV Congresso do Fórum Universitário do Mercosul - FoMerco*, 2015, Assunção do Paraguai, 2015. p. 416-424. Disponível em: http://www.fomerco.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=294&impresao. Acesso: 07 fev. 2023.
- CARNEIRO, Cynthia Soares. “Os Acordos de Residência do Mercosul frente ao Estatuto do Estrangeiro vigente no Brasil: obstáculos estabelecidos à sua

- efetividade sob a perspectiva do imigrante”. In: *Livros do III Encontro de Internacionalização do Conpedi-Madrid: Direito Internacional e Direito Comunitário Europeu*. Florianópolis: Conpedi, 2016. v. 16. p. 64-95. Disponível em: <http://portaltutor.com/index.php/conpedireview/article/view/217>. Acesso: 07 fev. 2023.
- CARNEIRO, Cynthia Soares. “Políticas migratórias no Brasil e a instituição dos ‘indesejados’: a construção histórica de um estado de exceção para estrangeiros”. In: *Revista Opinião Jurídica*. Fortaleza: Unichristus, v. 16, n. 22, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/1728>. Acesso: 06.fev.2023
- CONEVA, Ada. “A imigração açoriana para o Brasil meridional”. In: *XX Edição do Prêmio Ibero-Americano na República Checa, 2009*. Disponível em: http://www.premioiberoamericano.cz/documentos/15taedicion/3erPremioXV_AdaConeva.pdf. Acesso: 07.fev.2023.
- DOMENECH, Geraldo. “Inmigración, anarquismo y deportación: lacriminalización de loextranjeros ‘indeables’ em tiempos de las grandes migraciones”. *Revista Interdisciplinar de Migrações Humanas*. Brasília, Ano XXIII, n. 45, p. 169-196, jul./dez.2015.
- FRANCO DE SÁ, Alexandre. “O conceito de teologia política no pensamento de Carl Schmitt e o decisionismo como ficção jurídica”. *Lusofonia*, 2009. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/sa_alexandre_franco_de_o_conceito_de_teologia_politica_e_decisionismo_como_ficcao.pdf. Acesso: 07 fev. 2023.
- GERALDO, Endrica. “A Lei de Cotas de 1934: controle de estrangeiros no Brasil”. *Cadernos AEL*. SP: UNICAMP, v. 15, n. 27, 2009.
- SEYFERTH, Giralda. *O beneplácido da desigualdade: breve digressão sobre o racismo e outros textos sobre questões étnicorraciais*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020
- SEYFERTH, Giralda. “Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 199-228.
- SEYFERTH, Giralda. “A dimensão cultural das migrações”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, v. 26, n. 77. out. 2011, p. 47-72.
- VARGAS, G. “Mensagem do Chefe do governo Provisório”. In: *República dos Estados Unidos do Brasil. Anais da Assembleia Nacional Constituinte*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934, vol. I, p. 115-120.

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA: OS PROTESTANTES EVANGÉLICOS E A DEMOCRACIA NO BRASIL

Lyndon de Araújo Santos

Os protestantes evangélicos estiveram presentes nos dois séculos da Independência brasileira, uma presença ainda desconhecida na sua totalidade, por parte da academia e da sociedade. Anglicanos vieram com a abertura dos portos e com o tratado do livre comércio de 1810, e envolveram-se com o processo da independência movidos por interesses comerciais e no controle do tráfico de escravizados africanos. Luteranos chegaram com a imigração alemã a partir de 1820, ocupando fronteiras do sul e no Espírito Santo. A Constituição de 1824 afirmou a religião católica como oficial do Estado, mas a tolerância para com outras religiões, desde que não se parecessem com a religião oficial (SANTOS; SILVA; ALMEIDA, 2017; LÉORNARD, 1968).

Sociedades bíblicas começaram a distribuir literatura protestante desde fins da década de 1830 com missionários metodistas. Viajantes, naturalistas, artistas e mercadores oriundos dos países protestantes europeus percorreram o território do império, deixando relatos de viagens, imagens e pesquisas sobre a fauna e a flora nativas. Em 1855, um médico escocês chegou com sua esposa e, juntos com

madeirenses refugiados, fundaram, em 1858, a primeira igreja evangélica com brasileiros convertidos, a Igreja Evangélica Fluminense, no município da corte, no Rio de Janeiro. Era de regime congregacionalista, próximo a uma democracia direta (SANTOS, 2017). Em 1859, foi a vez dos presbiterianos que se instalaram no Rio de Janeiro e no interior de São Paulo, na rota da produção do café. Os presbiterianos praticavam um tipo de democracia representativa por meio da gestão dos presbitérios. Em 1872, os metodistas finalmente se fixaram no Rio de Janeiro. Em 1884-1885, os batistas em Santa Bárbara do Oeste, Rio de Janeiro e Salvador. Em 1890, os episcopais. Em 1895, os adventistas.

Esse conjunto de igrejas compôs o protestantismo oitocentista, de natureza imigratória e missionária, no contexto do império e da transição para a República (SANTOS; SILVA; ALMEIDA, 2017). Trouxeram consigo valores civilizatórios e visões de mundo afeitos à modernidade europeia e, por isso, tensionaram questões que eram centrais para o tipo de liberalismo excludente implantado, ao lado de outros movimentos que também disputavam narrativas e espaços, numa sociedade predominantemente católica, conservadora e escravocrata. Assim, bandeiras como o reconhecimento do Estado quanto ao casamento civil e o enterramento de acatólicos em cemitérios públicos, o fim da escravidão, a República, o Estado laico, a alfabetização e a educação infantil, o acesso à saúde pública, foram frentes defendidas pelos protestantes, ao lado de abolicionistas, liberais, positivistas, maçons, espíritas e republicanos.

De algum modo, foi a primeira inserção no espaço público de uma religião minoritária e estranha à nossa formação cultural que, desde a América portuguesa, trazia fortes e determinantes elementos do catolicismo ibérico e lusitano, mesclados, se não hibridizados, com as oprimidas e invisibilizadas religiosidades de origens afro-indígenas. Embora movido por interesses religiosos e proselitistas, esse segmento protestante evangélico representou uma das forças modernizadoras e secularizadoras no alvorecer da República proclamada.

Pequeno em número, soube ocupar os espaços numa República laica por meio de intensa ação educacional em colégios, escolas dominicais e em templos disseminados no território nacional (SANTOS; SILVA; ALMEIDA, 2017). Conquanto tivessem um projeto de alcançar as elites com a autoidentificação de uma religião afinada ao progresso e à ciência, o protestantismo foi também acolhido pelas camadas mais pobres e periféricas da população, sobretudo com as igrejas de tipo pentecostal, como a Assembleia de Deus (1911) e Congregação Cristã do Brasil (1910) e, mais tarde, pelas neopentecostais (IURD, 1979).

Na primeira metade do século XX, os protestantes se tornaram mais plurais na sua configuração eclesial, política e teológica. Por um lado, as mudanças

ocorridas no protestantismo ocidental afetaram diretamente a sua configuração. Por outro, as dinâmicas sociais, culturais e religiosas vividas pela sociedade brasileira definiram contornos próprios de uma religião outrora identificada como estrangeira.

Paradoxalmente, o protestantismo como religião trazia componentes racionalistas, liberais, progressistas e democráticos, na sua afinidade eletiva com a modernidade, mas carregava consigo lógicas conservadoras, tradicionalistas e reacionárias, numa postura de oposição a essa mesma modernidade (SANTOS, 2022). O que foi decisivo, contudo, para a configuração de um evangelicalismo predominantemente conservador foi um tipo de religiosidade gestada no caldo cultural e religioso estadunidense, denominada de *fundamentalismo* (ver ROCHA, 2010, 2012, 2020), que se inseriu no Brasil a partir da segunda metade do século XX e se tornou hegemônico, tanto na base como nos estratos dirigentes das principais estruturas eclesiais organizadas e atuantes no espaço público.

Por sua vez, um protestantismo de recorte ecumênico e progressista, identificado com as lutas sociais e promotor de avanços e conquistas políticas, como as resistências movidas contra o golpe e o regime ditatorial militar em e após 1964, foi *eclipsado* pelo fundamentalismo conservador. Uma linhagem de intelectuais protestantes e lideranças religiosas e políticas, como Erasmo Braga, Richard Schaul (HUFF JUNIOR, 2012), Rubem Alves, Waldo César, Domício Costa, Epaminondas Melo do Amaral, Jaime Wright e Paulo Wright, Lysâneas Maciel, Davi Malta, Zwinglio Mota Dias, Anivaldo Padilha, Judith Tranjan (GARCEZ, 2021) e muitos outros/as, que haviam atuado e contribuído com movimentos sociais e políticos, além da Teologia da Libertação¹, foram tornados marginais para a maior parte das igrejas evangélicas.

A conferência do Nordeste de 1962, cujo tema foi *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro*, realizada em Recife, convergiu forças intelectuais de teólogos e cientistas sociais, num evento que incomodou os setores conservadores de direita, bem como das denominações estabelecidas (BURITY, 2011). A conferência e outras iniciativas progressistas por parte de lideranças protestantes sofreram reverses com o advento do golpe civil-militar, como perseguições, silenciamentos, exílios e torturas. No Maranhão, o lavrador pentecostal Manoel de Conceição, obreiro e professor da escola dominical da Assembleia de Deus na região do Mearim na década de 1950, inseriu-se nas lutas pela terra e na organização de sindicatos rurais, um processo semelhante ocorrido em outras regiões

¹ Ver o livro *O que é Cristianismo de Libertação*, de Michael Löwy, publicado em segunda edição (2016) pela Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular. Em versão eletrônica está disponível no link: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/o-que-e-cristianismo-da-libertacao/>. Acesso em: 24 abril 2023. [N. E.]

nordestinas, a exemplo de Francisco Julião em Pernambuco, com as Ligas Camponesas (NOVAES, 1985). Conceição foi excluído da Assembleia de Deus.

Com isto, de várias formas e processos, no interior das comunidades de fé e para além delas, o protestantismo foi uma das forças sociais promovedoras da democracia e das lutas pela igualdade social. Atualmente, movimentos como Rede Fale, Rede Evangélica de Advocacia Popular, Resistência Reformada e Evangélicos pelo Estado de Direito, representam a face progressista democrática do evangelicalismo brasileiro. Trata-se de um conjunto de movimentos inspirados por teologias progressistas como a do Evangelho Social do início do século XX, pelas teologias liberais e neo-ortodoxas (Tillich, Barth, Bonhoeffer, Emil Brunner, J. Moltmann), pela Teologia da Libertação e Teologia da Missão Integral. Todas essas teologias trazem em si mesmas sentidos para uma ação política no espaço público e que, mais recentemente, estão representadas por novas correntes como a Teologia Pública, a Teologia Negra, a Teologia Feminista, Teologia Indígena e a Teologia Queer, modalidades de uma perspectiva decolonial do discurso teológico.

Com esse cenário teológico político do protestantismo evangélico no Brasil e na América Latina, pretendo estabelecer um contraponto ao que aconteceu com os chamados evangélicos e seu alinhamento ao governo Jair Bolsonaro e refletir acerca da ambiguidade da presença protestante em 200 anos de independência, na direta relação com a democracia política e social. A crítica política começa pela crítica à religião (Marx e Engels).

Evangélicos e bolsonarismo

Em 17 de junho de 2022, o Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) analisou um relatório da *Comissão XI, Consultas e Outros Papéis, quanto aos documentos (017, 068, 090, 096 e 117)* encaminhados pelos Sínodos Central da Bahia, Vale do Aço, Setentrional, Pernambuco e Rio Grande do Norte, dentre presbitérios, em cujas ementas se encontra a consulta sobre membros e oficiais da IPB adeptos a Partidos de Esquerda, ao comunismo, aos pensamentos esquerdistas e à pós-modernidade. O teor dos documentos trazia afirmações como a “nefasta influência do pensamento de esquerda”, “sobre a incompatibilidade da Fé Cristã com o Marxismo e derivados (Ideologia de Gênero, Transsexualidade, Feminismo, Agenda abortista)”.² O Supremo Concílio acatou os

² Igreja Presbiteriana do Brasil. Secretaria Executiva, Supremo Concílio, 24 a 31 de julho de 2022, Curitiba/MT – Folha 1.

documentos, tomou conhecimento das solicitações e nomeou uma Comissão Permanente, composta, na sua maioria, de representantes conservadores e fundamentalistas, requerendo dessa comissão a fundamentação e a reafirmação das “decisões consagradas e proclamadas pela Igreja Presbiteriana do Brasil”, observando os seguintes critérios:

- a. Que o pensamento de esquerda não seja visto como uma simples teoria humanista, mas como uma cosmovisão, que abrange todos os nichos da realidade.
- b. Que mostre o antagonismo de toda e qualquer visão que seja contrária ao Evangelho.
- c. Que estabeleça a visão Reformada sobre a Doutrina da Queda e suas consequências sociais.
- d. Que apresente a contradição entre marxismo e suas variantes com o cristianismo bíblico.
- e. Que essas pastorais orientem os declarados “cristãos de esquerda ou progressistas” de suas inconsistências.
- f. Que se faça erguer a voz contra a perseguição da cultura bíblica, que cerceia e criminaliza a liberdade de expressão e a denúncia firme contra todo e qualquer pecado, iniciando na proclamação nos púlpitos de nossas igrejas e se espraiando nas nossas escolas dominicais, seminários, congressos e literaturas publicadas por nosso Jornal Oficial e por nossa Editora.
- g. Que firme posição em relação a “teologias” contemporâneas que abranjam a Cosmovisão Bíblico-Reformada.
- h. Que aborde e denuncie toda e qualquer modalidade de pensamento que confronte e negue a singularidade da Palavra de Deus e nos nossos símbolos da Fé.
- i. Que instrua os jovens presbiterianos que ingressam nas universidades quanto ao confronto das cosmovisões, reafirmando nossa visão Reformada e Bíblica de mundo.³

A comissão deveria emitir Cartas Pastorais, a fim de orientar quanto ao cuidado ante essas “influências advindas das ideologias ateias, pagãs e materialistas”, para que “não exerçam qualquer papel no pensamento bíblico e confessional que fundamentam nossa visão de mundo”.⁴ Claramente, o Supremo Concílio

³ Igreja Presbiteriana do Brasil. Secretaria Executiva, Supremo Concílio, 24 a 31 de julho de 2022, Curitiba/MT – Folhas 5,6.

⁴ Idem, p. 5.

da IPB, direcionou e condicionou o posicionamento e o texto da Comissão Permanente, sem que houvesse espaço para a autocrítica, o contraditório e o debate democrático e teológico. Os pontos de partida desse posicionamento estavam ancorados, por um lado, nas decisões tomadas pela IPB nos anos de 1936, 1954 e 1966, contrárias ao comunismo, e, por outro, no discurso teológico fundamentalista do neocalvinismo, ao valer-se do termo *cosmovisão* como uma perspectiva dogmática, fechada e definitiva de interpretação (hermenêutica), tanto das escrituras como da vasta e plural tradição calvinista ocidental. A IPB, assim, reafirmou a sua posição fundamentalista e de – extrema – direita, revivendo a mesma posição tomada quando do apoio incondicional dado ao regime militar, agora atualizada no apoio à reeleição de Bolsonaro.

A importância desse cenário presbiteriano está no impacto que, historicamente, essa denominação tem exercido no conjunto do evangelicalismo brasileiro. Ademais, trata-se de uma estrutura denominacional inteiramente identificada com o bolsonarismo, a qual silenciou em relação ao esquema de corrupção envolvendo o ex-ministro da Educação, o pastor Milton Ribeiro, mas alçou a sua voz contra o que denomina de *esquerdismo, marxismo cultural e comunismo ateu*.⁵

Em outras denominações, ocorreram o mesmo processo com dinâmicas próprias, mas que apontaram para a mesma direção, a de um posicionamento mais afeito à – extrema – direita reacionária. No contexto da Convenção Batista Brasileira (CBB), outra denominação identificada com o bolsonarismo, houve um movimento de revisão da *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira* que contém históricos *princípios batistas*, declaradamente liberais, e que afirmam a separação entre Igreja e Estado, a liberdade de consciência do indivíduo, a democracia em seu regime eclesiástico e o Estado laico. Ataques a lideranças batistas como o pr. Sérgio Dusilek, que apoiou a candidatura a presidente de Lula, caracterizaram uma caça às bruxas ao então presidente da Convenção Batista Carioca.

O ataque ao pr. Sérgio Dusilek e outras formas de agressões à democracia por parte de evangélicos provocaram um protesto realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, no dia 22 de setembro, intitulada

5 O rev. Roberto Brasileiro Silva foi reeleito presidente do Supremo Concílio da IPB com 1.014 votos, perfazendo um total de 24 anos na presidência da denominação.

Lideranças Evangélicas por Liberdade, Democracia e Paz, quando reuniu lideranças evangélicas progressistas, intelectuais e líderes de movimentos sociais. Na ocasião, foram feitas diversas falas e foi lido o seguinte pronunciamento:

*Vimos aqui hoje reafirmar a **liberdade**, a **democracia** e a **paz**.*

E o fazemos desde um lugar específico como protestantes evangélicos no Brasil, sendo nós lideranças eclesiais, pastores e pastoras, estudantes, professores, pesquisadores, profissionais, trabalhadores e trabalhadoras, inseridos/as numa conjuntura que muito nos afeta diretamente, de evidente ameaça, retrocesso e arbítrio.

Bom seria que a sociedade brasileira atentasse para uma manifestação como essa, que reivindica um olhar diferenciado para com o segmento evangélico, muitas vezes tomado erroneamente como um conjunto uniforme em suas manifestações de intolerância, de negacionismo, de racismo religioso e de fundamentalismo.

Estamos aqui em solidariedade ao pr. Sérgio Dusilek e a tantas outras lideranças que sofreram perseguições, calúnias, cancelamentos e, principalmente, o cerceamento da liberdade de expressar seu pensamento e sua posição política.

Estamos aqui repudiando o aparelhamento institucional/denominacional do protestantismo brasileiro, como estruturas de poder, de quadros e como linhas de transmissão da lógica autoritária em curso, do espírito antiprotestante, daí também antidemocrático, para fins de vigilância, de cerceamento, de perseguição e de manipulação das consciências, usando o discurso religioso como plataforma contemporânea, atualizada do voto de cabresto.

Sobretudo, o fazemos como irmãs e irmãos em Cristo, na amorosa comunhão e fraternal solidariedade de uns para com os outros, unidos pela “fé que de uma vez por todas foi entregue aos santos” e no ecumênico compromisso de unidade do Corpo de Cristo, a favor da justiça social, na plenitude “do pão, do sonho e do corpo” (Eduardo Hoornaert).

Ao dizermos liberdade, democracia e paz, afirmarmos certos valores, princípios e pressupostos da nossa fé comum – católica, apostólica, reformada, evangélica –, que regem a nossa consciência, a ética e a prática da fé, o nosso fazer político e o nosso engajamento social.

Reafirmamos, portanto, um conjunto de legados espirituais deixados pelos muitos cristianismos do passado, que passaram pela Reforma Protestante do século XVI, a qual, mesmo em meio a muitas contradições em sua experiência histórica concreta, infundiu, dentro da vasta e complexa tradição ocidental, linguagens, semânticas e enunciados religiosos e teológicos, que foram traduzidos em atitudes políticas libertárias, os quais precisam ser trazidos e atualizados ao nosso contexto atual.

A justificação pela fé, a autoridade das escrituras, a exclusividade da salvação pela mediação exclusiva de Cristo e a glória dada somente a Deus, foram discursos reformadores e, por que não, revolucionários, para aquele contexto europeu, num século de transformações que definitivamente determinaram o vir a ser da humanidade.

Aqueles pressupostos afetaram estruturalmente as relações sociais, religiosas, políticas, econômicas e culturais da época. E, cada uma das grandes tradições reformadas que surgiram desse evento reproduziu esses discursos de verdade nos diferentes contextos nacionais, regionais e locais, desde as principais matrizes dos luteranos, calvinistas, anglicanos e anabatistas.

Mas o intuito aqui não é a reificação de um evento histórico em si e nem a identificação de superioridade de uma tradição sobre a outra. Muito menos atestar uma verdade única em sua interpretação. Sabemos o que cremos e em quem cremos!

A Reforma e toda a sua vasta e múltipla experiência, foi um fim/início de processos anteriores e que gerou processos novos até aos nossos dias.

Pois, não podemos falar de democracia, de liberdade, paz e de tolerância; de estado laico, de bem público e de constituição; de consciência e de individualidade; de espiritualidade e de subjetividade; de educação (leitura, alfabetização), de arte, de música, de literatura, de direito e de cultura; de diversidade, de direitos e de dignidade humana, de meio ambiente e de ciência, sem a afinidade de fundo entre o protestantismo e a modernidade ocidental, conforme Ernst Troeltsch.

A democracia liberal (da direita capitalista), por um lado, e a democracia social (da esquerda socialista), por outro, passando pela mediação social-democrata de centro em trânsito de um espectro para o outro, contaram com o influxo determinante do pensamento teológico, social e político protestante, mesmo sob o iluminismo racionalista que o estruturou.

O protestantismo, ao defender a liberdade religiosa e a existência de confissões distintas, ao propor a diversidade de modelos eclesiais (denominações) e a laicidade da política, da cultura, da educação e da ciência, contribuiu para a concepção e o advento de uma sociedade democrática e plural.

Contudo, essa história não é linear e nem harmônica. Há contradições e retrocessos. Há responsabilidades e culpas em muitos acontecimentos que tiveram a fé reformada como protagonista, desde processos inquisitoriais, perseguições, expurgos, exclusões. Listaremos alguns:

- *O massacre dos camponeses anabatistas na Alemanha no século XVI,*
- *As guerras religiosas entre protestantes e católicos;*
- *A violência das revoluções inglesas no século XVII;*

- *A guerra dos Boers na África do Sul no século XIX e o massacre das populações nativas;*
- *O apartheid na África do Sul no século XX;*
- *O racismo e os linchamentos públicos da Ku Klux Klan nos Estados Unidos;*
- *O perverso imperialismo inglês na África e na Índia durante mais de século e meio;*
- *O fundamentalismo reacionário da nova direita estadunidense;*
- *O apoio dos evangélicos ao golpe militar e o denunciamento de irmãos e irmãs protestantes durante ditadura civil-militar;*
- *A aliança de recíproca cooptação entre um governo de extrema direita e as empresas religiosas-midiáticas, as estruturas eclesásticas e as lideranças políticas evangélicas.*

Todos esses, e muitos outros eventos negativos de violência e de exploração, carregam a marca de um tipo de religião instrumentalizada pelas forças da dominação política e econômica, que negam o princípio protestante e o próprio Evangelho do Reino.

Por outro lado, falamos desde a perspectiva de um historiador e de um cristão, suspeitando que nesse arco protestante reformado, existiu e ainda subsiste a força irreversível da proposta libertária, igualitária e de uma vivência cristã pacífica e pacifista, mais comprometida com os pobres, com a terra, com as mulheres, com as crianças, com os negros, com os indígenas, com os povos originários, com o meio ambiente, com as liberdades individuais e com a democracia, com a justiça social, com o ecumenismo e com o diálogo interreligioso.

Assim, um conjunto de experiências de matriz protestante evangélica nos inspiram a lutar hoje pela liberdade, pela democracia e pela paz, e a repudiar qualquer manifestação de origem política e religiosa que atente contra elas, seja dirigida a pessoas ou a organizações. Listaremos:

- *O **sacerdócio universal dos santos** do luteranismo desconstruiu a ordem medieval na Europa, desmontando o modelo de cristandade opressor;*
- *A **radicalidade anabatista** dentro da Reforma ao requereu e lutou pela distribuição de terras sob Thomas Muntzer e Carlstadt, herdeiro dos protestos sociais oriundos dos movimentos heréticos no medievo;*
- *As **experiências quarker e menonita** de um igualitarismo eclesial, pacifista e de solidariedade em pautas sociais, as pressões que fizeram ao anglicano Wilbeforce para o fim do tráfico africano;*
- *O **republicanismo calvinista** dos separatistas e presbiterianos em oposição à monarquia semidivinizada anglicana;*

- *A **visão inclusiva e de respeito** aos povos nativos do batista Roger Williams na nova Inglaterra do século XVII, comum e próxima à de Barlolomeu de las Casas na América Central, ambos denunciaram os massacres aos povos nativos às cortes europeias;*
- *O **comunitarismo moraviano** inclusivo e ecumênico que desembocou no avivamento, depois de uma reforma agrária e muita oração, no início do século XVIII;*
- *A **tradução da Bíblia da Mulher** por Elizabeth Cady Stanton e mais uma comissão de 26 mulheres no Estados Unidos;*
- *A **denúncia do regime escravista** por Robert Kalley no Brasil oitocentista, ao excluir um proprietário de escravos da Igreja Evangélica Fluminense;*
- *A **prática missionária aos africanos** na língua Yorubá de Thomas Bowen, na região portuária do Valongo no Rio de Janeiro;*
- *A **luta pelo reconhecimento do casamento civil e do enterramento** em cemitérios públicos de protestantes no império, bandeiras para a liberdade religiosa sob o regime do padroado católico romano, mais tarde pelo voto feminino, a alfabetização, ensino laico nas escolas públicas;*
- *As **redes de sociabilidade** das comunidades pobres pentecostais iniciais, falando as outras línguas da solidariedade em meio à simplicidade e pobreza e do protesto social;*
- *O **evangelho social** de Walter Rauschenbush;*
- *As **lutas pelas independências africanas** após a segunda guerra que traziam componentes bíblico teológicos protestantes, sincretizados em messianismos libertários e de ancestralidades, a exemplo do movimento quingunzista em Angola;*
- *A **militância pelos direitos humanos** do bispo anglicano Desmond Tutu;*
- *A **luta de Martin Luther King** pela igualdade racial e pelos direitos civis nos Estados Unidos;*
- *As **comunidades protestantes indígenas** na província zapatista de Chiapas no México;*
- *A **presença de evangélicos** nas ligas camponesas e hoje no MST.*

Tendo, portanto, “a rodear-nos tão grande nuvem de testemunhas”, importa ainda dizer que estamos na esteira de muita gente que lutou pela democracia no Brasil e a elas nos unimos, pois expressaram e lutaram desde um protestantismo lúcido e de relevância social, fazendo as escolhas mais difíceis, pois o caminho sempre foi e continuará sendo estreito: Eduardo Carlos Pereira, Erasmo Braga, Guaraci Silveira, Epaminondas Melo do Amaral, as educadoras e pedagogas como Miss Martha

Watts e Judith Tranjan, Davi Malta, Richard Schaul, Rubem Alves, Zwinglio Mota Dias, Anivaldo Padilha, Robinson Cavalcanti, João Dias de Araújo, Jether Pereira Ramalho, o pentecostal Manoel da Conceição.

Estamos na esteira do Movimento de Cooperação e da Confederação Evangélica do Brasil, da Conferência do Nordeste de 1962 com o tema Cristo e o Processo revolucionário brasileiro, das lutas ecumênicas e das resistências ao regime militar.

Estamos na esteira de muitos movimentos evangélicos durante a nova república que se colocaram ao lado da democracia, da liberdade e da paz.

Que esta memória nos traga a esperança dos profetas de que as espadas serão convertidas em relhas de arado, que o juízo correrá como as águas e a justiça como ribeiro perene, que haverá novos céus e nova terra onde habita a justiça, que toda lágrima será enxugada e o reino será definitivamente de justiça, paz e alegria no Espírito Santo. Esse tempo já chegou!

Ao sairmos daqui, precisamos nos preparar e nos mobilizar para uma nova conjuntura que se forma com as eleições, seja qual for o resultado. Estamos num momento decisivo para os rumos da sociedade e do país no século XXI, e o nosso ajuntamento hoje é um sinal e um testemunho de vida, uma boa nova, a de que protestantes evangélicos colocam-se ao lado da liberdade, da democracia e da paz, e contra um futuro distópico e despótico que se apresenta.

Que venha o teu Reino!

Apesar da mobilização e da força discursiva, o campo democrático e progressista evangélico é minoritário neste segmento religioso. A maioria conservadora com tonalidades e tendências reacionárias e fascistas, assim como retrata a própria sociedade brasileira, mobiliza-se com maior força baseada no apoio empresarial e midiático.

O evento religioso midiático de enfoque neopentecostal *Marcha para Jesus!*, apesar de sancionado por Lula em seu primeiro governo, foi transformado em plataforma política para candidatos evangélicos afinados com as pautas conservadoras, numa demonstração de força e impacto no espaço público por parte dessa fatia significativa das igrejas mais midiáticas. Com intenso esquema midiático, favorecido pelas relações políticas e pelo voluntarismo das comunidades evangélicas, a Marcha se tornou um dos eventos mais representativos da visibilidade dos evangélicos no espaço público, outrora justificado como uma conquista territorial simbólica, contendo elementos militarizados no seu discurso.

O discurso e entrevistas do presidente da República durante sua participação na 30ª Marcha para Jesus em São Paulo reforçam a ideia de que existe uma

guerra do bem contra o mal, de que ele é o candidato que defende a família e está lutando contra a legalização do aborto, das drogas e a ideologia de gênero. Repórteres da Rede Vida insistiram na narrativa de que a Marcha para Jesus é uma grande confirmação de que o povo brasileiro evangélico quer um presidente preocupado com a família. A aposta continua alta e sendo reforçada de que o discurso de proteção da família e da vida é o que assegura o voto evangélico em Bolsonaro. Mas não parece ao acaso terem colocado uma mulher para orar pelo presidente, a partir deste lugar de mãe preocupada que não quer ver seu filho virando um drogado. Como as pesquisas vêm apontando a queda de intenções de voto de Bolsonaro está principalmente entre as mulheres, é intencional apelar para a imagem de mulheres evangélicas e mães na tentativa de retomar o apoio que está se perdendo (DEMOCRACIA EM XEQUE & CASA GALILEIA – Relatório Semanal – 04 de julho a 10 de julho de 2022, p. 3,4).

Em que este cenário nos informou sobre o apoio evangélico ao bolsonarismo?

O governo Bolsonaro foi eleito com cerca de 54 milhões de votos em 2018 e, no conjunto dos seus eleitores mais representativos e significativos, esteve o segmento evangélico que lhe destinou 69% da sua massa votante, percentual considerado decisivo para a sua vitória. Apesar de deputado por três décadas habitando os escombros do baixo clero no congresso nacional, a ascensão eleitoral de Bolsonaro se deu desde 2012 quando começou a usar as mídias digitais como plataforma política e acionar um instrumento até então ignorado como ferramenta de propaganda de massa.

Assim, em 2014, foi eleito deputado federal com cerca de 400 mil votos, num pleito próximo às manifestações antissistemas inspiradas pelas jornadas de junho de 2013, além de ter formado uma base popular nas forças de segurança, nos militares, nos milicianos e nas igrejas evangélicas. Ele já fora batizado pelo pr. Everaldo, líder do PSC, hoje preso por corrupção, no rio Jordão em Israel associando sua imagem aos evangélicos de um *convertido*, mas que manteve sua devoção católica a Nossa Senhora de Aparecida. Sua esposa e um dos seus filhos eram ambos ligados à Igreja Batista Atitude, no bairro de classe média no Rio de Janeiro, Barra da Tijuca.

O segmento evangélico, em parte, se tornou uma das bases mais fiéis ao seu governo, por meio de, pelo menos, dois grandes grupos representantes:

1. Os *pentecostais e neopentecostais* (Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, IURD, Batista da Lagoinha, Maranata); e
2. Os *reformados históricos* (Batistas, Presbiterianos do Brasil e Luteranos).

Os *pentecostais* e os *neopentecostais* compuseram a maioria da bancada evangélica do Congresso Nacional e ocupam cargos de nomeação nos escalões intermediários do executivo. Os *reformados históricos*, em sua maioria, estavam presentes principalmente nos quadros de gestores do Executivo e dos Ministérios da Justiça e da Educação, além do STF com o *terrivelmente evangélico* André Mendonça. A exceção no *Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos* foi a longeva Damaris, pentecostal, originalmente da Igreja do Evangelho Quadrangular e hoje filiada à Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte. Assim, juntamente com o agronegócio, militares, grupos paramilitares ou milicianos e a base predadora do *centrão*, estes evangélicos de matriz conservadora assumiram postos-chave no aparelhamento do governo e, por isso, estiveram diretamente comprometidos com os rumos tomados e as políticas adotadas pelo governo caracterizado como sendo de uma extrema direita antissistema, segundo Marcos Nobre.⁶ Outros agentes deste segmento funcionaram como mediadores dos interesses das grandes denominações e/ou das grandes empresas de comunicação religiosa, tais como as figuras de Marco Feliciano – em 2013 foi nomeado para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara –, e Silas Malafaia – uma das principais vozes de defesa e contundentes, se não estridentes, posicionamentos em torno das pautas morais como o aborto, a escola sem partido, o marxismo cultural, a heteronormatividade e o modelo de família patriarcal.

Outras bases importantes de apoio evangélico que se constituíram ao atual governo Bolsonaro estão nos

1. *Influencers* ou ativistas conservadores, de extrema direita, atuantes nas mídias sociais. Os 20 posts de maior alcance no Facebook pertenceram a figuras como André Valadão, Nikolas Ferreira, bispo Jadson Santos, apóstolo Estevam Hernandes, Hernandes Dias Lopes, bispo Edir Macedo. No Instagram encontramos Deive Leonardo, André Valadão, Nikolas Ferreira, Michelle Bolsonaro, pr. Arthur Ferreira, Lucas Moura, Tiago Brunet, Silas Malafaia, pr. Antonio Junior, pr. Claudio Duarte. E, no YouTube, Rafael Bittencourt, Silas Malafaia Oficial, Adoradores na NET, Lamartine Posella.⁷
2. Organizações civis como a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE), movimentos de juventude como *The Send e Dynamis*, além de

⁶ Em 2019, ao participar de um debate promovido por um partido político na Câmara Federal, presenciei nos seus corredores o grande número de transeuntes vestidos como militares e pastores.

⁷ Democracia em Xequê & Casa Galileia, Relatório Semanal, 4 de julho a 10 de julho de 2022, p. 6-9.

3. Missões como JOCUM e Ethnos 360° (antiga Missão Novas Tribos) (CUNHA, 2020).

Deste modo, a partir de um contingente de cerca de 42 milhões de adeptos, com sua maioria situada nos bolsões das periferias urbanas e expressiva presença também nas classes médias, foram estabelecidas efetivas vias de transmissão e canais de comunicação tanto nas mídias sociais como nos discursos dominicais dos púlpitos e nos ensinamentos regulares, alimentando perspectivas políticas reacionárias e ultraconservadoras. Igrejas de classe média nas grandes e médias cidades reproduziram um tipo de neocalvinismo requentado e legitimador de atitudes racistas, homofóbicas, contrárias ao estado laico e acríicas ao bolsonarismo. Teologicamente, o neocalvinismo tem sido o discurso que fundamenta e enquadra, ideologicamente, essa adesão ao bolsonarismo, desde um imaginário anacrônico de uma *teocracia por dentro*, veiculado por parte de figuras como os teólogos presbiterianos Franklin Ferreira e Augustus Nicodemos, enquanto uma nova face do discurso fundamentalista baseado no político e teólogo holandês do início do século XX, Abraham Kuyper.

A partir deste mapeamento por dentro da presença evangélica no governo Bolsonaro, podemos compreender a dinâmica histórica e social, bem como os resultados dessa coligação. Um deles estaria na reprodução daquilo que é próprio da nossa cultura política constituída a partir das relações entre governo e entidades da sociedade civil, atuando nas sombras da legislação, promovendo práticas ilícitas na mediação de recursos e verbas (orçamento secreto). Evidência maior disto se deu na prisão do ex-ministro da Educação, o pastor presbiteriano Milton Ribeiro, por conta da utilização de recurso do FUNDEF para prefeituras com a interlocução de dois outros pastores de linha pentecostal, não servidores do MEC, caracterizando tráfico de influência com vantagens pessoais nas negociações, com autorização e anuência do presidente da República.

Em outras palavras, estes *evangélicos*, em boa parte, filiaram-se como cúmplices aos rumos dados pelo atual governo na sua desastrosa política econômica, na sua nefasta condução das políticas públicas ligadas à segurança pública, na sua perversa condução das políticas ambientais e na criminoso atuação na área da saúde pública, sobretudo no período pandêmico, responsável pela morte de mais 700 mil brasileiros. De imediato, as justificativas para a fiel, acríica e resistente adesão estaria ancorada nas pautas morais ligadas à família tradicional, ao aborto, à ideologia de gênero, ao marxismo cultural, à liberdade religiosa e ao anticomunismo.

Entretanto, o que nos chama a atenção para esse conjunto de enunciados está na sua antecedência em termos históricos, porquanto esses *amálgamas* (NOBRE, 2022) não surgiram e nem foram forjados na recente conjuntura, mas já estavam colocados antes e ganharam novos contornos e força semântica, a partir de uma história dos conceitos. Assim, é preciso decifrar cada um destes amálgamas acionados como um vocabulário explicativo para a adesão dos evangélicos ao bolsonarismo, tarefa que vai além do presente texto.

Contudo, apesar da construção dessa aliança e recíproca cooptação, se em 2018 foram cerca de 69% de evangélicos votantes em Bolsonaro, no primeiro semestre de 2022 a margem de apoio de eleitores desse segmento reduziu-se ao patamar dos 40%. Ou seja, o segmento evangélico decresceu em termos de apoio e voto num índice aproximado de 20%, mas ainda mantinha uma margem acima da população geral (30%) que votaria em Bolsonaro. A outrora bolha imaginada formada em torno de Bolsonaro era porosa em termos de consistência e adesão, e apresentava tendências de encolhimento, sinalizando uma possível desobediência na base quanto às orientações e coerções exercidas pelas suas lideranças religiosas.

As eleições de 2022 recolocaram os evangélicos em evidência ainda maior do que a eleição passada, isso porque faziam parte da máquina governamental e estavam mais aparelhados e definidos. Mais uma vez, ao que parece, foram decisivos para o montante de votos recebidos pelo candidato do PL, mas sem representar um aumento numérico do apoio dado antes. Por sua vez, há que se analisar com mais acuidade o comportamento do eleitorado evangélicos nas diferentes regiões, quando, no Nordeste, por exemplo, o apoio de votos foi majoritariamente dado a Lula e, no Sudeste, a região mais disputada, a margem alcançada da diferença não foi tão maior assim por Bolsonaro.

Nesta ciranda percentual, as perguntas a serem feitas são: por que os evangélicos ainda dão sustentabilidade ao bolsonarismo diante de tantas contradições e atrocidades desumanas, ambientais, antidemocráticas e anticristãs praticadas pelo mandatário? Por que atitudes identificadas como racismo religioso e intolerância religiosa expressas em ataques a locais sagrados de cultos afro-brasileiros têm marcado negativamente estes evangélicos? Por que uma religião cuja origem histórica associada à democracia como valor e como sistema, alia-se a um nome que nega e sinaliza à destruição de suas instituições?

As possíveis respostas não se encontram somente numa imediata análise da conjuntura. Elas apontam para processos de média e de longa duração que antecederam e haverão de ultrapassar a atual conjuntura política, configurada por

alianças, cooptações, interesses, tráficos de influências e empréstimos mútuos de capitais. Elas podem ser encontradas na relação entre dois processos históricos que estabeleceram acordos de fundo que convergiram na atual conjuntura, formando uma coligação que ultrapassa aos interesses imediatos de grupos políticos e religiosos, embora estas alianças estejam em vigor.

O primeiro desses processos foi o *fundamentalismo evangélico*; o segundo, as estruturas de pensamento e de valores construídos ao longo dos séculos de uma sociedade de base escravocrata, racista e patriarcal. Nesta simbiose, haveremos de compreender as relações entranhadas entre os evangélicos e o bolsonarismo.

Estabelecemos aqui, então, a ligação histórica de média e de longa duração entre o fundamentalismo evangélico e estas estruturas sociais e políticas reacionárias que assumiram a forma histórica de um *bolsonarismo*. Por um lado, um tipo de comportamento religioso e político gestado na cultura religiosa do contexto estadunidense, conservador e reacionário, o qual foi introduzido, assimilado, hibridizado e formatado pelo protestantismo brasileiro, a partir da segunda grande guerra, sobretudo. Por outro, um conjunto de comportamentos sociais que antecederam e haverá de permanecer após o governo Bolsonaro, baseados nas relações sociais no tempo e no espaço, tecidas a fim de preservarem as desigualdades de gênero, de raça/etnia e de classe, subservientes aos interesses do grande capital e do mercado.

São duas forças históricas e sociais que carregam heranças e legados, traduzidos em linguagens e gestos, olhares, posturas e valores, que passaram a se complementar e a se reforçarem mutuamente no presente contexto desde 2018. Assim, a relação entre o fundamentalismo evangélico e o bolsonarismo acontece numa síntese tecida nas entranhas históricas, sociais e políticas de nossa sociedade. Com isto, o que chamamos de democracia brasileira recebeu as mais graves ameaças no período da Nova República, resultado de uma conjugação de forças, cujos atores não estavam visíveis anteriormente à carta de 1988, como, no caso, os evangélicos. Ademais, não podemos ignorar a conjuntura internacional de recrudescimento das novas direitas, segundo Marcos Nobre e, dentro delas, uma extrema direita mobilizada e antissistema.

O fundamentalismo no Brasil

De modo geral e resumido, podemos dividir os períodos do fundamentalismo no Brasil em quatro contextos: Antecedentes – de 1903 a 1934; Inserção – de 1935 a 1988; Consolidação – de 1988 a 2018; Conquista – 2018 a 2022.

Antecedentes – 1903 a 1934

No início do século XX, o pequeno protestantismo brasileiro se caracterizava por ser uma religião de minoria, popular e com uma pluralidade teológica de legados do protestantismo europeu: pietismo, puritanismo, liberalismo, evangelho social, conservadorismo, cooperativismo. Tinha em comum um acordo interno tácito na busca de visibilidade no espaço público numa República e num Estado laicos, contra o inimigo em comum, a Igreja Católica. As poucas denominações e igrejas mantinham uma dada unidade estratégica, um discurso liberal, a adesão à ciência e à tecnologia, defendendo bandeiras progressistas como a liberdade religiosa, o voto feminino, o divórcio e a alfabetização, a partir da crescente influência das escolas protestantes.

No entanto, eram conservadores em termos de costumes e na visão política, em sua maioria, nisto acompanhavam a hegemonia do pensamento social brasileiro presente nas instituições. O traço conservador do protestantismo se dava pela ênfase à moral e ao comportamento, aliados a uma ética religiosa pautada nos pressupostos do calvinismo puritano. Entretanto, as influências da corrente teológica liberal e do Evangelho Social se faziam presentes em lideranças, em pregações e em ensinamentos em seminários teológicos. Os protestantes enfatizavam temas como a leitura, a liberdade de pensamento, o diálogo com as ciências, a valorização do corpo, a civilidade, a higiene e outros valores da modernidade. Os pentecostais surgiam se espalhando pelo território brasileiro desde uma base ainda mais popular, negra, laica, feminina, emotiva e fortemente missionária.

Nestas décadas, a controvérsia fundamentalista já presente nos EUA ainda não se fazia plenamente no Brasil:

Por que a controvérsia modernista-fundamentalista não tem agitado o Brasil? A maioria dos líderes nos campos pode ser classificada como fundamentalista, mas muito poucos pertencem ao grupo extremo. Houve alguns caçadores de heresia, mas há poucos hereges a serem capturados. Evangelismo é o centro de interesse na vida da igreja brasileira e não controvérsia doutrinária. Aqueles que podem estar lendo teologia e crítica bíblica na linha modernista são sábios em não trazer para seu trabalho a complicação inútil de questões puramente acadêmicas. Nos seminários, as questões envolvidas nessa polêmica costumam ser discutidas com franqueza. Os jovens estudantes são informados sobre as questões e são capacitados para enfrentá-los, e para preservar seus contatos

intelectuais e espirituais com as igrejas nas quais prevalece um espírito notavelmente conservador (GRUBB & BRAGA, 1932).

De acordo com o autor, não eram fundamentalistas extremados. Além disso, o termo *fundamentalismo* já era conhecido, mas estava ainda se constituindo como sentido. Já havia uma leitura associativa entre ser fundamentalista e ser extremado. A igreja estava voltada para a expansão missionária/proselitismo missionário, não para as questões doutrinárias. Isto garantia uma postura pragmática de ajuda mútua para além das diferenças, visando a expansão da fé reformada. A competição interna do campo ainda não estava dada, ante a vastidão dos espaços a serem alcançados e o inimigo comum da Igreja de Roma. Havia o debate aberto nos seminários, mas uma distância entre o debate acadêmico e a base das igrejas. Prevalecia o espírito conservador dos seminaristas.

Inserção – 1935 a 1988

Duas igrejas anteciparam a chegada do fundamentalismo no Brasil: as Igrejas Batistas Regulares (1935) e a Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil (1940). A primeira oriunda do movimento estadunidense surgido em 1932 e que, três anos depois, já estava presente no Brasil. A segunda, por conta de uma acirrada controvérsia teológica entre conservadores e modernistas que levou à divisão da Igreja Presbiteriana Independente e o surgimento da Presbiteriana Conservadora. Dois processos estavam aqui antecipados para esta inserção do fundamentalismo: a migração de igrejas conservadoras de fora e o aparecimento de denominações conservadoras de dentro do protestantismo no Brasil.

O fundamentalismo se inseriu definitivamente no Brasil como visão teológica, como postura e como movimento institucionalizado, vindo no conjunto do evangelicalismo norte-americano após o ano de 1940, por meio de missionários/as, igrejas, instituições, agências, missões, editoras, (tradução e de literaturas), empresas de comunicação, distribuidoras. Enquanto o protestantismo europeu agonizava com as sequelas da Segunda Guerra Mundial, o protestantismo norte-americano, enraizado na cultura popular e aliado a grandes empresas em processo de multinacionalização, aproveitou-se para expandir-se para outras partes do globo, sobretudo América Latina e Brasil.

Um conjunto de missões, agências missionárias, editoras, igrejas, instituições e missionários chegaram ao Brasil e à América Latina após a Segunda Guerra Mundial. Esse deslocamento e expansão corresponderam às características

internas do protestantismo norte-americano, bem como à expansão do capital representado pelas empresas e multinacionais daquela nação potência. Igrejas e denominações reproduziram modelos de gestão e de conquista territorial equivalente ao avanço da produção e do mercado que se internacionalizou, globalizou. Essa mundialização do capital e da fé protestante norte-americana levou consigo o fundamentalismo que esteve diretamente relacionado, se não também financiado, por grandes empresas (HOBBSAWN, 1995, p. 265,266,277).⁸ Deu-se uma mobilização de recursos humanos e financeiros como suportes para essa expansão e mundialização de ideias, discursos, literaturas, doutrinas, culturas e modos de comportamentos próprios do etos norte-americano. Essa mundialização da fé evangélica e fundamentalista coincidiu e foi subproduto do período de radicalização vivido pela política estadunidense conhecida como *macartismo*, de um espírito anticomunista, de perseguição aos comunistas e de forte apelo moralista.

Os contextos do período democrático de 1945 a 1964, do golpe e da ditadura militar redefiniram a presença protestante na sociedade brasileira (SANTOS, 2005; SENRA e SANTOS, 2008). As relações de apoio ao regime militar por parte das denominações garantiram-lhes espaços para a expansão proselitista e a obtenção de cargos, empregos e privilégios mediados por políticos e cooptações recíprocas, além de canais de TV e rádio (ALMEIDA, 2020; MACHADO, 2016). Contudo, ainda era uma religião numa condição minoritária e de pequena visibilidade no conjunto do campo religioso, alcançando cerca de 5% a 8% no início de década de 1980. Entretanto, pode-se dizer que se deu uma reconfiguração do campo evangélico no fortalecimento de suas instituições internas, com a inserção definitiva do fundamentalismo como discurso teológico comum, a massificação de um substrato discursivo que permeou o evangelicalismo evangélico, sob forte influência norte-americana, reunindo enunciados centrais como o anticomunismo, o milenarismo e dispensacionalismo.

Neste período, Rubem Alves escreveu importante obra analisando o protestantismo de reta doutrina, desde o contexto presbiteriano, mas que representava a totalidade da experiência brasileira em seu fundamentalismo persecutório e moralista. Os evangélicos despontariam como atores na cena política nacional a partir da descoberta do seu potencial de votos e do vertiginoso crescimento nas décadas de 1990 a 2020, agora com novas expressões eclesiais na forma

8 Eric Hobsbawm se refere aos “defensores teológicos do livre mercado”, “teólogos do livre mercado”, “verdadeiros crentes da equação ‘Livre Mercado = Liberdade do Indivíduo’”, numa atribuição de pureza ao mercado e de condenação de políticas intervencionistas do estado na economia. Postas estavam as lógicas religiosas baseadas na crença dogmática no mercado: “Mas entre as décadas de 1940 e a de 1970, ninguém dava ouvidos a tais Velhos Crentes” (p. 266). Os “velhos crentes” com seus dogmas retornaram com o neoliberalismo e, não por acaso, o triunfo do fundamentalismo teológico no âmbito da religião.

de empresas midiáticas e transnacionais, com forte presença na área das comunicações, fruto de negociações com os agentes da política oficial. O cenário da redemocratização após a constituinte de 1986 colocou estes novos atores que passaram a reivindicar espaços e voz no campo político, acentuando os conflitos com a Igreja Católica e fazendo insurgir, no espaço público, suas ideias e visões de mundo marcadamente conservadoras (BAPTISTA, 2009).

Consolidação – 1988 a 2018

Junto com o fundamentalismo, outros discursos foram sendo apropriados e veiculados pelas igrejas e/ou estruturas empresariais religiosas em formação, sob lideranças carismáticas afinadas com as ondas e os modelos religiosos nos Estados Unidos e de posicionamento conservador na política e na teologia. A teologia da prosperidade com sua lógica pragmática de mercado proporcionou, junto com outros fatores, o crescimento exponencial de uma religião mais urbanizada e afeita às mudanças rápidas que se deram nas duas primeiras décadas deste século, sob os governos do PT que, embora tenham proporcionado indicadores sociais importantes com certa distribuição de renda, não aprofundou a necessária politização da população, sobretudo para com os moradores das periferias urbanas. Por sua vez, a ascensão religiosa proporcionou mais representatividade no campo político e a maior capacidade de negociação de espaços, na medida em que seus agentes foram se apropriando dos códigos e das lógicas próprias do modo como a nova república configurou as práticas políticas.

Uma cultura fundamentalista gestada no mundo evangélico encontrou ambiente para florescer em diálogo e na relação com os traços fundantes da cultura política brasileira, num acordo de fundo em termos de posturas e de valores, oriundos das velhas práticas sexistas, autoritárias, racistas, anticomunistas. As denominações criaram estruturas afeitas à centralização política e antidemocráticas.

Conquista – 2018 a 2022

Com o uso isolado de um verso das escrituras pronunciado por Jesus, “e a verdade vos libertará”, o bolsonarismo trouxe para o jogo político e para o universo das insatisfações da população, a ideia de uma libertação ou liberdade de forças que estavam atuando para a sua escravização. Tais forças foram identificadas com a esquerda, o PT, o comunismo, o aborto, a ideologia de gênero.

Com isto, convergiu para si os as insatisfações difusas contra o jogo político ou contra o sistema político. A liberdade foi reduzida às ações individualistas dos homens brancos de portarem armas e agirem à margem da lei e da constituição, ameaçando a ordem e a democracia. Trata-se da liberdade que o capital-mercado almeja sempre em sua expansão infinita de acumulação e, para tal, aciona formas de violência, eliminação do outro, do meio ambiente, do Estado, da vida. O neoliberalismo deixou sua simulada máscara progressista para assumir sua verdadeira face violenta e crua.

O fundamentalismo dos evangélicos mostrou também a sua face violenta e pragmática, emergindo das relações construídas por décadas dentro das igrejas evangélicas, que se viram empoderadas com a ascensão de um personagem atravessado de ambiguidades morais, mas que encarnava um imaginário salvador e redentor. Com isto, tem-se a aliança de fundo entre esse fundamentalismo religioso e o fundamentalismo do mercado com seus dogmas e intolerâncias.

A conquista, porém, teve o seu preço ao revelar uma religiosidade marcada pelo ódio e pelo racismo, com lideranças eticamente fracassadas que minaram a credibilidade de uma religião em decadência ética. O fundamentalismo foi o substrato teológico, político e religioso do bolsonarismo.

Considerações finais

Nestes 200 anos de independência, os protestantes evangélicos tiveram distintas participações e contribuições (ou não) à democracia no Brasil de acordo com o contexto histórico. Trouxeram valores afeitos à modernidade e atuaram em fronteiras de luta e defesa da cidadania e dos direitos humanos. Mas foram também agentes reacionários que fortaleceram o conservadorismo político, desde os discursos fundamentalistas e o engajamento em governos ditatoriais, como o regime militar e o de Jair Bolsonaro.

É preciso atentar para a totalidade dessa história e para os eventos que a compõem, sem fazer juízos de valor precipitados. Os evangélicos no Brasil não são, no presente, uma massa homogênea em termos de posicionamento político. Estão situados e adequados ao conjunto da população brasileira que se coloca, majoritariamente, conservadora. No entanto, dentro e fora dos partidos de corte progressista, nos movimentos sociais e sindicatos, a presença e a atuação de evangélicos, com suas linguagens e posturas particulares, precisam ser reconhecidas. Por sua vez, a participação de segmentos e de lideranças evangélicas no governo Bolsonaro os tornaram coniventes e cúmplices dos arbítrios e transgressões

que cometeu contra o estado democrático de direita, desde o discurso legitimador e justificador das suas atitudes antidemocráticas de racismo, violência e ódio.

As comunidades locais pequenas ou as grandes estruturas eclesiais, empresariais e midiáticas, formam uma realidade complexa de ser compreendida e que subverte qualquer simplificação teórica. Representam o que é a sociedade brasileira. Podem ser democráticas em certos mecanismos de escolhas e decisões formais, mas não significa que são confessadamente democráticas em valores, visões de mundo e compromisso ético-político. Afinal, os evangélicos são bem brasileiros em suas contradições.

Referências

- ALMEIDA, Adroaldo José Silva. “*Pelo Senhor, marchamos*”: *Os evangélicos e a ditadura militar no Brasil* (1964-1985). São Luís, MA: EDUFMA, 2020.
- BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.
- BURITY, Joanildo. *Fé na revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro* (1961- 1964). Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.
- CUNHA, Magali do Nascimento. *Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação*. Salvador: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2020.
- GARCEZ, Priscila de Araújo. *Judith Tranjan. Metodismo e História: a missão de educar crianças, professores e mulheres na igreja*. Curitiba: CRV, 2021.
- GRUBB, Kenneth & BRAGA, Erasmo. *The Republic of Brazil: a survey of the religious situation*. London, New York, Toronto: World Dominion Press, 1932.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HÜFF JÚNIOR, Arnaldo. *Um protestantismo protestante: Richard Shaull, missão e revolução*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- LÉONARD, Émile. *O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social*. Trad. Linneu de Camargo Achützer. São Paulo: Aste, 1968.
- MACHADO, Adriano Henriques. *Os evangélicos e a política no Brasil: posições, alinhamentos e tensões* (1960-1976). Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2016.
- NOBRE, Marcos. *Os limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.
- NOVAES, Regina. *Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- ROCHA, D. “Da ‘minoría silenciosa’ à maioria moral: transformações nas relações entre religião e política no fundamentalismo norte-americano na década de 1970”. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, 2020, 40(1): 91-113. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rs/v40n1/0100-8587-rs-40-1-00091.pdf>.

- ROCHA, Daniel. *Venha a nós o vosso reino: relações entre escatologia e política na história do pentecostalismo brasileiro*. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.
- ROCHA, Daniel. “Os fundamentos de um reino milenar: expectativas milenaristas e engajamento político na história do fundamentalismo religioso norte-americano”. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 12, n. 21, p. 203-225, jan./jun. 2010.
- SANTOS, Lyndon de A.; SILVA, Elizete da; ALMEIDA, Vasni de. *Os 500 anos da reforma protestante no Brasil: um debate histórico e historiográfico*. Curitiba: CRV, 2017.
- SANTOS, Lyndon de Araújo. “O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar”. In: FREIXO, Adriano; MUNTEAL, Oswaldo (org.). *A ditadura em debate: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 79-104.
- SANTOS, Lyndon de A. *Os mascates da fé: história dos evangélicos no Brasil (1855-1900)*. Curitiba, PR: CRV, 2017.
- SENRA, Álvaro de Oliveira & SANTOS, Lyndon de Araújo. “O AI-5, as Igrejas Cristãs e a sociedade civil”. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo, FREIXO, Adriano de & FEITAS, Jacqueline Ventapane. *“Tempo negro, temperatura sufocante”: estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008, p. 207-228.
- SANTOS, Lyndon de A. “Protestantismo e modernidade: os usos e os sentidos da experiência histórica no Brasil e na América Latina”. In: ARAÚJO, Ordália Cristiana Gonçalves de; SILVEIRA, João Paulo de Paula; GOMES Filho, Robson Rodrigues. *Religiões e modernidades: secularização e novas espiritualidades*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 137-159.

O BRASIL NAÇÃO E AS CRIANÇAS NAS CELEBRAÇÕES DE 1822, 1922, 2022¹

Eduardo Silveira Netto Nunes

Quais crianças e quais infâncias foram representadas em momentos simbólicos e significativos que afirmavam projetos para a nação brasileira como na independência, e nas celebrações do seu centenário e bicentenário?

Em 2022, o Brasil celebrou e se pôs a pensar sobre as histórias que foram conformando e conformaram nossa trajetória como nação. Sujeitos e figuras que, se não fossem dotadas de poder e capacidade de interferir na realidade, seriam hilárias e anedóticas; exercitando a bufonice e a tolice encarnaram ufanos, passadistas e barbarizantes projetos de país, capitaneados por um certo Bolsonaro, convertendo 2022 em um triste palco-testemunho de celebrações tímidas em se tratando de um bicentenário.

¹ Este texto foi produzido como um ensaio e uma adaptação da palestra “O Brasil nação e sua relação com as crianças e os adolescentes”, realizada no curso “O Brasil 200 anos: para onde vamos?”, realizada dia 18 de maio de 2022, no Auditório Milton Santos, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

O projeto de construção das nações passa inevitavelmente pela delimitação de destinos desejados, almejados, formulações que concebem um caminho a trilhar e um lugar de chegada. Desde o século XIX, de modo especial, esses projetos passaram a considerar a concepção de que era possível delimitar o caminho através da intervenção sobre as crianças, fabricando certas infâncias era possível garantir que a sociedade desejada seria efetivamente materializada. Dentro desses futuros ambicionados, cada vez mais, as crianças e os adolescentes foram identificados como componentes estratégicos para, através da modulação de seus corpos, de suas subjetividades, de suas existências, construir o devir da nação, seja qual fosse esse devir.

O processo de construção das crianças e dos adolescentes como recurso estratégico dentro dos projetos de formação das nações não foi “universal”, nem expressou um único modelo, ao contrário, por onde quer que se olhe, globo adentro, é possível observar temporalidades e iniciativas diferentes, mas que ao cabo buscaram colonizar crianças e adolescentes com as emanções advindas de projeções que os adultos destinavam a elas e que ao final acabavam delimitando limites dentro das quais a infância poderia ser construída². A formação do Brasil nação e a continuidade dos processos de construção da nação no transcurso do tempo, desde a independência até o nosso momento presente, foram atravessados por perspectivas que atribuíam lugares às crianças e às infâncias; expressavam representações relativas a uma e outra; e mobilizavam práticas e ações tendentes a reverter nas crianças as ambições dos adultos objetivando, através delas, garantir um determinado futuro nacional.

Aqui refletimos, brevemente, como em três momentos simbólicos das celebrações da nossa estruturação como Estado-nação – quais sejam a independência, o seu centenário em 1922, e o seu bicentenário em 2022 –, as crianças foram representadas simbolicamente através de incursões alegóricas em dados momentos dessas celebrações. Ademais, também refletimos sobre os sentidos atribuídos às crianças alegorizadas relacionando-as aos projetos de nação brasileira expressos através dessas crianças-alegorias, iniciando no período imperial, passando pelo período republicano e chegando em 2022 com uma república democrática sequestrada pelo elitismo, pelo fascismo à brasileira, pela militarização e pela desavergonhada extrema direita.

² Não ampliaremos este debate, mas sobre esse tema das múltiplas infâncias construídas, sugerimos: Stearns, 2008.

Antes das celebrações, as infâncias e as crianças na história

Não nos alongaremos neste assunto da significação e importância das crianças e dos adolescentes na história, como sujeitos afetados da dinâmica sócio-histórica. Entretanto, como é negligenciada, constantemente, o *locus* de sujeitos-históricos a eles, escreveremos poucas linhas a respeito.

Partimos do pressuposto de que as crianças e os adolescentes possuem densidade sócio-histórica, o que quer dizer que existem e participam do processo social onde quer que estejam direta ou indiretamente, mais ativa ou passivamente, mais profunda ou superficialmente. Elas e eles se relacionam intensamente com os demais sujeitos e estes também se relacionam com elas e eles. Crianças e adolescentes importam às sociedades em que estão presentes e as constituem profundamente, mobilizam energias, ações, sentimentos, tempo dos adultos e da sociedade. Crianças e adolescentes, com suas densidades sócio-históricas provocam nos adultos a formulação das infâncias e a busca por conformar as experiências infantis aos seus projetos, suas intenções e ações o que não é de todo logrado pela ação concreta das crianças ao resistir, confrontar, modificar, impor-se e existir como um outro.

As crianças, a despeito de serem identificadas muitas vezes como meros objetos a serviço das intenções e das vontades dos adultos, compõem densamente as múltiplas realidades, implicando com suas existências densas a mudança no estado de coisas das sociedades, frustrando o mundo ideado pelos mais velhos, freando o ímpeto colonizador dos adultos e resistindo vão coproduzindo suas infâncias, infâncias necessariamente relacionais e relacionadas.

A produção sócio-histórica das infâncias são empreendimentos mobilizados pelos adultos ao longo dos tempos que pretendem conformar o caminho através do qual as experiências das crianças, dilatadas no tempo, se convertam em experiências infantis. Essas experiências são moduladas pelas prescrições dos adultos que, em relação às crianças, exercem relações de poder assimétricas. Entretanto, as crianças na experiência das suas infâncias ao existirem com densidade sócio-histórica, impedem de que sejam efetivamente meros fantoches da manipulação adulta. Sendo assim, definitivamente as crianças são sujeitos da história e as infâncias apresentam-se como a produção das sociedades e cabe a nós estudiosos do social enxergá-las.

Assim sendo, entendemos as histórias das infâncias de maneira complexa de modo que sempre é preciso levar em consideração diferentes variáveis como:

[...] a classe social (popular, elite, classe média, trabalhadora); o estamento social e origem étnica (indígena, escravizada, livre, nobre, branca, negra etc.); as diferentes experiências infantis (como trabalhadora, escravizada, institucionalizada, em situação de rua, guerreira, abandonada); os aspectos delimitadores do gênero; as instituições destinadas à infância (escolas, hospitais, clínicas de saúde, creches, berçários, clínicas de conduta, reformatórios, escolas especiais etc.); os saberes científicos dirigidos à infância e com ela envolvidos (pediatria, nutrição infantil, pedagogia, psicologia, psiquiatria infantil, antropologia criminal, assistência, serviço social, direito da criança); a produção de artefatos e indústrias destinadas à infância (literatura, jogos, instrumentos pedagógicos, equipamentos médicos, fármacos, alimentos especiais, brinquedos, mobiliário, vestimenta) (NUNES, 2011, p. 272).

De outra parte, “não existe, a bem-dizer, uma infância”, ao contrário, “existem várias experiências humanas que modelam a criança dentro de limites cronológicos determinados”, dentro destes tempos é que se “desenham a pessoa da criança ou a criança como pessoa sobrepõem-se às alteridades dos tempos sociais que delimitam o território onde cada um se faz” (FILHO; FERNANDES, 2007, p. 8).

E cada vez que “tomamos em conta a individualidade de uma criança, a especificidade de seu contexto histórico e o espaço de sua esfera de influência como ator social”; cada vez que “percebamos as crianças como capazes de efetuar mudanças no seu entorno político”; somos instados nas pesquisas a compreender a infância e as classes de idade “como categorias de análise e identidade social”, sendo contemplar nestas as dimensões interseccionais de “gênero, raça, identidade sexual, classe social”³ (ALBARRÁN, 2018, p. 16-17).

Algumas infâncias e crianças no início de nossa história como Estado-nação

As representações das infâncias e crianças no Brasil independente não deixam dúvidas da compreensão fundante da sociedade escravista baseada nas hierarquias sociais e na estruturação da sociedade brasileira composta, como bem

3 No original, o texto está em espanhol. Aqui apresentamos uma tradução livre feita pelo autor.

sabemos, equivocadamente, pelas “três raças”, quais sejam “indígena, europeia, africana”.

Para refletir um pouco sobre diversas infâncias pensadas e projetadas no início de nossa história como Estado-nação, utilizaremos três gravuras assinadas por Jean-Baptiste Debret, em publicação

As crianças, nas representações escolhidas, são atravessadas por concepções alegóricas nas quais pretende-se afirmar que cada uma seguirá o seu destino, que nada mais é que o destino dos seus antepassados: se indígena, animalizado, animalizado indígena será; se afro-brasileiro, cativado-barbarizado-incivilizado, cativado-barbarizado-incivilizado afro-brasileiro será; se euro-brasileiro, nobre-civilizado, nobre-civilizado euro-brasileiro será.

Na primeira litografia⁴, a composição reafirma o arquétipo de selvagem para os indígenas brasileiros, que vivendo em estado de natureza, se confundiriam com a paisagem, com o mundo vegetal, animal, mineral e que, tal como o cão latindo, estariam surpresos com a chegada civilização que, espreitando, chega sem saber se para assustar, matar, fazer amizade, submeter, mas preparada para enfrentar este mundo animalizado. Duas crianças ganham algum destaque na composição: uma bebê, acolhida pela mãe, sorve o leite como em um “ato da natureza”; já a outra ao lado, em uma linha simétrica aos europeus que chegavam “trazendo a civilização”, aparece abraçada pela floresta, distante da sua comunidade, brinca com o córrego, dando indício que está a nascer para a cultura “animalizada”, mas que ainda não fora definitivamente determinada pela natureza. Essa segunda criança é apresentada alegoricamente como o corpo que precisaria ser trabalhado, domesticado, civilizado para que o estado de coisas selvagem, no futuro deixasse de existir no nascente país.

⁴ Todas as imagens reproduzidas neste texto têm autorização implícita de uso por serem de domínio público ou estarem disponíveis em portais que autorizam o seu uso desde que citados. Todas as imagens estão com os devidos créditos arrolados nas referências bibliográficas.

Imagem 1. Aldea de cabocles a Canta-Gallo, 1834



ALDEIA DE CABOCLES A CANTA-GALLO.

Fonte: Debret, 1834A.

A segunda litografia, por sua vez, já fora utilizada inúmeras vezes para representar aspectos da sociedade escravista e as relações de subordinação impostas às pessoas afro-brasileiras e ou africanas escravizadas. A composição indica claramente o local que cada qual tinha naquela sociedade. O senhor e a senhora sentados, comendo à mesa um pequeno banquete, mas que se torna gigantesco frente às privações alimentares a que eram submetidas as pessoas escravizadas, acompanhados ao fundo por servos em estado de prontidão para atender às vontades dos seus amos. As crianças, alegoricamente apresentadas como pessoas incivilizadas, comendo farelos de comida, simulando um momento transitivo entre a animalidade e a incivilidade servil. Pela imagem, as crianças e suas infâncias representavam um destino fatal, viver subalternizado comendo os restos da sociedade escravista senhorial, mas que, desde um ponto de partida incivilizado e animalizado, seria “domesticado”, para depois, como seus ascendentes, estar no seu local de destino, como coisa, servir passivamente seus amos. Os contornos exagerados das crianças, com seus abdomens e nádegas sobressalentes, reforçam estereótipos a respeito da compleição física dos africanos e africanas ou afrodescendentes, mas estabelece linha de continuidade determinista na formação da pequena pessoa

escravizada: ela seguirá o destino dos seus, semicivilizando-se, e submetendo-se aos “gigantes” senhores, desproporcionalmente representado nas imagens.

Imagem 2. Le Diner, 1834



LE DINER.

Fonte: Debret, 1834B.

Por sua vez, uma terceira litografia, também da lavra de Debret (1829), representando o casamento de d. Pedro I com a Princesa Amélia, explicita a representação da sociedade cortesã, apresentada com civilizada, indicando as ordens de poder vigentes – o poder clerical, temporal –, o lugar que os euro-brasileiros ocupam na hierarquia social. Chama a atenção para a ausência quase total de não brancos na composição, reafirmando que naquele espaço, negros e indígenas, não fazem parte. As crianças presentes na imagem, em destaque o futuro d. Pedro II ladeado pelas irmãs, não estão ali por serem crianças, mas por representarem o dever da nobreza; não importam por viverem a infância, mas sim por serem o futuro da monarquia e da linhagem. Seja como for, a representação da manutenção do poder e daquela ordem no futuro se dá pela alegorização das crianças não como tal, mas como projeção do dever.

Nas três imagens, as crianças não são representadas como elas mesmas, mas como alegorias que predizem o seu lugar no presente e o seu destino determinado. Em uma sociedade escravista absolutamente hierarquizada, a perspectiva é de que cada qual deveria permanecer no seu local, e a história deve ser apenas a reprodução no dever do *status quo* e as infâncias seriam apenas suportes para uma experiência definitiva de viver a antecipação do tempo vindouro.

Imagem 3. Mariage de S.M.I.D. Pedro, 1829



Fonte: Debret, 1829.

Alegorias das infâncias nas celebrações do Estado-nação

É inconteste que as celebrações de atos apresentados como fundacionais nos Estados nacionais, entendidos como modernos, ganharam significância com o passar do tempo e foram passando por modificações. Celebrar a criação de um país em 1822, envolto em perspectivas românticas, era diferente de celebrar o centenário deste mesmo Estado-nação atravessado por perspectivas positivistas e modernizadoras, que era diferente de celebrar o seu bicentenário coordenado por um regime militarizado, bufônico e profascista do bolsonarismo em 2022.

Ao colocar em um mesmo tempo de análise três tempos históricos, assíncronos e com dicções peculiares, temos consciência das distâncias que atravessam cada qual, mas aqui pretendemos observar como as infâncias foram alegoricamente construídas nesses três momentos que buscaram condensar através desses projetos peculiares de sociedade.

Começamos com a observação de um peculiar objeto que compõe parte da cenografia produzida para celebração do espetáculo de comemoração da coroação de d. Pedro I, após a independência, qual seja, o “Pano de boca”⁵ (imagem 4). No centro da composição, temos a representação do império entronado, em suas mãos a lei e a espada, dos quais a nova ordem nacional seria irradiada e construída, sob o seu beneplácito e sua nobreza. Deste centro que a tudo e a todos atrai, emana a luz que ilumina os personagens, e os orientará no caminho do futuro nacional.

Imagem 4. Rideau d’avant scène exécuté au Théâtre de la Cour, pour la représentation d’apparat: à l’occasion du Couronnement de l’Empereur D. Pedro 1er., 1839



Fonte: Debret, 1839.

O claro e escuro também pretende dizer o que deveríamos deixar para trás, o que é o passado que será abandonado. O passado recusado como permanência e

⁵ Pano de boca é um elemento que compõem o palco de teatros, sendo uma espécie de cortina que abre e fecha para o palco ficar à mostra, sendo alçado e descido com um todo. Fechado, ele parece um grande mural.

herança seria o passado selvagem, na imagem representado pelos povos indígenas, todos eles presentes com rostos majoritariamente borrados e desenhados sob uma névoa e uma tonalidade escurecida, atrás do trono. A nova ordem seria construída sob a veste da civilização, mesmo que escravista, o que não foi colocado como problema no “Pano de boca”, ao contrário, assim como as pessoas submetidas à escravidão entregavam-se à nação que brotava, também as pessoas livres aderiam com seus corpos, suas armas, seu labor, seus filhos a esse empreendimento.

É de destacar a evidente importância dada às crianças (imagem 5), explicitando representações sobre a infância, alçadas ao lugar de alegorias expressivas do projeto de futuro nacional. Em uma leitura impressionista⁶, teríamos crianças-bebês representando as “três raças”, indígenas, negras e brancas. Cada qual encarnando um determinado lugar na escala social e sendo “entregues” pelos seus pais à nova ordem que os acolhendo, acabaria por os conformar como sendo os primeiros nacionais desde o nascimento! O povo brasileiro estaria perspectivado no devir desses bebês.

Imagem 5. Destaque da imagem 3



Fonte: Debret, 1839.

⁶ As intenções e sentidos “originais” da obra foram explicitados por Debret (1940, p. 274-276).

Assim sendo, a infância como alegoria, aqui, expressava uma representação que utilizava a infância como um recurso narrativo para falar menos dela infância do que do futuro concebido para aquela sociedade: uma sociedade ordenada desde o eixo do poder imperial, que conduziria o povo brasileiro, negro e branco, à civilização. Interessa mencionar que um bebê indígena também é oferecido neste concerto, à esquerda ao fundo, mas como ele parece estar distante desse projeto, como indígena, a composição parece representar que desde este lugar de indígena, essa criança não teria lugar na civilização brasileira.

Passado um século da independência, em 1922, diversas celebrações foram realizadas com diferentes propósitos para marcar o momento, revisitar o passado, fazer balanços, e projetar novos caminhos. Esse foi um ano de efervescência em tais aspectos. O Brasil acolheu a Exposição Universal, famosa desde as últimas décadas do século XIX, como marco da construção da “civilização” (PESAVENTO, 1997).

Nas questões envolvendo as infâncias também se aproveitou a ocasião para a realização de dois grandes eventos um nacional e outro internacional: o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e o terceiro Congresso Americano da Criança – chamado a partir do quarto de “Congreso Panamericano del Niño”, ocorrendo até os dias atuais (KUHLMANN JÚNIOR, 2001; NUNES, 2011). Dentro dessas atividades, apresentou-se diagnósticos, balanços de ações, projetos a serem realizados para as crianças em diversas direções e contemplando diferentes aspectos sendo muito comum a perspectiva reformista que deveria ser adotada para fomentar uma suposta civilização brasileira, higienizada, moralizada, domesticada, ordeira.

Apesar dos diversos eventos, monumentos e atos celebrativos do centenário da independência não atenderem obrigatoriamente a uma única diretriz, era comum que reverberassem prédicas eloquentes em favor da civilização, em tons ufanistas. Assim o foi na construção do Monumento à Independência (imagem 6), financiado pelo Estado de São Paulo, executado pelo artista italiano Ettore Ximenes, na região do Museu do Ipiranga, na cidade de São Paulo, dentro de uma intervenção monumental em alusão à independência ainda que reverberando aspectos “tradicionais/clássicos” em termos artísticos (MONTEIRO, 2017, p. 378-379).

Imagem 6. Monumento à Independência, 2013



Fonte: Wikipédia, 2013⁷

Do conjunto monumental, apenas a parte em alto relevo (imagem 7), no térreo, foi entregue em 1922, o restante o fora anos mais tarde (MONTEIRO, 2017, p. 394, 409). O alto relevo, em parte, foi estruturado, com forte inspiração no quadro “Independência ou Morte” de Pedro Américo que se faz presente no Museu do Ipiranga, tendo algumas óbvias modificações, entre as quais incluem-se as presenças de crianças na composição: uma bebê, e outra um pouco maior.

⁷ Todas as fotos deste capítulo podem ser acessadas coloridas nos respectivos *links* de cada uma.

Imagem 7. Alto relevo do Monumento à Independência



Fonte: Wikipédia, 2017.

A primeira criança, atrás de um cavalo conduzido por um cavaleiro encenando os dragões da independência, parece participar do ato de independência estimulando com o braço a que o cavalo fosse adiante, e logo que a formação do país era fruto tanto de atos heroicos, como de atos singelos. A criança é retratada classicamente, parecendo quase um deus grego não fosse a manifesta pobreza do traje, os pés descalços e um ramo de alguma árvore nas mãos.

Imagem 8. Detalhe, Criança atrás do cavalo, 2013



Fonte: Monteiro, 2017, p. 357

A segunda criança (imagem 9), uma bebê, com traços de bambina (menina italiana, nacionalidade do artista) por sua vez, aparece bem à esquerda, nos braços semiflexionados de sua mãe, com os braços estendidos para o centro da composição como que sendo chamada e entregue à nação que faria dela uma adulta plenamente brasileira! A cena, um tanto confusa e ruidosa, faz mãe e bebê serem acompanhadas ao fundo por um sobe e desce de soldados e cavaleiros, como que chegando para comemorar a novidade, bem como, à frente, um homem de torso nu, carroceiro, trabalhador, de feições mestiças, segurando os bois e suas cangas, sem maior expressividade que uma leve surpresa contrasta com a dimensão jubilosa que o evento pretendia afirmar.

Imagem 9. Detalhe, Criança no colo da mãe, Monumento à Independência, 1922



Fonte: Monteiro, 2017, p. 357

Seja como for, a representação da infância acaba por continuar mantendo-a como uma alegoria que procurava falar das expectativas com a formação de uma grande nação brasileira, ao mesmo tempo em que a grandiosidade do monumento confirmava que já éramos um grande país. Destaca-se que nessa nação em formação, nessa celebração do “início” da nação, o bebê escolhido não seria afrodescendente ou indígena, nosso futuro civilizado seria com traços europeus, bem concorde com os projetos das oligarquias então vigentes.

E, com tantas idas e vindas; golpes; levantes; resistências; rebeldias; retrocessos; “avanços”, como seria a representação das infâncias no nosso bicentenário das independências? As infâncias seriam compreendidas com diversidade,

pluralidade, generosidade, respeito e como sujeitas de direito? Continuaríamos a ter, através das infâncias, alegorias dos projetos dos adultos sem levá-las em consideração como pessoas com densidade sócio-histórica?

Quando preparamos a primeira versão deste texto, em maio de 2022, nos perguntávamos como a infância seria representada e com que sentido nas celebrações do bicentenário no governo então vigente, sob a presidência do ruidoso Jair Bolsonaro? As inúmeras mostras de tolice, de despreparo, de concepções ultrapassadas de infância prenunciavam possíveis respostas. Respostas eram dadas aqui e acolá sobre o uso alegórico da infância para retratar projetos de sociedade. Aos mil dias do governo, há cerca de um ano dos 200 anos de independência, foi dada uma dessas respostas (imagem 10).

Imagem 10. Presidente do Brasil com criança portando simulacro de fuzil 1, 2021



Fonte: Nunes, 2021.

Na ocasião, em Minas Gerais, em um ato televisionado nacionalmente, um pequeno menino, vestido com simulacro de farda militar e de um fuzil (imagem 10), foi levado ao palco e posto sentado ao lado do então presidente. Se não bastasse a presença da criança, o presidente foi ao microfone e deu destaque às vestes e à arma do menino, dizendo:

Estou com quase 70 anos, quando eu era moleque eu brincava com isso, com arma, com flecha, com estilingue. Assim foi criada a minha geração e cresce-

mos homens fortes, sadios e respeitadores. [...] Meu cumprimento aos pais desse garoto por estarem emprestando o moleque pra dar um exemplo aqui de civilidade e patriotismo e de respeito (TEMPO, 2021).

Inquestionavelmente a utilização do menino que, de tão pequeno, não parecia entender muito bem (imagem 11) o que se passava, para através dele enunciar um projeto de passado, qual seja, o futuro de nossa nação seria voltarmos para trás, ser “como éramos” acaba por expressar, de fato, uma visão muito distorcida do que é ser criança e viver a infância não de 70 anos atrás, mas de 2021, com uma pandemia, desigualdade, desemprego estrutural, com desestruturação de políticas públicas. Para esse projeto de passado, militarizado e viril, as infâncias teriam que mais uma vez se submeter aos desígnios, à insensatez, à tolice de certos adultos e aprender a “virilidade”, armamentismo, obediência servil a quem tem farda pois, assim, chegaríamos a nossa “civilidade e patriotismo e de respeito”!

Imagem 11. Presidente do Brasil com criança portando simulacro de fuzil 2, 2021



Fonte: Nunes, 2021.

A celebração do bicentenário, patrocinada desde o chefe de Estado brasileiro, como bem sabemos, foi sobretudo expressada desde as perspectivas marciais, militarizadas, de ode às armas, de recusa à realidade das diferenças, à promoção da redução das desigualdades. Ademais, tivemos uma celebração condizente com quem exercia a presidência da República à época, Jair Bolsonaro, apequenada, envergonhada, ufanista, anacrônica, que entoava glória ao passado, mas oferecia um projeto de futuro medíocre, desarrazoado e, em parte, genocida.

As crianças e as infâncias nessa celebração suportavam, ao invés das celebrações anteriores que pensavam na infância como alegoria do futuro da “civilização brasileira”, a infância como alegoria do passado, da ideia de que nelas, os então governantes reacionários, conseguiriam implantar um Brasil e uma nação que já foi: machista, submissa ao autoritarismo, militarizada, racista, sexista, intolerante, desigual, elitista. Segundo essa concepção, através das infâncias nós “voltaríamos” para trás.

Um dos “momentos” altos da celebração em 2022 foi o mórbido recebimento do coração de d. Pedro I. Na cerimônia que envolveu essa entrega, a presidência da República foi ladeada por crianças que corporificam o “retorno” ao passado, qual seja, a militarização da educação, o culto à personalidade (imagem 12 e 13). Chama a atenção o tratamento desigual dado às crianças de uma escola regular de ensino fundamental do Distrito Federal (Escola 16, de Ceilândia), e aquela outra vinculada aos militares, o colégio militar dom Pedro I. Às militarizadas foi dada uma atenção central e destacada, participando diretamente dos momentos de maior visibilidade. Quanto às demais, um papel secundário.

A despeito de, no 7 de setembro, em Brasília, muitas crianças terem perfilado no desfile cívico, as representações oficiais da infância foram praticamente inexistentes, e como essa infância como alegoria, até sendo uma omissão desavisada por não haver essa alegorização, era expressiva. As infâncias não eram contempladas, seriamente, como sujeitos atravessados pela historicidade, pelos dilemas de seu tempo presente, eram infâncias ausentes do imaginário dos adultos a comandar a nação. Diversionismos de “menino veste azul, menina veste rosa”, “escola cívico-militar”, “família tradicional”, “Deus acima de todos”, ocultavam a falta de projetos concretos de futuro para as infâncias da nação, enquanto isso, os índices de violência intradoméstica ou não (de caráter sexual ou não) contra crianças e adolescentes chegavam a números muito escandalosos; o juvenicídio (assassinato de adolescentes e jovens) ceifava a vida de milhares de filhos, sobrinhos, parentes, netos; as crianças yanomamis passavam por privações e violações de direito de toda ordem, combinada com omissivas condutas de gestores

públicos e um quase estímulo de altas autoridades da república à instalação de garimpos ilegais nas terras indígenas.

Imagem 12. Coração de d. Pedro I, 2023



Fonte: Agência Brasil, 2022B.

Imagem 13. Coração de d. Pedro I



Fonte: Agência Brasil, 2022B.

Denúncias sobre a ocorrência dessas violências já se faziam chegar aos holofotes da mídia e autoridades, clamando por auxílio, proteção e garantia de direitos dos povos indígenas afetados. Cenas como a da imagem 14 circularam no país ainda em 2021, no ano do bicentenário, 2022, elas continuaram, mas foi apenas em 2023 que passaram a de fato movimentar o governo federal, agora já sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, para enfrentar o que se colocava como mais um genocídio perpetrado contra os povos indígenas.

Imagem 14. Criança yanomami adocida e subnutrida, 2022



Fonte: Brasil de Fato, 2022.

Considerações finais

Quase um milagre se abateu sobre a nação brasileira com o resultado das eleições presidenciais de 2022, na qual Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da nação, isso porque, não sem dificuldades, a crença e certeza de que os projetos de Brasil ativos, inclusivos, cidadãos, reluzentes, dignificadores, passaram a ser novamente possíveis. Crianças e suas infâncias poderão se desenvolver, potencialmente, sendo consideradas como sujeitas de direito, com densidade sócio-histórica, protagonistas de seus destinos que são individuais e coletivos. O Brasil voltou a sonhar que pode tornar a construir um novo país, uma nova nação, juntos e juntas, com o povo, com as pessoas!

Neste Brasil, crianças poderão brincar, sonhar, conviver, plantar, germinar, crescer... sorrir... acalantar e ser acalentado... atuar... reivindicar... decidir!

Referências

- AGÊNCIA BRASIL. “O presidente Jair Bolsonaro participa da cerimônia oficial de chegada ao país do coração de Dom Pedro I”. Brasília, DF: Agência Brasil, 2022A (Foto de Marcello Casal Jr., em 23/08/2022) Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2022-08/o-presidente-jair-bolsonaro-participa-da-cerimonia-oficial-de-chegada-ao-pais-do-coracao-de-dom-pedro-i-1661291042>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- AGÊNCIA BRASIL. “O presidente Jair Bolsonaro participa da cerimônia oficial de chegada ao país do coração de Dom Pedro I, no Palácio do Planalto”. Brasília, DF: Agência Brasil, 2022B (Foto de Valter Campanato, em 23/08/2022) Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2022-08/o-presidente-jair-bolsonaro-participa-da-cerimonia-oficial-de-chegada-ao-pais-do-coracao-de-dom-pedro-i-1661290592>. Acesso: 18 dez. 2022.
- ALBARRÁN, Elena Jackson. “Infancias y Juventudes en la historia latinoamericana (siglo XX)”. In: AREND, Silvia Maria Fávero; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; SOSENKI, Susana (Org.). *Infâncias e Juventudes no Século XX: histórias latino-americanas*. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2018, p. 13-17.
- BRASIL DE FATO. “Governo Bolsonaro quer aprofundar privatização da saúde indígena, alertam organizações”. *Brasil de Fato*, 2022 (matéria de 09/01/2022). Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2022/01/09/governo-bolsonaro-quer-aprofundar-privatizacao-da-saude-indigena-alertam-organizacoes>. Acesso: 05 maio 2022.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Aldea de cabocles a Canta-Gallo*. Litografia. Paris: Firmin Didot Frères, 1834A. Disponível em: <https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47df-7785-a3d9-e040-e00a18064a99>. Acesso: 01 maio 2022.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Le dîner*. Litografia. Paris: Firmin Didot Frères, 1834B. Disponível em: <https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47df-7977-a3d9-e040-e00a18064a99>. Acesso: 01 maio 2022.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Mariage de S.M.I.D. Pedro 1er avec la Presse. Amélie de Leuchtenberg*. Litografia. Paris: Firmin Didot Frères, 1829. Disponível em: <https://www3.al.sp.gov.br/repositorio/noticia/N-07-2012/fg116472.jpg>. Acesso: 01 maio 2022.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Rideau d'avant scène exécuté au Théâtre de la Cour, pour la représentation d'apparat: à l'occasion du Couronnement de l'Empereur D. Pedro 1er*. Paris: Firmin Didot Frères, 1839. Disponível em: <https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47df-7bb2-a3d9-e040-e00a18064a99>. Acesso: 01 maio 2022.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo II, Volume 3. Trad. Sérgio Micelli. São Paulo: Livraria Martins, 1940. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/linkPdf.php?pdf=10014152-1.pdf>. Acesso: 01 maio 2022.

- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: USF/CDAPH, 2001.
- LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério; J. “Introdução”. In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério; J. (orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 7-9.
- MONTEIRO, Michelli Cristine Scapol. *São Paulo na disputa pelo passado: o “Monumento à Independência”, de Ettore Ximenes*. Tese. Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-13062017-132316/publico/MichelliCristineScapolMonteiro.pdf>. Acesso: 01 maio 2022.
- NUNES, Eduardo Silveira Netto. “Presidente do Brasil com criança portando simulacro de fuzil, 2021”, 1 e 2. São Paulo: registro do autor, 2021.
- NUNES, Eduardo Silveira Netto. *A infância como portadora do futuro: América Latina, 1916-1948*. Tese. História Social, USP. 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26102011-005044/publico/2011_EduardoSilveiraNettoNunes_vCor.pdf.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- STEARNS, Peter N. *A Infância*. Contexto: São Paulo, 2008.
- TEMPO. “Bolsonaro vem a BH anunciar privatização do metrô: acompanhe ao vivo”. Youtube, 30 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hwJpHzetTUQ>. Acesso: 05 maio 2022.
- WIKIPÉDIA. *Monumento à independência*. (Foto de Zé Carlos Barretta). 2013. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c4/Monumento_%C3%A0_Independ%C3%Aancia_02.jpg. Acesso: 01 maio 2022.
- WIKIPÉDIA. *Monumento à independência*, alto relevo. (Foto de Mike Peel). 2017. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/69/Olhares_sobre_o_Museu_do_Ipiranga_2017_021.jpg. Acesso: 01 maio 2022.

IDENTIDADE E MODERNIDADE. A SEMANA UM SÉCULO DEPOIS

Carlos A. Ferreira Martins

O centenário da Semana de Arte Moderna, extensivamente comemorado ao longo de 2022, deixou algumas marcas significativas. A primeira delas, sem dúvida, foi a de reafirmar a curiosa permanência e atualidade de um evento realizado numa sociedade e num mundo que a grande maioria da população teria dificuldade de reconhecer como seus.

Comparadas às condições materiais, sociais e tecnológicas de hoje, o Brasil ou a São Paulo de 1922 parecem inexoravelmente arcaicos e provincianos. Mas sua produção cultural conserva um curioso e inesperado ar de avanço e é capaz de provocar um interesse que vai do acadêmico ao jornalístico, do circuito tradicional das exposições e relançamentos editoriais aos eventos abertos nas novas mídias.

Permanência e atualidade em história não significam estabilidade de valoração, mas, ao contrário, a capacidade de provocar ou dar suporte a polêmicas, releituras ou o que nos últimos anos se passou a chamar, algo indiscriminadamente, ressignificação.

Antes da vulgarização da categoria “narrativa”, reduzida a sinônimo de “versão”, quando não diretamente assimilada a mentira ou falsa notícia, os

historiadores já sabiam que os fatos históricos, longe de cristalizados no passado, estão permanentemente sujeitos a revisões e atualizações.

Como ensinou, entre outros, Paul Veyne (1982), a narrativa é o recurso que dota de sentido e ineliminabilidade um fato, fenômeno ou processo que nunca podemos captar na totalidade de suas manifestações. Assim, a história é permanentemente reescrita por distintas razões, que vão da necessidade de incorporar novos documentos ou descobertas que eventualmente contrariam uma interpretação dada como estável ou consolidada, até o fato de que os pontos de vista e os interesses do presente estão permanentemente submetendo os fatos históricos a novas perguntas.

Durante muito tempo polemizaram entre si os adeptos de uma relação mais respeitosa com os diferentes indícios que permitem reconstituir um fato histórico, expressa na consigna “deixe o documento falar” e os que argumentavam que o documento não fala, apenas responde às perguntas que a ele se faz.

A narrativa historiográfica, entretanto, e ao contrário do sentido fragilizado que a palavra assumiu nos últimos anos, não é terreno do vale tudo relativista. Difere de outras narrativas (a literária, a fílmica etc.) por um compromisso que não pode garantir a veracidade de uma reconstituição, mas tem a obrigação de buscar a verossimilhança. Em outras palavras, a reconstituição, isto é a imagem mental proposta de um fato histórico deve ser consistente com os indícios e documentos conhecidos e validados a respeito desse fato.

Se isso vale para o trabalho do historiador em geral, no âmbito de certas histórias especiais, como a da arte ou da arquitetura, temos que lidar com alguns problemas metodológicos específicos. Argan (1989) nos lembra que uma diferença fundamental é que o “fato” da história da arte é a “obra” e esta, salvo excepcionalmente e à diferença do fato histórico geral, está presente; é “presente absoluto” e, portanto, não tem que ser reconstituída. *As Meninas* de Velásquez, a Catedral de Brasília ou *A Negra* de Tarsila não precisam ser reconstituídas. Não é necessário realizar uma representação mental daquilo que se oferece diretamente aos nossos sentidos.

No entanto, é ainda Argan a nos advertir que a “presença absoluta” da obra de arte não significa a possibilidade de conhecimento objetivo e sem mediação do objeto-obra, porque, diz ele, entre a obra e o sujeito do conhecimento ou fruição se interpõem sucessivas camadas de interpretação que se agregam a ela como uma espécie de pátina.

O que nos cabe, portanto, não é reconstituir a obra, porque ela ali está, mas desvendar os nexos as sucessivas camadas de interpretação que, elas sim, nos ajudam a saber como a obra foi compreendida e valorada ao longo do tempo,

até chegar a nós e responder às nossas perguntas. Que obviamente são orientadas por nossos valores e posições atuais.

A esse processo de desvendamento das sucessivas camadas de interpretação e do que elas escondem e revelam da própria obra, podemos chamar de “fortuna crítica” e devemos estar atentos ao fato de que ele revela mais das circunstâncias pessoais e sociais de cada interpretação do que da obra em si.

Como sintetiza Argan, é fácil compreender que há uma diferença entre o fato ocorrido e o fato narrado. Menos direto, mas mais importante é aceitar que o fato narrado é socialmente mais importante que o fato ocorrido.

Mas ao falarmos da Semana, qual é o fato a ser desvendado? Quais as sucessivas camadas de interpretação merecem nossa atenção prioritária?

A de um episódio ocorrido no curto espaço de tempo de uma semana, que ocupou o Teatro Municipal de São Paulo, templo cultural da oligarquia cafeeira, em que jovens majoritariamente oriundos e com o beneplácito dessa mesma oligarquia, encenam um conjunto de ações destinadas a sacudir a modorra cultural da capital do café ou, no linguajar da época, *épater les bourgeois*?

A de um esforço dessa mesma oligarquia em criar um fato alternativo à Exposição Internacional do Centenário da Independência, inaugurada na capital da República em 7 de setembro de 1922, mas cujos preparativos remontam a 1920? Naturalmente há uma diferença de escala considerável entre uma semana de atividades culturais e uma exposição que contou com a construção de pavilhões expositivos de 13 países estrangeiros além de outros tantos dos estados brasileiros ou de setores econômicos.

Mas é interessante pensar que, para além da representação do progresso técnico que marca a longa série das exposições internacionais desde a metade do século XIX, essa tem a peculiaridade de ser a primeira das exposições a celebrar o centenário de uma independência latino-americana. E ocorre logo depois do final da Primeira Guerra Mundial, carregando assim, de maneira explícita ou não, a disjunção que marcará a maior parte da produção intelectual do período, entre a necessidade de afirmar a identidade e a soberania nacionais, um século depois da independência política formal, e a vontade de afirmar a própria modernidade e reivindicar um lugar ao sol no então chamado concerto das nações.

Mas voltando ao fato a ser desvendado, falamos da Semana de fevereiro, com seus literatos, pintores, escultores e músicos se esforçando em provocar algum escândalo (a forma vanguardista por excelência de chamar a atenção na era da percepção distraída) ou do conjunto de personagens, clubes, revistas e movimentos que ao longo das décadas seguintes reivindicou e constituiu o chamado movimento modernista?

Afinal, resulta sempre curioso lembrar que Tarsila do Amaral, a musa modernista por antonomásia, não estava no Brasil durante a sua realização. Ou que Flávio de Carvalho, o multifacetado personagem da vanguarda iconoclasta, tenha retornado ao Brasil dois anos depois da Semana. Ou que o pioneiro da arquitetura Gregório Warchavchik tenha entrado em contato com o grupo modernista, provavelmente por intermédio de seu concunhado Lasar Segall, apenas em 1926.

E por fim, ainda é tema de reflexão o deslizamento entre a caracterização de “moderna” atribuída à arte da Semana, em seu próprio catálogo e a ideia de “modernista” que se consolida ao longo do tempo como denominação de um conjunto heterogêneo de ações e produções que constituiriam um movimento que teria tido como marco intermediário a Semana.

A Semana de Arte Moderna e sobretudo a institucionalização de sua construção narrativa como marco inaugural da produção cultural moderna, irradiada a partir de São Paulo, mas desdobrada em vários cantos do país voltou, nestes anos de preparação do seu centenário, a passar por um vasto e variado processo de questionamentos e revisões.

Exposições, livros, debates, revisitando personagens e contextos, se perguntando pelo protagonismo das mulheres ou pelo obscurecimento da contribuição popular e negra confirmaram, ao longo dos dois últimos anos, a tendência acadêmica a se conformar aos apelos midiáticos pela celebração das efemérides.

A polêmica travada a partir de um provocativo artigo de Ruy Castro na *Folha de S.Paulo*, contundentemente questionado no mesmo veículo por José Miguel Wisnik, trouxe uma nova temperatura e um público mais amplo a um debate que de outra forma talvez ficasse restrito ao circuito limitado do debate acadêmico e dos museus.

No centro desse debate, em que ressurgiu uma certa disputa bairrista entre cariocas e paulistas, está a afirmação taxativa de Castro no sentido de que a institucionalização da narrativa da Semana foi uma operação ideológico-cultural oficial por ocasião do cinquentenário, em 1972, que coincide com os momentos mais críticos da repressão do regime militar, do ideário do Brasil grande e da absolutização da censura na campanha do ‘Ame-o ou deixe-o’.

Para além da constatação de que em 1972 houve um interesse de várias instituições, do Ministério de Relações Exteriores ao MASP, passando pela USP, Castro (1922) centra o seu argumento nas incongruências da narrativa sobre a trajetória política de Oswald de Andrade, como caso específico a comprovar a subordinação dos intelectuais modernistas ao PRP, partido representante da oligarquia cafeeira paulista e, portanto, a denunciar a falsidade da narrativa que

pretende mostrar a Semana como antecedente da atualização cultural do país a partir do Golpe Militar de 1930 e do início do período varguista.

A disputa com laivos bairristas entre São Paulo e Rio não é novidade no debate cultural e assume tons particularmente duros quando referida às décadas de 1930, 40 e 50, que marcam a disputa pela hegemonia cultural entre as duas capitais, embora surja com sinais variados. Ao final dos 1940, por exemplo, coube a Geraldo Ferraz, crítico de arte e companheiro de viagem dos modernistas, questionar Lúcio Costa pela sua omissão frente ao silenciamento do papel pioneiro de Warchavchik e Flavio de Carvalho no processo de afirmação da arquitetura moderna no Brasil. (FERRAZ, 1948)

Interessante notar que Wisnik, indicando corretamente que a participação de Villa-Lobos na semana e seus desdobramentos foi essencial e por si só demonstra que ser realizada em São Paulo não basta para caracterizá-la como um evento paulista, além de questionar a possibilidade de realizar uma avaliação da Semana a partir de uma “pequena história” centrada na figura de Oswald e que “ignora as obras”, deixe de anotar que Emiliano Di Cavalcanti também era carioca. Mais do que um esquecimento, revela talvez uma tendência, que não é exclusiva, mas muito disseminada, de centrar a avaliação da contribuição da Semana e de seus desdobramentos na literatura e na música e, em segunda instância, nas artes plásticas.

Sua afirmação de que a potência e os limites do grande arco da cultura moderna no Brasil, entre os anos 1920 e 1960, consiste na aliança entre o erudito e o popular e passa pela mediação da classe média, é bastante precisa. Mas afirmar que esse arco inclui a literatura, as artes visuais, a música de concerto e chegou à MPB e ao cinema novo, apontando para um salto social que a ditadura interrompeu esquece que a arquitetura moderna brasileira, antes mesmo do famoso concerto da bossa-nova no Carnegie Hall, já tinha ampla aceitação como contribuição potente e original à cultura internacional. (WISNIK, 1922)

Voltaremos à arquitetura adiante. Mas como bem lembra o próprio Wisnik, para dar conta do processo de avaliação e revisão da Semana e de seus desdobramentos, é importante considerar que o primeiro balanço, duas décadas após a sua realização, é do próprio Mário de Andrade na célebre conferência de 1942, proferida no auditório do Ministério de Relações Exteriores a convite da Casa do Estudante do Brasil.

Aos quase 50 anos, e três antes de sua morte, o balanço que oferece Mário tem tanto de reflexão sobre as condições de deflagração e espraiamento do movimento modernista quando de acerto de contas com sua própria obra. No primeiro aspecto, a Semana aparece como uma data, relevante, mas não inicial

e, num nível pessoal, algo constrangedora, insistindo em uma primeira fase do movimento, marcado pela descoberta de Anita Malfatti e Brecheret, pelo entusiasmo incontido na descoberta das renovações estéticas internacionais.

Mário rejeita qualquer paternidade quanto à ideia de realização da Semana, atribuindo-a difusamente a Graça Aranha ou a Di Cavalcanti, mas insistindo em afirmar Paulo Prado, legítimo representante da “verdadeira aristocracia brasileira”, como o “verdadeiro fator da Semana”.

Para Mário “só mesmo uma figura como ele e uma cidade grande, mas provinciana como São Paulo, poderiam fazer o movimento modernista e objetivá-lo na Semana.” (ANDRADE, 1942, p. 24)

O modernismo, insiste Mário, foi uma ruptura, foi “uma revolta contra o que era a Inteligência nacional” e esta vinha “imperialisticamente” da corte. Esse caráter eminentemente destruidor se devia em certa medida ao estado de guerra na Europa e as “modas” que revestiam esse estado de espírito foram “diretamente importadas da Europa.”

Num exercício sutil de análise, o Rio era “muito mais internacional” pois, como corte e porto de mar, possuía um “internacionalismo ingênito”. São Paulo, por sua vez, conservando uma caipirice e um espírito provinciano servil, estava, por força da economia cafeeira e da industrialização, “em contato mais espiritual e mais técnico com a atualidade do mundo”.

No mesmo nível de complexas contradições, Mário não se furta a admitir que o movimento modernista era nitidamente aristocrático. “Pelo seu caráter de jogo arriscado, pelo seu espírito aventureiro ao extremo, pelo seu internacionalismo modernista, pelo seu nacionalismo embrabecido, pela sua gratuidade antipopular, pelo seu dogmatismo prepotente, era uma aristocracia do espírito”. Na sua leitura era o que explicava, ao mesmo tempo, a reação negativa da alta e da pequena burguesia, a liderança de Paulo Prado, expoente da aristocracia intelectual paulista, e a impossibilidade de um evento como aquele ocorrer no Rio de Janeiro “onde não existe aristocracia tradicional, mas apenas alta burguesia riquíssima”

A Semana marca, para ele, o fim do período heroico, iniciado com a exposição de Anita Malfatti, e abre “o período realmente destruidor”. Marcado pela reação escandalosa da burguesia e pelo acolhimento dos salões aristocráticos, de Paulo Prado, de Olivia Guedes Penteadó e da própria Tarsila do Amaral, que foi se dissolvendo com a efervescência dos fatos políticos que levaram a 1930, à criação do Partido Democrático e à emergência dos radicalismos de esquerda e de direita.

Mário faz questão de esclarecer que o “movimento de Inteligência” que representaram não foi o fator de mudanças políticas e sociais posteriores, mas

foi um “preparador, o criador de um estado de espírito revolucionário e de um sentimento de arrebenção”. O ano de 1930 é o momento a partir do qual “principia para a inteligência brasileira, inicialmente uma fase mais calma, mais modesta e cotidiana, mais proletária por assim dizer, de construção”. Com o povo na rua gritando por Getúlio, “o sentido destrutivo e festeiro do movimento modernista já não tinha mais razão de ser, (uma vez) cumprido o seu destino legítimo”.

Em sentido oposto a um processo analítico, enfatiza a dimensão de transformação que o movimento acabou por impor na vida intelectual do país, marcada, a partir de então, por três princípios fundamentais e articulados: o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira e a estabilização de uma consciência criadora nacional.

Para Mário, cada um desses fatores isolados podia ser encontrado em diversos momentos da vida cultural da nação. A novidade estava na sua articulação “num todo orgânico de consciência coletiva” e na “conquista magnífica de descentralização intelectual, em contraste aberrante com outras manifestações sociais do Brasil”. Em outras palavras, se para Mário a Semana só poderia ter acontecido em São Paulo, o resultado do movimento modernista foi sua descentralização para muito além da capital paulista ou do Rio de Janeiro. Na sua peculiar forma de ver, a normalização e a rotinização da atualização da inteligência, longe de ser perda de força é uma conquista. Afinal, constata ele, “ninguém mais se escandaliza” com a arquitetura do Ministério de Educação, com os versos de Murillo Mendes ou a pintura de Guignard.

Numa conclusão famosa, respaldada explicitamente nos seus quase 50 anos, Mário afirma que “os modernistas da Semana não devem servir de exemplo a ninguém, mas poderiam servir de lição”. E termina por lembrar que “apesar de nossa atualidade, de nossa nacionalidade, de nossa universalidade” faltou avançar na única coisa verdadeiramente importante, o “amilhramento político-social do homem”.

Aproveitando a referência ao Ministério de Educação, que foi projetado em 1936, por uma equipe coordenada por Lúcio Costa e que havia conseguido do governo Vargas a contratação de Le Corbusier como supervisor, mas só seria inaugurado três anos após a conferência, cabe um breve excursão pelas complexas relações entre o movimento modernista e a gênese do que virá a ser reconhecido internacionalmente como a “arquitetura moderna brasileira”.

A programação da Semana incluiu a apresentação de projetos de dois arquitetos pouco lembrados pela historiografia para além dessa sua participação. Antonio Moya, espanhol de nascimento e atuante em São Paulo desde o início

da década de 1910, que teria sido chamado por Mário de Andrade de “poeta da pedra” apresentou 18 desenhos de seus projetos historicistas que recuperavam motivos e volumetrias de referências pré-hispânicas, especialmente maias e astecas.

Georg Przyrembel, polonês formado na Alemanha, veio para o Brasil na década de 1910, onde se envolveu com o movimento neocolonial, cujo ideólogo paulista foi o português Ricardo Severo, intelectual e arquiteto influente e apoiado pela “aristocracia intelectual” paulista a que se refere Mário, aí incluído o então presidente da província, Washington Luís. Por ocasião da Semana, apresentou o projeto de uma residência de veraneio neocolonial, a Taperinha da Praia Grande, cuja maquete ficou em exposição no saguão do Teatro Municipal. Sua atuação posterior se deu no âmbito do chamado historicismo e sua obra mais conhecida é o Palácio da Boa Vista em Campos do Jordão, uma obra em estilo neomedieval do final dos anos 1930.

Durante algum tempo, a crítica especializada debateu se as obras de ambos deveriam ou não ser caracterizadas como modernas ou se expressariam a autoconfessada hesitação de Mário em relação às tendências arquitetônicas do período. Esse debate passava ao largo do fato de que “moderno” não era e não é uma categoria absoluta, mas um campo em disputa. Na arquitetura, como na música ou na literatura, distintas poéticas disputarão entre si a condição de intérpretes preferenciais da modernidade.

Se lembrarmos que nas obras de Frank Lloyd Wright há recorrentes ressonâncias da volumetria e motivos ornamentais associáveis à tradição pré-hispânica ou que eles aparecem de forma explícita no projeto de Flávio de Carvalho para o concurso do Farol de Colombo, que deveria ser construído na República Dominicana para celebrar a chegada de Colombo, não há porque excluir a pesquisa formal de Moya do que mais precisamente se deveria caracterizar como a busca de uma linguagem arquitetônica que expressasse adequadamente tanto a adesão ao panorama internacional quanto a afirmação da nacionalidade, inescapável num contexto de comemorações dos centenários das independências políticas dos países latino-americanos.

Por outro lado, a fortuna crítica do neocolonial é mais complexa do que se consolidou na narrativa historiográfica dominante ao longo do século XX, em que o neocolonial aparece como uma espécie de antecedente necessário da eclosão da arquitetura moderna, a partir da famosa declaração de Lúcio Costa de que nos seus tempos de pesquisas orientadas por José Mariano, o mentor carioca do movimento tradicionalista, “procurava a coisa certa no lugar errado” referindo-se à busca por uma arquitetura adequada ao clima e às condições culturais brasileiras.

O rápido e intenso processo de reconhecimento da linguagem arquitetônica moderna de raiz construtiva na versão corbusiana, sobretudo a partir do Ministério de Educação, referido por Mário na conferência, não significou o desaparecimento das referências estilísticas ao colonial, nem na apreciação popular que se estendeu fartamente ao longo dos anos 1930 e 40, nem em obras de representação estatal, como as Escolas Práticas de Agricultura implantadas por Fernando Costa, interventor federal em São Paulo no início dos anos 1940 ou no monumental edifício da atual Universidade Rural do Rio de Janeiro (URJ), em Seropédica.

Mais do que Flávio de Carvalho, com seu perfil vanguardista e contestatário de multiartista, pintor, desenhista, engenheiro, arquiteto, figurinista, cenógrafo e dramaturgo, mais conhecido pelas “experiências”, verdadeiros *happenings avant la lettre*, é o ucraniano Gregor Warchavchik, chegado ao Brasil em 1924 e rapidamente apresentado ao grupo modernista por intermédio de seu concunhado Lasar Segall, quem ocupará a condição de face arquitetônica do movimento modernista.

Além das obras pioneiras e do seu trabalho de divulgador das questões arquitetônicas nos órgãos modernistas e na imprensa paulista, Warchavchik cristaliza sua identificação ao movimento em 1929, quando aceita a sugestão de aproveitar a conclusão de uma pequena casa construída na rua Itápolis, no bairro do Pacaembu então em ocupação, para realizar uma exposição da variada produção modernista.

Quadros de Anita, Tarsila, Segall e Cícero Dias, tapeçarias de John Graz, esculturas de Brecheret, tapetes da Bauhaus, paisagismo de Mina Klabin, esposa do arquiteto, compõem o ambiente que oferece ao público paulistano, entre março e abril de 1930, também saras literários e musicais. A mostra, que Oswald de Andrade afirma “encerrar o ciclo do combate à velharia, iniciado por um grupo audacioso, no Teatro Municipal, em fevereiro de 1922” recebe cerca de 20 mil visitantes, entre os quais o arquiteto franco-suíço Le Corbusier, de passagem por São Paulo na volta de Buenos Aires, onde havia proferido uma série de conferências logo reunidas no livro *Précisions...*

Dessa breve passagem resulta a indicação de Warchavchik como delegado da América do Sul para o recém-criado Congresso Internacional de Arquitetura Moderna e uma curiosa observação de Mário de Andrade, cuja intuição – ou compreensão da dinâmica cultural – terá fortes desdobramentos não apenas, mas muito fortemente, na trajetória posterior da arquitetura moderna no Brasil.

Comentando o fato de que o mecenas Paulo Prado teria encomendado a Le Corbusier o projeto de uma residência, Mário lamenta, num artigo publicado na

imprensa local, que a passagem do mestre pelo Brasil deixe apenas como legado um projeto particular, pois somente uma obra governamental teria o condão de “firmar na consciência popular” os valores da nova arquitetura.

Essa observação aparentemente lateral talvez seja a chave para entender tanto a noção de uma “Inteligência” capaz de “marchar com as multidões”, como propõe ao final da Conferência de 1942, quanto o tipo particular de relação que se estabeleceria a partir da década de 1930 e, em certo sentido até muito recentemente, entre a produção cultural, em praticamente todas as áreas, e o Estado.

Retomando a caracterização de Wisnik, que de resto é amplamente disseminada, de que o grande arco da produção cultural brasileira entre 1920 e 1960 tem um elemento central na articulação entre o popular e o erudito “e a mediação da classe média” faltaria agregar que essa mediação se realiza muito fortemente através dos mecanismos de ação do Estado. (MARTINS, 2010)

Como se sabe, alguns dos intelectuais mais significativos do modernismo atuaram em distintos âmbitos do serviço público. Gustavo Capanema foi ministro de Estado, Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete; Lúcio Costa, a par de sua atuação como arquiteto chefiou durante décadas a Divisão de Estudos e Tombamentos do SPHAN, dirigido por Rodrigo de Melo Franco. Mário de Andrade comandou a estruturação da rede de bibliotecas do município de São Paulo e Heitor Villa-Lobos foi o responsável pela implantação da educação musical nas escolas de todo o país. Não parece suficiente a explicação de segurança econômica ou de ascensão à posição de árbitro do gosto. Mais profícua é a hipótese de considerar a intelectualidade modernista como *intelligentsia*, isto é, como um grupo social que, independentemente de sua origem de classe, se autoatribui a tarefa de civilizar o país, de compartilhar com o Estado a responsabilidade pela construção do Estado-nação. (MARTINS, 1986)

O artista percebe que não pode se contentar em criar sua obra, porque precisa criar o público moderno. Não adianta revolucionar o romance num país de analfabetos. E quem pode alfabetizar é o Estado, como insistiu a vida inteira Anísio Teixeira.

Mário de Andrade o explicitava numa carta a Paulo Prado, provavelmente do final de 1937:

Num país como o nosso em que a cultura infelizmente ainda não é uma necessidade cotidiana de ser, se está aguçando com violência dolorosa o contraste entre uma pequena elite que realmente se cultiva e um povo abichornado em seu rude corpo. Há que forçar um maior entendimento mútuo, um maior

nivelamento geral de cultura que, sem destruir a elite, a torne mais acessível a todos, e em consequência lhe dê uma validade verdadeiramente funcional [...] Tarefa que compete aos governos. (DUARTE, 1971)

Assim, não é o Estado varguista que procura a arte ou a arquitetura modernas para atuar como sua face simbólica, mas a intelectualidade modernista que entende que só pode realizar de forma plena seu projeto civilizatório por intermédio e com o Estado. Não é por outra razão que desde então toda ação cultural significativa e abrangente passa a ser pensada imediatamente como política cultural.

Não será, portanto, surpreendente que, em 1972, por ocasião do quinquenário, o regime militar tenha tentado utilizar a Semana, assim como utilizou o futebol e utilizaria qualquer outra atividade capaz de estimular o sentimento de pertencimento a uma brasilidade necessária para esconder ou justificar o recrudescimento da violência física contra a resistência política, armada ou não, e do fechamento cultural em crescendo a partir da promulgação do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968.

Censura à produção cultural agora com alcance potenciado pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e particularmente da televisão, aposentadorias compulsórias e cerceamento à reflexão intelectual nas universidades, prisão e exílio de artistas já consagrados junto a um público consumidor cada vez mais jovem e inquieto obviamente exigiam do regime truculência de seus generais, à parte, um esforço comunicacional no sentido de resgatar a ideia de um país a caminho do futuro, equilibrando seus esforços de modernização infraestrutural com a preservação de sua identidade.

Esse esforço diz mais, obviamente, das necessidades ideológicas da ditadura militar do que do sentido histórico da Semana ou do alcance do projeto modernista. Qualquer que fosse a releitura de intelectuais a serviço do regime, a matéria-prima disponível não permitiria nada assemelhado ao ufanismo infantilizado de *Independência ou Morte*, filme de 1972, que foi dirigido por Carlos Coimbra e apoiado no apelo do galã televisivo Tarcísio Meira, conseguiu a proeza de levar 3 milhões de expectadores aos cinemas.

A crítica de arte carioca parece ter dado mais atenção ao suposto esforço de “paulistanizar” todo o modernismo, por via da ênfase sobre a Semana. É assim que aparece a cobertura do *Correio da Manhã* sobre a exposição organizada pelo MASP, que vai da reconstituição do gabinete de Mario de Andrade à exposição de obras dos personagens mais significativos, passando pela mostra de objetos cotidianos e roupas da década de 1920, até a montagem do circo Piolin na

esplanada do MASP, promovida por Pietro Bardi com a museografia de Lina Bo (MAURICIO, 1972). Imagens e documentos dessa exposição foram recuperados recentemente pelo Instituto Bardi/Casa de Vidro (ANELLI e ESMERALDO, 2020).

Fora dos circuitos oficiais e num contexto irreduzível a qualquer agenciamento ideológico pelo regime militar, o modernismo, em particular na sua versão oswaldiana, já vinha sendo recuperado pelo tropicalismo, esse curioso momento da cultura brasileira que também se constituía no trânsito entre o erudito e o popular.

O grupo teatral Oficina, que sob a direção de José Celso Martinez Correia vinha de montagens brechtianas conectadas aos movimentos de vanguarda internacional, havia montado, em 1967, *O Rei da Vela*, peça escrita 30 anos antes por Oswald de Andrade, como manifesto crítico e satírico à dependência econômica do país às vésperas da consolidação do Estado Novo. A trilha musical da controversa montagem era assinada por Caetano Veloso, Damiano Cozzella e Rogério Duprat, figuras chave do tropicalismo musical. O cenário, de Hélio Eichbauer foi recuperado, mais de 20 anos depois, por Caetano Veloso para a capa de seu disco *Estrangeiro*, gravado nos Estados Unidos.

Também o Cinema Novo havia se conectado diretamente ao movimento modernista, de forma marcante pela filmagem de *Macunaíma*, a obra mais emblemática de Mario, por Joaquim Pedro de Andrade em 1969.

A releitura ou recuperação do modernismo pelos tropicalistas antevê ou intuí, em certa maneira, um movimento da crítica que, nos anos seguintes, chamaria a atenção para a necessidade de compreendê-lo no âmbito de um dilema colocado para as vanguardas culturais de toda a América Latina.

Em meados dos anos 1970, uma iniciativa da UNESCO resulta na publicação de uma série de livros dedicados à cultura latino-americana. Jorge Manrique (1974), no volume dedicado às artes, chama a atenção para a década de 1920 como um divisor de águas em que uma série de escolas, movimentos e revistas na maior parte dos países do subcontinente se moviam na tensão entre afirmar sua atualidade em relação às vanguardas culturais europeias e o seu compromisso com a valorização da identidade nacional ou regional. Identidade ou modernidade constituiria assim a grande questão em que gira o debate intelectual e artístico latino-americano nesse período, permanentemente dividido entre o olhar para fora e para dentro, entre o olhar para o futuro e para o passado. A diferença dos processos de constituição das nações latino-americanas, entretanto, impossibilitam uma resposta comum. O que unificaria, assim, a cultura latino-americana nos anos 1920, 30 e 40 seria a pergunta por uma possível identidade latino-americana e não a resposta. O limite dessa busca se daria já nos anos 1950 por uma

tendência da produção de vanguarda a se considerar simplesmente moderna, internacional, abandonando qualquer reivindicação de nacionalidade ou identidade latino-americana.

De forma quase simultânea, João Luiz Lafeté (1973) olhando especificamente para o modernismo brasileiro no âmbito de sua produção literária, registra um movimento pendular, de certa forma já indicado ao final da conferência de Mário em 1942, da prevalência da investigação estética nos anos 1920 ao reconhecimento da realidade do subdesenvolvimento e da frustração das expectativas otimistas em relação à modernização, ao final dos anos 1930 e início dos 40. Nos seus termos tratar-se-ia de uma oscilação entre a ênfase no projeto estético – renovação dos meios, ruptura da linguagem tradicional – e o projeto ideológico – consciência do país, desejo e busca de uma expressão artística nacional, caráter de classe de suas atitudes e produções.

Na década seguinte, um novo momento de balanço se dá em torno aos 60 anos da Semana. Ronaldo Brito (1984), agudo crítico de arte carioca, retoma esse dilema da tensão entre os olhares para dentro e para fora, explicitando as dificuldades de um modernismo que não fazia sentido em sua relação com a sociedade brasileira, ainda apoiada numa economia agroexportadora, nem podia, a exemplo de outros países, recorrer ao passado em busca de um totem unificador. O passado da colônia, dizia, “é opaco a si mesmo” e o olhar em busca das origens remete a um espelho tripartido. O Brasil é e não é, simultaneamente, português, africano e indígena, sem a possibilidade de extrair dessa origem conflitiva um totem unificador. Resta, portanto, o olhar para a frente, assumir a identidade como projeto e não como recuperação, o Brasil como futuro, como condenação ao moderno, para recuperar a expressão de Mário Pedrosa, tão consistentemente plasmada na arquitetura de Costa, Niemeyer e seus companheiros de viagem na aventura da construção de uma modernidade nos trópicos.

Mas Brito não deixa de apontar o caráter estruturalmente contraditório de um modernismo essencialmente literário e obcecado pela construção de uma brasilidade e pela busca incessante de uma cor local. No âmbito das artes plásticas, essa seria a marca da permanência da tradição portuguesa de preponderância do literário sobre o visual. A prevalência do tema, a insistência com a cor local, estariam em contradição com as características centrais da produção plástica das vanguardas construtivas europeia, expressando assim as dificuldades de nossa modernidade artística.

Mas, para o crítico, são exatamente essas contradições que marcam a atualidade da Semana, na medida em que elas seguiriam sendo basicamente as nossas. A permanência e o caráter moderno da Semana estariam dados menos

pelas – importantes – marcas da linguagem que fixou, com Segall, Tarsila, Anita Malfatti ou Brecheret e mais pela dinâmica das operações culturais, pelas suas conquistas, limitações e impasses. Afinal, diz, “trata-se da primeira estratégia cultural moderna brasileira” e, como tal, estará sempre presente, à condição de que se possa sempre superá-la, negá-la positivamente com novos gestos artísticos.

O fato de que estejamos, meio século depois das análises de Manrique ou Lafeté e quatro décadas depois da de Brito, ainda às voltas com a questão das reavaliações da Semana parece confirmar suas conclusões.

A Semana de 22, e o modernismo brasileiro, seguem, e provavelmente seguirão, a provocar polêmicas e releituras; a suscitar ações historiográficas de resgate de protagonistas negligenciados; a se equilibrar entre a revisão estimulante e a academização. E sobretudo, seguirá provocando reflexões sobre as dificuldades e aporias dessa estratégia cultural oscilante entre os polos do local e do universal, do brasileiro e do moderno.

Mas talvez seja necessário incorporar como hipótese de leitura a um século de distância, que as transformações econômicas, sociais e políticas das últimas décadas colocam em xeque o outro polo da inequação que nos caracterizou desde então.

Talvez já não se trate de continuar perguntando por uma identidade, nacional ou regional, e pela sua problemática e contraditória inserção na modernidade, mas de trazer para o âmbito da reflexão o reconhecimento, tão claramente expresso nas alterações políticas e culturais os últimos anos em todo o planeta e tão marcantemente no Brasil, de que é a própria modernidade que está em xeque e carente de redefinição. Na cultura, claro, mas sobretudo na vida, como diria o próprio Mário.

Negacionismos, brutais concentrações de riqueza, ameaça de marginalização laboral de parcelas ponderáveis da humanidade, retorno da xenofobia e dos fascismos, atualização sob novas formas jurídicas do trabalho escravo; a compulsão suicida de esgotamento do próprio planeta, colocam hoje em entredito a própria noção de modernidade, seja como decorrência necessária dos processos duros de modernização, seja, como propõe Gorelik (1999), como instrumento privilegiado para a sua implementação nas condições particulares da América Latina. Que inclui, sabemos hoje, o Brasil.

Referências

- ANELLI, Renato & EMERALDO, Eugênia. *Bardi e o modernismo brasileiro de 22 a 72*. São Paulo, Instituto Bardi, 2022. Disponível em: <https://portal.instituto-bardi.org/exposicoes/bardi-e-o-modernismo-brasileiro-de-22-a-72/>
- ARGAN, Giulio Carlo. *A História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BRITO, Ronaldo. “Os traumas do moderno”. In: TOLIPAN, Sérgio *et al. Sete Ensaio sobre o Modernismo*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.
- CASTRO, Ruy. “Como a Semana virou Vanguarda depois de 50 anos esquecida”. Caderno Ilustríssima *Folha de S.Paulo*, 05 de fev, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/02/como-a-semana-de-22-vinguarda-oficial-depois-de-50-anos-esquecida.shtml>.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Edarte, 1971.
- FERRAZ, Geraldo. “Falta o depoimento de Lucio Costa: quem é o pioneiro da arquitetura moderna brasileira”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 de fev, 1948, p. 2 Disponível em: <https://bit.ly/3Kvwwl8>.
- GORELIC, Adrián. “O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização”. In: MIRANDA, Wander Melo. *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 1999, p. 55-80.
- LAFETÁ, João Luís. “Estética e Ideologia: O Modernismo em 1930”. In: *Revista Argumento*, ano 1, n. 02, 1973.
- MANRIQUE, Jorge Alberto. Identidad o Modernidad in BAYON, Damián. América Latina en sus Artes. México: Unesco/Siglo XXI. 1974. pp. 19-33.
- MARTINS, Carlos A. Ferreira. “Identidade nacional e Estado no projeto modernista. Modernidade, Estado e tradição”. In: GUERRA, Abílio. *Textos Fundamentais sobre História da Arquitetura Moderna Brasileira – parte 1*. São Paulo, Romano Guerra, 2010. pp. 279-298
- MARTINS, Carlos A. Ferreira. *Arquitetura e Estado no Brasil. Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil. A obra de Lúcio Costa 1924/1952*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH USP, 1987.
- MARTINS, Luciano. *La genèse d’une intelligentsia: les intellectuels et la politique au Brésil, 1920-1940*. Paris, Centre d’Etudes des Mouvements Sociaux, 1986.
- MAURICIO, Jayme. “Semana de Arte Moderna segundo São Paulo”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 5-6 de junho de 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=31014&url=http://memoria.bn.br/docreader#.
- WISNIK, José Miguel. “A semana de 22 ainda diz muito sobre a grandeza e a barbárie do Brasil de hoje”. Caderno Ilustríssima, *Folha de S.Paulo*, 12 de fev. de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/02/semana-de-22-ainda-diz-muito-sobre-a-grandeza-e-a-barbarie-do-brasil-de-hoje.shtml>.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB. 1982.

A CONTRIBUIÇÃO DE NELSON WERNECK SODRÉ À HISTORIOGRAFIA NOS 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Vitor Eduardo Schincariol

Introdução¹

A autoconsciência universal é a consciência afirmativa do eu num outro eu.
Hegel, *A Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, 1830.

Muito se pesquisou sobre a obra do historiador brasileiro Nelson Werneck Sodré (1911-1999) nos últimos anos, mas esses estudos estão, em geral, disseminados em publicações esparsas e/ou periódicos de circulação limitada. Vários intelectuais já chamaram a atenção para a importância da obra de Sodré, mas muitos estão isolados num meio acadêmico que, desde

¹ Agradeço a Muryatan Santana Barbosa por ler e comentar uma versão anterior deste texto. Agradeço a ele e também a Wilson do Nascimento Barbosa, Marcos Silva e Olga Sodré por responderem gentilmente a perguntas relacionadas a vários aspectos da obra de Sodré, sua vida pessoal e o pensamento social brasileiro. Eventuais erros são de minha inteira responsabilidade.

o fim da União Soviética (1991), revogou qualquer menção aos que outrora se comprometeram com o socialismo e, em particular, com o marxismo-leninismo. A ausência de menções nas principais revistas brasileiras, bem como a falta de novas edições das obras de Sodré pelas principais editoras acadêmicas e privadas, tem sido a norma. Esse quadro não é compatível com a importância da contribuição de Sodré para a historiografia e interpretação histórica do Brasil, particularmente na efeméride de 200 anos de independência do Brasil – fenômeno que atraiu a atenção de Sodré como investigador.

Dada a gama de temas trabalhados pela obra de Sodré, é impossível abordá-los e avaliá-los em um único texto; essa avaliação, de fato, já foi minuciosamente feita pela historiografia brasileira (ver, por exemplo, CUNHA, 2000; CUNHA e CABRAL, 2006; SILVA, 2001 e 2008; NETTO, 2011; SODRÉ, 2019). Diante disso, nesse momento em que se celebra e/ou se reavaliam os 200 anos de independência do Brasil, seria proveitoso resumir algumas das contribuições de Sodré à historiografia, mostrando como Sodré adotou e aplicou o materialismo histórico para a interpretação de uma nação que definiu como colonial até 1822 e depois neocolonial. Partindo das principais obras de Sodré, referências relacionadas e também da pesquisa em seu arquivo pessoal nos arquivos da Biblioteca Nacional do Brasil, este capítulo faz um breve panorama da interpretação de Sodré sobre a história brasileira, especialmente no período posterior a 1822, destacando algumas questões que podem ter um interesse mais amplo para a pesquisa histórica atual.

Esboço biográfico

A trajetória intelectual de Sodré foi bem descrita e detalhada por ele ao longo de várias e extensas obras autobiográficas (SODRÉ, 1967; 1970; 1990). Esses livros refletem uma aplicação do materialismo histórico na compreensão da trajetória dos indivíduos. Pela quantidade de detalhes trazidos à luz e pelo fato de o autor ter presenciado alguns dos principais acontecimentos históricos do período, ao lado de muitas figuras políticas importantes, essas obras servem também como uma introdução à história brasileira contemporânea. Sodré entrou para o exército em 1924 e passou a maior parte de sua vida adulta como membro das Forças Armadas brasileiras. Exerceu diversos cargos, em diversas regiões do país, lecionou em colégios militares oficiais e também exerceu a função de jornalista – principalmente como crítico literário. De fato, paralelamente à sua atuação na história, ele se destacaria como um especialista em literatura brasileira

– suas várias edições da *História da literatura brasileira* aplicaram o materialismo histórico, sob a influência de G. Lukács, a uma interpretação das mudanças na literatura brasileira desde os tempos coloniais. Sodré foi promovido a general na década de 1960.

A obra do chamado ‘General do Povo’ descreve com detalhes sua gradual saída de posições moderadamente conservadoras, primeiro sob a influência mista de positivismo, naturalismo e evolucionismo, em direção ao nacionalismo democrático e depois ao marxismo, no Brasil da Segunda Guerra Mundial². Independência nacional, mudanças estruturais e democratização com participação popular tornaram-se os princípios gerais que nortearam as perspectivas políticas de Sodré ao longo de sua maturidade intelectual. É preciso dizer que essa plataforma política incluía não apenas ele, mas toda uma geração, dentro e fora das Forças Armadas (para uma discussão, ver CUNHA, 2002; CUNHA e CABRAL, 2006). Ao longo dessas linhas, o período do pós-guerra (1945) intensificou de sua atividade política, como visto por sua defesa do regime democrático contra as várias tentativas de golpe no Brasil entre 1945-64, por sua defesa da nacionalização da produção de petróleo e suas críticas ao imperialismo dos Estados Unidos.

No final da década de 1950, Sodré ingressou no recentemente criado Instituto Brasileiro de Estudos Superiores (ISEB). Aproveitando o fértil clima intelectual do instituto, as pesquisas de Sodré foram intensificadas, levando à publicação de algumas de suas obras mais importantes, como *Introdução à Revolução Brasileira* (1978), *A Ideologia do Colonialismo* (1961), *Formação Histórica do Brasil* (1962), *Quem é o Povo no Brasil* (1962), *Quem Matou Kennedy* (1962, reeditado como *A Marcha para o Nazismo*, 1989b) e *História da Burguesia Brasileira* (1964).

Um dos principais esforços de Sodré foi argumentar que o Brasil estava evoluindo gradativamente do colonialismo português, após o processo de independência política – que, segundo ele, não se iniciara em 1822, mas antes, nas lutas de contestação do século XVIII –, para uma nação soberana ao longo do tempo. Supostamente, sua geração vivia esse processo ainda incompleto, que deveria ser concluído com uma revolução nacional e reformas estruturais para superar o imperialismo ocidental e os vestígios feudais que ainda existiriam no interior do país. A revolução nacional brasileira seria assumida por todas as classes sociais com interesses comuns no crescimento autônomo da economia

2 Ver relato do próprio Sodré sobre suas mudanças intelectuais em Sodré, 1970.

brasileira no que diz respeito à dominação e exploração estrangeiras. Como ele observou em uma passagem famosa de *Quem é o Povo no Brasil*:

Quais as classes sociais interessadas na gigantesca tarefa progressista e revolucionária com que nos defrontamos? Parte da alta, média e pequena burguesia, a parte de cada uma desligada de associação, compromisso ou subordinação ao imperialismo; o proletariado; o semiproletariado e o campesinato, com a participação ativa na medida da consciência política que apresentem os seus componentes. *Povo*, no Brasil hoje, assim, é o conjunto que compreende o campesinato, o semiproletariado; a pequena-burguesia e as partes da alta e da média burguesia que têm seus interesses confundidos com o interesse nacional e lutam por este. É uma força majoritária inequívoca. Organizada, é invencível. Para organizá-la, entretanto, para permitir que seus componentes tomem consciência da realidade, superando o concentrado bombardeio da propaganda imperialista [...] faz-se indispensável o regime democrático, de liberdade de pensamento, de reunião e de associação. Estão excluídos do *povo*, pois, nessa fase histórica, e agora para sempre, enquanto classes, os latifundiários, a alta burguesia e a média comprometidos com o imperialismo, como os elementos da pequena-burguesia que o servem (SODRÉ, 1962, p. 37-38).

O golpe militar de 1964 acabou com essa perspectiva otimista e de certa forma bastante esquemática de unir capital e trabalho contra a dominação estrangeira e levou à prisão de Sodré, então já um estimado general e historiador. Suas obras, particularmente a nova abordagem da história brasileira chamada *Nova História* (a nova interpretação da história brasileira tal como cultivada no ISEB por Sodré e seus alunos) foi acusada pelo governo militar de “instigar o ódio de classe, racial e religioso”.³ De fato, os golpistas perseguiram ou prejudicaram quase todos os intelectuais, marxistas ou não, envolvidos com a luta nacionalista e social antes de 1964 (como Celso Furtado, Paulo Freire, Josué de Castro, além de muitos do ISEB). Após sua libertação, Sodré continuou a estudar e pesquisar, analisando as causas do golpe de 1964 e da ditadura militar, a derrota das forças nacionalistas e a política econômica do governo, além de realizar estudos historiográficos mais aprofundados como *As Raízes da Independência* (1965), *História da Imprensa no Brasil* (1966), *Vida e morte da ditadura – 20 anos de autoritarismo no Brasil* (1984a), *Contribuição à História do PCB* (1984b), e vários outros livros.

3 Para detalhes sobre essas acusações, ver os arquivos de Sodré mantidos pela Biblioteca Nacional (a partir de agora, Arquivos de Sodré), disponíveis em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>, particularmente 32,02,010 n.080 – Manuscritos. Ver também o próprio relato de Sodré em *A História da Nova História* (1987).

O período entre 1968 e 1979 foi particularmente duro no Brasil, com a ditadura aumentando a repressão não só contra os grupos guerrilheiros remanescentes, mas também contra membros do Partido Comunista Brasileiro, que haviam decidido não enfrentar militarmente o governo (linha endossada por Sodré).⁴ O fantasma das revoluções nacionais em Angola e Moçambique, bem como o fim do regime de Salazar em Portugal, levaram a ditadura militar no Brasil a uma nova onda de repressão a partir de 1974. A linha política do PCB não impediu a morte de quase metade dos membros de seu comitê central, bem como de vários outros membros do partido. Nesse contexto altamente adverso, Sodré manteve atividades e contatos políticos como pôde, ajudando também as vítimas da repressão política.⁵ Manteve sua incansável disciplina, publicando obras inéditas, que impressionavam tanto pela quantidade quanto pela qualidade, como *Introdução à Geografia* (1977); editou material didático para divulgação de clássicos do materialismo histórico (como compilações como *Fundamentos da Economia Marxista*, *Fundamentos da Estética Marxista* etc., todos editados pela Editora Civilização Brasileira de Ênio Silveira); também reeditou outras obras, como *História da Literatura Brasileira* (várias edições) e *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*, obra cujas sucessivas edições analisaram tanto obras clássicas quanto obras menos conhecidas (aparentemente a última edição é de 1988). Erudição e inovação marcaram a obra de Sodré à luz das perspectivas conservadoras, místicas ou mesmo racistas nas ciências sociais brasileiras até a primeira metade do século passado (para um breve, mas excelente resumo das tendências filosóficas no Brasil no período, ver CRUZ COSTA, 1962; apesar de certos preconceitos ideológicos, a obra de MARTINS [1978 e 1996] também é uma referência útil). No entanto, sua proximidade com o Partido Comunista Brasileiro e seu envolvimento com a luta nacionalista e anticolonial⁶ foram uma barreira para uma penetração mais ampla de seus livros nas universidades, então uma instituição amplamente elitista no Brasil. Essa condição foi particularmente reforçada em São Paulo, onde sua principal universidade (Universidade de São Paulo) foi marcada em seu início pela oposição às políticas nacionalistas apoiadas pelo ISEB (descrito como

4 Na quinta edição de *Introdução à Revolução Brasileira* (1978), assim como em outras obras, Sodré refletiu criticamente sobre os movimentos guerrilheiros, argumentando que o Brasil não estava maduro para o socialismo e que a revolução nacional com as chamadas frações progressistas da burguesia não deveria ser dele excluído; ver Sodré, 1978, p.247.

5 Ver, por exemplo, os arquivos de Sodré, 32.02.010 n. 139 – Manuscritos. Sobre o esforço de Sodré na organização da resistência política contra a ditadura, ver, por exemplo, carta do poeta Ferreira Gullar em 1975 (Arquivo de Sodré, 32.02.010 n.069 – Manuscritos).

6 Isso incluiu convites como o enviado pelo eminente historiador soviético E. M. Zhukov para participar do evento “A Grande Revolução de Outubro e os movimentos de libertação nacional”, que ocorreu em Baku em 1967. Ver Arquivos de Sodré 32,02,010 n.057 – Manuscritos.

‘populista’; para uma discussão ver DOS SANTOS, 2005)⁷. No entanto, as obras de Sodré foram amplamente publicadas e lidas no Brasil até o final da década de 1980. Continuou a ser personagem central da vida intelectual do país nos anos seguintes, como demonstram sobretudo as muitas cartas que recebeu de admiradores, convites para palestras, bem como reedições contínuas de suas obras.⁸ O fim do chamado ‘socialismo real existente’ e o advento do neoliberalismo no Brasil desencadearam um revisionismo histórico que injustamente afastou a obra de Sodré dos holofotes. O papel da história das ideias é, portanto, remediar esses apagamentos perversos da memória eventualmente causados por mudanças políticas. O marco dos 200 anos de independência política do Brasil em 2022 reforça esse convite para revisitar a obra de Sodré.

Da independência formal à crítica ao colonialismo e à busca pela soberania intelectual

Foi uma preocupação permanente do ISEB a de buscar uma interpretação da tradição cultural europeia a partir do ponto de vista nacional. As raízes intelectuais dessa perspectiva podem ser encontradas nas obras de Pereira Barreto, Silvio Romero, Alberto Torres, Euclides da Cunha e outros autores influenciados pelo positivismo e evolucionismo no final do século XIX⁹. Essa abordagem, que foi então definida pelo sociólogo brasileiro (e também ex-membro do ISEB) Alberto Guerreiro Ramos como a chamada ‘redução sociológica’, levou a uma quantidade considerável de debates epistemológicos (ver RAMOS, 1965). A tentativa de reduzir ou adaptar as tradições sociais e filosóficas europeias ao estudo do Brasil foi considerada por alguns críticos como não sendo científica. No entanto, segundo os isebianos, esse ponto de partida explícito era a única forma de evitar a imitação, a alienação e o chamado transplante cultural no campo das ciências sociais. Algumas dessas tentativas partiram de premissas fenomenológicas e existencialistas, como as feitas por Guerreiro Ramos (1965). Outros readaptaram noções hegelianas – como a luta entre escravos e senhores e a alienação (particularmente da *Fenomenologia do Espírito*) – para a emergência política da periferia, como Álvaro Vieira Pinto (1960). Alguns deles encaminharam-se para a chamada abordagem estruturalista, como a cultivada na Comissão Econômica

⁷ Isso incluiu críticas marxistas ao ISEB. Ver, por exemplo, Ianni, 2004; para uma crítica bem conhecida, ver Toledo, 1982.

⁸ Conferir os arquivos de Sodré em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>.

⁹ Ver Cruz Costa, 1962 para uma discussão; para referências gerais ver também Martins, 1978.

para a América Latina e o Caribe¹⁰. A ‘redução sociológica’ pôde tomar muitos caminhos diferentes.

Sodré estava bem ciente dessa discussão. Mas como historiador evitou a influência das filosofias (muitas vezes esotéricas) existencialistas e fenomenológicas, então ainda em voga, optando pelo materialismo histórico e sobretudo pela sua versão leninista, visto que a questão principal para este também chamado “marxismo oriental” não era para “promover o declínio do aparelho de Estado, mas algo bem diferente: como evitar o perigo da submissão colonial ou neocolonial e como superar o atraso em relação às nações industrializadas mais avançadas”.¹¹ Sodré foi um dos que no Brasil, ao adotar o materialismo histórico, contribuiu para superar as perspectivas idealistas, conservadoras e até racistas-reacionárias do pensamento europeu e suas manifestações no Brasil. No entanto, o próprio materialismo histórico deveria ser adaptado às áreas periféricas, tarefa iniciada por Lênin e que deveria ser aprofundada por todos os intelectuais comprometidos da periferia capitalista. Particularmente, essa abordagem seguia as linhas da Terceira Internacional Comunista (Comintern): as lutas de classes deveriam ser conduzidas em consonância com a libertação nacional do imperialismo, assumida como a principal contradição a ser superada.

A observação diária mostra como os valores norte-americanos dominam ou influenciam decisivamente todos os aspectos da cultura no Brasil, um processo que deve ser interrompido se os brasileiros ainda sonham em se tornar uma nação verdadeiramente independente. O processo de criação progressiva de uma cultura nacional e autêntica no Brasil, que Sodré ajudou a analisar, está sendo ainda mais revertido sob as atuais tecnologias que padronizam os valores dominantes ocidentais. Nesse sentido, o esforço de Sodré em recontar a história da cultura no Brasil e, particularmente, de seus elementos mais originais e autênticos ainda é um importante projeto intelectual e político.¹² A esse respeito, ainda vale revisar *A Ideologia do Colonialismo*, de Sodré, publicada pelo ISEB em 1961. A obra debateu aspectos ainda relevantes, particularmente no campo das ciências sociais contemporâneas, relacionados em termos mais amplos à necessidade permanente de adequação da ciência e do conhecimento ocidentais por parte daqueles que realizam pesquisas científicas nos países satélites. Ao mesmo tempo, a obra

10 Como Celso Furtado, que mantinha vínculos pontuais com o ISEB; ver Furtado, 1976 [1970].

11 “A Oriente e in pratica in tutti i paesi dove i comunisti avevano conquistato il potere, per la dirigenza politica il problema prioritario non era quello di promuovere il «decadimento dell’apparato statale», bensì un altro ben diverso: in che modo evitare il pericolo dell’assoggettamento coloniale o neocoloniale e in che modo quindi colmare il ritardo rispetto ai paesi industrialmente più avanzati?” (Losurdo, 2017, p.13).

12 Para outras contribuições à história da literatura, cultura e imprensa no Brasil, ver Sodré, 1966, 1990 e 1999.

avalia a criação progressiva de uma literatura nacional, parte essencial da cultura de qualquer povo, literatura que havia ganhado um impulso indiscutível com a declaração de independência em 1822.

A Ideologia do Colonialismo traça uma análise do chamado transplante cultural nas condições coloniais e neocoloniais, isto é, anteriores e posteriores aos processos de independência política que marcaram, no caso, a América Latina no século XIX. Mais especificamente, a obra analisou “os reflexos no pensamento brasileiro de uma ideologia elaborada pela expansão colonial europeia desde o século XVI” (SODRÉ, 1961, p. 8). Mais especificamente, argumentou que houve uma evolução progressiva, embora contraditória e ainda incompleta, da ideia do Brasil como uma entidade nacional soberana. Isso por meio das obras de Azere-do Coutinho, José de Alencar, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana. De fato, este trabalho sobre a história do pensamento político brasileiro foi elaborado de acordo com a noção isebiana de uma fenomenologia da consciência brasileira, cujo ponto de maturação havia sido dado em 1822. Sodré afirmou que a obra de cada autor, apesar de seus manifestos limites em termos políticos ou econômicos, ajudava a fazer avançar a ideia de que o Brasil poderia progredir e tornar-se uma grande nação (SODRÉ, 1961, p. 12).

Conforme observado, esse progresso não deveria ser linear e automático, estando sujeito a regressões como as observadas na obra de Oliveira Viana. Esse autor, outrora admirado pelo jovem Sodré¹³, era o mais jovem dos autores analisados, mas aquele que, segundo a interpretação de Sodré, implementava deliberadamente uma interpretação colonialista e racista da história brasileira. Isso ocorreria, Sodré argumentou, devido a uma reação contra o próprio declínio do colonialismo face ao crescente sentimento nacionalista no Brasil. Segundo Viana, influenciado por Gobineau, Le Bon, Ratzel, Le Play e autores afins, a população colonial brasileira estaria dividida entre uma suposta aristocracia ariana superior e o resto da população miscigenada. Nesse sentido, Sodré fez uma análise devastadora das afirmações pseudocientíficas de Viana de que o progresso no Sul do Brasil haveria ocorrido pela obra dos arianos, e de que o declínio no Nordeste deveria resultar da predominância de negros e mestiços entre a população. Assim, Viana foi definido como talvez o teórico mais empenhado do fascismo indígena (SODRÉ, 1961, p. 259).

Comentando os motivos pelos quais José de Alencar – monarquista declarado e defensor da escravidão no primeiro século da independência do Brasil

13 Ver *Memórias de um Escritor* (Sodré, 1970) e o Arquivo de Sodré na Biblioteca Nacional.

– havia escolhido os índios brasileiros como protagonistas de sua literatura nativista, Sodré observou:

A valorização do negro, realmente, nunca chegou a merecer a atenção dos nossos escritores – e com muito mais forte razão não poderia impressionar um homem dos meados do século XIX que morreu antes que o movimento abolicionista ganhasse corpo. Pertencendo a uma classe que condicionava a posição do negro a uma inferioridade irremissível, os escritores do tempo não podiam fazer dele o suporte natural de um movimento nativista no plano literário. A atividade literária, no Brasil do tempo de Alencar, estava estreitamente condicionada à classe dominante, de senhores de terra e de escravos. Valorizar o negro corresponderia entrar em conflito com tais origens. [...] Não seria possível valorizar o trabalho numa sociedade escravocrata e latifundiária, em que a diferença estava, justamente, na situação superior dos que não trabalhavam, mas apenas usufruíam (SODRÉ, 1961, p. 54-55).

A citação mostra um exemplo da fusão analítica de Sodré da história do Brasil e da história de sua literatura, onde a análise de classe não se desvinculava das relações raciais. Ao mesmo tempo, é possível perceber que o que viria a ser posteriormente definido como a análise da dependência já foi discutido pelo autor (as raízes teóricas da abordagem da dependência vêm, como sabemos, da Terceira Internacional [1919-1943]). Ao definir o colonialismo, Sodré observou:

Por ideologia do colonialismo se entende, aqui, o conjunto de ideias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar sua denominação [sic]¹⁴ sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, gerindo-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles. Surgiu e cresceu com a fase mercantilista e consolidou-se com o acabamento do processo que colocou o capitalismo como modo de produção predominante, desembocando na fase imperialista a que assistimos. Sumariamente, tal ideologia reunia tudo o que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização. [...] Pela difusão dessa ideologia nas áreas coloniais, tornando suas elites intelectuais suportes de sua vigência, responde a estrutura social nelas dominante, quando a classe senhorial tinha

¹⁴ Provavelmente “dominação”.

os seus interesses profundamente associados, ainda que subsidiários, da classe que emergira vitoriosa no processo histórico que culminou com a Revolução Industrial (SODRÉ, 1961, p. 133).

De fato, as premissas subjacentes à análise da dependência já foram discutidas por Sodré e outros intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora isso seja frequentemente ignorado pela literatura.

História e revolução nacional

Impressiona o volume da obra acumulada do historiador, e a variedade de assuntos por ele abordados. Sodré era de fato um polímata. É verdade que quantidade não significa necessariamente qualidade, mas no caso dele essa afirmação não se sustenta. Sodré realmente se esforçou por elaborar uma análise histórica baseada na abordagem interdisciplinar que o materialismo histórico poderia oferecer. Sempre conheceu as fontes primárias, as referências clássicas, as obras específicas e monográficas relacionadas a cada aspecto do tema da pesquisa. Ele citou sistematicamente aqueles que investigaram antes, e então deu sua contribuição ao que já era conhecido de acordo com suas premissas metodológicas sempre explicitadas. Seu estilo é sempre claro; preocupava-se em ser compreendido: criticava o obscurantismo tanto na ciência quanto na literatura (ver SODRÉ, 1965). Não foi um especialista neste ou naquele período, sendo talvez um dos últimos historiadores ‘totalizantes’ do Brasil, que desapareceram face à especialização na pesquisa social. Sua principal preocupação foi de fato a história do Brasil à luz da história moderna, desde o período colonial até a contemporaneidade, em seus diversos aspectos (social, econômico, cultural). Aspectos monográficos só importariam se ajudassem a iluminar os principais contornos históricos (de maneira dialética, isto é, o universal revelando-se no particular e o particular refletindo o universal). Pode-se imaginar que esse estilo de trabalho exigia treinamento teórico, disciplina e tempo. Devemos admitir que sua prática nos dias de hoje é certamente tarefa difícil, se não impossível.

Diante disso, vale a pena retomar os principais elementos e hipóteses da abordagem histórica de Sodré da história brasileira, tendo o processo de independência de 1822 um marco fundamental. Assim, o Brasil seria resultado da expansão comercial da Europa na era mercantilista; não seria uma entidade autônoma, com seu próprio modo de produção – como uma vez afirmou Gorender (1980) com seu chamado “modo de produção da escravidão colonial”. Os

escravos indígenas e africanos eram a principal fonte de mão de obra e o modo de produção é marcado pela escravidão, embora a legislação colonial houvesse trazido evidentes marcas feudais (SODRÉ, 1962, p. 81). A produção principal, a partir da cana-de-açúcar exportada por comerciantes portugueses ou autorizados pela Coroa, seria a base da produção do excedente econômico, a proibição das manufaturas expressando o caráter colonial e submisso das relações com Portugal.

De acordo com Sodré, as chamadas “regressões feudais” eventualmente haveriam ocorrido quando a escravidão declinou, particularmente nas partes interiores do território.¹⁵ O Nordeste foi a região mais importante, sendo sua expansão seguida pelo Sudeste, Norte, Sul e depois Centro, com extração de ouro. A Revolução Industrial na Inglaterra pressionou o monopólio português do comércio colonial; a independência política fora de fato no bojo das Guerras Napoleônicas. Os interesses econômicos ingleses haveriam dominado o lado externo do processo de independência. Por meio da noção de conflito de classes, Sodré estudou a composição e os objetivos das forças nacionais em comparação com as estrangeiras durante o chamado processo de independência entre 1808-1822. Ele observou em seu clássico *Formação Histórica do Brasil*, finalizado no início da década de 1960 (a edição aqui usada é a 11ª, de 1982):

As forças internas, de seu lado, não podiam abrir mão do trabalho escravo. Ele representava ainda umas das peças fundamentais da estrutura brasileira de produção. [...] As forças internas, isto é, a classe senhorial dominante, estava interessada no comércio livre, mas não estava interessada no trabalho livre. As forças externas estavam interessadas em ambos. A contradição aqui, no entanto, não era a principal. A contradição principal era a que separava a classe dominante colonial da Metrópole que detinha os lucros do monopólio do comércio. Permanecendo principal, esta contradição tornar-se-ia a base de um acordo entre as forças externas e as forças internas interessadas na eliminação no regime de monopólio. Permanecendo secundária, a contradição referente ao tráfico negreiro e ao trabalho escravo prolongar-se-ia por quase todo o século XIX, gerando sucessivos atritos entre as forças internas e as forças externas (SODRÉ, 1982, p. 173-174).

15 Essa hipótese da chamada “regressão feudal” em algumas áreas do território, bem como da permanência das “relações feudais” no Brasil moderno (até a década de 1950, aproximadamente) foi muito criticada. Infelizmente, isso deu origem a violentas disputas teóricas entre historiadores brasileiros de esquerda (ver, por exemplo, Gorender, 1980 e a resposta em Sodré, 1985), embora Sodré sempre tenha afirmado que a ideia de uma “regressão feudal” era uma hipótese que deveria ser investigada por pesquisa histórica factual. De todo modo, a transformação econômica e as mudanças nas relações de trabalho na agricultura brasileira reduziram a importância teórica da hipótese da “regressão feudal”, tornando-a uma questão de pesquisa historiográfica não claramente ligada à economia política.

As classes dominantes brasileiras lutaram como puderam para construir um Estado nacional e preservar a escravidão ao longo do século XIX. Eles desafiaram a Inglaterra a manter tanto quanto possível as condições coloniais vigentes no que diz respeito ao regime de escravidão. Em outras palavras, a construção do Estado no Brasil esteve atrelada à preservação da escravidão, fato histórico que lhe confere seu caráter atrasado particular mesmo para os padrões latino-americanos. No entanto, o desequilíbrio entre o poder superior da Inglaterra para impor o fim do tráfico negreiro e o poder dos proprietários de terras brasileiras para manter a oferta de escravos levaram ao aumento dos preços da mão de obra escrava; isso, associado à baixa natalidade entre os escravos e à estagnação das exportações, haveria levado à estagnação das taxas de retorno e mesmo à crise da escravidão (seguindo os *insights* de Sodré, o estudo desse processo foi enriquecido pela abordagem econométrica de Wilson do Nascimento Barbosa (1994), em seu *A Crisálida – Aspectos histórico-econômicos do fim da escravidão no Brasil*).

Por sua vez, o fim da escravidão no Brasil haveria provocado uma importante mudança superestrutural na organização política do país: o fim da monarquia e o advento da república. Segundo Sodré, a escravidão fora corroída “de ambos os lados”: por um lado, ao enfrentar o declínio econômico, transformou-se em regressão feudal (feudalismo aqui significa principalmente isolamento econômico e dependência pessoal dos camponeses aos senhores de terra). Por outro lado, nas regiões onde o café e outros produtos foram disseminados e as exportações dispararam, como São Paulo, as relações salariais superaram a escravidão de forma progressiva, sobretudo pelo influxo maciço da imigração branca do sul da Europa (SODRÉ, 1976, p. 159). O regime monárquico, que era a expressão política dos senhores de escravos, tornou-se uma contradição para com o surgimento da burguesia cafeeira do Sudeste, mais capitalista. “O antiquado aparato do Estado, um grande trambolho, não correspondia mais à realidade econômica, social e política.” (SODRÉ, 1989, p. 75). É por isso que a Monarquia acabou também com a extinção da escravidão: as mudanças na infraestrutura econômica determinaram a nova forma de Estado.

No entanto, o novo regime republicano haveria sido apenas o início da peculiar “revolução burguesa” no Brasil, que viria a ser diferente da via “clássica”. De fato, o advento da República em 1889, e o regime político que lhe correspondeu, haveria sido, do ponto de vista interno, o resultado de um longo processo de luta contra a monarquia, tendo as suas raízes no período colonial. Isso incluiu os militares e seu papel progressivo na fundação da República. No entanto, as relações feudais, latifundiárias, importadoras e todos os outros in-

teresses econômicos vinculados a interesses estrangeiros não haveriam sido eliminados pela Nova República, cujo advento coincidiu parcialmente com a era do ápice do imperialismo (1889-1930). A República estaria então condicionada externamente pelas condições imperialistas impostas pelas nações dominantes, sendo um arranjo político mais versátil para “acomodar uma estrutura econômica ainda profundamente neocolonial” (SODRÉ, 1989, p. 77).

Uma ruptura mais qualitativa com o passado, embora ainda incompleta segundo Sodré, seria marcada pelo advento do regime de Vargas (1930-1945), sob os impactos da crise econômica de 1929. Isso levou a uma nova divisão dentro das classes dominantes, com o advento de uma nova aliança entre classes médias, pequena burguesia – incluindo os Tenentistas no Exército – e frações regionais da alta burguesia interessadas em novas mudanças. Isso fora possível, segundo Sodré, pela desordem da dominação neocolonial e o enfraquecimento da chamada aristocracia cafeeira em São Paulo e Minas Gerais. Assim, a chamada Revolução de 1930 iria promover a “revolução burguesa” em condições neocoloniais, um processo essencialmente diferente se comparado com a via “clássica” na Europa. Isso porque a burguesia no Brasil, “aterrorizada pelo poder da classe trabalhadora”, voltaria a “recuperar sua unidade original após divisões transitórias” (SODRÉ, 1988, p. 83-87) em 1937 (ditadura do Estado Novo, de 1937-1945). Portanto, mesmo após as mudanças transitórias e eventualmente relevantes trazidas por Vargas, não haveria aliança exclusiva entre as frações progressistas da burguesia e a classe trabalhadora. Todas aquelas frações das classes dirigentes ligadas à propriedade fundiária, ao comércio importador e às empresas estrangeiras mantiveram uma parcela do poder político nesse processo, e isso haveria impedido que a “revolução burguesa” chegasse às suas “conclusões lógicas”, ou seja, a eliminação dos chamados (e supostos) vestígios feudais e da dominação imperialista.

No entanto, Sodré também chamou a atenção para o fato de que esse rearranjo nas diferentes frações dos grupos dominantes não impediu uma mudança substancial em termos de acumulação de capital no período, por meio do chamado processo de substituição de importações. Isso foi permitido pela liberdade de movimento dada pelo conflito interimperialista entre 1939-1945. Essa maior “capitalização” da economia doméstica desde 1930 haveria ocorrido sem eliminar completamente os “vestígios feudais” e outros interesses sociais ligados ao imperialismo. Por isso, o regime de Vargas configuraria um processo limitado em termos de consolidação nacional, tal como a Independência de 1822, que deveria ser aprofundado ao longo dos anos subsequentes.

Apesar de todos os esforços posteriores a 1945 para aprofundar o processo de consolidação e industrialização nacional, inclusive por parte do então eleito Getúlio Vargas (1950 a 1954), o processo de uma “revolução burguesa” não pôde ser consolidado. O golpe de 1964 eliminou novos atritos entre as classes dominantes e o destino do Brasil oscilou sob as forças motrizes de uma unidade imperialista agora restaurada a partir da década de 1960, bem como a de uma nova unidade das classes dominantes brasileiras, superando os conflitos ocorridos em 1930, 1932 e 1945. Adicionalmente, registre-se que estas são noções históricas úteis que ajudam a entender os limites da industrialização brasileira até agora.

Quem é o povo no Brasil?

Como a questão nacional estava no centro das preocupações de Sodré, algumas palavras adicionais podem ser acrescentadas sobre tal, agora olhando mais de perto a definição de povo dada pelo autor. Como já mencionado, Sodré foi criticado por apoiar uma revolução nacional que unisse burguesia e proletariado contra os vestígios feudais e o imperialismo, no que ele definiu como sendo o segundo tipo de revolução burguesa – o primeiro fora a inglesa, a francesa e casos semelhantes. A historiografia fez pesadas críticas à hipótese de supostas regressões feudais ou mesmo aspectos feudais na história brasileira, incluindo o amigo de Sodré e um dos maiores historiadores brasileiros, Caio Prado Júnior (2004, [1966]). Críticas à noção de “feudalismo” como as também feitas por André Gunder Frank (1969) – quando ainda era marxista – argumentavam a favor de pular etapas em direção ao socialismo, já que o Brasil já haveria nascido sob um ambiente capitalista. A história brasileira após o golpe militar de 1964 mostra que nem as esperanças de Sodré de união de classes nem as de Gunder Frank, de uma revolução que queimasse etapas, foram alcançadas: a burguesia brasileira de fato não aceitou unir forças com os trabalhadores para organizar a independência nacional, e a resistência armada à ditadura militar também não atingira seus objetivos. Ao mesmo tempo, eventuais “vestígios feudais” foram varridos pela intensa concentração fundiária, êxodo rural e modernização capitalista na agricultura, inclusive oligopólios estrangeiros.

Pode-se argumentar, em uma defesa parcial da abordagem de Sodré, que a história contemporânea chinesa sugere que uma vez que uma revolução socialista tomasse o poder, a burguesia poderia ser mantida sob controle e “contribuir” para a consolidação nacional do imperialismo. Nesse caso, a principal questão política no Brasil e na América Latina não seria a de construir uma cooperação

prévia com a burguesia (o que também na China se revelou uma tarefa difícil), mas a incapacidade de organizar a revolução *independentemente* da cooperação com essa classe, ainda que no futuro eventualmente se contasse com tal. Isso restabeleceria, ao menos parcialmente, a busca por uma revolução nacional que não abrisse mão completamente da produção capitalista (como a necessária antes de atingir socialismo), assim como oficialmente na China e no Vietnã. Em todo caso, o debate não é tão simples quanto às vezes colocado por perspectivas radicais de uma ruptura definitiva com as relações capitalistas.¹⁶ Mas por que fora tão difícil organizar a chamada revolução nacional e consolidar o processo de independência formalmente iniciado em 1822? Esta é uma pergunta complexa. Vou me concentrar aqui na definição de povo de Sodré e sua relação com essa questão.

Em seu esforço para compreender a história nacional e propor um programa nacional que resolvesse as principais contradições do Brasil, vimos como Sodré desenvolveu uma definição particular do chamado povo brasileiro. Observou-se, porém, que Sodré não inseriu divisões raciais em sua definição. A categoria de povo sempre foi colocada em termos de classes sociais, ou seja, em termos de certas relações semelhantes dos indivíduos com relação aos meios de produção, e com seus (supostos) interesses comuns no desenvolvimento nacional, inclusive contra a dominação externa. Isso estava de acordo com a interpretação soviética do conceito de povo.¹⁷ No entanto, hoje é mais fácil ver que o racismo impediu que muitos que não estavam ligados ao imperialismo fizessem parte do povo; ao mesmo tempo, o racismo impedia muitos da classe trabalhadora de pertencer ao povo, no sentido de Sodré. Vamos avaliar essas proposições com mais detalhes.

Em primeiro lugar, deve ficar claro desde o início que Sodré sempre destacou os vestígios coloniais no Brasil em termos raciais. Ele criticou as abordagens hipócritas nas discussões acadêmicas e no senso comum, que afirmava que não havia racismo no país – o chamado mito da “democracia racial”. A chamada “autenticidade” brasileira, observou em *Introdução à Revolução Brasileira*, “só será

16 Sodré argumentou, como Fanon já o fizera também, que as novas nações libertadas do colonialismo na África e na Ásia não precisavam do estágio capitalista antes de alcançar o socialismo, dado que “não tendo capitalismo (mas apenas empresas imperialistas estrangeiras) elas não tinham motivos para passar por esta fase” (Sodré, 1978, p. 246). As nações africanas e asiáticas que emergiram do colonialismo representariam um “terceiro tipo de revolução burguesa, apenas viável pela existência e desenvolvimento do campo socialista internacional” (Sodré, 1978, p. 246). A tese é altamente discutível hoje, dada a dificuldade de realizar uma “acumulação primitiva socialista” em bases totalmente autônomas, na ausência do antigo campo socialista internacional.

17 Os teóricos oficiais soviéticos Rosental e Iudin definiram “povo” como um “grupo de indivíduos [comunidade de pessoas] que muda historicamente, formado por aquela parte da população [que inclui] escalões e classes, que por suas condições objetivas podem ser reunidas para resolver os problemas relacionados com o desenvolvimento revolucionário, progressivo, de uma dada nação, num dado período”. Ver *Dicionário de Filosofia*, Iudin e Rosental, 1972, p. 172-173.

alcançada pela valorização do negro e sua contribuição nos cruzamentos, pela reposição em termos de realidade do formidável e algumas vezes secular esforço efetivado pelo negro e seus descendentes” (SODRÉ, 1978, p. 161). Ao mesmo tempo, parece que Sodré sugeriu que essa valorização positiva do negro seria totalmente alcançada somente após a revolução nacional, quando “as relações de raça, num país de formação colonial como o nosso, que evolui para uma caracterização nacional, serão colocadas em seus termos exatos [...] até um instante em que ser negro, ou mestiço, entre nós, constitua uma circunstância [...] inteiramente despida de significação classificadora” (SODRÉ, 1978, p. 161). Mas o foco nas classes sociais em relação aos meios de produção bloqueou a introdução da diversidade étnica na definição lógica de povo. Ambas as noções permaneceram separadas. Mas as relações com os meios de produção são um aspecto fundante da sociedade que antecede as relações sociais baseadas na cor da pele? As áreas neocoloniais mostram que não.

Tomemos outra passagem de um dos livros mais interessantes de Sodré: *A Marcha para o Nazismo* (1989), uma versão estendida de *Quem matou Kennedy* (1962). No bojo do assassinato do presidente dos Estados Unidos, Sodré fez um estudo de suas eventuais razões, chegando ao capital monopolista e ao complexo industrial militar (em consonância com a abordagem de Paul Baran e Paul Sweezy) e toda infiltração neonazista disfarçada e não tão disfarçada no aparelho de Estado daquele país. Sodré sugere que esses atores se frustraram com as intenções de Kennedy de uma *détente* com a União Soviética e o fracasso em perder Cuba. Portanto, o complexo militar e industrial provavelmente haveriam sido os agentes por trás do assassinato em Dallas. Como sabemos, este é também o contexto da luta pelos direitos civis, sendo Kennedy apoiado pelo eleitorado negro. Sodré também discute esses eventos, pois eles poderiam ser também parcialmente responsáveis pela oposição conservadora ao mandatário democrata. E ao abordar o avanço da luta pelos movimentos de direitos civis, Sodré observou, em passagem reveladora: “a revolução norte-americana [sic] foi desencadeada pelos negros e claro não porque eram negros, mas porque eram trabalhadores” (SODRÉ, 1989, p. 67).

Assim, pode-se argumentar que a definição de povo em termos daqueles indivíduos que possuem certas condições semelhantes com relação aos meios de produção, mantendo ao mesmo tempo supostos interesses comuns contra a intromissão estrangeira, ignorou um ponto mais importante: os fortes laços entre os trabalhadores brancos, as classes dominantes brancas e o imperialismo, este fundamentalmente exercido por países de população majoritariamente branca –

Europa Ocidental e Estados Unidos – e dos quais se originaram tanto as classes dominantes quanto a grande imigração (branca) do final do século XIX. Esses laços poderiam ser tomados como um fato social – no sentido de Durkheim – e sua existência fundamental pode ser tão forte, e é frequentemente mais forte, do que os laços de classe – particularmente entre trabalhadores brancos e negros. Esse aspecto talvez não tenha sido tão determinante nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, com sua predominância negra, mas teve no Sul da nação um traço muito acentuado, depois da imigração branca no final do século XIX. Apesar dos aspectos positivos da imigração branca em termos puramente econômicos, ela também serviu para bloquear a consolidação nacional em termos étnicos, resultado que talvez tivesse sido alcançado mais cedo ou mais tarde sem a grande imigração branca. Diante do ambiente brasileiro predominantemente negro, a maioria dos imigrantes brancos tendeu a se unir às classes dirigentes brancas descendentes do colonialismo branco (português); muitos imigrantes brancos também ascenderam à chamada classe média ou mesmo tornaram-se parte da elite dirigente. O processo tendia a manter identificações tradicionais generalizadas com a Europa, dificultando, retardando – ou mesmo bloqueando – o surgimento de uma consciência brasileira que pudesse nascer mais facilmente com uma base étnica negra unificada. Esse aspecto da formação histórica brasileira é um dos elementos que impediu a consolidação nacional do Brasil como uma nação de fato unificada. Tal conflito que, diferentemente de como se apresenta na abordagem marxista, não pode ser reduzido às relações de classe, mas sim a fenômenos psicossociais muito mais primários – relativos ao da identificação étnica entre os indivíduos –, não seria passageiro. Infelizmente, como assistimos hoje, trata-se de um componente de longa duração.

Penso que, apesar da consciência de Sodré sobre o racismo e suas raízes no período colonial, a natureza desses eventos não foi claramente explorada em sua análise histórica do Brasil, sendo particularmente imprecisa sua definição de povo e sua relação com a formação da nacionalidade, à luz dos conflitos étnico-raciais que não podem ser reduzidos à noção de classes sociais. Novamente, não precisamos frisar que Sodré tem plena consciência de que “o conceito das raças puras, imunes, através dos séculos, a qualquer cruzamento, ou a ele refratárias, seja por imposição biológica, seja por imposição social, consiste numa evidente falsidade, que já não resiste à menor análise científica” (SODRÉ, 1978, p. 148). Mas, apesar de seu esforço para compreender as especificidades de uma nação que saiu da escravidão e as dificuldades que esse legado impôs à transformação social, Sodré acabou por considerar que as relações raciais são determinadas em

última instância pelas relações de classe, afirmação que não pode ser sustentada. Não há discussão sobre as contradições raciais entre a classe trabalhadora em *A História da Burguesia Brasileira* ou em obras semelhantes.

De fato, a história subsequente mostrou como os preconceitos raciais deixados pelo passado colonial, reforçados no caso do Brasil pela imigração branca, configurar-se-iam como um aspecto de longo prazo dessa formação neocolonial particular (Brasil), resistindo à mudança e até mesmo reagindo periodicamente a mudanças, sob diversas versões de um “fascismo colonial” ou “indígena” – 1937, o “Estado Novo” ditatorial de Vargas; 1947, revogação ilegal do PCB; 1955, tentativa de golpe contra Juscelino Kubitschek; 1962, implementação ilegal do regime parlamentar durante o governo João Goulart; 1964-1990, golpe militar contra João Goulart, ditadura militar e governos não eleitos até 1990; 2016, golpe contra Dilma Rousseff; 2018, eleição de Jair Bolsonaro. A questão é que as divisões étnicas, da relação entre os indivíduos no que diz respeito à cor da pele, têm um aspecto independente *per se*, e eventualmente mais importante em termos das identificações políticas do que as relações de classe. Trata-se certamente de um caso de “sobredeterminação”, nos termos de Althusser (para uma discussão atualizada desta categoria, ver LACLAU, 2018 [2005]).¹⁸

Este foi e continua sendo um problema mais grave para uma eventual consolidação nacional no Brasil no período que se seguiu à independência e à proclamação da república¹⁹, embora outras variáveis também devam ser consideradas, como: (i) a falta de apoio estrangeiro a qualquer processo revolucionário ou mesmo de mera autonomia; (ii) as atuais mudanças tecnológicas e de controle de massa; (iii) a unificação política dos países dominantes sob o guarda-chuva da OTAN, prevenindo brechas na dominação internacional, entre outros. De qualquer forma, não é nosso objetivo aqui esmiuçar em maiores detalhes esses complexos problemas. Pudemos apenas observar que, se algum papel positivo para a burguesia fosse mantido durante um eventual processo de libertação nacional – ao contrário do “terceiro tipo” de revolução burguesa, que exclui qualquer papel para ela –, a discussão de Laclau sobre o conceito de povo e populismo pode constituir um possível caminho para uma reconsideração teórica do argumento de Sodré. A defini o de povo de Laclau é muito mais plástica e capaz de evitar

¹⁸ A elite governante estava muito ciente das vantagens desse processo. “  muito importante estar atento a algo que n  agrada a muita gente: os imigrantes europeus que chegaram ao Brasil no final do século XIX foram escolhidos a dedo para branquear a na o” (Ianni, 1987, p. 139).

¹⁹ Wilson do Nascimento Barbosa – ex-aluno de Sodré no ISEB – chegou a esta conclusão pessimista no exílio após a derrota da resistência guerrilheira contra a ditadura militar, da qual participou (Barbosa, 2013, p. 142). Uma interessante discussão sociológica e historiográfica sobre as consequências da imigra o branca no final do século XIX pode ser encontrada em Ianni, 1987.

uma abordagem essencialista, sendo aí um povo composto por uma “articulação horizontal entre demandas equivalentes” (2005, [2018], p.352). Neste caso a definição poderia captar com mais realismo a intenção de definir um povo que não incluía trabalhadores racistas. Poderíamos então falar de um “povo” apenas se negros e brancos lutassem juntos por interesses comuns, contra o colonialismo interno, a exploração estrangeira, a alienação cultural e a depredação ambiental. O argumento certamente merece mais atenção, sendo o trabalho de Laclau sobre o conceito de populismo apenas uma sugestão que poderia ajudar a definir de forma mais realista uma definição de povo, necessária a um país politicamente independente.

Considerações finais

Ao contrário de muitos intelectuais que a partir de 1991 renunciaram a se compromissar com as ideias socialistas – sistema que era visto como etapa posterior ao processo de independência e consolidação nacional – Sodré buscou a coerência até o fim. Seus arquivos pessoais apresentam interessantes detalhes de sua vida ao longo de seus últimos anos, não mencionados por ele em suas autobiografias e ainda pouco explorados pela literatura. Ele apoiou a revolução nicaraguense contra a intervenção dos Estados Unidos e seu bloqueio econômico.²⁰ Foi solicitado por Fidel Castro, em carta pessoal, para se juntar a outros intelectuais e lideranças políticas latino-americanas para discutir os problemas econômicos da região – principalmente a crise da dívida externa – na década de 1980.²¹ Foi procurado por Anita Leocádia Prestes (filha de Luiz Carlos Prestes) para organizar um movimento popular de apoio a Erick Honecker²², combatente do nazismo e posterior presidente da República Democrática da Alemanha, quando foi preso pela polícia da República Federativa da Alemanha. Sodré também fez críticas abertas à nova ordem neoliberal em várias intervenções públicas (então publicadas como *A Farsa do Neoliberalismo*, 1997).

20 Ver carta do Embaixador da Nicarágua Adolfo U. Montoya agradecendo o apoio público de Sodré em 1989. Arquivo de Sodré 32.02.010 n.005 – Manuscritos.

21 Ver Arquivo Sodré 032.02.010 n.070 – Manuscritos.

22 Erick Honecker (1912-1994) foi membro do Partido Comunista da Alemanha na década de 1930 e organizador da resistência antinazista, havendo sido preso pelas Gestapo (polícia secreta nazista); foi posteriormente um dos criadores e organizadores da República Democrática da Alemanha, tornando-se Secretário Geral do Partido Socialista Unificado da Alemanha (*Sozialistische Einheitspartei Deutschlands* - SED) em 1971, cargo que ocupou até o fim do sistema socialista em 1989. O SED esteve à frente do poder político da República Democrática da Alemanha entre 1949 e 1989. Para o apoio de Sodré a Honecker, ver Arquivo Sodré 32.02.010 n.015 – Manuscritos.

Cruz Costa certa vez observou que “os brasileiros acreditaram por muito tempo que os livros de cultura europeia continham uma fórmula milagrosa e ideal. No que se refere ao ambiente local, os literatos não lhe deram atenção. Essa é também uma das contradições da história cultural do Brasil” (1962, p. 33). Nesse sentido, a obra de Sodré foi marcada pela preocupação de não apenas importar ideias e interpretar a nação por lentes estrangeiras. Ele e sua geração realizaram um importante giro epistemológico, o de adaptar a tradição europeia ao conhecimento do que era específico ao país, dialeticamente então contribuindo tanto para conhecê-lo melhor como para enriquecer a teoria.

Os fundamentos metodológicos dessa operação ainda se aplicam às nossas condições. Sodré particularmente buscava uma perspectiva não eurocêntrica da história brasileira que, segundo ele, somente a abordagem do materialismo histórico, e especialmente a de recorte leninista, poderia proporcionar de forma científica²³. Sodré encontrou no materialismo histórico as ferramentas metodológicas para essa empreitada, mas suas realizações de pesquisa transcendem o marxismo e interessam a todos aqueles que se preocupam com a soberania, a independência e o desenvolvimento do país. Sua pesquisa histórico-econômica analisou a regular descapitalização, desnacionalização e o desenvolvimento setorial desigual que marcam a economia brasileira. No nível cultural, ele mostrou como a análise econômica e política sofrem de “alienação nacional” e, portanto, de julgamento errôneo. Enfrentando o Brasil o atual cenário de estagnação permanente, desindustrialização consolidada e precarização das condições de trabalho, a perspectiva de longo prazo da análise histórica de Sodré também é útil em termos heurísticos: pode-se sugerir a partir dela que o período de rápida industrialização no Brasil (1930-1980) poderia ser tomado mais como um fenômeno quase efêmero, cíclico e “dependente”, diante dos traços neocoloniais estruturais que ainda marcam a realidade brasileira no pós-independência. Isso mudaria em termos qualitativos a compreensão do que deveria ser feito para reverter a atual estagnação econômica, a desnacionalização e descaracterização do patrimônio cultural brasileiro sob a globalização neoliberal. Em termos mais amplos, qualquer análise séria da economia política que ignore os efeitos de longo prazo do legado neocolonial está fadada ao fracasso. Apesar do anacronismo ou dos limites de algumas de suas hipóteses de pesquisa, a obra de Sodré deixou um legado para o esforço de autoconsciência e emancipação no Brasil.

23 Sodré levava muito a sério a discussão científica do marxismo; particularmente, ele adotou o tipo leninista-soviético de ‘materialismo dialético’, em oposição ao chamado marxismo ocidental, como pode ser visto em sua edição de *Fundamentos do Materialismo Dialético*, com ênfase em autores soviéticos como Rosental, Straks e Konstantinov (ver Sodré, 1968).

Referências

- BARBOSA, W. N. *A crisálida – Aspectos histórico-econômicos do fim da escravidão no Brasil, 1850–1888. Introdução a uma análise quantitativa*. 1994. Tese (Licença). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- BARBOSA, W. N. *A surda*. São Paulo: Com-Arte Editora, 2013.
- COSTA, C. *Panorama of the History of Philosophy in Brazil*. s/l: Pan American Union, 1962.
- CUNHA, P. R. “Uma Leitura da Obra de Nelson Werneck Sodré”. *Novos Rumos*, 15(33), 2002, p. 25-37.
- CUNHA, P. R. & CABRAL, F. (Eds.) *Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena*. São Paulo, Ed. UNESP, 2006.
- DOS SANTOS, J. R. “História Nova: conteúdo histórico do último ISEB”. In: TOLEDO, C. N. T. (Ed.). *Intelectuais e Política no Brasil. A Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- FURTADO, C. *Economic development of Latin America*. Cambridge University Press, 1970[1976].
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1980. Relançado pela Fundação Perseu Abramo em segunda edição, em coedição com Expressão Popular (São Paulo, 2016), disponível no link: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/11/Escravidismo-Colonial-Web.pdf>.
- GUNDER FRANK, A. *Latin America: Underdevelopment or Revolution*. Monthly Review Press, 1969.
- IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004.
- IUDIN, P. F. & ROSENTAL, M. M. *Dicionário Filosófico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1972.
- LACLAU, E. *On Populist Reason*. Verso, 2018[2005].
- LOSURDO, D. *Il Marxismo Occidentale*. Laterza, 2017.
- MARTINS, W. *História da Inteligência Brasileira, Volume VII (1933– 1960)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- MARTINS, W. *História da Inteligência Brasileira, Volume VI (1915– 1933)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- NETTO, J. P. *Nelson Werneck Sodré: O general da história e da cultura*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.
- PRADO JUNIOR, C. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004[1966].
- RAMOS, G. *A Redução Sociológica*. Tempo Novo, 1965.
- SILVA, M. (Ed.). *Nelson Werneck Sodré na Historiografia*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- SILVA, M. (Ed.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
- SODRÉ, N. W. *A ideologia do colonialismo*. ISEB, 1961.
- SODRÉ, N. W. *Quem é o povo no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962a.

- SODRÉ, N. W. *Quem matou Kennedy*. Gernasa, 1962b.
- SODRÉ, N. W. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SODRÉ, N. W. *Ofício de escritor*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965a.
- SODRÉ, N. W. *As razões da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965b.
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SODRÉ, N. W. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SODRÉ, N. W. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- SODRÉ, N. W. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Lisboa: Bertrand, 1976.
- SODRÉ, N. W. *Introdução à geografia*. Vozes, 1977.
- SODRÉ, N. W. *Introdução à revolução brasileira*. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.
- SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil* (11ª ed.). Rio de Janeiro: Difel, 1982.
- SODRÉ, N. W. *Vida e Morte da Ditadura: Vinte Anos de Autoritarismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984a.
- SODRÉ, N. W. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984b.
- SODRÉ, N. W. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1985.
- SODRÉ, N. W. *História da história nova*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SODRÉ, N. W. *Evolução social do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.
- SODRÉ, N. W. *A República (uma Revisão Histórica)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989a.
- SODRÉ, N. W. *A marcha para o nazismo*. Lisboa: Bertrand, 1989b.
- SODRÉ, N. W. *A luta pela cultura*. Lisboa: Bertrand, 1990.
- SODRÉ, N. W. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- SODRÉ, N. W. *Síntese de história da cultura brasileira*. Lisboa: Bertrand, 1999.
- SODRÉ, N. W. (Ed.). *Fundamentos do materialismo dialético*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.
- SODRÉ, O. *Odisseia de um general do povo brasileiro e sua geração intelectual. Testemunho de Olga Sodré sobre o Combate Cultural de Nelson Werneck Sodré*. Jundiá: Paco Editorial, 2019.
- TOLEDO, C. N. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1982.
- VIEIRA PINTO, A. *Consciência e realidade nacional*. ISEB, 1960.

Fontes

Biblioteca Nacional, Acervo digital: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Entrevistas e correspondência privada: Marcos Silva, Olga Sodré, Wilson do Nascimento Barbosa.

HISTÓRIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE: PANORAMA BRASILEIRO

Márcia Regina Barros da Silva

Introdução

Compreender o panorama científico brasileiro frente aos 200 anos do anúncio solene da independência política do Brasil requer multiplicar as perguntas sobre o funcionamento das ciências em um país que ainda se esforça por delimitar um modo próprio de fazer conhecimento.

De 1822 a 2022, a história das ciências no país tem demonstrado que a associação entre especialidades, instituições e cientistas não pode ser descartada como se fosse um domínio separado de ação de eruditos conversando entre si, uma arena desobrigada da participação nas questões sociais, políticas e econômicas. Pelo contrário, suas histórias demonstram que os trabalhos produzidos pelos agentes científicos tiveram e têm envolvimento crucial nos modos de conduzir um país, pois apontam para formas de produzir e fazer circular ideias e artefatos tecnológicos, assim como de alimentar tendências e fazer projetos, e no mínimo, subsidiar a educação pública, além de dar suporte para políticas públicas em diversas áreas.

Como toda a história do país, as ciências no Brasil também apresentam um retrato de desigualdades, que são tanto desigualdades de oportunidades quanto de resultados. Sua história requer pontos de referências, considerando igualmente que as explicações sobre os sentidos das ciências mudam com o tempo. A pergunta principal é: qual ciência foi realizada historicamente no Brasil desde os primórdios da nossa existência? A mesma pergunta feita no plural, ciência ou ciências, leva a diferentes respostas. Com a pretensão de não aceitar que a história seja sempre um jeito diferente de contar alguma coisa já acontecida, mas de fazer novas perguntas e obter novas respostas, valem alguns questionamentos iniciais.

A história das ciências e das tecnologias estuda a ciência em sociedade, mas o que seriam ciências no plural? Podem ser as várias áreas científicas e diferentes disciplinas do conhecimento. Contudo, há diferenças também nas ciências realizadas nos diferentes países, regiões ou mesmo dentro de um mesmo país, assim como há diferentes abordagens, capacidades explicativas e de organização institucional que têm o poder de estratificar as ciências realizadas nos espaços geográficos e nacionais distintos. Então, a designação de ciência no singular e de ciências no plural amplia ainda mais as questões que se podem fazer para as histórias das ciências.

Tais questões permitem alargar ainda mais a compreensão das ciências e das tecnologias para além dos aspectos fragmentados com os quais se costuma estudar as suas histórias e compreender seus funcionamentos. Pensar as ciências e as tecnologias como se a questão principal fosse apenas um conjunto de relação gerais das ciências com a sociedade, como se houvesse condicionantes sociais nas ciências a serem eliminados para o mais pleno funcionamento do conhecimento objetivo e puro, ou como se bastasse conhecer os impactos das ciências e tecnologias sobre a sociedade para retificar qualquer mal uso posterior.

Se o lugar das ciências na sociedade fosse uma questão de aprumar-se as vias de acesso ao melhor conhecimento possível, tal entendimento não ampliaria o debate e apenas reforçaria uma divisão ontológica, essencialista, entre ciência de um lado e sociedade de outro, que pode até ser usado algumas vezes como um recurso explicativo, porém não é suficiente para tentar saber o que de fato acontece nos cenários nacionais desiguais.

As ciências e tecnologias (C&T) são entes da sociedade, e como tal também desempenham o papel de documentar a passagem do tempo. Isso não diz nada sobre o que são as ciências e as tecnologias “em si”, mas quer dizer que C&T assumem posições numa paisagem histórica que se quer compreender.

Sobre a ciência, a maioria das pessoas aceita que ela é feita de descobertas ou invenções e que gera consequências, produz heróis e gênios proeminentes.

Mesmo cientistas e sábios não reconhecidos de imediato, podem ser distinguidos e destacados em um momento posterior de revisão do conhecimento e reconhecidos ulteriormente. Análise que acaba por prometer que cientistas e processos, se forem verdadeiros e de fato importantes, se tornarão comprovados em algum momento, mais cedo ou mais tarde. Noções como essas induzem a pensar na ciência como um tema universal e neutro, que teria características similares mesmo que aconteçam em lugares e momentos diferentes.

Se fosse assim, apenas o que puder contribuir para feitos científicos totais, como descobertas decisivas, será reconhecido como contributivo para um acervo universal de grandes descobertas. Se for isso, a pergunta “desde quando se pode falar de ciências no Brasil?” estaria fadada a fornecer apenas uma resposta, do tipo: antes ou depois, cedo ou tarde.

Mas ao insistir na possibilidade de que as concepções de ciências e tecnologias são históricas, novas perguntas podem surgir e modos diferentes de indagar sobre o funcionamento das ciências em sociedade também aparecem, como: desde quando e em qual momento da história do país se pode dizer que determinada prática é uma prática científica, reconhecida e similar às práticas realizadas por outros cientistas em outros lugares? Desde quando se reconhece o que hoje se sabe ser ciência? E como ela mudou do passado até hoje?

Quando falamos de ciência estamos falando de uma atividade relacionada pelo imaginário geral como uma prática experimental, produzida em laboratório, por meio de técnicas específicas, realizadas por pessoas com formação apropriada. Por isso se imagina que ciência é apenas aquilo realizado institucionalmente, segundo padrões que hoje se reconhece como de produção de conhecimento formal, produzido por pessoas cada vez mais especializadas, em ambientes delimitados, com metodologias bem definidas.

Quando o quadro acima se torna o único formato em que é possível reconhecer a existência de atividade científica, obrigatoriamente teremos que pensar que ciência no Brasil só existe muito recentemente, a partir do século XX. Isto porque teremos intervalos de tempo na história nacional, especialmente do período colonial ao período republicano, em que as condições que hoje definimos como imprescindíveis para a realização de atividades de ciências não estavam dadas, mesmo que exceções surjam aqui e ali no horizonte histórico. Uma referência recorrente são os exemplos de instituições biomédicas em funcionamento no Brasil a partir de fins do século XIX: Instituto Bacteriológico de São Paulo, fundado em 1893, e o Instituto Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro, fundado em 1900. Tais instituições são normalmente usadas como sinais dos primeiros passos de um projeto modernizador nas ciências brasileiras, já que foi nesse

momento que o enfrentamento de doenças epidêmicas gerou procedimentos organizados e efetivos para sanar os males advindos da febre amarela, da varíola e de outras enfermidades.

Os primórdios das ciências e tecnologias no Brasil

Para adicionar camadas a esse tipo de história linear será preciso adicionar também outros modos de conceber e analisar uma situação específica. No caso dos inícios das ciências no Brasil, precisamos pensar: qual é a trajetória das ciências locais frente àquelas da metrópole portuguesa? Desde quando essas atividades aconteceram? Quais seriam as razões para se pensar em ciências na história de um país colonizado, sem independência política ou macroeconômica, em um grande período da sua história? Quando começa e como se transformam as atividades científicas durante um período histórico?

Outro conjunto de questões centrais para a definição das ciências que se quer compreender: para que servem as ciências e as tecnologias? Quais expectativas sociais as atividades científicas comportam? Porque é importante gastar recursos, investir tempo, dinheiro e esforço para ter ciências em um país?

Em geral se pensa nas ciências como fator indispensável para o desenvolvimento econômico e social, mas também para produzir mais progresso e mais tecnologia. Imagina-se que as ciências possam auxiliar em ações desde as mais práticas até as mais complexas. Busca-se busca sempre a produção de mais ciência e mais tecnologia, se avalia que elas aconteçam nas universidades públicas, mais que deveria estar também em indústrias da iniciativa privada.

São perguntas prévias que influem em como se pode estudar as ciências e suas histórias. Dessas indagações dependem as formas de olhar e as formas de não olhar para as ciências e as tecnologias, que podem parecer desnecessárias se o entendimento for que C&T servem sempre para aumentar o bem-estar das populações. Contudo, podemos perguntar, ainda, o que é bem-estar? Como essa noção muda conforme quem fala, para quem e para quê?

Que aspectos das ciências interessaram, e interessam, ao Brasil? Nem sempre a ciência se transforma em um produto. Nem sempre uma determinada descoberta ou tecnologia depois se converte em um objeto comercializável. Há também situações em que pode ser interessante conhecer tudo aquilo que não deu certo; por que não deu certo; quais eram as expectativas envolvidas naquilo que não funcionou de acordo com os planos e projetos iniciais. Percebe-se que há várias formas de adentrar um tema de estudo, formas de perguntar para o

tema o que ele faz, o que produz, o que vai significar em determinado caminho de análise.

Os nexos fundamentais da vinculação entre ciências e natureza são de contornos semelhantes. A representação que as ciências fazem do mundo natural é produzida historicamente, pela rede de instrumentos e pela interpretação de especialistas e especialidades, distribuídas e intermediadas por conjuntos de dados que podem ser mesmo infinitos.

A disputa pelas concepções de natureza, nesse mesmo contexto de muitas perguntas, acontece também de formas variadas. Dentro dos espaços das ciências e das tecnologias há imagens de diferentes especialidades sobre o mesmo objeto: a Terra vista pela astronomia e aquela vista pela biologia, por exemplo, concorre para enfatizar coisas diferentes e criar diferentes expectativas, mesmo entre cientistas. Uma imagem pode se sobrepor a outra? Onde situar a natureza no cenário das diferentes especialidades?

A separação entre um engenho humano, que faz coisas conscientes e que se sobressai ao engenho da natureza, que sempre parece resistir ou no máximo reagir à ação humana, vai sendo conformada pela sociedade na ambição do conseguir acesso ao conhecimento universal suposto pelas ciências desde seus primórdios. Contudo, a natureza não está lá, imóvel, sempre igual, de maneira prévia. A subdivisão do objeto do conhecimento para fins de pesquisa – seja um corpo orgânico, humano ou não humano, um mineral ou um líquido, como os oceanos, por exemplo – é produzida em benefício do que convém às ciências. Para estudar a natureza é preciso começar por algum pedaço dela.

Percebe-se, então, que o que sabemos sobre o mundo natural é o resultado do acesso que vai sendo criado pelos esforços do mundo social, aquele materializado nas ciências, agindo conforme condições e possibilidades de atuação coletiva, técnica e/ou epistemológica, para se saber cada vez mais sobre aqueles pedaços de natureza separados pelo estudo e pela pesquisa

É apenas no espaço da manutenção do acesso constante à natureza realizado pela pesquisa científica que o conhecimento acontece, como dizia Ludwick Fleck (2010, p. 68): “O que era considerado fenômeno natural, hoje se apresenta como um complexo de artefatos”.

As ciências contribuem para o ideal de educação de grupos sociais em posição de controle e autoridade, tendo em vista sua própria manutenção e a ampliação dos conhecimentos produzidos. No Brasil e no mundo as ciências continuam a pertencer àqueles que se representam a partir de graus universitários de ensino, normalmente sujeitos às demandas das camadas mais abastadas da população. Se isso é naturalizado é porque se prescreve que o conhecimento

formal é aquele que deve prevalecer. Duas situações fazem parte da história do país e estão muito relacionadas com os modos de organizar as atividades de ciência em território nacional a partir das desigualdades geradas pelo ensino formal.

A primeira pode ser destacada a partir do trabalho do historiador Sidney Chalhoub. No artigo “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista do século XIX”, de 2010, o autor indica que, entre as muitas dificuldades impostas aos libertos, estavam as restrições aos direitos políticos constitucionais e à instrução primária, que dificultavam a participação na vida política como um todo.

Em 1824, a nova constituição passou a incluir exigências de alfabetização para votar e ser candidato, além dos critérios censitários de renda já existentes. Porém, desde momentos anteriores da história já ocorriam interdições feitas pelos senhores à alfabetização de seus escravizados. A população branca também apresentava, àquela época, altas taxas de analfabetismo. A partir dos números do primeiro grande censo de 1872, estima-se que apenas cerca de 50% da população da capital, no Rio de Janeiro, fosse alfabetizada. Para o restante do país a estimativa era a de que por volta de 77,5 pessoas seriam analfabetas em cada 100 habitantes (CHALHOUB, 2020, p. 43).

A segunda relação pode ser vista a partir da busca pela compreensão sobre o início das atividades relacionadas às ciências e cursos de formação superior de nascidos no Brasil. Para isso podemos seguir a caracterização fornecida por Maria Odila da Silva Dias no artigo “Aspectos da ilustração no Brasil”, de 1968. Com o objetivo de compreender a relação entre o Império Luso e sua organização no Brasil, a autora buscou fazer o levantamento dos brasileiros que frequentaram a Universidade de Coimbra no período entre 1722 e 1822.

Dias encontrou 866 formados oriundos do Brasil, a maioria cursando dois ou mais cursos, sendo eles filhos dos grandes fazendeiros da terra. Entre os 568 que cursaram direito, 281 cursaram também matemática ou ciências naturais. Outros 282 fizeram apenas um curso, sendo: ou direito, ou teologia, ou artes, e outros 141 cursaram apenas ciências naturais. Somando-se todos, tem-se mais de 800 pessoas cursando ciências, em cursos específicos ou em conjunto com outros cursos. Tal predominância demonstrava, segundo a autora, a importância das ciências naturais que inclinariam os formandos tanto para a atuação médica quanto para a agricultura e as ciências naturais. Os sábios europeus que influenciavam o ambiente intelectual do período servem para enfatizar a expectativa daqueles ilustrados em atuarem em atividades práticas e de ação, com o intuito de contribuir para “o bem-estar, a saúde e proveito da sociedade.” (DIAS, 1968, p. 106).

O que se vê, portanto, é que frente àquela população de ex-escravizados e de escravizados e da população branca pobre, o número de pessoas alfabetizadas era bastante pequeno, sendo que a proporção de intelectuais e cientistas era bastante restrita. Aqueles formados, nos seus retornos ao Brasil, e outros representantes das elites locais, buscavam modos de ampliar e, em muitos casos, inaugurar visões progressistas e modernizadoras, especialmente durante a fase do Império. A ilustração foi um período marcado por tentativas de ampliação da produção e desenvolvimento de áreas agricultáveis, de expansão de extração mineralógica, de modo a fazer com que as trocas econômicas do Brasil ampliassem as capacidades de produção e de enriquecimento do reino de Portugal.

Pode-se dizer que a história natural teve papel preponderante como atividade de maior proximidade com as práticas de descrição, verificação ou mesmo tecnologias de produção, no que pode ser dito como a criação de procedimentos para o exercício das atividades inaugurais das ciências em solo brasileiro.

Os procedimentos utilizados nas viagens de ilustrados a diversas regiões do Brasil serviram para executar atividades de reconhecimento das terras brasileiras, de seus espécimes animais, de plantas, do clima, da geografia, assim como das populações locais. No dizer de Ermelinda Pataca, ao estudar um dos primeiros viajantes naturalistas luso-brasileiros, o frei franciscano José Mariano da Conceição Veloso, associavam-se ações direcionadas à efetivação de projetos políticos e ao mesmo tempo à formação especializada e a atuação mais ampla de uma certa elite ilustrada:

Também estruturaram o exercício prático das viagens, que contou com o saber dos engenheiros militares e dos franciscanos, com conhecimentos práticos, como desenhos, pinturas, artes e ofícios. Vale destacar que tais profissionais participaram de outras atividades simultaneamente às viagens, o que revela as relações entre os estudos de história natural com as políticas de dominação colonial, em que as estratégias missionárias realizadas pelos franciscanos eram associadas à urbanização e à criação de mecanismos de defesa e controle do território pelos engenheiros militares (PATACA, 2019, p. 185-186).

Mesmo sendo a metrópole portuguesa o destino primeiro dos conhecimentos produzidos com dados obtidos no Brasil, a situação de constituição de especialidades e a futura profissionalização dos intelectuais transformou-os em representantes dos cientistas que inauguravam as ciências nas novas terras da colônia. Os materiais resultantes das viagens, textos, memórias, publicações e sua acumulação implicou na confirmação dos modelos europeus de se fazer ciência,

a partir de moldes de instituições como museus, jardins botânicos, bibliotecas, e da criação de referências sobre aquilo que se passará a achar cada vez mais como essencial para o funcionamento de ciências amadurecidas.

Procurar as raízes institucionais das ciências brasileiras tem sido um objetivo da historiografia especializada, que identifica movimentos e articulações acadêmicas relacionadas aos vínculos das comunidades políticas e intelectuais luso-brasileiras nos primeiros momentos da colonização. Especialmente no século XVIII, as viagens tomaram maiores dimensões, entre outros, com personagens como Alexandre Rodrigues Ferreira, considerado um dos primeiros a fazer uma grande expedição pelo interior a partir da região Amazônica, pelos rios Negro, Madeira e Guaporé, chegando à Cuiabá, retornando ao final à cidade de Belém do Pará.

Neste mesmo período, a tentativa de criação de instituições, como a Academia Científica do Rio (1772-1779) ou a fundação, que não chegou a se concretizar, do Horto Botânico na Bahia e a criação do Seminário de Olinda pelo bispo d. José Joaquim de Azeredo Coutinho, que funcionou a partir de 1798, oferecendo ensino de humanidades e ciências naturais, passavam a apontar para novas atividades. Nem sempre as condições eram exatamente aquelas idealizadas, mas viam-se que se iniciavam atividades de um tipo específico de conhecimento.

Foram, contudo, as instituições criadas a partir da vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808 que fizeram com que o século XIX se tornasse o momento de “crescimento quantitativo e continuidade temporal dos espaços institucionais.” (FIGUERÔA, 1998, p. 112), como com a criação do Jardim Botânico (1808), da Academia Real Militar (1810), do Museu Nacional (1818) e das escolas de medicina criadas no RJ e em Salvador.

Dali em diante foram criados outros espaços, em outras regiões, que passaram a representar formas de produzir conhecimento em instituições e serviços organizadas pelo estado. Alguns exemplos destacados são o Museu Paraense Emílio Goeldi de 1866, a Escola de Minas de Ouro Preto de 1875, a Comissão Geológica do Império de 1875, a Comissão Geográfica e Geológica de SP de 1886, a Imperial Estação Agronômica de Campinas de 1887, para ficar nos exemplos mais conhecidos. A lógica institucional da criação de instituições pelo governo central e governos locais não seria modificada nem com a implantação da república, como com a criação em São Paulo do Museu Paulista, inaugurado em 1895, ou do Instituto Butantan, de 1901, mesmo que não houvesse universidades no país e apenas escolas esparsas.

Desde Fernando de Azevedo, que escreveu os dois primeiros livros que buscaram identificar o percurso das atividades de ciência realizadas no país –

A Cultura Brasileira, de 1944, e *As Ciências no Brasil*, de 1955 –, diferentes autores comparam o desenvolvimento das ciências locais com aquelas realizadas em outras partes do mundo. As leituras produzidas por tal visão observam faltas, ou o que identificam como atraso nas atividades científicas nacionais; para elas a ciência só teria começado a ser processada por aqui às bordas do século XX, e quase que somente no campo das ciências naturais. Da descoberta até a chegada de d. João VI, somente teriam ocorrido “manifestações esporádicas e isoladas de estrangeiros”, a partir de viajantes em missões de vários tipos, ou ações de “figuras excepcionais” de brasileiros que viviam no exterior (AZEVEDO, 1944). Mesmo as atividades desenvolvidas no período colonial brasileiro, apontadas acima como exemplos dos primórdios de atividades científicas realizadas no Brasil, padeceriam, para alguns autores, de inconstância e instabilidade, resultando em ausência de visibilidade das atividades de fato realizadas na história do país, uma crítica que hoje a historiografia questiona. Nas palavras de Fernando de Azevedo, as ciências ‘corretas’ eram aquelas realizadas em laboratórios de experimentação:

Tudo se passou como se o Brasil, mesmo na fase mais recente de sua história, se tivesse mantido estranho, quase totalmente alheio ao movimento que se processava, com uma força incoercível, na Europa, a partir da segunda metade do século XX, também nos Estados Unidos. Foi tão pequena e, salvo exceções, tão mesquinha, em tão largo período, a participação do país na corrente do pensamento científico que se teve, em certa época, por sinal de inferioridade, o atraso nacional no campo das ciências físicas e experimentais e, de modo geral, nas ciências e, se não chegou a passar em julgado a inaptidão do brasileiro para os estudos científicos, certamente se manteve por muito tempo uma atitude de ceticismo em face da perspectivas de progresso nesse vasto setor do universo cultural (AZEVEDO, 1994, p. 18).

A internacionalização aparece então como modelo do que deve ser feito em termos de ciências, dando a entender alguma capacidade superior, intrínseca e autônoma imprescindível para qualquer comunidade de cientistas. Internacionalizar seria a forma de superar o atraso nacional para cumprir o vaticínio do amadurecimento científico. Uma certa constatação de subalternidade se reforça.

Para alguns, as nossas qualidades são sempre ausentes, e a falta delas impede desde muito cedo o nosso desenvolvimento. Seja porque as ciências seriam universais, seja porque superar o atraso seria tentar cumprir um percurso imaginário, como forma de compensar o que não tivemos na origem da nossa história.

Mas, como já escrevi em outro espaço, considero que os conhecimentos formais precisam ser incorporados aos fazeres e necessidades locais. A questão não é superar o saber fazer prático e intuitivo e substituí-lo por conhecimento científico-tecnológicos superiores, mas se esforçar para arregimentar aliados:

É muito difícil compreender as ciências e as tecnologias existentes no Brasil, e mesmo na América Latina, focando exclusivamente nas invenções e inovações que foram ou não desenvolvidas na região, tendo em vista noções como as de falta e de atraso. Da mesma forma, não tem sentido avaliar o que foi produzido se não se levar em consideração tudo o que foi destruído no mesmo processo, sejam objetos, técnicas, procedimentos, mas também territórios, meio ambiente, populações, e até mesmo conhecimentos já superados (SILVA, 2021, p. 35).

Considerações finais

Quais ciências emergem no momento das avaliações suscitadas pela efeméride dos 200 anos de independência do Brasil? Em 1822 o país já caminhava para participar de redes de informação sobre o conhecimento da natureza americana, sobre o clima do país, sua flora e fauna, que tinham sido essenciais para a apropriação colonial lusitana dos territórios conquistados. O período pós-independência coincidiu com a conformação de uma consciência nacional, que precisa ser mais discutida, e que é, contudo, perceptível também nos espaços das ciências, nas instituições organizadas e na ampliação no número daqueles que se reconheciam como cientistas. As histórias do crescimento das diferentes áreas disciplinares podem ser acompanhadas com maior profundidade em livros e artigos produzidos para divulgar essas histórias.¹ De todo modo, a forma de contar a história das ciências e das tecnologias no Brasil, e na América Latina, entra em um novo período e precisa levar em conta situações próprias e imaginar uma ciência cidadã, não para iluminar ou alfabetizar a sociedade com volumes diferentes de conhecimentos, mas para falar em construção de diálogos, em que cientistas e sociedades se escutem. Isto quer dizer que o cientista precisa desenvolver procedimentos de modéstia acadêmica para aceitar que a sociedade também possui conhecimentos, saberes e percepções adquiridas. O público também precisa perceber que há conjuntos de procedimentos científicos que servem para delimitar e garantir a verificabilidade das afirmações que são produzidas e que é

¹ Ver, por exemplo, para uma primeira aproximação Lima (2022) e Figueroa (2000) e suas respectivas referências.

por isso que os conhecimentos científicos conseguem responder algumas questões de forma mais precisa.

Para os próximos 200 anos, parece importante propor uma ciência cidadã, feita de cientistas e leigos que se respeitam e se apoiam, a partir da ideia de que devemos ter cientistas e não cientistas incluídos na cidadania científica, o que é urgente. Os motivos para o envolvimento de todos em projetos compartilhados são múltiplos: para a sociedade ter participação na formulação de políticas públicas; para que público não se distancie das novas explicações possibilitadas pelas ciências, pois o desconhecimento sobre os novos projetos causa perda de autonomia frente a transformações da vida em várias ordens, nas quais as ciências e as tecnologias têm papel importante. O cientista também não deve cultivar o distanciamento. Ele perde apoio, perde a credibilidade do grande público e passa a falar apenas com seus círculos de especialistas; no limite vai perder espaço na sociedade, como tem acontecido em vários exemplos, e com mais evidência nos últimos anos, com o decréscimo na adesão à vacinação infantil e a não completa adesão às novas vacinas para a COVID-19 e suas subvariantes.

É decisivo reunir, nos mesmos termos, com equilíbrio e sem hierarquias, ciências e sociedade. Há casos em que a comunicação pública de ciência é competente, mas precisamos ampliar nossos objetivos, não apenas o de demonstrar o que o cientista faz, e sim estabelecer diálogos em outras vias, que seriam aquelas em que as ciências ouvem e consideram a sociedade parceira em uma empreitada.

Bibliografia

- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª Ed. (1ª ed. 1944). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- AZEVEDO, Fernando de. *As ciências no Brasil*. (Org.). 1ª ed. 1955. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, v. 1 e v. 2.
- BENCHIMOL, Jaime. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Editora UFRJ, 1999.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de; DANOWSKI, Déborah. *Há um mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Instituto Socio Ambiental, 2017.
- CHALHOUB, Sidney. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”. *História Social*, Campinas, n. 19, p. 33-62, 2010.
- COSTA MARQUES, Ivan da. “Ontological Politics and Latin American Local Knowledge”. In: *Beyond imported magic: essays on science, technology, and Society in Latin America*. Eden Medina, Ivan da Costa Marques, and Christina Holmes (Ed.), Massachusetts Institute of Technology, p. 85-110, 2014.
- CUETO, Marcos. “Laboratory styles in Argentine physiology”. *Isis*, v. 85, n. 2, p. 228-246, 1994.

- DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da ilustração no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 278, p. 105-170, jan./mar., 1968.
- FIGUERÔA, Silvia F. de M. (org.). *Um olhar sobre o passado. História das ciências na América Latina*. São Paulo: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- HOCHMAN, Gilberto. “A era do saneamento”. *As bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.
- LATOURE, Bruno & WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LIMA, Nísia Trindade *et al.* “As ciências na formação do Brasil entre 1822 e 2022: história e reflexões sobre o futuro”. *Estudos Avançados*, n. 36, v. 105, p. 211-233, 2022.
- LOPES, Maria Margaret. “Cenas de tempos profundos: ossos, viagens, memórias nas culturas da natureza no Brasil”. *História-Ciência-Saúde-Manguinhos*, Set 2008, v. 15, n. 3, p. 615-634.
- MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- NEVES, Fabrício Monteiro. “A periferação da ciência e os elementos do regime de administração da irrelevância”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 35, n. 104, 2020.
- PADUA, José Augusto de. *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- PATACA, Ermelinda Moutinho; LUNA, José Fernando (org.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: EDUSP, 2019.
- PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício Monteiro; ALMEIDA, Jalcione. “Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens”, *Sociologias*, v. 13, n. 26, jan./abr. 2011, p. 22-42.
- SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras. Estatísticas legalizadas (c. 1899-c.1930)*, v. 2, Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- SILVA, Márcia Regina Barros da. “Aceitar as assimetrias das ciências brasileiras. CTS em foco”. *Boletim ESOCITE.BR*, n. 4, p. 31-38, jul-set., 2021.
- SILVA, Márcia Regina Barros da. “Internacionalização das ciências brasileiras ou porque é preciso aceitar as assimetrias”. In: GONDRA, José Gonçalves; MACHADO, Maria Cristina Gomes; SIMÕES, Regina Helena Silva. (Org.). *História da educação, matrizes interpretativas e internacionalização*. Vitória: EDUFES, 2017, p. 99-118.
- SILVA, Márcia Regina Barros da. *O laboratório e a república: saúde pública, ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo (1891-1933)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / FAPESP, 2014.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. “Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia de saberes”. *Novos Estudos*, n. 79, p. 71-94, 2007.

200 ANOS DE BRASIL E A AMAZÔNIA: PARA ONDE VAMOS?

Kátia Cilene do Couto

Incio essa apresentação a partir de uma reflexão do professor, escritor e ativista indígena brasileiro Daniel Munduruku, que diz: “o Brasil não é mais uma criança, mas também não é ainda um adulto, está na sua fase de adolescência, e como adolescente vive a sua crise de identidade, porque quando se olha no espelho, vê refletido o índio e o negro”.¹

A maturidade para entender a sua própria identidade é um processo que requer romper com a negação das identidades que legitimam o seu pertencimento, nessa ou em qualquer outra sociedade. Ao longo desses 200 anos, o Brasil tem negado a sua face mais aparente, o legado que lhe dá as características da força resistente, da defesa de sua origem, e das características que guardam sua herança ancestral. O indígena que nessa América lusa habitava, e onde foram encontrados, de donos do espaço, tornaram-se “invasores”. A ótica do colonialismo subverteu a ordem e a ótica das coisas, do lugar e das pessoas!

¹ *Brasil 200 anos: palestra com Daniel Munduruku*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NxCdbk0mKqU>. Acesso em: 7 jun. 2022.

A Amazônia, que guarda nos seus recônditos o tempo e o espaço de sociedades conhecedoras da floresta e de seus segredos, nesses 200 anos vivenciou as injúrias de uma dominação, de um ambiente que antes era sagrado e que passou a ser domado, controlado, mas nunca compreendido, conhecido, integrado. As palavras não dão conta do processo conquistador que esse Brasil conheceu ao longo de sua história, ao transformar a conquista em uma prática de violações, com intervalos intermitentes, que caracterizaram uma prática que fez desaparecer o “outro”, seguindo a lógica do “si mesmo”, mostrando que a mudança na passagem do tempo não seria segura para esses outros, submetidos, controlados, mas não rendidos.

Duzentos anos de independência é um marco para a história de um país! Seus múltiplos significados requerem que façamos a pergunta “Para onde vamos?”, em uma relação que liga passado e futuro, questionando os reflexos das decisões tomadas em um 7 de setembro de 1822, que se refletem no nosso presente e alcança nossas expectativas de futuro.

Se a história brasileira por um período enfatizou que a participação popular nessa decisão de independência tomada por d. Pedro I, às margens do Ipiranga, foi de expectadora como retratada pelo quadro de Pedro Américo, pintado em 1888, denominado *O grito do Ipiranga*, é necessário ressaltar que a consolidação da independência se deu em meio a várias lutas, como ocorreu na Bahia, através da batalha de Pirajá, em 8 de novembro de 1822; a batalha do Jenipapo, em 13 de março de 1823, que ocorreu no Piauí, da qual participaram vaqueiros, roceiros, negros alforriados, escravos, indígenas; assim como os movimentos e lutas populares ocorridas no Maranhão, Pará, região Cisplatina, envolvendo o povo no processo de independência e sua consolidação.

É preciso dar ênfase a essa História, consolidar a identidade dessas revoltas populares, retomar os anseios expressos pelos seus participantes, para que essas memórias possam ser projetadas nos herdeiros desse passado: indígenas, negros, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores em geral desse Brasil...

Ao longo desses 200 anos, o que se evidenciou é que o povo que se levantou na defesa da independência foi sendo apagado nas suas lutas, nas suas reivindicações e nas suas vitórias. O que pode ser constatado no Brasil do presente, em que a violência se exacerba contra a população negra, contra comunidades indígenas, contra o povo da periferia e todos aqueles que lutam por sua independência de fato ao reivindicarem a sua cidadania plena e de direito. São massacrados por balas perdidas, por ações policiais, pela ausência do Estado que não protege, ainda, os pobres desse país.

Após esses 200 anos, ao olharmos no espelho, essa crise de identidade cidadã, que não reconhece negros, indígenas e outros grupos sociais como plenos de direitos, revela os passos lentos das conquistas por cidadania, por essa parte da população, ao longo desses 200 anos de independência.

Como disse a antropóloga Eunice Durham (1984),² os indivíduos mais diversos que formam as camadas populares tornam-se iguais “na medida que sofrem das mesmas carências”, as carências coletivas: carência de direitos básicos.

O Brasil que se constrói no presente e para o qual caminhamos não pode mais pactuar com essas mazelas sociais, de carência e exclusão social, de violência sistemática, pautada em um passado de memória escravocrata. O presente exige uma independência mais profunda, revolucionária, que rompa de vez com um processo histórico que nega a participação do povo na construção dessa nação.

A retórica do medo e a banalização da vida não podem mais prevalecer, requerem um pacto social que revele uma nova ética nas relações, que rompa definitivamente as barreiras com o que resta da colonialidade, como ressaltou Aníbal Quijano.³ É preciso, para virar a página, entender que a civilização necessita de novos rumos, que permitam a vivência e a convivência na sua plenitude, e não a exploração desumana. O “outro” que continua a ser negado, invisibilizado, maltratado, precisa ter resgatada a sua humanidade de volta, precisa existir de fato e de direito. O seu saber, as suas tradições, as suas crenças, são frutos de uma ancestralidade pautada em um conhecimento que foi descartado ao longo do tempo, mas sobrevivente, porque resistiu e resiste aos ataques sofridos.

Novas independências precisam ser realizadas, talvez não caiba a essa geração realizá-las, mas cabe a essa geração construí-las, abrir caminhos para que se rompa de vez as barreiras do racismo, do patriarcado, da indiferença para com aqueles e aquelas que com o seu trabalho construíram essa nação. Que a democracia seja de fato o nosso espelho e que o direito de todos e todas seja respeitado, e que retrocessos não mais sejam permitidos no Brasil! Precisamos responder à pergunta “Para onde vamos?” lembrando que a resposta deve atender aos anseios daqueles e daquelas que no presente ainda têm suas vidas ceifadas nas favelas, nos campos, na floresta. A dignidade precisa prevalecer sobre a necropolítica, a vida precisa prevalecer sobre a morte, a democracia precisa prevalecer sobre os anseios de alguns de reviverem um passado de ditaduras. Precisamos escrever uma nova História a partir dos exemplos daqueles e daquelas que ansiaram, e outros que

2 Eunice Durham. *Movimentos sociais - a construção da cidadania. Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.º 10, 1984.

3 Aníbal Quijano. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. CLACSO, 2005.

continuam ansiando, por uma liberdade plena! O Brasil dos próximos 200 anos está sendo construído agora, no tempo presente; precisamos, portanto, de forma coletiva, responder qual Brasil queremos, daqui para frente. Obrigado!

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E DEMOCRACIA EM CONTEXTOS AMAZÔNICOS. OU A PERMANÊNCIA DE PROJETOS COLONIZADORES SOB PERSPECTIVA HISTÓRICA

João Maurício Gomes Neto

Uma embarcação atravessa os rios e nela, pessoas curiosas, alçadas a desbravadoras, adentram a floresta, enfrentam o gigantismo de um mundo ainda dito desconhecido. A natureza, verbalizada como edênica ou infernal, assustadora, colossal, essa “página inacabada do Gênesis”, diria Euclides da Cunha, escapa e enfada às vistas de quem a observa, é tornada relato, passa a compor a tradição discursiva dos chamados “desbravamentos”.¹

Durante os últimos três séculos, pelo menos, aventureiros, curiosos, exploradores, naturalistas, os chamados homens de letras, depois cientistas, rumaram à espacialidade amazônica, dela tomaram nota, escreveram diários, registraram

¹ Parabenizo e agradeço a Fundação Perseu Abramo, realizadora deste Seminário, em parceria com a Universidade Federal do Acre, Universidade Federal do Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas, Universidade Federal de Rondônia, seções regionais da ANPUH e Portal do Bicentenário.

impressões, publicaram relatos, adensaram o gênero das narrativas de viagem, cartografaram o espaço, inventariaram a fauna, a flora, os “tipos humanos” nela presentes ou, antes, declararam a ausência e reclamaram a presença humana por essas bandas. Quer dizer, a presença de determinado “tipo” de pessoa humana, posto que parte das populações que nela viviam eram consideradas incapazes ou inadequadas aos projetos e fins ensejados pelos poderes instituídos na trajetória de formação do país.

De início, os rios eram as estradas-entradas. Depois, vieram ferrovias, rodovias, os deslocamentos pelo espaço aéreo. No horizonte almejado, um imenso mundo para ser domado e outro a se construir por meio do saber técnico-científico. Nessas projeções, a Amazônia é sempre colocada à disposição do capital, pensada como passaporte para o progresso, caminho ao sonhado e propalado desenvolvimento, cujo ponto de chegada é constantemente deslocado para o futuro, uma espécie de “vazio” nunca preenchido.

A síntese histórica do chamado processo de *colonização* amazônica abarca expedições científicas, a busca por especiarias e mão de obra, os ciclos da borracha, a procura reiterada por metais e minérios preciosos, levadas migratórias de pessoas sonhadoras, desejosas por conquistar seu quinhão de chão, constituir riqueza.

“200 anos de Brasil e a Amazônia: para onde vamos?”, já em sua nomeação, evidencia o interesse em constituir-se um evento de prospecção e projeção, ao avaliar percursos e se inquietar sobre o porvir. Este Seminário, marcado por dimensão comemorativa em alusão ao bicentenário da Independência, também se inscreve nessa longa tradição que realiza o escrutínio e reatualiza a tópica dessa espacialidade como uma “questão”.

Dentro do recorte temático do evento, pretendo tangenciar tópicos como educação, ciência e democracia, sob a compreensão de que elas se articulam e dialogam, embora também precisem ser tencionadas, colocadas em perspectiva frente à trajetória de nossa existência como nação independente – ao menos em termos políticos –, posto que a experiência colonizadora não significou somente o controle, o domínio, a posse, a circunscrição territorial dos espaços. Dela advêm iniciativas amplas que abarcam as dimensões do poder, do saber e do ser (MINGOLO, [2000] 2003) e, neste sentido, talvez indiquem mais continuidades que rupturas frente à empreitada colonial portuguesa, principalmente no tocante aos processos de interiorização e ocupação dos chamados “fronteiriços”, dos ditos “sertões vazios”.

Qual seja, parto da premissa de que a ação colonizadora liderada pela antiga metrópole portuguesa continuou a ser levada a termo pelos Estados impe-

rial e republicano brasileiros e tem orientado, desde então, parte relevante de projetos educacionais e científicos pensados à região, constituindo uma cultura política autoritária que frequentemente se manifesta apartada de concepções democráticas.

É neste sentido que, mesmo após a independência, grande parte da agenda política no país recém-formado continuou a adotar, a seguir premissas colonizadas e/ou colonizadoras, propagadas em meios diversos, entre os quais se situam os programas e currículos educacionais, em todos os níveis de ensino. Inclusive, é preciso historicizar o próprio processo de colonização e a dita emancipação dessa espacialidade, no sentido de evidenciar que na maior parte do que hoje corresponde à Amazônia, o evento de 1822 levaria aproximadamente um ano para se tornar efetivo e “integrar”, a despeito de lutas e resistência popular, os estados do Brasil, com sede no Rio de Janeiro; do Maranhão e Piauí, com sede em São Luís; e do Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém; de maneira a formar que foi chamado de Império do Brasil (PACHECO, 2016).

Duzentos anos passados, os debates em torno da Amazônia tornando-a uma “questão nacional” constantemente revisitada, evidencia a força, a premência e a atualização dessa tópica. Assim, no ímpeto festivo e legítimo das comemorações bicentenárias, é importante também que nos coloquemos vigilantes, de maneira a evitar naturalizar e silenciar heranças dessa trajetória autoritária que nos atravessa a todos e todas.

Retomo aqui as provocações de Antonio Carlos Robert Moraes (2005), que, ao ponderar a respeito da construção da nação brasileira, evidenciou que tal operação esteve, com demasiada frequência, marcada pela premência da dimensão territorial, do país que se queria e já nascia gigante “pela própria natureza” e no qual suas elites econômicas e políticas – que se imiscuíam –, buscaram construir a identidade nacional a partir dessa percepção espacial, geográfica. Tal preocupação, contudo, obliterava exatamente o povo, considerado por essas elites, ainda aquém daquilo que se esperava para a nação em gestação.

Essa percepção espacializante, inclusive, tem sido uma constante ao se pensar o lugar da Amazônia na agenda nacional. Esta geralmente é alçada às preocupações com seus fronteiriços, dada sua extensão territorial, a riqueza potencial de seus biomas, de sua fauna e flora, daquilo que pode ser tornado natureza transformada, produto comercializável; em detrimento das populações que a habitam e construíram nela sociabilidades específicas.

O anseio alucinado de tornar-se a Europa nos trópicos é um castigo que nos infligimos – ou nos é infligido – desde longa data. E este é também um traço premente e visível de nosso ideário colonizador e nossa mente colonizada, que

tem se manifestado nos projetos educacionais, em ações de incentivo à ciência e que minam a consolidação de uma cultura política efetivamente democrática no país.

Essas projeções emergem dentro e fora dos fronteiriços amazônicos, se manifestam em imaginários sobre essa espacialidade na cultura, nos saberes e fazeres, no âmbito das pautas educativas, nos projetos e obras de desenvolvimento e constituem parte daquilo que legamos e nos tornamos ao longo dessa trajetória bicentenária e tem se materializado em políticas públicas que, a despeito de marcadas por especificidades, ainda assim, têm se mostrado convergentes no sentido de atualizar o ideário das missões cristãs-civilizatórias, modernizadoras e desenvolvimentistas à região, independentemente da cor partidária a ocupar o governo.

Enfocando a pauta ambiental, políticas públicas e projetos de desenvolvimento destinados à Amazônia, evitarei me deter aqui ao legado trágico que marcou as experiências administrativas de Michel Temer e Jair Bolsonaro para a região. Me remeterei, portanto, a dois casos observados em governos de centro-esquerda, no intuito de tensionar o conteúdo dessas agendas, pois entendo que elas evidenciam parte das percepções históricas e dos imaginários tornados comuns à esta espacialidade.

A despeito de iniciativas relevantes, entre as quais se destaca a portaria presidencial 534, de abril de 2005, que delimitava a Reserva Raposa Serra do Sol, os governos petistas também deixaram legados contraditórios neste âmbito. Em 2009, por exemplo, o governo Lula lançou, atendendo, embora não somente, a demandas da bancada ruralista, a Política de Regularização Fundiária da Amazônia (PRFA), conhecida como Programa Terra Legal, que reconhecia a posse de terras estatais de até 1.500 hectares.

Há discussões pertinentes que evidenciam limitações na implementação da iniciativa², cujo objetivo declarado era garantir a posse de terras por pequenos

2 Alguns desses debates estão disponíveis e podem ser acessados em sítios, na rede mundial de computadores: Imazon. “O primeiro ano do programa terra legal: avaliação e recomendações”. Disponível em: <https://amazon.org.br/primeiro-ano-do-programa-terra-legal-avaliacao-e-recomendacoes/>. Acesso: 07 ago. 2022; Imazon. “A regularização fundiária avançou na Amazônia? os dois anos do programa terra legal”. Disponível em: <https://amazon.org.br/a-regularizacao-fundiaria-avancou-na-amazonia-os-dois-anos-do-programa-terra-legal/>. Acesso: 07 ago. 2022; A. F. A. Ribeiro; R. G. da C. Silva; J. de L. Santos. “Política de regularização fundiária em Rondônia: limitações do programa terra legal e expectativas socioterritoriais”. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11541#text>. Acesso: 10 ago. 2022; L. C. G. Andrade; M. V. B. do Nascimento; O. M. do Carmo Júnior. “Programa Terra Legal – quem são os beneficiários da regularização fundiária na Amazônia Legal?”. Disponível em: <https://governancadetererras.com.br/wp-content/uploads/2017/10/ARTIGO.AndradeLucia.pdf>. Acesso: 10 ago. 2022; G. M. Outeiro. “Um Estudo Histórico-Institucional do Programa Terra Legal de Regularização Fundiária na Amazônia”. *REI - Revista Estudos Institucionais*, 5(2), 2019, p. 559–585. Disponível em: <https://doi.org/10.21783/rei.v5i2.325>. Estas considerações, obviamente, não têm a finalidade de negar a relevância social que orientava o Programa Terra Legal, sobretudo quando se compreende o significado dessa

posseiros, pessoas físicas, que deveriam comprovar cultura e preservar o ambiente. O programa acabou sendo usado também como instrumento para legalizar a grilagem em larga escala e aumentar desmatamentos, a partir da ocupação especulativa por grandes proprietários constituindo novos latifúndios, algo que quando se trata desse tema, segue método recorrente: derruba a mata, cerca, ocupa a área e a partir de demandas colocadas no âmbito da representação “democrática”, na parceria entre o Congresso e o Executivo, o Estado confere legalidade à posse depois. Cabe refletir sobre quem e que projeto de nação têm sido contemplados nessas iniciativas, que denotam com crueza as permanências de práticas colonizadoras seculares por essas plagas.

Se a pauta fundiária foi um ponto nebuloso no governo Lula, os projetos de desenvolvimento levados neste e na administração de Dilma Rousseff também merecem reflexão. É o caso das políticas para geração de energia incorporadas nos Programas de Aceleração do Crescimento, os PACs 1 e 2. Nestes, como se sabe, incluiu-se a construção de hidrelétricas na Amazônia, entre as quais destaco Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira; e Belo Monte, no rio Xingu.

Além do processo bastante controverso no tocante à postura autoritária que a iniciativa tomou, os estudos sobre a viabilidade e os impactos socioambientais realizados antes, durante e depois dessas obras têm demonstrado cenários de dificuldades extremas às populações retiradas a fórceps de seus *habitats*, passando a adensar os bairros periféricos de cidades do entorno onde tais empreendimentos foram levados a termo, em realidade marcada por índices acentuados de miséria, violência e brusca alteração nos modos de vida das populações ribeirinhas, beiradeiras e indígenas, dessas gentes, agora “refugiadas do progresso” e que geralmente não são contadas e nem respeitadas em sua cidadania pelo Estado brasileiro. Talvez este seja um bom mote para se pensar em limites enfrentados pela nossa democracia.

Nos últimos anos, a jornalista Eliane Brum, que se apresenta como uma *escutadeira*, se deslocou de São Paulo e fixou residência em Altamira, no Pará, para fazer a cobertura jornalística da região. Em 2014, na coluna “Os Silvas são diferentes”, publicada no *El País*³, a respeito de famílias afetadas pela construção da hidrelétrica Belo Monte, ela tecia o seguinte depoimento:

iniciativa para sujeitos que vivem nessas espacialidades há décadas e construíram nelas suas existências, inclusive ao estabelecer relações de pertencimento ao ambiente que fogem à lógica da exploração danosa dos recursos naturais. A despeito de reconhecer esta dimensão social, o inventário reflexivo dessas ações precisa ser escrutinado, nortear o debate público e orientar políticas do estado nesse âmbito.

3 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/01/opinion/1409578464_024733.html. Acesso: 01 maio 2023.

Em 2011, quando se começava a implantar o canteiro de Belo Monte, na região de Altamira, no Pará, passei um dia com o chefe de uma das famílias que seriam obrigadas a deixar a terra onde viviam para a construção da maior obra do governo. A certa altura, ele abraçou uma castanheira e desandou a chorar. Tentava me explicar por que ele não podia ser – sem ser ali. Ou a impossibilidade de habitar um mundo sem aquela árvore específica. De repente, o choro estancou e sua voz se encheu de raiva. Ele disse: “Fico revoltado quando Dilma diz que somos pobres. Por que ela pensa que somos pobres? De onde ela tira isso? Essa é a maior mentira (BRUM, [2014] 2022A).

E complementava:

Aquele homem quase nada tinha de bens materiais, nem os desejava. Sequer os conhecia e, se conhecesse, não teriam lugar no seu cotidiano. Seu conceito de pobreza e de riqueza era totalmente outro, incompreensível para os fazedores de política do momento. E taxarem-no de pobre, no discurso de Brasília, o ofendia, porque se considerava rico. Não como um discurso bonito e um tanto abstrato, mas porque era de fato como rico que se enxergava, na medida em que a floresta lhe dava tudo o que precisava. Não só no nível concreto, mas também no simbólico. Para ele, a vida que ali tinha era boa (BRUM, [2014] 2022A).

Em outra coluna, dois anos depois, ao tratar novamente do drama enfrentado pelas famílias *refugiadas de Belo Monte*, ela trazia o depoimento do sr. Otávio das Chagas, um dos ribeirinhos que perdera sua casa e dicionarizava para a jornalista sua compreensão do mundo: “Casa é onde não tem fome, eles me ensinam. Se tem fome, é só teto” (BRUM, [2016] 2022B). Expulso de onde fora criado e criava, junto com a esposa, os nove filhos, para dar lugar a uma hidrelétrica, a família de Chagas, como tantas outras, estava a vagar, perdida, pelas periferias de Altamira, com teto, fome e sem *casa*.

O lugar de *escutadeira* e a convivência junto às comunidades ribeirinhas – com voz, mas geralmente sem audiência disposta a ouvi-las – tem possibilitado à repórter inventariar e dicionarizar parte das palavras e expressões que ganharam sentidos caros às existências de quem vive a realidade ribeirinha e foge, em larga medida, à percepção corrente que temos delas. Para *estes habitantes das beiras, das margens*, “ser pobre é não ter escolha, do que comer, de onde ir e de onde vir, do

que fazer, ou não fazer. Ser pobre é não ter escolha sobre o desejo”. Já “ser rico é não precisar de dinheiro” (BRUM, [2016] 2022B).

Neste e noutros textos relacionados à matéria, Eliane Brum apresenta a percepção que se desloca da cobertura que foi historicamente realizada sobre essa espacialidade, a exemplo do que têm apontado diversas pesquisas ao se debruçarem sobre os imaginários amazônicos propagados; seja em emissoras de rádios e canais televisivos, seja em periódicos (jornais e revistas) de circulação nacional, como *Cruzeiro*, *Realidade*, *Manchete*, *Veja*, *Estadão*, *Folha de S.Paulo*, *O Globo*, entre tantos outros; e mais recentemente, em redes sociais na internet, por meio das quais é possível negociar a posse de áreas ilegais, tal como denunciado por alguns meios de informação.

O discurso colonizador, dos reiterados desbravamentos que se querem pioneiros, fundantes, foram e são recepcionados e apropriados por suas audiências e comunidade leitora, passando a ser replicados também pelas gentes migrantes que continuam a deslocar-se à região, em busca de riquezas diversas, através de garimpo ilegal, contrabando de madeira e animais silvestres, grilagem e especulação fundiária, expansão da fronteira agrícola com estabelecimento de monoculturas na agricultura e na pecuária. Ou mesmo por agentes da educação e da ciência, que, oriundos de outras paragens, transmutam e projetam para cá suas cosmovisões, seus valores e expectativas.

Rondônia, por exemplo, é descrita com frequência como “a Amazônia que deu certo”⁴. Seja pela implementação de Pequenas Usinas Hidrelétricas/PCHs com impactos socioambientais cada vez mais acentuados; seja na força do *agropop* e *top*, exatamente por ser uma das espacialidades onde mais se desmatou e se desmata, desde que esta prática foi incentivada por agentes estatais como estratégia colonizadora. São abundantes nos estudos sobre a formação do estado os depoimentos que reiteram a postura oficiosa adotada pelo INCRA, sobretudo durante a década de 1970, nos quais se indica que o colono – e aqui a nomenclatura utilizada é tão importante quanto a ação colonizadora – que desmatasse seu lote, poderia receber outro como recompensa, ao passo que aquele com dificuldade para descampar a terra, poderia perdê-lo.

Esta fala perderia em sentido se não situasse o lugar de onde me enuncio. Fui formado professor de história pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e estou no Departamento de História da Universidade Federal de

⁴ Para acessar um exemplo dessa discussão, ver: J. A. de Oliveira Souza; C. C. Ximenes; M. Locatelli. *Rondônia, a colonização que deu certo*. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/190585/1/Resumo-Marilia-5.pdf>. Acesso: 21 ago. 2022.

Rondônia, *campus* de Rolim de Moura, localizado na chamada mesorregião do leste rondoniense, desde junho de 2013, onde atuo no magistério superior. Quase 500 quilômetros separam a cidade onde resido e trabalho de Porto Velho, capital do estado e onde se localiza o *campus* central da UNIR, que, por sinal, está em comemoração por seus 40 anos e ainda tem no horizonte o desafio de entender-se uma universidade amazônica.

Quando me desloquei do Rio Grande do Norte para Rondônia, minha ignorância sobre a região era absurda, quase total. Nunca tinha viajado para esses lados e, de alguma forma, me imaginava, a exemplo de outros expedicionários que tantas vezes me antecederam e cujos relatos de viagem são abundantes, um agente modernizador, civilizador dessa espacialidade. Mesmo eu, que nunca fora do “centro”, oriundo de família pobre, nordestina, até hoje, infelizmente, o único de oito filhos a frequentar a universidade pública, primeiro como discente, depois como docente. Eu que, ao chegar aqui, ao estudar os chamados processos “colonizadores”, percebi que a universidade também pode ser um agente colonizador.

Eu que passei a me irritar quando estudantes a quem leciono afirmam com orgulho estarem no sul rondoniense, a parte dita civilizada, branca e de gente bonita no estado, posto que conforme percepções correntes, a mesorregião do Madeira-Mamoré só teria indígena e nordestino. O subtexto da mensagem me parece evidente.

Eu que passei a me incomodar quando, em angústia, estudantes me perguntavam se eu cuidava em falar para fora, quando viajava, que “aqui” não era só “índio”, rios, cobra, onça, jacaré e floresta. Se mencionava a existência de muita casa de alvenaria construída sob premissas modernas e com esmero, que há estradas pavimentadas, ruas asfaltadas, energia elétrica, acesso à internet com banda larga. Que são gentes tão civilizadas quanto as de fora, com quem desejam parecer e por quem desejam ser reconhecidas como iguais de “civilização”.

Eu que desde 2013 realizo viagens terrestres de Rolim de Moura a Porto Velho e fico de vistas cansadas, ao ver soberana, margeando a estrada, a paisagem dominada por monoculturas, sobretudo da soja e da pecuária, e reconhecer que, em uma década, quase não sei o que é floresta, pois habito a “Amazônia que deu certo”.

Eu que estou num *campus* da Universidade, no interior do estado, onde a monocultura agropecuária é fortíssima e defendida por grande parte da comunidade acadêmica como o desenvolvimento almejado. Eu que nesse percurso, também me percebi colonizado e pude entender, na prática, que a colonização não é um fenômeno somente espacial e geográfico. Ela habita, tal como

dito, nossas mentes, nossos saberes, nosso ser. Daí, minha decepção reiterada ao cotejar como muitas vezes os planos de ensino, as ementas, as bibliografias das quais lanço mão evidenciam a força e a premência colonizadoras.

Eu que tinha a ilusão ignorante de desenvolver e, em alguma medida, ajudar a contribuir com o futuro da Amazônia, hoje luto para me descolonizar, na esperança de que eu possa ser “salvo” da própria ignorância. Eu, que hoje sonho uma universidade mais plural, democrática e horizontalizada, me coloco no desafio de inventariar e sugerir agendas que nos possibilitem alguns reposicionamentos frente a temas abordados neste evento.

Aqui indico alguns, iniciando por outra efemeridade que comemora seu primeiro centenário este ano e cujas premissas que a balizaram, talvez nos possam inspirar proposições menos verticalizadas de sociedade. Refiro-me à Semana de Arte Moderna, que embora se quisesse ponto de ruptura com nosso passado colonial, ao buscar e afirmar-se *moderna*, em partes seu programa era ainda marcado pela colonialidade que nos via e buscava refundar tomando elementos estéticos supostamente universais como parâmetros. Mas nessa elaboração alguns de seus integrantes plasmaram a ideia de antropofagia, se aproximando daquilo que depois Eduardo Viveiros de Castro conceituou de *perspectivismo*, de *metafísicas canibais*.

Inspirado nas práticas de algumas populações indígenas que ritualizavam a antropofagia, o intento de deglutir saberes e fazeres diversos, enunciado no *Manifesto Antropofágico* (1928) de Oswald de Andrade e manifestado nas concepções de cultura e sociedade partilhadas e defendidas por figuras como Mário de Andrade, pode, quem sabe, assumir contornos menos hierárquicos na contemporaneidade.

Em 1927, o chamado “papa do modernismo” se incluiu entre os *desbravadores* da Amazônia e buscou conhecer e divulgar o Brasil ainda desconhecido de tantos brasileiros e brasileiras. Os relatos de sua “viagem etnográfica” plasmaram, parodiaram escritos correntes entre viajantes que o antecederam, entre os quais o próprio avô, Leite Moraes. Foi assim que deu guarida ao “Turista Aprendiz: Viagem pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e por Marajó até dizer chega”. Um ano depois, em 1928, publicaria a rapsódia *Macunaima, o herói sem nenhum caráter*, narrativa literária que se apropriou de elementos socioculturais do povo Makunaimá, que habita o monte Roraima e que, conforme sabemos, costurou e apresentou nela um outro sentido para o discurso de formação do país.

Talvez seja o caso de repensar o projeto marioandradiano de educação, de ciência, de construção e circulação do conhecimento, em perspectiva que

se aproxime das gentes historicamente excluídas dos lugares de fala e escuta destinados aos nacionais. A metáfora antropofágica, tomada de empréstimo a partir de práticas rituais indígenas, pode nos servir de horizonte no difícil exercício de atentarmos às várias colonizações que nos atravessam e vislumbrarmos a Amazônia mestiça e plural, a afirmar o pensamento de fronteira, a identificarmos pontos de encontro e inspiração.

Tal proposta, contudo, indicaria o necessário exercício de escuta por quem sempre exerceu a fala. Seremos nós, situados na tradição universitária tal como esta se constituiu, capazes de fazer silêncio, ouvir e aprender com essas gentes que com frequência reputamos ignorantes e inferiores? Seremos capazes de tensionar nossos modelos, duvidar de nossas certezas, construídas em parte pela educação e ciência modernas e nos abriremos a outros horizontes epistemológicos e agendas investigativas?

Traço e trago essas provocações na tentativa de fugir a um exercício de síntese estereotipada. Não se trata aqui de apregoar que deveríamos rumar à floresta, vestidos de tanga em cipó e penas, de arco e flecha em punhos e negar qualquer contato com a sociedade envolvente. Trata-se de convidar a refletirmos a respeito das ideias de desenvolvimento e progresso das quais partilhamos e indagarmos em que medida elas não se mostram, ainda, marcadas por certo autoritarismo, por uma concepção única de história, segundo a qual todos os povos e sociedades teriam, necessariamente, de atingir o mesmo “estágio”, tal como menciona a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie.

Essa concepção de atualização constante tem sido atravessada por perspectiva integracionista, tendo dificuldade em aceitar existências e experiências culturais diversas daquelas nas quais nos encontramos. O problema aqui não é só imaginar que precisamos nos desenvolver e alcançar determinado progresso, cujo conteúdo e sentido são difusos, carecem de objetividade, mas pelo qual temos lutado de maneira persistente e reiterada.

A questão central, pondero, é que além de refletirmos pouco para onde vamos e o que significa e implica os projetos de desenvolvimento que professamos, parecemos pouco dispostos a aceitar questionamentos a eles, posto que são dados geralmente como destino manifesto. Além de adotarmos práticas danosas ao meio, de nos alhearmos e apartarmos cada vez mais do pertencimento à natureza, pensada, por via de regra, como algo exterior a nós, temos dificuldade em respeitar que outros povos façam e vivam experiências diversas das nossas.

Nossa cultura política autoritária só parcamente compreende que sejamos uma nação pluricultural e multiétnica. O atraso que apontamos nos outros e não enxergamos em nós tem nos impossibilitado de refletir sobre as tantas li-

mitações que nos cerceiam. Concepções de educação e ciência autocentradas, eurocentradas e ocidentalizadas, que excluem, deslegitimam e não abarcam outras epistemes, nos impossibilitam construir pensamentos mestiços, de fronteira – e que poderiam ser originais, exatamente porque se colocariam em possibilidade de ampliar nossos olhares a partir de outras maneiras de viver, enxergar e pensar a experiência e a existência humanas.

A concepção de ciência, marcada por percepção de racionalidade estreita e restrita ao paradigma moderno, além de desconhecer e deslegitimar outros saberes com os quais poderiam dialogar, separou, bifurcou, alheou a ideia de humanidade, colocada no campo da cultura e fora da natureza, como se a própria emergência desta noção e a distinção entre os mundos cultural e natural não fosse, ela mesma, uma operação cultural. Desse alheamento entre a humanidade e o meio, tem resultado, em regimes políticos diversos, a ideia de que o ambiente, os biomas, os animais existem só e basicamente para serem transformados em riqueza material, em produto consumível. Passamos a nos entender como entes e agentes situados fora da natureza. É urgente, portanto, voltar a nos compreender como parte dela.

A expansão do acesso ao sistema educacional durante os governos petistas, no que se inclui o ensino universitário, trouxe consigo agendas e desafios às universidades brasileiras. Essa realidade alterou a configuração do alunado, ampliou a presença de pessoas negras, de indígenas, de mulheres, de sujeitos com orientações sexuais diversas e que, legitimamente, passaram a demandar que suas especificidades fossem vistas e contempladas no planejamento e execução de políticas públicas por agentes estatais.

Esse processo tem gerado conflitos, tensões e respostas da comunidade acadêmica. Mas no geral, e quando se trata de Amazônia, as próprias universidades parecem se negar a pensar o que significa ser uma instituição dessa ordem nessa espacialidade. A estrutura organizacional, a concepção de ciência, as epistemes que tomam de empréstimo para construção e legitimação de saberes continuam, de forma hegemônica, se alheando de pensar a si mesma e tomando de empréstimo premissas que são relevantes para se construir diálogos e pontes de entendimento, mas que não dão conta da diversidade mestiça que nos marca. E o que é pior: ainda silencia, desconhece e resiste em dialogar de maneira mais horizontal com outras perspectivas e saberes.

Mesmo em nossas universidades, não é incomum que continuemos a imaginar como salvar esses povos, essas gentes de “fora”, das beiradas, das margens, da ignorância em que supostamente vicejam, ao passo que continuamos incapazes de reconhecermos nossas próprias limitações. Talvez devêssemos nos perguntar

sobre quem irá nos proteger de nós mesmos. Ou parafraseando Ailton Krenak, que ideias poderemos conceber para adiarmos o fim do mundo? Quando seremos capazes de ouvir e aprender com os povos que vivem e preservam o patrimônio ambiental e ecológico sem cair no mito da “natureza intocada” ao qual, por ingenuidade ou ignorância, recorreremos muitas vezes? Quando, em perspectiva realmente democrática, tornaremos nossas universidades em ‘pluriversidades’?

Urge que se construa maior diálogo em redes de intercâmbios e cooperação entre as instituições educacionais e científicas dispostas no contexto amazônico, com destaque para as Universidades; onde se envolva a articulação com a produção de saberes e o conhecimento de experiências e dos desafios colocados aos países fronteiriços, a exemplo de Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, que compõem, junto com o Brasil, a Amazônia internacional.

É preciso entender que a Amazônia importa para o Brasil situado fora dela, mas também para os brasileiros e brasileiras que a habitam. Nesse sentido, as políticas e currículos educacionais, que prescindem de conhecimentos gerais e comuns a formação nacional, precisam contemplar, efetivamente, o desafio de levar a termo projetos multiétnicos e multiculturais capazes de abrigar e respeitar a diversidade das experiências, dos modos de ser e estar nesta espacialidade.

Esta é uma dimensão cuja expressão e manifestação precisa ser praticada, reconhecida, fortalecida: nas escolas, nas universidades, nos museus, nos centros de pesquisas, nas instituições de preservação de memória. Faz-se necessário, inclusive, instituir políticas públicas de preservação e conservação do patrimônio cultural e documental da região, abrigando nesta a diversidade dos saberes e fazeres que a compreendem.

Continua fundamental refletir de maneira séria, acurada e democrática, como, por que e para quem as agendas ditas desenvolvimentistas, modernizadoras e sustentáveis serão levadas a termo nesta espacialidade. Investigar seus conteúdos, seus impactos variados, ouvindo, efetivamente, as populações que serão afetadas por tais proposições.

Os conhecimentos construídos a respeito dos ciclos da borracha, da exploração de minérios, da expansão das chamadas fronteiras Oeste e agrícola, da biopirataria, da construção de rodovias e ferrovias, das explorações científicas e missões de reconhecimento, da colonização pelas patas do gado *vacum*, da destruição irrefreável de biomas... precisam ser transformados em aprendizados e incorporados as várias dimensões do debate e das políticas de Estado no país.

É necessário cessar, inclusive em nossas universidades, com o imaginário colonizador, atualizado vezes sem conta, que persiste em pensar a Amazônia como a fronteira que nunca se alcança, um vazio nunca preenchido, um projeto reiterado de posse e domínio e onde nós, docentes e pesquisadores, formadores de pares que seguirão a ocupar lugares de poder e mando, ainda reproduzimos concepções e práticas alheias ao respeito à diversidade que professamos.

Talvez assim, projetando cenários para a educação e a ciência, capazes de propor, refletir e questionar conteúdos, formas e sentidos de nossas agendas, possamos edificar a democracia desejada e construir algum ensejo de resposta à indagação: Brasil e Amazônia, para onde vamos?

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo da história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ANDRADE, Rômulo de Paula. “A poeira do progresso pede passagem: imagens de natureza e desenvolvimento na floresta amazônica”. *Anais do Museu Paulista [on-line]*. 2018, vol.26, e14. Epub 08-Out-2018. ISSN 0101-4714. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672018v26e14>. Acesso: 03 maio 2023.
- BECKER, Bertha. “Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?”. *Parcerias estratégicas*. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia, n. 12, set. 2011, p. 137.
- BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.
- BUENO, Magali Franco. *O Imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*, 2002. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- BRUM, Eliane. “Os Silva são diferentes”. *El País*, 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/01/opinion/1409578464_024733.html. Acesso: 15 jul. 2022A.
- BRUM, Eliane. “Casa é onde não tem fome”. *El País*, 2016 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/18/opinion/1468850872_994522.html. Acesso: 16 jul. 2022B.
- BRUM, Eliane. *Belo Monte: a memória afogada e as palavras-cicatrizes*. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jF6wi49nSfM>. Acesso: 16 jul. 2022C.

- FREIRE, Priscila. *Discursos sobre a Amazônia na mídia*. Curitiba: Appris, 2015.
- GONÇALVES, Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2015.
- GONDIN, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- HARDMAN, Francisco Foot. *A vingança da hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003 [2000].
- OLIVEIRA, João Pacheco de. “O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 45-74.
- PEREIRA, Edir Augusto Dias. *Ensaio de Amazônia: representações espaciais da região no ensaísmo brasileiro*. Niterói: Eduff, 2016.

OS WAIWAI VÃO À UNIVERSIDADE¹

Raimunda N. Monteiro

Nos 200 anos da Independência do Brasil, a educação indígena apresenta um vácuo de políticas que em muito agravou a expropriação territorial, populacional e cultural de conhecidas consequências. Este trabalho faz uma reflexão sobre a inclusão indígena no ensino superior na Amazônia, como conquista dos movimentos indígenas na Constituição de 1988. Num diálogo em grupo, foram ouvidos estudantes Waiwai – pertencentes a vários grupos habitantes da Calha Norte do rio Amazonas – selecionados entre os 23 povos e etnias presentes em vários cursos na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). São analisadas as percepções dos estudantes sobre sua experiência acadêmica, assim como são analisados os esforços da Universidade em oferecer uma educação intercultural, no século XXI. A experiência dos Waiwai na UFOPA indica que a conquista da inclusão educacional indígena exige investimento pedagógico estrutural diferenciado para uma inclusão plena, bilíngue e intercultural e não suporta retrocessos em relação às conquistas pós-1988.

¹ Este artigo foi originalmente apresentado no Fórum Internacional sobre Amazônia (III FIA/UNB/2019), compondo os *Anais* do referido evento. Publicá-lo em livro objetiva amplificar a comunicação e o debate sobre seu conteúdo, numa conjuntura em que os povos indígenas do Brasil passaram por episódios de genocídio, tendo no resgate dos Yanomami, em janeiro de 2023, a revelação dramática de uma política contrária à que este livro reporta.

Introdução

A presença indígena, assim como a dos pretos, pardos e pessoas com deficiência nas universidades públicas, é produto de um processo de democratização das políticas públicas originadas por uma intensa mobilização social no Brasil, na década de 1980, que resultou na Constituição Cidadã de 1988. A educação é uma das políticas sociais que emergiram vigorosamente em contraposição ao movimento privatista que buscava se consolidar nas décadas de 1980 e 1990. Os 200 da Independência, como marco de uma nova etapa das relações coloniais entre Brasil e Portugal, ensejam reflexões sobre conquistas humanitárias e cidadãs contemporâneas de elevado valor histórico.

A institucionalização da Educação Indígena, que tem como marco inicial o Diretório dos Índios, de 1755, como uma arrojada política econômica e civilizatória portuguesa, que visava integrar os indígenas à ordem do trabalho colonial como mão de obra emancipada. Importante frisar que essas medidas tiveram como alvo os povos do Grão Pará e Maranhão, portanto um território que compreendemos, em grande medida, como Amazônia na atualidade. Em uma conjuntura econômica mais grave, o Diretório dos Índios foi revogado por um conjunto de ordens, na Carta da Rainha Dona Maria I ao governador e capitão general do estado do Pará, dom Francisco de Souza Coutinho². Nas ordens, emitidas em 1798, a ênfase é o fortalecimento dos aldeamentos para fins econômicos e militares e a educação não é mencionada diretamente.

O participar da sociedade colonial “igualmente a outros vassalos”, resultou em exclusões estruturais de classe, raciais e territoriais comuns aos povos pobres da periferia colonial. De 1798 a 1988, a educação indígena se reduz ao que Banywa (2013) chama de “escolas para índios”, determinadas à assimilação étnica e cultural. A Constituição Federal de 1988 consagra direitos de cidadania e de proteção territorial com diretrizes claras para a institucionalização de uma educação indígena afirmativa em todos os níveis de formação. A universidade passa a ser um ambiente legítimo para o acesso dos indígenas brasileiros com altos e baixos, cumprindo uma trajetória de mais de 30 anos.

Nos anos 2000, com a política de interiorização do ensino superior promovido pelo governo Lula, foi criada a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), implantada em Santarém e em seis municípios do Oeste do Pará. Sua

² Conjunto documental: Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos.

localização geográfica na Amazônia Central, num contexto de cerca de 75% das Unidades de Conservação (Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais habitadas por populações tradicionais, Parques e Florestas Estaduais), comunidades quilombolas, Terras Indígenas (TIs) entre outras formas de dominialidades de florestas por comunidades, conferiu a esta universidade o desafio de interculturalidade.

A presença indígena na UFOPA a constitui como um *locus* privilegiado de ensino intercultural e uma instituição pulsante na criação de novas abordagens pedagógicas e diálogo de saberes. A UFOPA abriga estudantes de 23 grupos (etnias e povos), entre os quais, povos bilíngues como os Munduruku e Waiwai. Desde 2010, a UFOPA adota Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI) e, em 2018, o Conselho Superior aprovou a Política de Ações Afirmativas, institucionalizando o acesso dos indígenas e quilombolas no ensino superior nesta instituição.

Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios dos alunos e alunas indígenas na UFOPA, num contexto de conquistas de vagas no sistema de ensino superior público na Amazônia, as dificuldades do diálogo entre a universidade e a comunidade indígena e os esforços institucionais empreendidos para o acolhimento e a institucionalização de políticas afirmativas interculturais perenes. Como metodologia, adota-se o diálogo com um roteiro de questões discutidas previamente com eles e elas, numa roda de conversa com um coletivo de 12 estudantes dos povos Waiwai, conversas com professores e gestores, além de referência em documentos institucionais. Os nomes dos alunos e alunas são omitidos, podendo ser publicados em possíveis novos trabalhos.

Foram cerca de cinco reuniões realizadas ao longo de quatro anos, nas quais, na condição de gestora da universidade recebi, na condição de reitora, o coletivo de alunos e, em duas oportunidades, também os caciques e algumas mães de alunos e alunas.

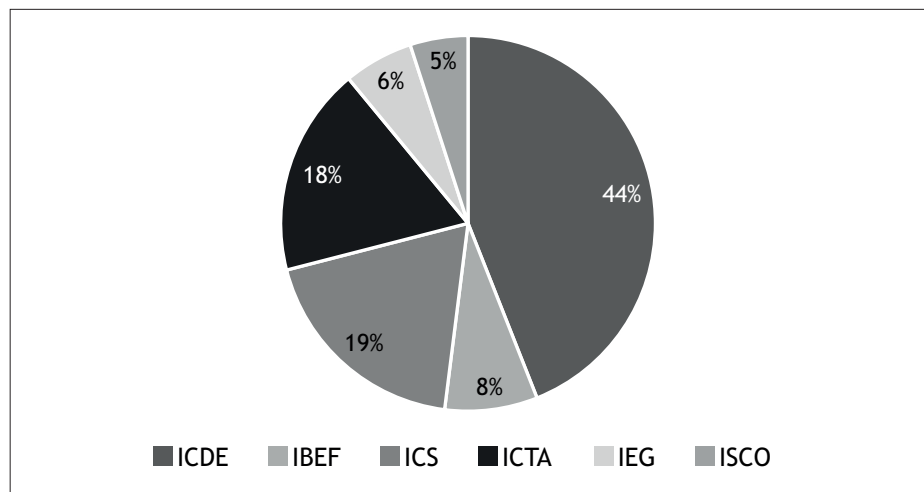
Indígenas nas ações afirmativas na UFOPA

A UFOPA está situada na Amazônia Central, região das mais dinâmicas na atualidade no país, e se destaca como uma região multi-identitária quanto às diversas formas de pertencimento territorial, ancestral ou proveniente de dinâmicas migratórias da colonização europeia centenária e de migrações subnacionais recentes:

O Oeste do Pará compõe um dos mais ricos e diversificados territórios do país no que se refere à presença de povos indígenas e comunidades tradicionais. Considerando apenas os municípios de Alenquer, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Monte Alegre, Santarém, Óbidos e Oriximiná, há 94.400 pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e se auto-identificam como indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhas (CadÚnico). Nesses mesmos municípios vivem pelo menos 28 povos indígenas em 20 Terras Indígenas; há 53 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura e 24 Unidades de Conservação”.³

De 2010 a 2017, a UFOPA recebeu 470 alunos e alunas indígenas, sendo 398 por Processo Seletivo Indígena e 72 por cotas. Desses, 18 já concluíram seus cursos e 15 se prepararam para outorga em 2018. Com os 186 que ingressam em 2018, a Universidade chega a 656 matrículas em sete municípios do Oeste do Pará, sendo destas, as primeiras 46 vagas nas cidades de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Juruti e Itaituba. As vagas indígenas estarão mais próximas dos territórios indígenas da Calha Norte do rio Amazonas, fronteira com Mato Grosso e BR-163:

Figura 1- Discentes Indígenas por Institutos de 2011 a 2016.



Fonte: SIGAA/UFOPA, 2018.

³ UFOPA, 2016, p. 09.

Do total de indígenas matriculados, 44% estão em cursos de licenciaturas, no Instituto de Ciências da Educação (ICED); 19% estão se profissionalizando em cursos do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS); 18% estão matriculados em cursos do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA); 8% nos cursos do Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF); 6% no Instituto de Engenharias e Geociências (IEG); e, por fim, 5% no Instituto de Saúde Coletiva (Isco).

A maior presença dos alunos(as) nas licenciaturas coincide com o observado por Bergamaschi e Kurroschi (2013), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e com o constatado por Queiroz (2014), na Universidade Federal da Bahia (UFBA). No caso da UFOPA, há dois fatores que explicam a preferência pelas licenciaturas: primeira, um projeto estruturante com vistas a fortalecer um sistema educacional indígena. Os futuros professores licenciados têm compromisso com este projeto para atender as necessidades das comunidades e povos que endossam a candidatura deles junto à universidade. Segundo, porque no início da implantação da UFOPA, até 2013, o sistema de ingresso nos cursos se dava por processos de concorrências internas (Índices de Desempenho Acadêmico) em que os estudantes indígenas concorriam em condições iguais com os não indígenas. Desta forma, a maioria dos estudantes indígenas ficava nos cursos menos concorridos, na época, as licenciaturas.

Desde 2011, a UFOPA recebeu seus primeiros alunos indígenas, passando de três a 41; em 2012 e daí por diante, culminando com a oferta de 87 vagas em 2017. Em 2018, foram 656. A universidade tem em seu quadro de discentes representantes de 23 povos, etnias e Terras Indígenas –TIs de grandes dimensões territoriais, assim distribuídos:

Região do Baixo Tapajós: Arapiun, Borari, Jaraqui, Kumaruara, Munduruku, Munduruku Cara Preta, Maytapu, Tupinambá, Tapuia, Tapajó, Tupaiu, Arara Vermelha.

Região do Médio e Alto Tapajós: Apiaká, Munduruku.

Região da Calha Norte: Waiwai, Katxuyana, Hexkaryana, Katwena, Mawayana, Xerez.

Xingu: Juruna e, a partir de 2018, Kaiapó da Terra Baú Mekranotire; Amazonas: Saterê-Mawé.

Essas informações estão de acordo com a autodeclaração dos alunos e alunas matriculados.

A presença indígena na UFOPA é produto do protagonismo de suas organizações. Desde o início da implantação da universidade, o diálogo com as organizações é realizado com grande participação das mesmas no desenho dos Processos Seletivos Especiais Indígenas (PSEIs). A partir de 2014, os seminários de preparação dos PSEIs foram descentralizados para os municípios de Oriximiná (Calha Norte), Itaituba (Tapajós) e Santarém.

Os alunos indígenas na UFOPA apresentam uma característica diferenciada das demais regiões. A maioria dos alunos(as) é proveniente dos povos, etnias e comunidades do rio Tapajós. Os do Médio e Baixo-Tapajós têm seu reconhecimento recente, a partir de um movimento de autoafirmação iniciado nos anos 1990⁴. Em termos geográficos, parte dessas comunidades indígenas tem sua localização dentro da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e dentro da Floresta Nacional do Tapajós. Neste caso, a universidade reconhece a territorialidade e a etnicidade declarados. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2012-2016 considerou o ensino indígena como meio de “valorizar a diversidade cultural: respeito às diferenças, com base nos aspectos étnicos, religiosos, linguísticos e sociais”⁵. Em 2014, foi criada a Diretoria de Ações Afirmativas (DAA), vinculada à Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PROGES). A Universidade tem uma Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial. Como parte da Política, a UFOPA se propõe a trabalhar um Plano Decenal de Ações Afirmativas com ações de curto, médio e longos prazos. Além disso, a estruturação de uma institucionalidade específica que promove o ensino, a pesquisa e a extensão intercultural, nos âmbitos da graduação e da pós-graduação⁶.

Um teçume de aprendizado entre universidade e comunidades indígenas⁷

A maioria dos docentes da UFOPA vem de outras regiões do Pará e do Brasil, sem uma vivência com a realidade da Amazônia e do Oeste do Pará. A maior parte dos docentes tem na UFOPA sua primeira experiência no ensino. São mui-

⁴ Almeida, 2010.

⁵ Idem, 2015, p. 33.

⁶ Em 2018, foi instituída a regra de inclusão indígena, na Pós-Graduação na UFOPA.

⁷ Para conhecer mais sobre a experiência da inclusão indígena na UFOPA, ver também Gois e Souza (2015).

tas as dificuldades com o ensino para não indígenas, e as dificuldades se ampliam com alunos indígenas⁸.

A instituição abriu vagas, criou Processos Seletivos Especiais, mas até 2013 os indígenas estavam inseridos nas mesmas condições de ensino que os não indígenas, fazendo um percurso acadêmico que continha três fases de concorrência interna para acesso aos cursos (Formação Interdisciplinar – Ingresso em um Instituto – Ingresso em um curso) por meio de Índices de Desempenho Acadêmico iguais para todos os alunos da universidade. Daí resulta que os alunos indígenas, até este período, puderam acessar, em sua maioria, os cursos menos concorridos, ou seja, as licenciaturas.

Em 2014, houve mudança no modelo acadêmico da UFOPA, estabelecendo-se a entrada direta para os cursos, combinada com formações em Bacharelados Interdisciplinares (BIs), garantindo-se duas vagas para indígenas em todos os cursos da universidade. O impacto desta mudança talvez tenha recaído sobremaneira na base das práticas acadêmicas de toda a universidade, pois todos os professores passaram a ter alunos indígenas em seus cursos. Aí, salienta-se o lado dos docentes, também não preparados para lidar com inclusão etnoracial na universidade.

Entre avaliações internas e demandas de estudantes, caciques e lideranças indígenas, os esforços de assimilação da diversidade étnica pela universidade foram tratados em várias frentes. Em 2016, foi formado um grupo de docentes concursados exclusivamente para o apoio pedagógico específico aos indígenas. A missão dos docentes, agregados ao Curso de Pedagogia, do Instituto de Ciências da Sociedade (ICED), foi reunir os diagnósticos existentes sobre a efetividade do ensino, da pesquisa e da extensão para os alunos indígenas, tendo como finalidade criar mecanismos de superação das dificuldades que resultam no baixo rendimento de um grande contingente dos alunos e alunas.

Entre as dificuldades mais gritantes na relação dos discentes indígenas com a UFOPA, e da universidade com os discentes, é a comunicação para os que não têm o português como primeira língua; e as lacunas de formação em disciplinas básicas (matemática, português, informática, química, física) herdadas de um ensino médio de baixo rendimento. Esta dificuldade, em relação aos estudantes indígenas, reflete uma gradação mais acentuada do que é verificado com a maioria dos oriundos de escolas públicas. Mas com os indígenas também foi observado em apresentação institucional: “jovens que nunca moraram em cidades; que

⁸ Para melhorar o desempenho didático-pedagógico dos docentes, a partir de 2017, a UFOPA passou a ministrar o Curso de Aperfeiçoamento à Docência (CAD). A formação docente numa perspectiva intercultural se apresenta como necessária ao ensino superior na UFOPA.

não sabem lidar com o dinheiro, com a burocracia dos bancos; que desconhecem os códigos de conduta da vida na cidade.”⁹. Essas dificuldades, em princípio, foram vistas como homogêneas para todos os grupos de alunos indígenas. A partir de 2017, foi instituída a Formação Básica Indígena (FBI) como mecanismo para “além de preencher as lacunas do ensino básico, prover acolhida, adaptação e orientação aos indígenas. [...] trabalhar todo um sistema de práticas e valores, crenças e interesses que não fazem parte das sociedades indígenas.”¹⁰

A universidade procura uma aproximação mais efetiva das necessidades de conhecimento mútuo entre os mundos das comunidades e da própria universidade, com vistas a construções epistemológicas e pedagógicas inovadoras. O “teçume” de diversos, limitados e complementares conhecimentos e práticas, como sistematizado por Boaventura de Sousa Santos na definição de *ecologia de saberes*.

Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem por premissa a ideia da inesgotável *diversidade epistemológica do mundo*, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isso implica renunciar a qualquer epistemologia geral. Existem em todo o mundo não só diversas formas de conhecimento da matéria, da sociedade, da vida e do espírito, mas também muitos e diversos conceitos e critérios sobre o que conta como conhecimento (SANTOS, 2007).

Considerando que o ensino superior no Brasil, historicamente vem de uma trajetória elitista e excludente, o ingresso de um contingente considerável de indígenas nas universidades, por extensão, na UFOPA, é uma prática contra-hegemônica. Portanto, ainda potencialmente afirmativa de novas possibilidades de compreensão científica do mundo a partir de múltiplos prismas de saberes. Numa realidade periférica em relação aos centros que normatizam a ciência moderna, esta universidade se propõe a promover

[...] a integração e melhores condições para a permanência dos (as) indígenas que ingressam na UFOPA pelo PSEI; Desenvolver metodologias de ensino, extensão e produção de conhecimento que valorizem e reconheçam as cosmologias e o modo de vida dos povos indígenas; Fortalecer os processos identitários e organizativos dos povos indígenas; Promover intercâmbio permanente entre a UFOPA e as comunidades indígenas; Proporcionar formação sobre os prin-

9 UFOPA, 2018.

10 Idem.

cípios de interculturalidade e da realidade dos povos indígenas.¹¹ A Formação Básica Indígena, para além de uma formação niveladora de conhecimentos convencionados no sistema formal de ensino superior, está ainda iniciando um rico processo de aprendizado mútuo entre universidades e comunidades indígenas. Isto porque os alunos e alunas indígenas na universidade representam grupos, culturas, linguagens, práticas sociais e cognitivas que constituem também referências comunitárias. Os conteúdos disponibilizados partem de matrizes de conhecimento formais, mas dialogam com os referenciais culturais comunitários dos diversos grupos presentes na universidade.

Desta forma, considerando os esforços de ensino, pesquisa e extensão, a Formação Básica Indígena pretende ser um laboratório de conhecimento mútuo entre universidade e comunidades, no qual docentes e estudantes recém-ingressos estão “tentando romper com a ideia de ensino como produto pronto, que o discente costuma trazer do Ensino Básico. Propomos aos indígenas participar e contribuir para a produção de novos conhecimentos, especialmente sobre as populações indígenas”.¹²

Os Waiwai chegam à Universidade

Os estudantes Waiwai na UFOPA englobam os grupos Hxikaryana, Mawayana, Waiwai, Tiryó, Katwena, Xerew e Kaxuryana. A história recente dos Waiwai fala de deslocamentos territoriais, mudanças de crenças e religiões e casamentos interétnicos que os transformou num povo com grande influência na Calha Norte do rio Amazonas, com ramificações territoriais em Roraima e na Guiana Inglesa. A origem geográfica dos Waiwai tem como “local de habitação tradicional os formadores da margem direita do alto rio Mapuera – notadamente, o rio Kikwo ou Baracuxi.”¹³

A história do povo Waiwai mudou há cerca de 70 anos, quando, em 1947, chegaram dois missionários americanos de uma missão denominada *Unenwangelized Fields Mission*, já envolvidos com a atração e concentração de povos indígenas da fronteira do Norte do Brasil, na aldeia Kanashen (“Deus ama você”, em Waiwai). Somente nos anos 1970 foi feito o caminho de volta, numa missão

11 UFOPA, op. cit.

12 Idem.

13 Queiroz, p. 185.

militar de realdeamento em território brasileiro, com a criação das aldeias Mapuera, em território tradicional do povo Xerew e Hxikaryana, no Pará.

Em 1995, Queiroz (s/d) estimou a população Waiwai em “2.010 pessoas, assim distribuídas: no Pará, rio Mapuera (1.060), em Roraima, rio Jatapuzinho (400) e rio Nova (50); e na Guiana, rio Essequibo (500)”:

Os diversos grupos étnicos da aldeia Mapuera tem o waiwai como língua geral. Porém, cada etnia tem um dialeto próprio que é utilizado pelos seus membros quando se comunicam entre si. [...] praticamente nenhuma mulher, criança ou velho fala o português e somente alguns jovens entre 16 e 25 anos o aprendem muito bem quando visitam as cidades.¹⁴

Os Waiwai mantêm uma interação aldeias-cidades muito intensa, sobretudo os seus caciques e os mais jovens. A demanda por saúde e educação determina, em muito, as necessidades desses contatos, majoritariamente, institucionais.

A chegada dos alunos indígenas da Calha Norte na UFOPA traz para o universo acadêmico a complexa trajetória dos diversos grupos e etnias da região. A forma de autorrepresentação e o conseqüente reconhecimento na comunidade universitária se dão pela identidade e pela língua geral Waiwai. Os alunos e alunas Xerew, Hixkaryana, Kaxuyana, Tiryó, Katwena são identificados como povo Waiwai. A educação para os povos indígenas da Calha Norte tem crescido em interesse e é objeto de negociação permanente de seus caciques com as autoridades públicas do Estado. Trata-se de um projeto coletivo, como já identificaram Góis e Sousa (2015). Seus caciques fazem parte das instâncias que discutem e decidem sobre o ensino fundamental e médio no estado e na região. Reivindicam maior assistência do estado na Educação Escolar Indígena, em que se ressentem da má qualidade e da dificuldade com a língua portuguesa e da dificuldade de seus candidatos serem aprovados nos processos seletivos, na universidade.

A formação superior apresenta-se, então, como parte do projeto educacional e afirmativo dos povos congregados na Aldeia Mapuera e demais grupos, demandando vagas na UFOPA, participando de toda a discussão dos Processos Seletivos Especiais e atuando de forma organizada. A história, as culturas, as línguas e as diversas etnias presentes aos poucos vão se fazendo conhecidas no cotidiano da instituição, no diálogo facilitado pela criação de instâncias específicas de coordenação das questões indígenas, dentro da universidade.

¹⁴ Queiroz, p. 264.

Reivindicaram uma organização estudantil própria, não apartada, mas específica deles na interlocução com a administração superior, com uma sala separada dos demais alunos indígenas congregados no Diretório Acadêmico Indígena (DAIN). Consideram que, separados, podem se concentrar melhor em suas questões, estudar entre eles e ter um ambiente para conversar sobre assuntos do seu interesse. Os caciques acompanham a vida acadêmica dos jovens, mantendo uma agenda regular de reuniões com a administração superior, em que reforçam a pauta dos estudantes e se colocam à disposição para ajudar a universidade nos seus esforços disciplinares e de assistência aos estudantes. Entre os estudantes estão filhos de caciques.

Percepções dos estudantes Waiwai sobre a vivência acadêmica na UFOPA

No presente estudo, foram envolvidos doze estudantes na faixa etária de 21 a 33 anos ingressantes em 2012, 2013, 2016 e 2017. Estão cursando Geologia, Saúde Coletiva, História, Direito, Pedagogia, Licenciatura em Matemática e Física, Licenciatura em Biologia Química, Ciências Biológicas, Ciências Atmosféricas e Gestão Ambiental. São Waiwai, Waiwai-Hexrayana, Waiwai-Mawyana e Waiwai-Tukano, como se autodeclararam para efeito de identidade étnica. Todos falam waiwai como primeira língua, dois falam também hexkaryano; um fala katwena, xerew, inglês e português, além do waiwai; um fala waiwai, português e mawayna. Apenas dois declaram falar e escrever bem em português. Essa multiplicidade de línguas faladas pelos alunos e alunas, traz uma riqueza cognitiva que a universidade ainda não consegue absorver. Da parte dos e das discentes, o esforço de dominar a língua portuguesa em pleno curso impõe um desafio a mais, visto que os conteúdos e a própria linguagem acadêmica escrita e falada guardam universos de significados muitos específicos de cada disciplina e nem sempre os docentes estão preparados para as traduções necessárias.

Expectativas na relação comunidade-universidade e universidade-comunidade

A formação superior como projeto dos povos e das comunidades se reflete como *ethos* dos estudantes Waiwai. Eles têm como referência a missão que receberam de suas comunidades e caciques, em que a busca de conhecimento tem

como finalidade o compartilhamento e o empoderamento intelectual, tecnológico, político, cultural, social e territorial do seu povo. Desta forma, os estudantes de licenciaturas estão se formando para “assumir o trabalho dos professores não indígenas em nossa aldeia”, como afirma a estudante (E4). Trata-se, portanto, do conhecimento como ferramenta de empoderamento.

O termo “conhecimento” está presente na maioria das falas, associado a uma expectativa de profissionalização que agrega novas competências às necessidades sociais de suas aldeias. O entrevistado estudante de Direito (E1)¹⁵ afirma que “o povo Waiwai espera uma contribuição depois de minha formação, como defender e levar conhecimento em áreas jurídicas e me profissionalizar em prol do meu povo”. Repassar para outras pessoas da aldeia o aprendizado está presente na percepção da maioria dos estudantes. O aluno (E2) de Ciências Atmosféricas também pretende levar novos conhecimentos da universidade para a comunidade que “espera que eu ajude fazendo a previsão do tempo”. A substituição de funções exercidas por “brancos”, assim denominado por eles, também é frequente. A estudante (E3), que ingressou em 2014, no curso de Saúde Coletiva, indica como missão na universidade “meu povo espera que eu conclua meu curso e possa atuar como técnica de enfermagem, pois na Aldeia Mapuera, apenas um indígena trabalha com saúde. Os demais são brancos”. Na fala da estudante (E4), do curso de História, “além de repassar os conhecimentos adquiridos, irei, principalmente, falar sobre História do meu povo, ressaltando nossa cultura e costumes tradicionais, para que assim, nossa cultura não se perca”. Aqui, se percebe uma busca de apropriação de saberes, de forma até concorrencial com a sociedade não indígena, em que a ciência moderna e ocidental é vista como um patrimônio ao quais os povos indígenas também têm direito. Como atuarão com esses conhecimentos, novas prospecções de mudanças culturais devem dar conta.

Tem-se, portanto, uma perspectiva de que a universidade detém conhecimentos e formações que atendem ao que o povo Waiwai precisa, seja para atuar nas aldeias, seja na cidade, contanto que eles e não apenas “os brancos” estejam agregando novas competências intelectuais e técnicas. Aí transparece um desejo de preservação da cultura, mas interagindo com mudanças nos modos de vida das comunidades. É o caso dos estudantes de Ciências Ambientais e Engenharia Sanitária, que se propõem a promover melhorias no ambiente e na saúde das comunidades.

Perguntados sobre “o que gostariam de aprender mais na universidade”, predomina entre os estudantes o desejo de domínio das linguagens, como meios

¹⁵ Estudante.

de comunicação em língua portuguesa. A necessidade de “entender melhor o que o professor ensina na sala de aula”, como é o caso do (E5), que concorda com esta afirmação. Em segundo lugar, o desejo de aprendizado em tecnologias da informação. As linguagens da computação aparecem em praticamente todas as manifestações de interesse de aprendizado, como necessárias ao desenvolvimento do mundo do conhecimento que a Universidade proporciona. A língua inglesa também aparece como um idioma de interesse de alguns alunos e, ainda, as metodologias científicas, o como fazer pesquisa (pesquisa de campo, projetos e artigos científicos). Compreender melhor a “linguagem científica para acompanhar as aulas de metodologia científica, descrever e aprender os trabalhos” é a expectativa manifestada também pelo estudante (E6). Com o domínio dos meios, os estudantes se veem adquirindo autonomia para o aprendizado.

O que a Universidade pode aprender com o povo Waiwai?

Há um grande anseio em transmitir sua cultura – as danças, as línguas, o artesanato, a culinária etc. Citam conhecimentos de práticas próprias de agricultura e a “medicina dos índios”. Conhecimentos sobre uso de plantas medicinais como um universo de conhecimento a ser compartilhado e acolhido pelo mundo acadêmico. A língua Waiwai também é um patrimônio cultural que os alunos gostariam de ensinar à comunidade universitária. Como um mecanismo de comunicação intercultural com benefícios mútuos na convivência social, mas também para uma melhor comunicação nas atividades acadêmicas, caracterizado formas diferenciadas de ensino. A pintura, a arte do arco e flecha que já ensinam para outros povos da região. Os desafios começam então pela universidade aprender sobre as epistemologias e cosmogonias diversas que transpõem suas portas e caixas epistemológicas, muitas conformadas pelas tradições acadêmicas rígidas que movem o sistema de ensino-aprendizado e dependências colonizatórias historicamente herdadas.

A seguir, algumas falas sintetizam o valor atribuído pelos alunos e alunas Waiwai aos conhecimentos que lhes pertence e que consideram que a universidade deve se apropriar para poder desenvolver melhor atividades acadêmicas interculturais: “A universidade tem o privilégio de aprender diversas culturas, nossos costumes e a nossa convivência cotidiana. Precisa se aproximar e ter laços com nosso povo Waiwai. É importante a Universidade ter conhecimento sobre nosso povo e ter noção de que somos indígenas culturados. Sem ter conhecimento não irá acompanhar” (E7).

Nesta linha de pensamento, a estudante (E4) acrescenta que “a universidade tem que aprender a respeitar a nossa cultura, principalmente nós, bilíngues, que viemos de longe. Precisa também aprender a ver a importância de mantermos nossa língua materna, incentivando a apresentação de seminários e TCC¹⁶ em nossa língua. Seria importante que, assim como nós aprendemos a língua portuguesa, a universidade se interesse em aprender ao menos o básico da nossa língua e um pouco da nossa cultura e costumes. Assim teríamos uma real educação diferenciada”.

Conversando sobre conhecimento

Não se pretende desenvolver aqui uma discussão teórica sobre paradigmas científicos e esta não foi a abordagem feita aos estudantes. Partiu-se da questão simples de que esses estudantes são exigidos a pensar ciência, nos parâmetros da investigação científica convencional e moderna. A ciência Waiwai se referencia no conhecimento tradicional transmitido pelos mais velhos e legitimado pela autoridade dos caciques. O que o cacique prediz como descritor e como marco normativo é considerado um conhecimento organizado a ser transmitido geracionalmente. Os “castigos” para os desvios sociais – engravidar moças indevidamente, uso de cigarros, entre outros – assim como conhecimentos relacionados à caça, às roças, à construção de casas, à produção de artesanatos e objetos e usos no trabalho, como o jamanxim¹⁷, os tipitis – “tudo aquilo que temos de conhecimento sobre a natureza e os aprendizados nossos”, conforme o estudante (E5). O estudante (E1) expressa a ideia de ciência como conhecimento adquirido pelos mais velhos, como a organização de sua comunidade, como os dias apropriados em fazer agricultura e preservação do seu *habitat*, áreas de caça mais apropriadas, que geralmente os mais velhos indicam e que é passado de geração em geração. Também plantas como forma de cura para doenças. O cacique organiza e os povos Waiwai obedecem, conclui a estudante (E4), sintetizando a autoridade dos caciques e as lideranças sobre o acervo cultural, as normas de convivência social e o universo de saberes na relação com a natureza.

Perguntados sobre que conhecimentos do seu povo consideram úteis a oferecer para outras comunidades, são generosos em indicar muitos aspectos da culinária, no uso de subprodutos da mandioca, de artefatos de madeira, uso de

¹⁶ Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

¹⁷ Cesto feito geralmente, de cipó-títica, utilizado para carregar caça, mantimentos, mandioca, entre outros.

plantas medicinais, formas e normas de organização social. O estudante (E7) vai além, afirmando que “o nosso povo, Waiwai, tem conhecimento amplo e muitos dos velhos tem conhecimento de como fazer artefatos. E usar matérias-primas que são retiradas dos troncos das árvores”.

Sobre se aprendeu a pesquisar com os métodos aprendidos na universidade, a maioria dos que estão avançados nos seus cursos informam técnicas e objetos científicos que se caracterizam como resultado do aprendizado como prática de pesquisa: samambaias, briófitas, bactérias, fungos e animais (aluno da Biologia e Química); pesquisa no computador, informática (Excel e Word), o aluno Geologia; queda livre, no Laboratório de Física (o aluno de Matemática e Física); parasitologia, sobre amebas e *leishmaniose* (aluno de Saúde Coletiva). Um grupo menor chamou a atenção para as dificuldades com linguagens, como o expresso pelo aluno de Direito: “Sim, mais ou menos, mas preciso de mais conhecimento e os métodos têm que ser diferencial para os alunos bilíngues”. Aqui, abre-se uma janela para um amplo diálogo epistemológico e pedagógico a ser desenvolvido nos desafios acadêmicos interculturais. Para um diálogo de conhecimentos e saberes com equidade, a Ciência moderna ocidental precisa se desvencilhar de suas formas convencionais de organização e bases investigativas e se abrir às janelas cognitivas que os alunos e alunas trazem em suas bagagens culturais.

É possível que o ingresso dos indígenas nas pós-graduações possibilite prospecções intelectuais endógenas que se imponham com suas formas de pensar os fenômenos aos mecanismos convencionais ocidentais não indígenas de construção de conhecimento. Essa é a premissa de Santos (2006) com a ideia de Ecologia de Saberes, como mecanismo emancipatório pós-colonial, considerando que “convertida em conhecimento uno e universal, a ciência moderna ocidental, ao mesmo tempo em que se constituiu em vibrante e inesgotável fonte de progresso tecnológico e desenvolvimento capitalista, arrasou, marginalizou ou descredibilizou todos os conhecimentos não científicos que lhe eram alternativos, tanto no Norte como no Sul.”¹⁸ Como esse encontro de conhecimentos, os descredibilizados pela ciência moderna, presentes na universidade, e os credibilizados pela ciência não indígena chegados à comunidade podem vir a ser reprocessados e validados neste encontro intercultural, a história dirá.

18 Santos, 2006, p. 155.

Relações entre docentes não indígenas e discentes indígenas: do estranhamento à colaboração

Também foi discutido com os/as estudantes, sobre a relação com seus/suas professores(as) na atividade acadêmica. A maioria absoluta reporta uma relação colaborativa traduzida por respeito às dificuldades dos(as) estudantes bilíngues, acompanhamento do processo de compreensão dos assuntos, repetindo as explicações, utilização de ferramentas didáticas como Rodas de Conversa, troca de cultura, “aulas de reforço” e provas substitutivas para melhorar o aprendizado das disciplinas. Apenas um aluno afirma que só “alguns, poucos professores ajudam os bilíngues em sala de aula”, mas a mesma (E4) também cita professores que valorizam o fato de serem bilíngues e que criam oportunidades adicionais para melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

A boa referência ao esforço dos professores é um indicador de amadurecimento da instituição no acompanhamento pedagógico intercultural. Já houve momentos críticos, com acusações de discriminação, de falta de paciência, de dificuldades de acompanhamento das aulas por causa das dificuldades com a língua portuguesa. Da parte dos professores, a maioria das dificuldades relatadas é relacionada às questões comuns a todos os oriundos de escolas públicas, ou seja, dificuldades de redação, lacunas de conhecimentos básicos em matemática e outras matérias da Educação Básica. O relato do estudante (E1), a seguir, exprime exemplarmente casos de um encontro intercultural não bem sucedido dentro da universidade, num dado instituto: “os professores não explicavam bem e nem queriam saber se tinha indígena bilíngue, pois diziam que ensino na sala ia ser igualitário, assim, tive muita reprovação, o que fez mudar de curso.”

Quanto a atitudes negativas verificadas na relação com os professores, foi citado: “preconceito, principalmente dos professores da região do Pará (Norte); discriminação de professores que não aceitam bilíngues como monitores; grande volume de material didático, textos longos, linguagem difícil, onde eu leio, mas não entendo os textos; professores que não explicam bem a matéria” (E2).

Em sua relação com os demais servidores da universidade, a maioria dos relatos dá conta de uma relação cada vez mais respeitosa, de ajuda e respeito. Mas tem um relato que também explicita encontros pouco amistosos entre servidores e alunos indígenas. Quanto às maiores dificuldades encontradas nos cursos, a maior parte das questões são relacionadas à comunicação em Língua Portuguesa e de adaptação ao modelo convencional de atividades acadêmicas – artigos, apresentação de seminários em Português, elaboração de TCCs, termos técnicos,

interpretação de textos, cálculo, entre outros. As matérias mais difíceis indicadas pelos alunos(as) são: Português, Matemática, Física, Biologia e Química. Sugerem métodos mais identificados com as culturas e os universos linguísticos dos alunos e das alunas.

Um novo futuro para os indígenas Waiwai?

Até 2017 os estudantes Waiwai que se graduaram na UFOPA foram Jaime Xamen Waiwai, formado em Arqueologia e Walter Powci Waiwai, formado em Antropologia. Em 2018, mais quatro alunos Waiwai concluíram seus cursos. Junto com eles, outros nove estudantes dos povos Tupinambás, Munduruku e Arapiun, também já se graduaram e uma estudante foi aprovada no Mestrado. Entre os graduados, a maioria é Tupinambá, pertencentes ao tronco linguístico Tupi, que fazem parte dos grupos de emergência étnica recente¹⁹. Os Arapiun habitam comunidades dos rios Arapiuns e Tapajós e são altamente influentes na Universidade por meio do Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns (CITA), pois falam bem português e lideram o movimento de reconhecimento étnico que emergiu nos anos 1990, na região, após séculos de desarticulação cultural e territorial de seus povos. Aqui pode cair bem a proposição de Santos (2005) quanto à necessidade de atuação em rede “orientada para viabilizar e incentivar a prossecução das quatro áreas de legitimação: acesso, extensão, pesquisa-ação e ecologia de saberes”²⁰.

Os estudantes que continuam na universidade também fazem planos. Quanto à perspectiva sobre o local de atuação profissional futuro, cerca de 45% dos estudantes Waiwai prevê voltar para atuar na aldeia Mapuera, sendo a maioria como professores; 45% se veem atuando em qualquer aldeia do território Mapuera-Nhamundá (principalmente os estudantes Waiwai-Hexkaryana); os demais 20% projetam atuar futuramente na Aldeia Ponkuru, na cidade – cidades próximas, incluindo Santarém – e na aldeia ou na cidade, se for necessário. Esta amostragem de 12 de um universo de 47 estudantes Waiwai reflete uma tendência. Voltar para empoderar os projetos e meios de vida de seus povos. E desta forma, fortalecer-se politicamente em seus territórios.

Este cenário de retorno de profissionais de nível superior indígenas para as aldeias inspira novas reflexões, assim como à futura convivência nas cidades

19 Gois e Sousa, 2015, p. 185.

20 Santos, op. cit., p. 97.

da região, com indígenas com formação superior, concorrendo por novos espaços de convivência, por empregos qualificados e por funções de comando e não apenas como subordinados ou marginalizados na economia e no convívio social. Certamente, os novos profissionais licenciados estarão influenciando na Educação Básica nas aldeias e isto refletirá no aumento de jovens Waiwai na universidade.

A expectativa dos caciques é de que os jovens voltem para as aldeias bem formados e, para isso, exercem um controle severo no acompanhamento junto às famílias e à universidade. Invariavelmente, participam de todas as discussões estratégicas e mantêm interlocuções permanentes com a alta direção da universidade. A UFOPA se tornou uma instituição presente na agenda de relações do povo Waiwai, como adjutora de seu projeto. O aperfeiçoamento do ensino superior indígena no Brasil e na UFOPA passa, de alguma forma, pelo que propõe Monserrat (1994), ao afirmar que “necessita-se, urgentemente, de pesquisadores indígenas. A experiência de outros países com forte presença de populações indígenas aponta para a possibilidade real de formação, em número cada vez maior, de linguistas e antropólogos indígenas. É o que se espera possa acontecer em breve também no Brasil.”²¹

Era essa a trajetória em curso até 2016, afetada com a Emenda Constitucional 95 que congelou por 20 anos o orçamento das universidades públicas brasileiras, inibindo os esforços pedagógicos complementares necessários ao ensino, à pesquisa e à extensão, com as traduções mútuas tão caras no diálogo de conhecimentos entre indígenas e não indígenas no ensino superior. Em particular, na UFOPA, que está entre as que abrigam maior diversidade.

Em 2019, agrava-se o risco de retrocessos com a decisão governamental, de elevados cortes no orçamento das universidades públicas e com o desmonte da assistência estudantil indígena e quilombola. O asfixiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras representa uma realidade de inviabilização das condições materiais de manutenção do que já existe e a morte do sonho da expansão e dos avanços das políticas de inclusão conquistadas até o presente.

21 R.M.F. Monserrat, in L.D.B. Grupioni, *Índios do Brasil*, Ministério da Educação, Brasília, 1994.

Considerações finais

Educação indígena no Brasil e na Amazônia, especificamente, é uma política que remonta a quase 270 anos, tendo no Diretório dos Índios de 1955 o primeiro marco de regulação, voltada para a colaboração das populações nos contingentes de sustentação da colônia. A Constituição de 1988 consagrou direitos territoriais e sociais, com destaque para a responsabilidade do Estado para a promoção da educação indígena em todos os níveis.

Os indígenas brasileiros foram efetivos em buscar espaço no sistema de educação pública, estando presentes em vários programas e institucionalidades nas universidades públicas do país, mesmo que essas novas obrigações legais venham sendo assimiladas lentamente pelo sistema educacional. A Universidade Federal do Oeste do Pará vem desenvolvendo uma experiência de aprendizado interessante, marcadas por erros e acertos na decisão de ser uma universidade intercultural.

Os avanços observados a partir da experiência particular da UFOPA se concentram no ensino de graduação, com o ingresso de um contingente que representa quase 10% do corpo discente da universidade. Constata-se que há um significativo rol de capacidades a serem desenvolvidas no âmbito da Universidade, destacadamente nas questões linguísticas, culturais, científicas, cosmológicas e quanto ao entendimento do encontro entre saberes estruturados na tradição ocidental e a ecologia sistêmica de saberes que pode e deve fluir desse encontro. Ainda são limitados os instrumentos pedagógicos, as estruturas curriculares, os espaços institucionais adequados para atividades pedagógicas não convencionais, assim como é mínimo o número de professores preparados especificamente para atuar no ensino superior intercultural.

O diálogo de saberes, com vistas a avanços no campo epistemológico é um dos ganhos mais ricos vivenciados, mas ainda pouco processados teoricamente pela universidade e pelos indígenas presentes nos cursos. Espera-se que a interculturalidade possa avançar, inclusive nos níveis epistemológicos com o desenvolvimento do pensamento teórico dos próprios indígenas, e a presença deles nas pós-graduações e como futuros docentes favorecerá esse salto de qualidade na relação universidade-povos-universidade.

De acordo com o perfil verificado neste estudo, os alunos Waiwai, Waiwai-Hexrayana, Waiwai-Mawyana e Waiwai-Tukano, presentes na UFOPA, são profundamente ligados às suas comunidades e povos, nos aspectos familiares, culturais e políticos. Têm consciência de que estão se formando num projeto de

seu povo, de buscar conhecimentos no mundo não indígena especializado para levar melhorias para suas aldeias. Todos manifestam grande reverência por suas tradições, seus territórios e seus caciques. Talvez alguns venham a ser caciques no futuro, aqueles pertencentes às linhagens de chefes, e serão caciques de uma geração cuja maior guerra travada foi para conquistar espaço na educação dos “brancos”, aprender a língua dos colonizadores, se profissionalizar em conhecimentos que acrescentam novos saberes ao acervo de saberes de seus povos. Como será? Esse encontro intercultural está apenas começando.

A reflexão aqui desenvolvida demonstra que o ensino superior pode configurar em fator de mudanças substanciais na relação dos povos indígenas com a sociedade regional, de afirmação territorial pela conquista de espaço intelectual por parte dos povos indígenas da região.

Conclui-se que os jovens indígenas anseiam pelas mesmas oportunidades no ensino superior que os não indígenas, com diferentes perspectivas sobre como o novo conhecimento influenciará suas vidas e suas comunidades. Assim, fica demonstrado que a irreversibilidade da inclusão indígena passa também por construir novas competências pedagógicas que serão mais eficientes quanto maior vir a ser a presença de egressos indígenas nos espaços de formulação do projeto educacional e de produção de conhecimentos para o mútuo aprendizado.

Referências

- ALEGRETTI, M. “A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros”. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59, 2008. Editora UFPR.
- ALMEIDA, F. V. *A emergência étnica de povos indígenas no Baixo Rio Tapajós, Amazônia*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.ppgcs.ufba.br>. Acesso: 13 jan. 2018.
- ARQUIVO NACIONAL. *Conjunto documental*: Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos. Disponível em: http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3148:extincao-do-diretorio-dos-indios&catid=2034&Itemid=215. Acesso: 03 meio 2023.
- BANIWA, G. *Territórios educacionais: um novo paradigma na política educacional brasileira*. CONAE 2010, Brasília, 2010. Disponível em: [http://laced.etc.br/site/arquivos/Texto Gersem TEEs.pdf](http://laced.etc.br/site/arquivos/Texto%20Gersem%20TEEs.pdf). Acesso: 25 jan. 2018.
- BANIWA, G. *Faces da indignidade, faces da indianidade* / Maria Inês Smiljanic, José Pimenta, Stephen Grant Baines. Curitiba: Nexo Design, 2009.
- BERGAMASCHI, M. A., KURROSCHI, A.R. S. “Estudantes indígenas no ensino

- superior: o programa de acesso e permanência na UFRGS. *Revista Políticas Educativas*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, 2013.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 13 fev. 2018.
- BRASIL. *210 (Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010)*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/794016.pdf>. Acesso: 25 fev. 2018.
- BRASIL. *Estatuto da Igualdade Racial*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso: 22 jan. 2018.
- FREITAS, M.A.B. “O Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima: trajetória das políticas para a educação superior indígena”. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, Brasília, v. 92, n. 232, p. 599-615, set./dez. 2011. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br>. Acesso: 25 fev. 2018.
- GOIS, D. M.; SOUSA, A. “Wai-wai, Tupinamba, Arapiuns: Sujeitos/Saberes de Discentes Indígenas da UFOPA (Santarém, Brasil)”. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. III, n. 1, 2015.
- MONSERRAT, R. M. F. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.) *Índios do Brasil*, Ministério da Educação, Brasília, 1994.
- MOREIRA, G. O. *et al.* “Inclusão social e ações afirmativas no ensino superior no Brasil: para quê?”. *Revista Ensino Superior UNICAMP*, 2017. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos>. Acesso: 25 jan. 2018.
- QUEIROZ, R. C.; GIRARDI, L. G. “Dispersão e Concentração Indígena nas Fronteiras das Guianas: análise do caso Kaxuyana”. *Revista Brasileira do Caribe*, v. XIII, n. 25, jul.-dic. 2012, p. 15-42. Universidade Federal de Goiás.
- QUEIROZ, R. C. *A saga de Ewká: epidemias e evangelização entre os Waiwai*. Disponível em: https://www.academia.edu/9440225/A_saga_de_Ewk%C3%A1_Epidemias_e_evangeliza%C3%A7%C3%A3o_entre_os_Waiwai. Acesso: 20 jan. 2018.
- QUEIROZ, D. M. “O estágio atual das políticas afirmativas nas universidades brasileiras”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia*, UFSE, n. 4, 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br>. Acesso: 15 jan. 2018.
- SANTOS, B. S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, B. S. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. *Novos Estudos CEBRAP*, (79), nov. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>. Acesso: em: 30 jun. 2018.
- UFOPA. *Aditamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOPA 2012-201*. Disponível em: www.ufopa.edu.br. Acesso: 13 jan. 2018.
- UFOPA. *Racismo na Universidade? Orientações para Promoção da Igualdade Étnico-Racial e Superação do Racismo*. Santarém, 2016. Disponível em: www.ufopa.edu.br. Acesso: 22 fev. 2018.
- UFOPA. “Carta da Diversidade”, em *I Encontro Diversidade em Foco & I Simpósio Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente na UFOPA*, 2015.

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE O BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NO BRASIL E NO MARANHÃO

*Fernanda Rodrigues Galve
John Kennedy Ferreira
Berenice Gomes da Silva*

Independência, Liberdade e Autonomia. Palavras que carregam contextos e grandes debates. Como o poeta Ferreira Gullar nos apresenta nos versos: “Como dois e dois são quatro/Sei que a vida vale a pena/Embora o pão seja caro/E a liberdade pequena”, a construção da nossa história vem dos movimentos de luta, das resistências e do enfrentamento para concretizar a tão desejada liberdade. Nossa história completa 200 anos de percurso para realizar o que foi nomeado como independência. Que Brasil construímos durante esses 200 anos? São tantos os questionamentos e provocações para que a vida valha a pena que trouxemos para o Maranhão, em 2022, um seminário acadêmico para refletirmos sobre a nossa liberdade e as nossas ações. Quais foram e são as atuais resistências? E o que queremos, tanto no presente, quanto para o futuro da nação? Que independência foi e é essa? As reflexões percorreram olhares, tanto para a questão nacional, quanto regional. Foram apresentados em dois dias quatro

mesas com os grandes temas que percorrem a história, a economia, a religião e a resistência. Destacam-se o aprofundamento nas múltiplas análises referentes à região Nordeste e Norte do Brasil.

Nos dias 25 e 26 de julho de 2022 foi realizado o seminário *200 anos de lutas e resistência no Brasil e no Maranhão*, que contou com reflexões, vivências e investigações referentes ao Bicentenário da Independência. O evento foi promovido pela Fundação Perseu Abramo (FPA), realizado na Universidade Federal do Maranhão e contou com o apoio desta Instituição, por meio do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), os Departamentos de História e Sociologia, assim como o apoio da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), dos Departamentos de História e Sociologia da UEMA-SUL, da Associação Nacional de História do Maranhão (ANPUH-MA) e dos movimentos sociais: a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Vale lembrar que o contexto da independência não foi o róseo desquite amigável que a ideologia dominante apresenta, mas foi marcado por insurreições, lutas sociais e militares que deram cores fortes de guerra de independência e sufragou de norte a sul, de leste a oeste as terras brasileiras. A independência foi uma frente ampla que contou com a participação de abolicionistas, da incipiente burguesia comercial, republicanos, conservadores, liberais exaltados, maçônica, que conformaram um amplo movimento capaz de fazer frente ao domínio português nas ideias e também nas armas. O núcleo central de tal contenda deve-se ao monopólio da metrópole sobre o câmbio e a produção local, levando a uma situação em que “os de cima não conseguem manter seu domínio e os de baixo não aceitam mais o modelo de dominação”. Tal processo desemboca na independência que proporcionou amplas melhorias na organização territorial, na construção de forças de defesa, no desenvolvimento e legislação urbana e, principalmente, rural, no desenvolvimento de portos, estradas, bancos e toda a infraestrutura de Estado que fora negligenciada pela ação colonial.

Neste íterim, se conformaram, de modo desigual e combinado, núcleos de uma classe dominante “cultura” e capacitada para perceber o atraso frente às nações europeias e, de modo tradicional, compreender as formas de desenvolvimento que lhe era possível. Essa contenda nunca foi abreviada de tensões e as guerras de independência, principalmente a Bahia, Pará e o Maranhão mostram esse dissenso. No caso do Maranhão, a vinculação das principais frações das classes dominantes à Portugal era o consenso sobre o trabalho escravo, principal elo de relacionamento. Foram necessárias fortes batalhas na região de Caxias, Itapecuru e São Luís, onde a esquadra do comandante escocês lorde Thomas Cochrane

ameaçou destruir a capital provinciana, para que a rendição fosse assinada em 7 de agosto, na cidade de Caxias.

Neste importante debate sobre o movimento de adesão do Maranhão à Independência e as marcas de longa duração, foram temas centrais da primeira mesa: “200 anos de ‘Independência – aspectos políticos e históricos”, com a participação de Jomar Fernandes Filho, Marcelo Cheche Galves, Roni César Andrade de Araújo e a coordenação de Fernanda Rodrigues Galve. Os expositores analisaram o contexto histórico do Brasil, permeado pela seguinte questão: Que país é esse que chega aos 200 anos? A Análise considerou a sua diversidade territorial, a escravidão, a população indígena, as cidades e os portos. Um panorama histórico e aprofundado, desde o período Colonial, a vinda da família real e seus reflexos na Independência, até os dias atuais.

Cada expositor trouxe resultados de suas investigações referentes ao vasto território, a aceleração e o desenvolvimento econômico social e as diversas revoltas como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817), que construíram elementos ativos de uma ruptura política. Rupturas dentro de aspectos políticos que alcança o Maranhão. Nesse processo, houve a conformação de uma elite e da classe dominante, primeiramente vinculada ao capital colonial e depois ao imperialismo. Essa escolha política limitou o desenvolvimento do mercado interno e as construções de construções capitalistas que fossem além da agenda agrária exportadora, questão aprofundada nessa mesa de debates.

A segunda mesa – “O Maranhão na rota do desenvolvimento do Brasil, do Nordeste e da Amazônia” – teve a participação de Ângela Silva, Allan Kardec Duailibe, José Sergio Gabrielli de Azevedo, Marcelo Sampaio Carneiro e a coordenação de Sálvio Dino. A principal questão de reflexão desta mesa se deu em torno das grandes heranças econômicas que o Maranhão obteve nesses 200 anos de independência, que remete ao questionamento: são 200 anos de luta pela independência brasileira? Nas particularidades, foram destacadas as suas riquezas naturais e econômicas, as atividades comerciais, de serviços e a sua característica agrícola, agrária, pecuária e a localização estratégica que favorece a questão portuária na capital. Em relação à questão agrária, os expositores enfatizaram tanto o aspecto do crescimento do latifúndio quanto a resistência dos camponeses e sem terra.

A desigualdade, a concentração e a disparidade de renda no Maranhão atual evidenciam a existência, praticamente, de um loteamento do Estado por grupos exportadores-importadores. A ausência de uma política distributiva e desenvolvimentista evidencia a grande contradição existente no Maranhão: um estado

muito rico em reservas naturais e com uma distribuição de renda extremamente desigual, em que a maioria da população (65%) necessita de auxílio governamental para sua sobrevivência e a existência de cerca de 56% da população que vive com menos de 200 reais por mês (IBGE, 2022). Os expositores reafirmaram a necessidade de um projeto de desenvolvimento para o Maranhão que leve em conta as suas imensas riquezas, as estratégias necessárias, com ênfase para as questões de energia, agronegócio e mineração. Dois caminhos foram expressados: o primeiro, que observa a necessidade de expansão do núcleo distributivo por meio da ampliação da extração de gás e petróleo, com mudança do eixo nacional de exportação-importação de *commodities* das regiões Centro-Oeste e Norte, dos portos do Sudeste (Rio e Santos), para os portos locais, otimizando as reservas naturais da Margem Equatorial. O segundo enfatiza a necessidade de um projeto de desenvolvimento com ampliação de cadeias produtivas e tecnológicas com incremento da industrialização e da agricultura familiar. Em ambos os casos, a aliança entre o Estado Nacional e o Estado Provincial são essenciais ao avanço da economia e da sociedade.

Além da produção para exportação, o Maranhão possui uma dependência de produtos externos. Hoje, cerca de 80% dos produtos alimentares consumidos no Maranhão vem do Sudeste, constituindo um encarecimento dos alimentos. O que coloca a necessidade de uma política amparada para a agricultura – camponesa, familiar e dos assentamentos de Reforma Agrária –, focada no desenvolvimento do mercado interno, com melhorias e apoios financeiro e tecnológico, assim como das vias de escoamento, armazenagem e estocagem.

Frente ao crescimento do capitalismo em áreas de fronteiras agrícolas e de reservas minerais surgem movimentos de resistência desencadeados por populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, agricultura familiar, que se manifestam na ruptura dos laços tradicionais, como é o caso da religião. Do ponto de vista da História, a religião é fundamental para compreender o Brasil, e esse foi o tema debatido na terceira mesa – “Religião e resistência no Bicentenário da ‘Independência’”, com participação de Lyndon Araújo Santos, Martha Bispo, Francisco das Chagas Pereira (padre Chagas), mãe Nonata de Oxum, com a coordenação e a introdução de Joelma Santos da Silva. São 200 anos de uma independência que ainda não gerou, de fato, uma liberdade religiosa. As continuidades, rupturas e resistências, assim como outros aspectos da religião na vida social, foram debatidos nesta mesa.

A religião é fundamental para compreender a configuração política e social do Brasil, neste caso, a religião católica, cristã, faz parte do Estado desde o período colonial, e cumpriu papel decisivo na formação do Brasil, questão que não

difere muito do período de Independência. Diferente do Iluminismo, que chega no Brasil com a proposta de laicização, foi destacado o papel de continuidade da religião católica, por meio de seus agentes nesses 200 anos de Independência, inclusive a participação da Igreja Católica na I Assembleia Constituinte, e, posteriormente, na Constituição de 1824, que instituiu o catolicismo como religião oficial do Estado. Essa relação imbricada com o Estado se “justifica” para manutenção do controle político, social e cultural. Já as religiões afros e indígenas são silenciadas nesta I Constituição, pois não eram consideradas religiões, mas heresias. Esse processo de exclusão, perseguição e dominação contra as diferentes denominações religiosas se sustenta até os dias atuais, porém, com novos arranjos, incluindo a relação com o protestantismo, neste caso, o neopentecostalismo. Por outro lado, surgem movimentos e formas de resistências que se opõem a esse modelo de religião mantenedora do *status quo* com manifestações messiânicas a participação de missionários e outros agentes cristãos. Um exemplo de luta e resistência ativa que tem como principal produto histórico Manuel Bernardino, conhecido como o Lenin da Mata¹.

A presença dos protestantes evangélicos, ainda bastante desconhecidos na sua totalidade, é marcante no processo de independência. O protestantismo se somou às lutas abolicionistas ao lado de liberais, maçons, espíritas e republicanos e, de algum modo, representou uma das forças modernizadoras da república proclamada, embora movido por interesses religiosos e proselitistas. Por seu turno, o catolicismo de matriz popular agiu de forma a representar demandas sociais reprimidas e teve papel ativo nas lutas camponesas iniciadas por meio das Ligas Camponesas, iniciadas nos anos de 1950, com destaque do líder camponês Manoel da Conceição (que era evangélico), alcançando os dias atuais nos enfrentamentos realizados pelos movimentos sem terra e pelos povos originários.

Portanto, debater as religiões nos 200 anos de independência de forma crítica e reflexiva significa conhecer, a partir da história, como as religiões “oficiais”, trazidas pelos colonizadores, contribuíram para fortalecer o sistema de escravidão ao desvalorizar a religião e a organização dos povos nativos.

A resistência marcou a mesa quatro, intitulada “As lutas populares no Maranhão e a resistência dos povos originários”, com a exposição de Silvano Magali Vale Nascimento, Zeneide Cordeiro, Anacleto Pires e Francisco Elias de Araújo, Davi Pereira Júnior, coordenada por Ana Tereza Ferreira da Rocha. O debate foi permeado pelas causas e permanências das lutas populares no Brasil, ressaltando a herança histórica e política e aspectos centrais que permanecem

1 J. K. Ferreira. “A organização das ideias socialistas no Maranhão”. *Revista de Políticas Públicas*, n.22, 2018, p. 347-366. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22nEp347-366>. Acesso: 03 maio 2023.

na contemporaneidade e envolvem a classe trabalhadora, em especial: as mulheres, comunidades quilombolas, operários, indígenas, quebradeiras de coco, sem terra, e perpassam também as escolas e universidades. As falas partiram de experiências marcadas pela historicidade, desde a Balaiada, no século XIX, até a atualidade das lutas contra a implantação dos grandes projetos, como é o caso da Base de Alcântara, a luta dos povos indígenas e dos quilombolas pela manutenção dos seus territórios e os seus modos de vida, das mulheres extrativistas (quebradeiras de coco), dos sem terra e outros sujeitos políticos.

É uma relação tensa, que marca a forma de desenvolvimento baseada na evolução predatória da expansão das fronteiras agrícolas que espoliam as terras e os modos de vida existentes. Dessa forma, a crítica ao desenvolvimento está centrada no modelo agroexportador. Para os povos indígenas e quilombolas, esse modelo é contínuo, cuja ação é realizada pelo Capital e pelo Estado que, ao promoverem diversas formas de violências, acarretam a morte espiritual, cultural e física desses povos. Isso acontece pelo não reconhecimento da posse da terra, embora ela seja usufruto, pertencendo ao Estado. Isso possibilita a ação contínua nas fronteiras e as agressões muitas vezes marcadas pela colaboração de instituições que deviam protegê-la. Os povos originários lutam através de sua arte, cultura, nas universidades e escolas para garantir o direito de continuar a viver em seus modos de vida.

Por fim, no decorrer do debate foram mencionados os diversos elementos culturais fundantes do Maranhão e do Brasil. As condições de subalternidade e de capitalismo muito tardio impuseram a exclusão de grupos sociais e da classe trabalhadora dos processos históricos. De fato, as classes dominantes têm espírito subalterno, seu projeto não é integrador do povo brasileiro e de suas várias frações sociais. A própria afirmação da diversidade cultural passa pelo desenvolvimento soberano que pode ser consagrado em um projeto de desenvolvimento democrático popular.

Desta forma, foram expostos: sociedades, comunidades, grupos, experiências e a formação histórica na relação social e política destes 200 anos de Independência.

AUTONOMIA E RESISTÊNCIA RELIGIOSA¹

Francisco das Chagas Pereira

Sou padre Chagas, filho de lavradores, e a partir desse chão de lavrador e também urbanizado que pretendo compartilhar com vocês minhas experiências. Nasci em São Bernardo (São Miguel), localizado no Baixo Parnaíba; meu pai era filho de um casal cearense que imigrou para o Maranhão fugindo da seca, e minha mãe era filha de pai cearense e mãe piauiense. Os cearenses e os piauienses imigravam para o Maranhão à procura de terras livres e água; e isto encontraram nessa região com uma natureza abundante, com riquezas naturais como carnaubal, tucunzal, cocais, bacuri, pequi, ervas medicinais, muitas caças, rios – Rio Parnaíba, Rio Buriti, Rio Preguiça, Rio Preto, Rio Belágua – e entornos desses rios, as lagoas – a maior delas é a Lagoa Bacuri, formada pelo Rio Buriti e Rio Parnaíba – e as praias – municípios de Tutóia, Paulino Neves, Barreirinhas, Água Doce –, uma região rica em peixes, tanto em água doce como em praia. Encontraram em um povoado descendentes da África e povos originais (índios) que tinham suas formas/jeitos próprios de se organizar politicamente e religiosamente, formas de viver sua religião e resistir à imposição da

¹ Exposição Padre Chagas – Mesa 3 – Religião.

religião dos colonizadores, assim como também viver sua organização a favor da vida, como construir casas, limpezas de caminhos e outras formas de organização que resistiam à imposição dos colonizadores. Foi nesse chão que vivi até meus 12 anos de idade e, com a morte do meu pai, fui morar com meus padrinhos de batismo na capital, no bairro Vila Passos, que fica em torno do bairro de Fátima conhecido como Cavaco, Liberdade, Floresta e Canto da Fabril. Fui percebendo que nesses bairros a maioria era povo negro vindo, principalmente, de Alcântara, Guimarães, Bequimão, pois em torno desses bairros tinham muitos igarapés/fluentes do mar e portos em que encostavam barcos que vinham desses municípios. Ainda é importante dizer que sou de uma família de 12 irmãos, apenas eu tive acesso à universidade, 3 irmãos fizeram ensino médio e os outros são analfabetos de leitura.

Na Vila Passos fiz a primeira experiência católica, por meio da ação católica, em seguida fui para o Anjo da Guarda, onde fixei residência com meus padrinhos e onde iniciei a experiência na Igreja Católica nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastoral da juventude. Foi nesse período que conheci o método Paulo Freire e a proposta de organizar os pobres em pequenos grupos de reflexões e a partir da bíblia buscarmos luzes para iluminar a busca constante de entender a vida que é de Deus, e de por que a sociedade produzia sempre [muitos] pobres e poucos ricos mais ricos e, ainda, como construir uma sociedade alimentando-se no reino de Deus, que seja mais justa e solidária, construída a partir dos povos organizados com a contribuição daqueles e daquelas que são solidários a esses projetos propostos por Jesus Cristo e testemunhado na caminhada do cristão em pequenas comunidades. O povo tem sua prática de religiosidades popular com as rezas do mês mariano (maio), semana santa e natal com benzedores e benzedoras de quebrante e outros. As CEBs vão se organizando, a partir da sua religiosidade popular, social e econômica iluminadas pelo documento Vaticano II Puebla.

Na minha formação acadêmica, conheci o professor Ferret na UFMA (que já fez sua páscoa); ele contribuiu na reflexão da religião afro-brasileira, ajudou no conhecimento nos vários terreiros existentes em São Luís, fazendo uma reflexão da relação entre a religião católica com os terreiros; conheci muitas mães e pais de santos e seus ritos. Quando celebramos 200 anos da independência do Brasil temos de refletir como as religiões afros e indígenas estão exercendo sua liberdade – estão vivendo sem discriminação a celebração da vida, com seus ritos próprios, seus costumes e seu bem viver?

Fui me apaixonando nesta caminhada, inserido nas comunidades tradicionais com sua religiosidade e com a formação acadêmica fui conhecendo a pessoa

de Jesus Cristo: como ele vivia, a relação com a religião do seu tempo, sua postura diante do sistema econômico e político da sua época. Fui me apaixonando pelo seu projeto de vida e sua metodologia trazendo a pessoa humana para o centro, favorecendo a participação dos pobres excluídos do seu tempo para a construção de uma sociedade na qual “todos tenham vida e vida em abundância” (Jo.10,10). A religião católica trazida pelos colonizadores vai contribuindo para fortalecer o sistema de escravidão e desvalorizar a religião e a organização dos povos nativos, mas surgiram missionários que foram se opondo a esse modelo de religião que se opõe à proposta de Jesus Cristo, a primeira comunidade cristã.

Na década de 1970, as CEBs da Igreja Católica que se organizaram na área geográfica do Anjo da Guarda, Vila Nova, São Raimundo, Praia do Boqueirão, Mapaura e Maracanã – organizadas em pequenas comunidades alimentadas no documento da igreja, à luz da história do povo de Deus e da proposta de Jesus Cristo vivido pela comunidade dos discípulos e continuados com as comunidades, relatado nos Atos dos Apóstolos –, resistiram ao modelo de implantação da Vale do Rio Doce. Nestas comunidades, simbolicamente, a resistência mais forte foi das famílias camponesas de Mapaura (30 famílias) e da praia do Boqueirão (80 famílias), uma experiência de muita aprendizagem com os saberes populares das famílias, a participação da UFMA e das igrejas católica e outras protestantes. Foi a primeira experiência que fiz com o ecumenismo.

Essa troca de saberes populares e da teologia popular, fiz sempre essa experiência com as comunidades de camponeses, quilombolas e a juventude. Posso partilhar com vocês uma experiência feita com a comunidade de Tingidor, do município de Itapecuru: em 1985, Quinta-feira Santa, me desloco para essa comunidade para celebrar com eles a missa do lava-pés e permanecer até domingo da Páscoa nesse território. Chegando em Itapecuru, o carro que fazia linha para esse povoado já tinha partido; eu e outro companheiro animador de comunidade (membro da ACR), Lourenço (que também já fez sua páscoa), nos deslocamos a pé sem parar, chegando no povoado às 16 horas; ia tão cansado que chegando na casa da animadora da comunidade nem sentei em cadeiras ou bancos, sentei no chão porque queria era relaxar. Neste momento, chegou uma senhora de mais ou menos 52 anos que, vendo a minha situação (pés inchados) pediu para trazer uma gamela (bacia de madeira) de água do pote dormida e a vassourinha; fez oração pela água, não sei qual a oração, pois só olhei mexendo a água e a vassourinha; começou a benzer meus pés, expelindo água neles, na cabeça e no corpo. O interessante é que meus pés desincharam e meu corpo se energizou, retomou suas forças. Pela noite, na celebração da comunidade, ela chegou com dois quadros para eu benzer. Que lição tirei disto para minha vida de sacerdote/

missionário? Uma troca de saberes populares, ou seja, de teologia popular com a teologia acadêmica do padre, membro da hierarquia da igreja a serviço das famílias de uma comunidade, que celebra a vida de uma comunidade, que tem também seus saberes, seus conhecimentos.

Outra experiência muito interessante que tive foi com a relação entre pescadores e a maré: as famílias de pescadores se orientavam pela lua e pela maré; a relação deles com a maré faz parte de sua vida, os sinais que vêm do mar – por exemplo, eles sabem que o inverno vai ser bom pela quebrada do mar (barulho do mar). Essa mesma experiência eles levam para a celebração: quando celebrava missa nas comunidades de Tutóia e Paulino Neves, entre outubro e dezembro, os homens que não estavam próximos à mesa de eucaristia se aproximavam e ficavam em silêncio, com muita atenção para a mesa da eucaristia, quando eu partia o pão (hóstia), e conforme o sinal, eles se olhavam e sorriam. Eu, curioso, fui conversando e me disseram: conforme o “estalo” da hóstia, que parecia com o barulho do mar, ouviam o sinal de que o inverno do ano seguinte seria bom para a pesca e para o plantio.

Estou convencido que nos dias atuais, apesar dos avanços tecnológicos, os celulares com seus vários acessos à comunicação, é necessário retornar às rodas de conversas e leituras nas comunidades, com seus saberes populares, para que todos tenham acessos igualitários, dentro do seu contexto, favorecendo sua independência, sua valorização, e assim contribuindo para uma sociedade justa e fraterna.

A INDEPENDÊNCIA NO MARANHÃO E BRASIL¹

Francisco Elias de Araújo

É um prazer enorme estar aqui mais uma vez, compartilhando um pouco do que fazemos em nossa militância, trazendo as nossas experiências. Muito bom falar depois da professora Silvane Magali e dos(as) demais, pois as falas foram muito ricas, com informações muitíssimo importantes. Cabe apenas complementar, desde os debates e vivências do MST.

Da mesa anterior, pude ver o final do debate que trouxe o padre Chagas, destacando a influência dos demais estados do Nordeste na nossa formação cultural, da religiosidade à combatividade, e a gente reforça aqui a importância destes elementos para entender as nossas raízes – que se expressam nas formas de lutas do nosso povo no nosso tempo.

Entendo que estes elementos da nossa formação e das nossas lutas, de reafirmação nos territórios (comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária) são questões centrais para o debate do bicentenário, uma vez que nos ajuda a debater, numa perspectiva de classe, e a olharmos para história, na perspectiva dos trabalhadores.

¹ Exposição Elias – Mesa 4 – Resistências.

Na nossa história de “independência”, a exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade é muito forte. E o mesmo dominador se manifesta de diferentes formas em cada território.

Aproveito para parabenizar a Fundação Perseu Abramo e a UFMA pela realização do evento que possibilitou pautar o debate acerca da concepção de independência e debatermos a partir da visão dos trabalhadores.

Portanto, o bicentenário diz sobre a Independência do Brasil em relação a Portugal, ou a nossa condição de colônia. Mas o que vem na sequência do marco de independência é uma relação de dependência ainda maior. Uma dependência subalterna como se convencionou configurá-la. Registra-se um Brasil disputando as atenções do mundo recém-capitalista, que inicialmente aceita ser mediado pela Inglaterra e, em seguida, pelos Estados Unidos. Ambos os movimentos de total dependência.

Essa condição não se altera, passados 200 anos. Hoje, mais que nunca, as relações de dependência são muito fortes. Está sacramentada no pensamento de parte da classe dominante de servir às grandes potências e se reproduzem nas relações entre capital e trabalho, numa correlação de forças historicamente desfavorável à classe trabalhadora. É o que Florestan Fernandes chama a atenção, como um padrão de dominação externa histórica e contínua na América Latina. Uma dominação que interessa às classes dominantes de nossos países. Essa aliança cultural, política, militar e econômica perpassa os grandes e complexos dilemas da soberania nacional que temos hoje.

Assim, cabe-nos pautar a discussão acerca de uma segunda independência. Independência, numa perspectiva de projeto nacional e popular. De projetarmos processos de soberania.

Por isso, acho importante valorizar o tema das raízes do nosso povo que dão sentido à nossa identidade cultural e que, ao mesmo tempo em que é diversa, é também unidade e resistência. E isso nos torna “povo brasileiro”, mas com uma história de nação dominada pelo grande capital. Descendemos da expansão da grande empresa capitalista, mas precisamos de horizonte de independência verdadeira.

Penso que a mesa se engrandece com a representatividade escolhida – quilombola, indígena, mulheres, camponeses –, que trouxeram elementos importantes da vivência de cada um e de cada uma, e têm como afirmação comum uma condição de não independência do Brasil, onde nos cabe perguntar: que independência é essa? Independência para quem?

É importante, em uma segunda independência, pensar o Brasil numa perspectiva que não a da expansão da grande empresa capitalista. Nos padrões de

hoje, a voracidade do capital impõe a ampliação da exploração e a apropriação dos recursos da natureza, [o que] aumenta as mazelas socioeconômicas e culturais do nosso povo.

Outras expressões, além da independência, vão sendo apropriadas indevidamente por setores da classe dominante. A ideia de liberdade, muito em uso ultimamente, também se fortalece em tempos neofascistas e de desmonte dos direitos dos trabalhadores. Nossos termos, valores e noções estão em disputa. Exemplo no campo é o que o governo de Bolsonaro tentou fazer com a Reforma Agrária. Busca promover o que chama de liberdade aos camponeses assentados, propondo o título de propriedade a quem hoje já chegou na terra. Ou seja, de concreto não ocorre nada de muito importante, fica tudo como estava, sem nenhuma conquista real, mas manipula o imaginário conservador com a ideia de um título de propriedade privada, e com isso atingiria dois objetivos: se livrar dos pobres, deixando-os à margem das políticas públicas para assentamentos de Reforma Agrária para virarem pequenos proprietários; e promove um mercado de terras legalizando a venda de lotes. Não tem conquista real!

Em tempos de negacionismo, é muito forte o estímulo à responsabilidade e inventividade individual, em detrimento da organização coletiva (um quilombo, uma aldeia, um assentamento, uma cooperativa, uma associação ou sindicato, uma sala de aula etc.). A ideia é desmobilizar processos que incidem na formação de consciência.

Destaco essa questão da Reforma Agrária no atual governo para demarcar a forte negação aos direitos dos povos do campo, no momento em que é uma questão central para o agronegócio fortalecer a expansão da fronteira agrícola sobre os territórios da Amazônia. E essa expansão precisa de terras regularizadas para serem integradas ao mercado de terra e desmobilização dos povos do campo.

Não só a terra, outros espaços como o PRONERA, através do qual a Anacleto, que me antecedeu, e eu fizemos curso de graduação, mas que hoje está paralisado porque os recursos foram transferidos para outras áreas de interesses do atual governo.

Não por acaso, o melhor instrumento de educação do campo foi desmontado, não só pelos recursos, mas para o não fortalecimento da resistência das organizações nos territórios em disputa.

O Maranhão se configura hoje como território mais agrário, marcado pelos conflitos. Mas é também referência em inovações. É um estado “pobre”, não por falta do desenvolvimento. A opção é pela concentração a serviço dos grandes empreendimentos. Para não sairmos do exemplo da agricultura, citamos nossos polos de produção de grãos no Maranhão. Aqui se reproduz a mesma tecnologia

das demais regiões produtoras do agronegócio. O acesso à tecnologia, subsídios e incentivos é que sempre favoreceram aos interesses externos.

Por fim, uma nova independência precisa ocorrer em favor do desenvolvimento interno, de fortalecimento de nossa identidade nacional e que supere as distorções do modelo capitalista. Será a correlação de forças na sociedade que dirá o que teremos nos próximos centenários. A nós, cabe a luta popular, a participação e a organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Acredito que elegeremos Lula presidente, apesar da mesa não ter esse objetivo, mas o ambiente é motivador para esta afirmação. É preciso mudar a composição da frente parlamentar agrária que impõe políticas do capital sobre nossos territórios. Ela é dirigida por instituições financiadas pela JBS, Bayer, Syngenta, Friboi e várias empresas com sede nos EUA, China e Europa. Assim, não tenhamos dúvidas de que as mudanças mais imediatas que estão sinalizadas para o próximo período dependem também do resultado das eleições de outubro.

Muito obrigado, viva a luta popular!

POVOS INDÍGENAS E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Zeneide Pereira Cordeiro

No momento que recebi o convite para participar deste evento, estava realizando uma pesquisa de campo para a minha tese de doutorado, em uma terra indígena, localizada no oeste do estado do Maranhão.

Possuo relações de parentesco e de amizade com indígenas de uma aldeia desta terra indígena. Por isso, minha presença, assim como minhas aproximações com os indígenas, não é apenas de pesquisadora ou militante.

Ouvi a mensagem/convite com o tema desta mesa através da voz do meu companheiro. Em razão de eu ser cega, necessito de uma pessoa vidente¹ para me acompanhar na pesquisa de campo.

No início, o texto do convite causou reflexão, pois a terra indígena em que estava vivenciava momentos de extrema violência, causada, sobretudo, por invasões de madeireiros, avanço das fazendas e empreendimentos econômicos nos limites territoriais da terra indígena. Estava presenciando e sentindo a dor

¹ Refere-se a uma pessoa que enxerga e auxilia uma pessoa cega na mobilidade, na identificação de imagens, objetos, leitura em materiais impressos ou em aparelhos tecnológicos quando não possuem leitor de tela ou o texto quando não estar em braille. Vidente é também um termo usado para identificar guia/profissional que auxilia acompanha pessoas cegas.

das pessoas de uma terra indígena sofrendo as ações das políticas de morte do governo Bolsonaro, como a facilidade do uso de armas, a destruição da política de saúde e da educação indígena, o avanço do agronegócio ocasionando ameaças, assassinatos e perseguições de indígenas em todas as terras indígenas do Maranhão.

Por outro lado, vivenciava relações de solidariedade, conhecimento, encontro com minha ancestralidade e cura através da natureza. Compreendia o sentido da minha (re)existência individual e coletiva. Em um desses momentos, conversava com o cacique da aldeia onde estava hospedada e lhe falei sobre este evento. Ao ouvir o termo “independência do Brasil”, o cacique da aldeia onde eu estava aproximou-se de mim e, com tom sereno e questionador, falou-me: “Dona, quem é essa tal independência do Brasil? Quem é essa pessoa que nunca apareceu aqui pra nós?”. Com o objetivo de responder, expliquei o que foi o processo de independência do Brasil, conforme narra a história oficial. O cacique ouviu cada palavra, em seguida, falou-me: “agora, me diga, se os brancos tiveram independência, por que nós não tivemos?”.

Nesse momento, compreendi que para os povos indígenas do Brasil, em específico do Maranhão, a colonização é um processo contínuo. Nos dias atuais, não necessitam de colonizadores europeus para executar violências, as violências são realizadas no interior do próprio Estado.

Seus territórios, assim como nos primeiros séculos da colonização, continuam sendo usurpados por não indígenas para implantarem empreendimentos econômicos de interesse capitalista, cuja lógica de uso da terra nada tem a ver com as formas de uso da terra pelos povos indígenas.

Os não indígenas, apoiados pelo Estado, compreendem a terra e tudo o que habita nela, como fonte para acumulação de riquezas. Os indígenas compreendem a terra e tudo o que habita nela, seres humanos e não humanos, vivos e espirituais, como sendo fonte de vida e conhecimento, lugar onde ocorrem encontros e relações com a natureza, sociais e cosmológicas.

O desenvolvimento econômico propagado pelo Estado, cujas ações são de exploração da terra, representam para os indígenas a morte física, social, espiritual e territorial. Exclui e expropria, colocando esses povos em situação de marginais deslocados dentro do seu próprio território. Isso porque no Brasil nenhum povo indígena é dono dos territórios que ocupam. Possuem apenas a posse para o usufruto, o dono é o Estado. Essa condição colocou o Estado, nos últimos quatro anos, como principal agressor dos povos indígenas do Brasil, facilitando a exploração e ocupação de terras indígenas por não indígenas, sobretudo por latifundiários e empresas de mineração.

A vida dos povos indígenas é possível por causa das suas organizações de resistência às violências. Resistências e lutas que existem desde os primeiros eventos da colonização, quando lutaram contra a escravidão e todas as ações do processo “civilizatório”, organizando correrias, armadilhas ou fugindo para o interior da mata para viver em regiões de difícil acesso, distante do colonizador. Hoje, os povos indígenas resistem e reivindicam direitos à continuidade de suas vidas, organizando mobilizações sociais, políticas, falando da sua arte e sua cultura nas redes sociais e meios de comunicação, lutando para ocupar posições nas escolas, universidades e todos os setores do Estado. Outra forma de contribuição é a realização de pesquisas decoloniais, antirracistas, inclusivas e interculturais.

Assim, compreendi a fala do cacique que citei anteriormente, como não é possível um povo perseguido e ameaçado de morte durante séculos falar de independência. Ao mesmo tempo, questioneei a razão de eu estar aqui e o tema desta mesa – “povos originários”. Quem são? Aprendemos inúmeras denominações para identificar uma diversidade de povos indígenas, silvícolas, brabos, aborígenes, selvagens, índios. Todas expõem um certo desconhecimento de um período histórico do Brasil. Durante séculos essas categorias foram utilizadas em sentido genérico, contribuíram para o apagamento de histórias, memórias e, portanto, de vidas, povos, pois um povo sem história e sem memória não existe.

Porém compreendo essas categorias, nos dias atuais, como sendo importantes categorias de reflexão e análise sobre diferentes aspectos da constituição do Estado brasileiro.

DESENVOLVIMENTO DO MARANHÃO E DO BRASIL¹

Ângela Maria de Sousa Silva

Este Seminário sobre os 200 anos da Independência do Brasil acontece em um momento importante, pois hoje comemoramos o dia da Agricultura Familiar e nós, da Federação dos Trabalhadores Rurais (FETAEMA), agricultores e agricultoras do estado do Maranhão, tiramos essa semana para comemorar e dar visibilidade a nossa Agricultura Familiar. Estar aqui hoje nesta mesa é importante para nós porque discutimos as lutas e resistências no campo durante todos esses anos e como essas questões refletem nos dias atuais.

Ao me referir a este período de 200 anos da nossa República, a palavra que nos define é resistência. Resistimos para fortalecer e dar visibilidade ao nosso povo, homens e mulheres do campo que no Brasil, e em especial no Maranhão, cuja história é marcada por violência na luta pela terra. A outra questão que devemos nos perguntar é: o que mudou ao longo desse processo histórico em relação ao modelo de desenvolvimento? O famoso “desenvolvimento sustentável” é sustentável para quem?

¹ Exposição Ângela Silva – Mesa 2 – Desenvolvimento.

Nesse sentido, a minha apresentação dialoga com a apresentação do professor Marcelo Carneiro, que me antecedeu e expôs sobre o desenvolvimento capitalista e a expansão desse modelo no campo nas décadas de 1970 e 1980, o que implicou diretamente no crescimento dos conflitos agrários no Maranhão. Essa é a nossa realidade de desenvolvimento do Brasil e do Maranhão. O “crescimento” que nós temos – que é visto como desenvolvimento –, traz os impactos que são os conflitos agrários que nesse modelo de desenvolvimento é caracterizado por uma intensa disputa histórica pela terra. Assim, a minha exposição será centrada na realidade atual, como consequência do modelo de desenvolvimento, pois é este modelo que trouxe como consequência os conflitos agrários no Brasil e, neste caso, vou retratar a realidade maranhense, realidade que vivemos e enfrentamos no dia a dia. Essa realidade tem se agravado no período atual, consequência também das políticas adotadas pelo governo Bolsonaro e do desmonte das políticas voltadas para o campo.

Estamos vivenciando, ao longo desse processo histórico, um modelo de desenvolvimento econômico que traz grande impacto ambiental potencializado pela ausência de políticas públicas e programas realmente alinhados com o desenvolvimento sustentável dos territórios e comunidades tradicionais. A questão agrária e ambiental nesse cenário tem sido um grande desafio da nossa resistência, por conta de grupos muito mal-intencionados (para não dizer outros nomes) que estão atuando para se apropriar, sobretudo, das terras públicas, tanto do solo, como do subsolo.

Assim, como ao longo desse período histórico, temos de refletir e identificar o que e quem são os grupos e interesses que estão por trás do uso sistemático da violência, do terror e da ameaça, do uso do poder que passa pelos principais órgãos de controle e com o apoio, muitas das vezes, de políticos e de setores, como cartórios, para a apropriação ilegal, contínua e sistemática dos territórios e das comunidades tradicionais por empresas privadas nacionais e internacionais, além do número muito grande de grilagem se aproveitando da ausência da autoridade pública para se apropriar de dezenas e centenas de hectares de terra, desrespeitando o nosso povo do campo. Os dados do ano passado indicam que de janeiro a dezembro de 2021, apenas nos dados da FETAEMA, verificamos que, a exemplo dos anos anteriores, o Maranhão vem sofrendo violentos conflitos de luta pela posse da terra, em pleno século XXI. Não estamos conseguindo diminuir a distância do número de conflitos com o modelo de desenvolvimento econômico implementado no Brasil e no Maranhão.

As informações dos conflitos agrários e socioambientais, considerando somente o ano de 2021, têm impactos nos territórios e comunidades tradicionais

de 204 pessoas ameaçadas de morte; um aumento de 203% em relação a 2020; 7 assassinatos, representando um aumento de 133%, em relação a 2020 e 1 tentativa de homicídio. E vejam que estávamos no período forte da pandemia, ou seja, no momento em que cuidávamos da vida, os grandes projetos avançavam e se apropriavam das nossas terras. Até setembro de 2021, contabilizamos 243 situações de conflito por terra, em 52 municípios, totalizando 32.473 famílias enfrentando conflitos por terra, em mais de 1 milhão de hectares de terra.

Nós, dos movimentos sociais do campo, nos deparamos ainda com várias situações de brutalidade contra assentados, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, acampados, entre outros, e uma extensão enorme de destruição do cerrado e da Amazônia realizados com a liberação de licença ambiental. Em sintonia com o que apresentou o professor Marcelo Carneiro, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 2021, o Maranhão atingiu o primeiro lugar no *ranking* nacional de destruição do nosso cerrado brasileiro e se a gente andar pelo Maranhão, a gente consegue ver isso, exemplo da região do Sertão onde não tinha desmatamento e temos hoje, por conta da expansão dos grandes projetos, como o da ferrovia, do porto e da monocultura. As chapadas, como temos nos municípios de Lagoa Grande, Esperantinópolis, Colinas, Supupira do Norte, Mirador, Paraibano, também nas regiões dos Cocais e Sertão, e demais lugares, a gente consegue observar o aumento do desmatamento que chega a nos assustar.

O Maranhão está ficando desertificado, estamos vendo a diminuição das nossas florestas, assim como do nosso bem maior, que é a água. Temos muitos problemas de água aqui no estado. No segundo relatório anual do desmatamento no Brasil, no mapa dos biomas, o Maranhão é o quarto estado com maior número de desmatamento e, no ano de 2022, continua seguindo o *ranking* nas questões da violência no campo. Até junho deste ano, houve três assassinatos, 92 pessoas ameaçadas de morte e o processo de destruição do cerrado maranhense segue em um ritmo acelerado; os conflitos seguem na mesma tendência de alta, como tivemos em 2021. É necessário repensar esse modelo de desenvolvimento capitalista e o estado precisa pensar uma política de desenvolvimento sem agressividade com o meio ambiente e com as pessoas que moram nos territórios e comunidades tradicionais. Os impactos desses grandes projetos e a violência no campo têm ocorrido, em muitas situações, por conta das licenças ambientais liberadas pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais que autorizam a supressão vegetal e a abertura de novas áreas de plantio de soja à revelia das Normas de proteção de direitos humanos, da Constituição Federal e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que define

que as comunidades tradicionais devem ser ouvidas antes que aconteçam as licenças e o projeto em si.

Temos, nesse momento, ações de violência, ameaças e atos agressivos que mudam o cotidiano das pessoas, pois os conflitos e a desordem instalados e a situação truculenta vivenciada pelas famílias dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assassinados na disputa da terra, por conta do processo de expansão do monocultivo, sobretudo da soja, e de latifundiários (grileiros) sobre os territórios ocupados tradicionalmente. Uma coisa é a produção da soja em terras que sejam realmente de seus donos, outra coisa é produzir ou querer produzir monocultivo em terras que já são apropriadas há centenas de anos e algumas até desapropriadas ou em processo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e no Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA). É necessário ter uma ferramenta de controle e monitoramento para que sejam liberadas essas licenças.

A cada dia a grilagem de terra fica mais sofisticada, com o apoio de alguns cartórios e de setores no judiciário. A aprovação de algumas leis, ações judiciais, incentivos fiscais, financiamentos públicos, construção de infraestrutura rodoviária, ferroviária e portuária alinhadas com o agronegócio no Maranhão traz uma preocupação sobre o que virá ainda mais pela frente, com o aumento da destruição da vida, a violência brutal, o desmatamento, a contaminação e a diminuição da água, entre outros. Parece até que estamos voltando às décadas de 1970 e 80, só que de forma bem mais sofisticada porque tínhamos ali, naquele período, jagunço e pistolagem “menos preparados” e com mais limites. Hoje, os grileiros estão muito mais preparados que a própria polícia e alguns vieram de lá (milícia) fazendo de forma violenta e dura a agressão física e psicológica aos povos do campo. A cada dia fica mais difícil se defender e defender o território, o modo de vida.

Como consequência desses conflitos, observamos que comunidades, povoados, assentamentos, acampamentos e quilombolas acompanhados pela FETAEMA estão perdendo territórios e há diminuição da produção de alimentos, assim como a organização da produção, a comercialização, a geração de renda e o nível educacional das crianças. Além disso, há destruição do cerrado e de áreas destinadas ao extrativismo, como no caso do babaçu, a contaminação das águas e do solo pelo uso indiscriminado de agrotóxico e o envenenamento de pessoas e de animais, a perda da qualidade de vida e há também o medo e a tensão permanentes entre os moradores.

No Maranhão é fácil mostrar as belezas dos nossos Lençóis, mas, também, conseguimos dar visibilidade a essa agressividade que está acontecendo no campo maranhense. Infelizmente, nos últimos três anos, o INCRA não emitiu um decreto

de desapropriação no Estado, houve a paralisação da política de reforma agrária; foi o governo que menos incorporou terras ao programa de reforma agrária nos últimos 25 anos, além de ser o mais baixo orçamento discriminado. Na audiência pública, realizada conjuntamente com Direitos Humanos, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, as Defensorias Públicas da União e a Estadual, vimos que o INCRA não dispunha de recursos para fazer todo o trabalho de vistoria e atendimento aos agricultores e agricultoras familiares. É vergonhosa a importância dada pelo atual governo federal! Não emitiu nenhum título definitivo de propriedade para território quilombola, sendo que os últimos foram emitidos em 2014. Em nosso Estado, o ITERMA não tem concluído, em prazo razoável, os processos administrativos que preveem a ação sobre as regras de ação fundiária, em favor das famílias camponesas e a titulação em favor dos territórios e comunidades quilombolas. É importante os dois órgãos fundiários, INCRA e ITERMA, atenderem a demanda existente no Estado, pois essa ausência de ação e déficit de ambos faz deles responsáveis pelo crescente conflito no Maranhão. Uma ação vitoriosa tem sido a Comissão Estadual de Combate à Violência no Campo e na Cidade (COECV), que vem tendo uma atuação muito forte e presente.

É importante o Estado ter uma ação forte contra a grilagem, de forma a investigar a existência das matrículas irregulares nos cartórios de registros de imóveis do Maranhão e realizar o cancelamento administrativo e judicial, a fim de garantir o devido retorno ao patrimônio público do Estado para que as terras sejam destinadas às famílias camponesas. É desafiador, mas se o Estado conseguir fazer isso, já diminuirá muito o número de conflitos que hoje temos nos territórios e nas comunidades tradicionais. É importante priorizar a regularização fundiária das terras públicas estaduais rurais e devolutas ocupadas pelas comunidades envolvidas em conflitos coletivos pela posse da terra indicados pela COECV, revogar a Portaria 03/2013, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), que disciplina o procedimento de concessão de licença ambiental para atividades agrosilvopastoris e proibir a concessão de licenças ambientais de empreendimentos que incidem sobre territórios tradicionais com ocorrência de conflito agrário e daqueles que têm procedimento de configuração e apropriação em curso, em áreas do ITERMA e do INCRA, assim como dar celeridade aos processos de titulação de terras quilombolas e a garantia de orçamento para eventuais indenizações, até o fim de 2022; proibir a pulverização diária de agrotóxicos em todo o território estadual. Conseguimos, após denúncias, realizar audiências nas câmaras de vereadores(as) e aprovar a lei contra a pulverização aérea em quatro municípios. Esperamos que em 2023 possamos mudar essa realidade, com a ampliação da estrutura da Delegacia Agrária do Maranhão para garantir

a celeridade dos processos em curso. A ação conjunta com a Defensoria Pública, Secretaria de Direitos Humanos, assim como o poder judiciário do Estado do Maranhão são de fundamental importância para a garantia dos interesses dos territórios e comunidades tradicionais, para fins de regularização fundiária, observando a participação social dos grupos beneficiários em todas as fases de procedimento, nos termos da Convenção 169 da OIT.

Outra recomendação e ação importante é para que os processos coletivos pela posse de propriedade da terra e os processos criminais que envolvam as Defensorias de Direitos Humanos tenham prioridade na tramitação de primeiro e segundo grau, pois, até então, não há essa priorização. Importante reforçar essa questão da Defensoria para poder nos subsidiar, porque os movimentos sociais não dão conta sozinhos e também a ação no Ministério Público do Estado do Maranhão e a criação de um grupo de trabalho. Importante ressaltar ainda que o desenvolvimento sustentável e a agricultura familiar andam juntos, a exemplo dos agricultores e agricultoras dos municípios de Esperantinópolis, Feira Nova, Bacuri, Lago Verde que mostram a diferença do desenvolvimento ao cuidar do meio ambiente, dos igarapés, das nascentes, rios, da pesca, dos babaçuais, das árvores frutíferas, apicultura. Infelizmente em Feira Nova a população não consegue mais usar o riacho no inverno, por conta dos agrotóxicos que são utilizados nas fazendas e nas áreas arredores e contaminam a água, dificultando, assim, o uso até para o plantio do abacaxi dos agricultores e agricultoras. No município de Turiaçu tem uma grande produção de abacaxi, além de várias outras plantações, como banana, arroz, galinha caipira, mandioca, produção, piscicultura mostrando a diversidade que é Agricultura Familiar e sua importância, principalmente nesse momento que o país passa por fome e insegurança alimentar grave.

Portanto, modelo de desenvolvimento que defendemos tem Agricultura Familiar como principal atividade hoje que garante, realmente, a soberania e segurança alimentar e nutricional e coloca comida na mesa das pessoas. A Agricultura Familiar com investimentos garante economia e trabalho agroecológico, inclusão e valorização das mulheres e a sucessão da Agricultura Familiar e desenvolvimento Rural sustentável e solidário no campo, com as gerações (terceira idade e jovens).

Finalizo reafirmando que lutar por nossos territórios e comunidades tradicionais é defender a beleza e o bem viver no campo. E ter o direito ao acesso livre à terra, água, bens naturais, direito de ir e vir. Ter a liberdade e conviver com esse lugar tão especial que é a zona rural, o campo. Para encerrar: o desenvolvimento rural sustentável e solidário é possível e somos prova disso.

Obrigada!

INDEPENDÊNCIA, HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS DO BRASIL¹

José Sergio Gabrielli de Azevedo

É com um imenso prazer que tenho a honra de participar deste seminário com vocês. Infelizmente não pude estar aí presencialmente. Eu sou um velhote, de grupo de risco da COVID e estou minimizando o possível minhas viagens, apesar de ter tomado quatro vacinas e usar máscaras a maior parte do tempo. Porém, eu tenho me resguardado, viajando pouco.

Em segundo lugar, eu queria começar também pedindo desculpas a vocês porque vou me arvorar a falar do Maranhão. Eu não sou maranhense, apesar de ter recebido o Título de Cidadão da cidade de São Luís pela Câmara de Vereadores de São Luís quando era presidente da Petrobras.

Mas falarei um pouco de história do Maranhão, porque acho que pelo menos as grandes linhas da história do Maranhão refletem, a meu ver, as grandes heranças que nós tivemos nesses 200 anos de independência ou de luta pela independência brasileira.

Começarei, evidentemente, pedindo desculpas aos historiadores e especialistas na história do Maranhão, mas vou tentar fazer uma coleção de fatos

¹ Apresentação José Sergio Gabrielli de Azevedo – Mesa 2 – Desenvolvimento.

estilizados que me parecem relevantes para entender o quadro atual da situação do Maranhão. Começo visualizando um mapa do Maranhão porque acho que nós temos que destacar que é um estado muito dividido entre o norte e o sul, do ponto de vista da ocupação econômica e das realidades da Integração do estado com o restante do país. O norte, em particular a área polarizada por São Luís, é muito mais internacionalizada e muito mais ligada à Europa. Há relações internacionais com atividades de comércio e capital comercial importante, além de atividades de serviços em geral.

O Sul do estado é mais pecuário, é mais agrário, com grande grau de integração com Piauí, com o Tocantins e com a Bahia. Por trás do ponto de vista de integração – e diria que nós temos um estado que tem duas formas de estruturação econômica –, refletindo a própria história da ocupação do estado do Maranhão pelo colonizador português, pelas invasões francesas e pela disputa holandesa. Esse processo histórico determinou os três elementos fundamentais que são chave para entender a dinâmica da economia e da sociedade do Maranhão. O primeiro elemento importante é o conjunto de pactos da elite local com as elites e as classes dominantes dos segmentos dominantes nacionais e internacionais, ao longo da história.

O segundo elemento é que em quase todas as conjunturas importantes, particularmente nos últimos 200 anos, o estado foi fundamental para o desenvolvimento da economia. O estado não somente no plano provincial, no plano subnacional, mas o estado do ponto de vista nacional foi um elemento chave para criar e desenvolver as estruturas dinâmicas da economia maranhense. Portanto, a economia do Maranhão é uma economia integrada cada vez mais a uma dinâmica que depende de forças fora do estado, com pouco de dinamismo endógeno, como já identificado por Celso Furtado.

Nosso clássico analista de desenvolvimento brasileiro, no seu livro clássico da *Formação Econômica do Brasil*, coloca a dinâmica do Maranhão muito ligada às mudanças que ocorrem em Portugal, com a Revolução Pombalina, após o terremoto 1775. A Revolução Pombalina em Portugal foi uma forma de afirmação da dinâmica mais moderna da economia Portuguesa, que se espalha em termos internacionais para as colônias portuguesas na época.

Essa luta que ocorre em Portugal entre as dinâmicas pombalinas, que são uma nova visão de estado de intervenção na economia portuguesa, enfrenta os Jesuítas, que tinham uma visão muito associada à ideia de inclusão desses na ordem escravocrata sob a forma de inclusão dos indígenas na civilização ocidental. Esse foi um dos primeiros elementos da disputa que ocorre na forma de integração que a coroa portuguesa e o mundo colonial.

A partir do final do século XVIII, a visão pombalina do desenvolvimento leva à criação da Empresa do Grão-Pará e Maranhão, que é uma empresa multinacional que tinha o objetivo da integração da economia maranhense brasileira com os circuitos internacionais.

Esse processo leva a uma dinâmica da economia local contemporânea da independência brasileira, com a dinâmica de uma região que estava entrando em um novo ciclo do capitalismo internacional, com a redução da importância de Portugal como centro colonial e uma passagem e crescente importância do capital holandês e dos capitais ingleses, em disputa com a França até o Tratado de 1815, na Europa.

Estou chamando atenção para esse fenômeno, porque nos momentos prévios à independência de 1822 nós temos aí uma disputa intraclasses dirigentes que leva a uma expansão da indústria do algodão, do arroz como complementos da crise da Europa e dos Estados Unidos. As exportações do Maranhão crescem, até que entram numa crise também por mudanças no quadro Internacional. Do ponto de vista doméstico, a economia maranhense encontra a competição da economia mineira, em Minas Gerais, e da economia cafeeira.

Temos aí uma redefinição da integração maranhense com a economia brasileira, fortemente vinculada ao fluxo de trabalho escravizado. O Maranhão tem uma grande população negra que é transferida para trabalhar nas minas e no café do sudeste brasileiro. Você tem uma expansão da pecuária que sai da Bahia, sai do Piauí, sai do leste para o oeste, passa pelo Maranhão em direção ao norte e você tem uma expansão da pecuária, ocupando o sul do Maranhão. Uma instituição fundamental para entender esse período é a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que era uma grande multinacional focada no comércio de algodão e arroz. Já no século XIX ela começa a crescer também na exportação canavieira, portanto, a exportação de açúcar. E o Maranhão aumenta sua importância no comércio interprovincial do trabalho escravizado, passando a receber trabalhadores escravizados na África e a transferi-los para trabalhar em Minas, no Rio e em São Paulo.

Esse tráfico, no entanto, não reduziu a presença de cativos entre os maranhenses, que passaram a ser ocupados intensamente, particularmente no norte, numa atividade voltada à economia doméstica. Isso não conseguiu criar um mercado de expansão da economia monetária local, não criando as condições para a expansão de uma dinâmica interna da economia maranhense. Você tem uma escravização remanescente já no período depois da Independência, entre a independência e abolição da escravatura e a república. Nesse período há um dinamismo lento da economia maranhense, fortemente lastreada no trabalho

escravizado, sem fluxos monetários significativos e uma pouca diversificação da economia Regional.

De novo a economia maranhense se concentra no algodão, no arroz, na cana-de-açúcar e tem um pouco de crescimento. A elite local e o mundo acadêmico local interpretam essas desigualdades e a falta de dinamismo como consequência da falta de qualificação dos trabalhadores, a partir de uma visão racista sobre a produtividade dos trabalhadores negros, sem destacar as raízes estruturais do modelo de integração da economia nos circuitos nacionais e internacionais.

Como em outras regiões do Brasil, a ideologia da branquitude e o avanço do racismo condicionam várias políticas. É dessa época a expansão da pecuária a partir do Rio São Francisco, passando pela Bacia do Parnaíba. Como o sul do Maranhão é rico em bacias hidrográficas, a integração com as duas grandes bacias do nordeste cria uma união dos pobres maranhenses e nordestinos em torno da pecuária. Originalmente o Maranhão era mais integrado com a região Amazônica, o que se refletia nos mapas históricos iniciais do estado.

Os primeiros mapas são na direção leste-oeste, ao longo da bacia amazônica e com pouca integração norte-sul. Um pouco depois da criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, já se tem o estado dividindo o seu espaço com o Piauí, portanto, com mais integração com o nordeste.

Isso tem a ver também como uma mudança da forma que o estado ocupa o Maranhão. De um lado, havia a forma através da companhia e do comércio. Depois, com a invasão dos franceses, há um elemento de defesa militar, que se torna muito presente na estruturação do estado maranhense.

A relação Maranhão e Piauí coloca no âmbito da economia nordestina uma integração maior, apesar das características edafoclimáticas do Maranhão serem mais próximas da Amazônia do que do semiárido nordestino.

A expansão litorânea do norte do Maranhão é muito mais voltada para a Europa, com uma desintegração razoável com as economias do sul do estado. As regiões de São Luís e Alcântara têm um dinamismo muito próprio.

Um dos elementos importantes da estruturação do poder local nas relações com o poder nacional são as formas de ocupação das representações do Estado nacional no espaço subnacional.

Um elemento importante é entender a reação popular a esses arranjos intralítes regionais e nacionais. Um exemplo clássico dessa reação popular é a chamada Balaiada, que ocorreu em 1838. Ela foi uma composição de forças de populações negras, do que se chamava na literatura da época de “homens de cor” e as classes inferiores. Foi um movimento popular que se insurgiu contra a dominação, mas que é derrotado.

A Guerra do Paraguai também teve seus efeitos na redefinição desses pactos de dominação subnacional. A República vem com um impacto sobre o imaginário popular de retorno das relações escravistas, fazendo com que vários movimentos negros da época se tornassem monarquistas. O chamado Massacre dos Libertos, de 1889, foi uma repressão violenta contra as manifestações negras que ocorrem no Maranhão contra a República, numa busca de participar da redefinição dos pactos de dominação das elites locais, em relação ao novo governo depois do Império.

As diferenças entre o norte e o sul do estado, e entre a região metropolitana de São Luiz e o restante do estado aumentaram a dependência do estado em relação aos portos. Para a economia mineira e o agronegócio, os portos do Maranhão dão uma grande competitividade ao estado por sua proximidade como o hemisfério norte.

Modernamente, além dos portos, o Maranhão é servido por uma rede ferroviária que liga o estado ao Centro-Oeste e Nordeste. Essa fase de integração começa após o golpe de 1964. É uma lógica de ocupação geopolítica, mas que mantém a predominância das relações de dependência da economia maranhense em relação ao dinamismo da economia nacional.

Queria, por fim, mencionar alguns episódios das famílias das elites dominantes locais no imediato pós-independência de 1822. Nos dois anos seguintes houve uma guerra envolvendo três famílias estaduais – os três Bs (Burgo, Brusque e Belfort) – para definir quem dominaria o estado localmente nas suas relações com o governo imperial. Essa guerra é uma demonstração da importância dos relacionamentos entre as elites locais e as nacionais.

Depois da Revolução de 1930, o modelo de expansão do Maranhão passou a ser muito focado na expansão das malhas rodoferroviárias, aumentando a dependência.

Assim, o desafio de hoje e dos 200 anos de Independência é transformar e ampliar o dinamismo da economia e os efeitos de espraiamento das conexões da economia regional com a economia nacional.

Peço desculpas aos maranhenses por ter ousado, como baiano, falar na história do Maranhão. Foi muito bom ter assistido as apresentações que foram muito boas, colocando diversas dimensões do problema do desenvolvimento regional. Mas eu queria chamar a atenção para alguns temas que me parecem recorrentes nas várias manifestações.

O primeiro é o elemento Independência Nacional, que era um projeto de nação capitaneado pelas elites brasileiras. Foi um acordo de elites. Na realidade, a independência brasileira foi um acordo da família real portuguesa para garantir e manter sob seu controle o Brasil. A República também foi um acordo das elites

nacionais com as subnacionais. O que unificou o pacto imperial foi essencialmente a manutenção da escravização da maioria do povo brasileiro e o domínio e o controle da posse da terra no Brasil. Esses pactos criaram uma economia brasileira, particularmente no Nordeste e no Norte, essencialmente extrativista, baseada no trabalho escravizado com pouca distribuição de renda. Esse é o primeiro elemento importante, o elemento distributivo do ganho do crescimento.

O segundo elemento importante é o tema da produção. No Brasil, estamos voltando ao modelo primário exportador. Estamos agregando muito pouco valor à atividade exportadora, estamos agregando muito pouco valor às atividades extrativas e, portanto, nós estamos exportando a natureza no seu sentido bruto, dando margem para quem compra obter as rendas e as margens de desses produtos.

Vimos isso com o minério de ferro, vimos isso com a borracha, com o algodão. Agora podem ver isso sob roupagem nova com o hidrogênio verde. A eletrolise com energia renovável transforma a água em hidrogênio, mas o grande avanço tecnológico está nas células de energia que ficarão nos países compradores. Estaremos assim exportando vento e sol, na forma de hidrogênio.

O terceiro elemento importante é a Agricultura Familiar. Precisamos agregar valor à Agricultura Familiar, que se caracteriza, por um lado, por uma grande pulverização com uma grande capacidade de influenciar no conjunto das atividades econômicas, com amplo efeito multiplicador. Isso pode potencializar o impacto social sobre a economia maranhense. Por fim, eu queria chamar a atenção de que uma economia baseada fortemente na logística, como é o caso da economia maranhense, baseada nas vantagens comparativas dos portos e na extensão da rede ferroviária, não pode ficar com aquilo que se chama na linguagem popular “ficar apenas com o apito do trem que passa”. É preciso aumentar a integração das redes logísticas com as economias locais. Não podemos ficar limitados a investimentos para repassar produto de um lugar para outro sem ter impactos locais. É necessário estimular ramos de integração nas estações da rede ferroviária, de tal maneira que estimule atividades que sejam convergentes com a ocupação daquele espaço. Tudo isso implica numa política de Estado do sentido nacional, não apenas uma política de Estado no sentido subnacional.

Como disse na minha apresentação, a estratégia de desenvolvimento foi a estratégia de enclaves de logística e de pouco benefício para a comunidade local. Para mudar isso, é preciso ter uma maior ênfase na necessidade de crescer as economias locais, com a diminuição da desigualdade. Precisamos de ‘uma nova independência’, uma nova soberania nacional e uma nova prioridade para as questões sociais. Eu acho que nós abordamos todos os grandes temas fundamentais e eu agradeço muito ter participado dessa mesa!

A ECONOMIA MARANHENSE E AS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR: ELEMENTOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Marcelo Sampaio Carneiro

Este capítulo tem como objetivo a discussão da relação entre a dinâmica recente da economia maranhense e sua relação com algumas cadeias globais de valor, procurando identificar as principais características dessa relação, de forma a pensar a possibilidade do desenvolvimento de atividades econômicas mais sustentáveis do ponto de vista social e ambiental e menos sensíveis às oscilações da economia global.

Ao realizar essa articulação entre cadeias de valor e desenvolvimento, retomo uma discussão importante para o debate proposto por esse seminário, acerca do “Bicentenário da independência: 200 anos de lutas e resistências no Brasil e no Maranhão”, que é a da temática das relações políticas e econômicas entre países centrais e periféricos, questão fundamental para pensarmos a possibilidade da modificação do papel subalterno ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de *commodities* agrícolas ou minerais.

A discussão atual acerca das teorias do desenvolvimento, no âmbito de uma economia cada vez mais globalizada, destaca o papel central desempenhado pelas cadeias globais de mercadorias (GCC) ou das cadeias globais de valor (GVC) (GEREFFI, 2007). De acordo com essa perspectiva de análise, a questão central se refere à disputa pela geração, captura e distribuição da riqueza (valor) gerado pelas atividades econômicas ao longo de uma cadeia produtiva, o que envolve empresas, estados nacionais e movimentos sociais (HENDERSON *et al.*, 2011).

Outro debate importante, na discussão acerca da estruturação das cadeias de valor, refere-se à possibilidade de que países localizados na periferia da economia capitalista passa pela possibilidade de que as empresas localizadas nessas nações consigam realizar ações de aperfeiçoamento (*upgrading*), passando de atividades menos valorizadas para outras, que envolvam maior valor agregado, no âmbito da respectiva cadeia produtiva (GEREFFI, 2018).

Nesse sentido, analisar uma estrutura econômica em termos de cadeias de valor, implica considerar que as atividades analisadas se encontram encapsuladas no âmbito de diferentes unidades territoriais (subnacional, nacional e global), dependendo, nesse sentido, de políticas públicas (industrial, cambial, tecnológica, desenvolvimento regional etc.) desenvolvidas no âmbito dessas unidades.

O papel central desempenhado por políticas públicas para modificar a posição de um país da economia global implica, como já destacava E. Altvater no final dos anos 1980, ao analisar as ações do Projeto Ferro Carajás na Amazônia, a “necessidade de o Estado brasileiro introduzir restrições políticas no trânsito de mercadorias e de capital na região”, de forma a tentar orientar esse processo de integração à economia global (ALTVATER, 1989).

Ora, o que observarmos ao longo dos últimos anos foi justamente o processo inverso, com o Estado atuando para retirar travas ao processo de valorização de capital na região e, conseqüentemente, favorecendo um tipo de inserção subordinada nas cadeias globais de valor, principalmente, mas não exclusivamente, na articulação da produção de *commodities* agrícolas e minerais com a economia global, demanda influenciada pelo peso crescente da economia chinesa no comércio internacional, mas que também caracteriza a relação comercial estabelecida pelo Brasil com outras economias centrais.

Como argumentaram corretamente Strugeon *et al.*, ao analisarem a relação comercial entre Brasil e China, considerando a natureza e o valor dos produtos intercambiados, esse tipo de relacionamento comercial “mostra um viés para a exportação de produtos com um nível muito baixo de processamento, enquanto

as importações tendem a ser peças e componentes intensivos em tecnologia e máquinas” (2013, p.29).

Como destacarei a seguir, as principais atividades da economia maranhense, quando considerados os dados de exportação, são exatamente atividades localizadas nas etapas iniciais de algumas cadeias globais de valor, que, por conseguinte, capturam a menor parte do valor gerado e provocam diversos efeitos negativos sociais e ambientais nos territórios onde elas se encontram implantadas. Esse é o caso, em maior ou menor medida, do complexo mínero-metalúrgico, da produção de papel e celulose e do complexo soja-grãos – atividades econômicas que escolhi para análise.

Dessa forma, o artigo inicia com uma breve discussão acerca do processo pelo qual o Maranhão se transformou em um estado exportador, a partir do aproveitamento da infraestrutura logística do Projeto Ferro Carajás, para, em seguida, analisar de forma individualizada as cadeias de valor anteriormente citadas (Mínero-metalúrgica, papel e celulose e complexo soja-grãos). Na conclusão, apresento um balanço sobre os efeitos desse tipo de conexão com a economia global e exponho alguns elementos para a construção de outra forma de pensar o desenvolvimento regional.

A inserção do Maranhão nas cadeias globais de valor

De acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDICS) para o ano de 2021, as exportações do estado do Maranhão corresponderam a um total de 4,3 bilhões de dólares (quadro 1). Desse total, cerca de um terço corresponde ao exportado pelo complexo soja-grãos; 26,91% à exportação de alumina calcinada; 13,92% ao minério de ferro produzido em Carajás; e 11,36% à pasta de celulose produzida pela fábrica do grupo Suzano.

Quadro 1 – Valor dos principais produtos exportados pelo Maranhão – 2021

Produto	Valor (em mil U\$S) FOB)	Participação (em %)
Soja	1.233.014	28,18
Alumina calcinada	1.177.105	26,91
Minério de ferro e seus concentrados	607.165	13,92
Pastas químicas de madeira (celulose)	584.548	13,36
Ouro	245.459	5,61
Milho em grão	162.218	3,7
Ferro Gusa	150.907	3,44
Algodão	84.714	1,93
Outros Produtos	129.000	2,94
Total	4.374.130	100,00

Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>

Com exceção da produção industrial de alumina calcinada e de ouro, que são realizadas, respectivamente, pelo Consórcio de Alumínio do Maranhão em São Luís (GOMES, 2009) e pela empresa Aurizona no município de Godofredo Viana (COELHO, 2023), os demais produtos dessa pauta de exportação estão relacionados com a implantação da infraestrutura do Projeto Ferro Carajás (PFC), o complexo mina-porto-ferrovia, a partir da iniciativa da antiga Companhia Vale do Rio Doce (hoje denominada Vale S/A)¹.

Embora esse investimento tenha sido realizado para garantir inicialmente a exportação mineral de Carajás, com destaque para o minério de ferro, foi por intermédio de ações fomentadas pela Vale S/A que os demais produtos exportados – pasta de celulose, complexo soja-grãos, ferro-gusa – tiveram sua produção viabilizada (CARNEIRO, 2019). Nesse sentido, podemos dizer que foi essa infraestrutura e a atuação da empresa Vale S/A que possibilitou a conexão dessa produção realizada no Maranhão com as cadeias globais de valor.

O papel de protagonista da empresa Vale S/A na implantação dessas três cadeias de valor, localizadas nas regiões oeste e sul do Maranhão, se explica pelo fato dessa empresa atuar também no segmento de logística, através do transporte de diversos produtos (agrícolas, florestais, siderúrgicos, combustíveis etc.) pela

¹ O interesse da Vale no desenvolvimento de outras atividades econômicas se explica pelo fato dessa empresa atuar também no segmento de logística, através do transporte de diversos produtos (agrícolas, florestais, siderúrgicos, construção, combustíveis etc.) pela Estrada de Ferro Carajás e pela ferrovia Norte-Sul.

Estrada de Ferro Carajás e pela ferrovia Norte-Sul² e, por outro lado, atendeu a demandas do Estado brasileiro, no período em que ela era uma empresa estatal, no sentido de viabilizar projetos de desenvolvimento que foram elaborados no âmbito do chamado Programa Grande Carajás (CARNEIRO, 2019; 2021).

A cadeia de valor mínero-metalúrgica de Carajás

A cadeia de valor mínero-metalúrgica, que envolve a produção de minério de ferro – realizada na Serra de Carajás/PA – e a transformação siderúrgica desse minério em produtos como o ferro gusa e o aço, começou a se desenvolver nos anos 1980, com a implantação do Projeto Ferro Carajás, que previa a produção inicial de 35 milhões de toneladas/ano e a transformação de uma pequena parte dessa produção mineral em produtos siderúrgicos (ferro-gusa), a partir de fábricas implantadas com incentivos governamentais nos municípios de Açailândia/MA e Marabá/PA.

Quando analisada da perspectiva da inserção na cadeia de valor, podemos dizer que a produção siderúrgica maranhense (e de Carajás), é parte de uma cadeia de produtos metalúrgicos cujas empresas-líderes se localizam nos Estados Unidos, uma vez que a exportação do ferro gusa produzido em Carajás destina-se quase que integralmente ao mercado norte-americano, tendo a empresa Nucor Corporation como um dos seus principais destinatários (SANTOS, 2010; CARNEIRO, 2016).

Essa forte vinculação ao mercado externo, torna a produção guseira de Carajás extremamente sensível às oscilações do comércio internacional, como ficou claro na crise econômica de 2008, que levou ao fechamento quase integral do parque guseiro de Marabá/PA e a forte redução na produção das siderúrgicas localizadas em Açailândia/MA. Para responder a essa situação de crise e dependência da cadeia de valor norte-americana, uma empresa do setor, o grupo Ferroeste, resolveu investir no aprimoramento de sua produção, passando da produção de ferro gusa para a produção de aço. Dessa forma, em 2016, entrou em operação a Aço Verde Brasil S/A, empresa do grupo Ferroeste, localizada em Açailândia, e que produz laminados longos (fios-máquina e vergalhões) e produtos semiacabados (tarugos).

2 A Ferrovia Norte-Sul foi projetada para permitir o transporte e a exportação da produção de grãos da região Centro-Oeste. Com a construção do seu traçado completo deverá ligar o município de Anápolis (GO) à Açailândia (MA) onde faz conexão com a Estrada de Ferro Carajás.

De acordo com informações da empresa, a AVB, cujo projeto prevê a produção de 500 mil toneladas em sua primeira etapa, alcançou, em 2019, a marca de 338 mil toneladas de aço, produzindo ainda laminados longos (fios-máquina e vergalhões) e produtos semiacabados (tarugos), mercadorias que possuem um valor mais elevado que o ferro-gusa, e têm como trunfo comercial uma rota tecnológica baseada na utilização de carvão vegetal, ao invés do carvão mineral, o que tornaria o aço produzido pela AVB “carbono neutro”, ou um “aço verde” conforme a propaganda da empresa (MANCINI, 2021).

O exemplo dessa empresa, bem como da Sinobras no Pará, representa uma experiência interessante do ponto de vista da ocupação de uma posição mais elevada na cadeia de valor da produção siderúrgica, pois ela passou da exportação de um produto (ferro-gusa) cujo valor, em 2020, alcançou o preço médio de 302 dólares a tonelada para a venda de produtos com maior valor agregado, como os trefilados de aço, que, no mesmo período, foi vendido a um preço médio de 1.073 dólares a tonelada.

Entretanto, se do ponto de vista da geração de valor, a passagem da produção de ferro-gusa para a de aços e derivados representa um avanço inequívoco, a questão que se coloca diz respeito à captura de parte de valor por parte dos trabalhadores envolvidos na produção do “aço verde” da AVB, isto é, dos trabalhadores florestais e industriais dessa empresa. No primeiro caso, dos trabalhadores florestais, foi possível observar uma melhoria no processo de trabalho e uma formalização das relações de trabalho na produção de carvão (MANCINI; CARNEIRO, 2019), enquanto no caso dos trabalhadores industriais, a pesquisa de doutorado de Mancini (2021) aponta para uma força de trabalho com maior escolaridade e melhor remuneração, quando comparada aos trabalhadores que atuam somente na produção de ferro gusa.

Por outro lado, além de propiciar melhores salários e condições de trabalho, a passagem para um estágio mais elaborado da produção siderúrgica deve possibilitar o maior engajamento da empresa na reparação do forte passivo ambiental provocado pela implantação do distrito industrial no bairro do Pequiá de Baixo em Açailândia/MA (FIDH *et al.*, 2011; RAMALHO; CARNEIRO, 2015).

A cadeia de valor do complexo soja-grãos

Como destaquei anteriormente, o apoio ao desenvolvimento da produção sojícola no estado do Maranhão remonta a algumas ações desenvolvidas pela Vale S/A no início dos anos 1990. Nesse período, a empresa lançou o Programa

do Corredor de Exportação Norte, de forma a realizar a utilização lucrativa da infraestrutura (ferrovia e porto) por ela controlada na Amazônia Oriental (CARNEIRO, 2019).

Além do protagonismo especial da Vale S/A, outros agentes estatais e privados desempenharam papel importante para a viabilização da sojicultura na região, caso do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER III), de programas de crédito público, como o PRONAF, e da atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no desenvolvimento de tecnologias adaptadas a produção de grãos nos cerrados.

A partir desse conjunto de investimentos, a produção sojícola no estado cresceu de forma exponencial, passando de 15 mil hectares plantados em 1990 para 178 mil hectares em 2000, 495 mil hectares em 2010, chegando a um milhão de hectares em 2021. No quadro a seguir, desagrego a evolução da área plantada, de forma a mostrar como a expansão da sojicultura se desenvolveu de forma diferenciada no estado, começando pela MRH do Sul do Maranhão, se expandindo posteriormente para outras regiões do estado – leste maranhense e centro maranhense (quadro 2).

Quadro 2 – Evolução da área plantada com soja por MRH (em hectares) – 1990 e 2021

Mesorregião Homogênea	1990	2000	2010	2020	2021
Norte Maranhense	---	---	---	---	---
Oeste Maranhense	---	---	---	139.564	152.467
Centro Maranhense	75	610	5464	26.701	25.646
Leste Maranhense	---	1.736	56.202	131.702	153.082
Sul Maranhense	15.230	176.370	434.090	662.933	692.346
Total	15.305	178.716	495.756	960.900	1023.541

Fonte: Pesquisa da Agricultura Municipal (IBGE).

Embora a estatística acima apresentada se refira à área plantada com soja, é importante destacar que a expansão da produção de grãos nos cerrados maranhenses envolve também a plantação de milho e algodão, que vêm assumindo um papel importante na pauta de exportações, como destacado na introdução.

De forma semelhante ao que ocorre com a cadeia de valor mineral, a maior parcela da produção de soja é exportada, tendo como destino principal o mercado chinês. No quadro a seguir (quadro 3), apresento uma comparação entre a quantidade produzida e exportada dos principais grãos constando na relação de exportações do estado do Maranhão em 2021. Vale destacar, contudo, que a

produção de soja e de algodão é realizada exclusivamente por grandes proprietários (o chamado agronegócio), ao passo que a produção de milho tem uma importante participação da agricultura familiar estadual (SANTOS *et al.*, 2020), aspecto que explica o menor percentual desse produto destinado à exportação.

Quadro 3 – Relação entre a produção e exportação de grãos selecionados (em toneladas)
– Maranhão (2021)

	Produção (a)	Exportação (b)	(b)/(a) (em%)
Soja em grãos	3.240.985	2.794.307	86,21
Milho em grãos	2.267.556	846.052	37,31
Algodão	108.511	45.609	42,03

Fonte: PAM e COMEXSTAT.

Se o principal destino final das exportações desses grãos é a China, os agentes centrais dessa cadeia global de valor são *tradings*, empresas multinacionais que controlam o comércio de produtos agrícolas, como a Bunge, Cargill, Louis Dreyfus, ADM, Cofco, Mitsui, Itochu etc.³ No caso específico da exportação da soja maranhense, estudo realizado por Carneiro *et al.* (2008) identificou entre as principais empresas exportadoras da soja estadual a presença da Cargill, ABC IMCO, Bunge Alimentos, que, juntas, responderam por cerca de 82% da exportação realizada em 2007.

Por outro lado, essa forte expansão da produção de grãos nos cerrados maranhenses apresenta resultados econômicos mitigados, quando considerada a geração de empregos (CARNEIRO *et al.*, 2021), seus indicadores socioeconômicos (FAVARETTO *et al.*, 2022) e efeitos ambientais fortemente negativos, com a presença de municípios maranhenses no *ranking* dos principais desmatadores do cerrado brasileiro⁴, além da forte correlação identificada entre essa expansão e o aumento do número de conflitos agrários no estado (CABRAL *et al.*, 2021).

3 Matéria publicada no site da Sociedade Nacional de Agricultura, mostra o declínio da participação das *tradings* agrícolas mais tradicionais (Cargill, Louis Dreyfus, ADM e Bunge) e o papel crescente ocupado por empresas asiáticas, como a chinesa Cofco, as japonesas Itochu, Mitsui, Agrex/Mitsubishi e a coreana CJ (Cf. <https://www.sna.agr.br/tradings-tradicionais-perdem-espaco-no-mercado-brasileiro-de-graos-para-rivais-da-asia/>)

4 Cf. <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/07/18/maranhao-e-um-dos-quatro-estados-do-brasil-que-mais-desmatou-entre-2019-e-2021-aponta-relatorio-anual-de-desmatamento.ghtml>

A cadeia de valor da produção de papel e celulose

Outra atividade econômica planejada para fomento e expansão na chamada área de influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC) foi o plantio em larga escala de florestas de eucalipto. Presente no planejamento governamental para a região desde os primeiros documentos do Programa Grande Carajás, o desenvolvimento dessa silvicultura empresarial ganhou força com o lançamento pela Vale, no ano de 1990, do Programa de Polos Florestais (CARNEIRO, 2019).

Entre o lançamento desse ambicioso Programa e os dias atuais apenas um projeto se consolidou, o Projeto Celmar S/A, que previa a implantação de uma fábrica de produção de celulose e o estabelecimento de 120 mil hectares plantados com eucalipto. Embora não tenha chegado ao estágio da implantação da unidade fabril, esse projeto foi responsável pelo desenvolvimento da base florestal, que possibilitou que o grupo Suzano de Papel e Celulose implantasse sua fábrica no município de Imperatriz/MA (CARNEIRO, 2019).

A fábrica de papel e celulose do grupo Suzano foi inaugurada no final de 2013, numa área próxima à sede urbana do município de Imperatriz/MA, com capacidade para produzir 1,590 milhão de toneladas ao ano de polpa de celulose. No final de 2017 a empresa inaugurou uma linha de produção de papel *tissue*, (60 mil toneladas ao ano) agregando mais valor à produção.

De acordo com as informações do sistema de divulgação de estatísticas do comércio exterior do Brasil (COMEXSTAT), a exportação de pasta de celulose produzida no Maranhão começou com um volume de 917.718 toneladas (2014) e atingiu um total de 1.573.340 toneladas em 2021. Segundo as informações de 2021, a maior parte dessa exportação se destina aos países da União Europeia (723.342 toneladas, 46% do total), vindo a seguir os países da Ásia (442.198 toneladas, 28% do total) e a América do Norte (389.800 toneladas, 25% do total).

Do ponto de vista dos impactos socioeconômicos, análise realizada por Teixeira e Carneiro (2018) mostrou que a implantação da empresa provocou um efeito positivo no mercado de trabalho da região de Imperatriz, com a geração de empregos na área industrial e florestal da empresa. Contudo, enquanto no setor industrial identificou-se um padrão salarial bem acima do padrão do mercado de trabalho regional, no que concerne ao trabalho florestal, Gomes (2017) verificou uma diferença importante entre por diferentes grupos de trabalhadores florestais contratados pela Suzano. Enquanto os empregados diretos da empresa, que são responsáveis pela atividade de colheita florestal, recebem salários mais elevados e alguns benefícios sociais, o mesmo não ocorre para os demais trabalhadores,

que são terceirizados e que atuam no viveiro, no plantio e na manutenção das florestas.

Considerações finais: os limites da inserção subordinada nas cadeias de valores globais

A análise da inserção da economia maranhense (e brasileira) nas cadeias globais de valor retoma antigas questões da economia do desenvolvimento, que dizem respeito à possibilidade das atividades aqui desenvolvidas ocuparem posições mais elevadas na economia global, participando de processos de aprimoramento (*upgrading*) tecnológico, com a partilha de benefícios econômicos e sociais para os(as) trabalhadores(as) e a população em geral (GEREFFI, 2018).

Os três casos analisados correspondem a processos de produção localizados nas etapas iniciais das respectivas cadeias de valor, principalmente nos casos da atividade sojícola (e de grãos) e da produção de pasta de celulose. A situação da cadeia mínero-metalúrgica é um pouco diferente, pois, com a passagem da produção de ferro-gusa para a de aço e produtos mais elaborados, têm-se a passagem para etapas mais avançadas na cadeia produtiva.

Esses tipos de atividade caracterizam-se ainda por serem intensivas no uso de recursos naturais, demandando muita terra (produção de grãos e de celulose) ou por não serem atividades renováveis (produção mineral); provocando, portanto, conflitos fundiários e estando no cerne de questões importantes do debate ambiental atual, como no caso do desmatamento do cerrado provocado pela atividade sojícola.

Outro aspecto a ser considerado, diz respeito ao fato de que são produções destinadas prioritariamente – com exceção da produção de aço – para o mercado externo, demonstrando pouca capacidade para o encadeamento de “efeitos em cadeia” robustos – para frente e para trás (HIRSCHMAN, 1986) – com as economias dos territórios onde se encontram implantadas.

A superação desse tipo de situação passa pelo estabelecimento de políticas públicas capazes de enfrentar o desafio dessa inserção subordinada, quando existem condições para o desenvolvimento de processos de aperfeiçoamento tecnológico, mas principalmente pela promoção de atividades que possam promover um outro padrão de desenvolvimento, com efeitos positivos sobre o mercado de trabalho estadual (CARNEIRO *et al.*, 2021), que valorizem os recursos da biodiversidade regional (FERNANDES *et al.*, 2022) e que sejam capazes de promover uma

articulação mais efetiva com as economias locais, tornando-as menos dependentes das oscilações características dos mercado de *commodities*.

Referências

- ALTVATER, Elmar. “Consequências regionais da crise do endividamento externo: o caso do Pará”. *Novos Cadernos do NAEA*, n.10, p. 99-126, 1989.
- CABRAL, Diogo D. R. *et al.* (Org.). *Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão – ano 2020*. São Luís: UEMA edições, 2021.
- CARNEIRO, Marcelo S. “Mercado e contestação: a atuação da crítica social e as transformações nas estratégias das empresas siderúrgicas de Carajás (1988-2012)”. *Revista Política e Sociedade*, v. 15, p. 282-313, 2016.
- CARNEIRO, Marcelo S. “Mineração, siderurgia e desenvolvimento na Amazônia Oriental: um balanço da experiência do Programa Grande Carajás”. In: CONGÍLIO, Célia R. *et al.* (Org.). *Mineração, trabalho e conflitos amazônicos no sudeste do Pará*. Marabá: Iguana, 2019, p. 98-121.
- CARNEIRO, Marcelo S. “As transformações do campo da produção siderúrgica na Amazônia (1988-2018): apogeu, declínio e o processo de aprimoramento na cadeia de valor”. In: RAMALHO, José R. *et al.* (Org.). *Configurações do desenvolvimento, trabalho e ação coletiva*. São Paulo: Annablume, 2021, p. 173-195.
- CARNEIRO, M. S. *et al.* “A expansão e os impactos da soja no Maranhão”. In: SCHLESINGER, Sergio *et al.* (Org.). *A agricultura familiar da soja na região sul e o monocultivo no Maranhão*. Rio de Janeiro: Fase, 2008, p. 77-147.
- CARNEIRO, M. S.; OLIVEIRA, R. S.; TRINDADE, C. B. “Transformações recentes no mercado de trabalho agrícola no estado do Maranhão: uma análise dos censos demográficos de 2000 e 2010”. In: RAMALHO, José R. *et al.* (Org.). *Configurações do desenvolvimento, trabalho e ação coletiva*. São Paulo: Annablume, 2021, p. 417-438.
- COELHO, Tádzio P. “Uma vila esquecida: minério-dependência e os efeitos da mineração de ouro na economia de Godofredo Viana/MA”. *Revista Pós Ciências Sociais*, v.20, n.1, p. 167-192, 2023.
- FAVARETO, Arilson *et al.* (Org.). “Campeões em produção, campeões em desenvolvimento? Uma análise dos indicadores socioeconômicos em territórios da produção de soja no Brasil”. *UK Research and Innovation Global Challenges Research Fund/Trade, Development and the Environment Hub*, 2022. Disponível em: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Favareto-et-al.-2022_Campeoes-em-producao-campeoes-em-desenvolvimento.pdf. Acesso: 05 dez. 2022.
- FERNANDES, Danilo A. *et al.* “Por uma bioeconomia da sociobiodiversidade na Amazônia: lições do passado e perspectivas para o futuro”. *Notas de Política Econômica* n. 23, São Paulo: MADE/USP, 2022. Disponível em: https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2022/08/npe_23_madepdf.pdf. Acesso: 05 dez. 2022.

- FIDH/JUSTIÇA GLOBAL/JUSTIÇA NOS TRILHOS. *Brasil, quanto valem os direitos humanos? Os impactos sobre direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia*. Paris: Federação Internacional de Direitos Humanos, 2011.
- GEREFFI, Gary. “Promessa e desafios do desenvolvimento”. *Tempo Social*, v. 19, n.1, p. 223-248, 2007.
- GEREFFI, Gary. “The emergence of global value chains. Ideas, institutions, and research communities”. In: GEREFFI, G. *Global Value Chains and Development: redefining the contours of 21st Century Capitalism*. Cambridge, UK: University Press, 2018, p. 17-39.
- GOMES, Antonio M. *Por um lugar na fábrica: estratégias, limites e possibilidades de ingresso numa indústria de alumínio*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009.
- GOMES, Lia R. *Análise do processo de trabalho em plantações florestais no oeste maranhense*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2017.
- HENDERSON, Jeffrey *et al.* “Redes de Produção Globais e a análise do desenvolvimento econômico”. *Revista Pós Ciências Sociais*, n.15, p. 143-170, 2011.
- HIRSCHMAN, Albert O. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MANCINI, Roberto M. *Modelos produtivos, mudança institucional e mercado de trabalho na Amazônia maranhense*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2021.
- MANCINI, Roberto M.; CARNEIRO, Marcelo S. “A construção do mercado de trabalho de carvão vegetal na Amazônia oriental: estratégias corporativas e crítica social”. *Estudos de Sociologia*, v. 23, p. 175-196, 2019.
- RAMALHO, José R.; CARNEIRO, Marcelo S. “Trabalho e siderurgia na Amazônia brasileira”. In: RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, Marcelo S. (Org.). *Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos na Amazônia e no Sudeste brasileiro*. São Luís: EDUFMA, 2015, p.15-44.
- SANTOS, Rodrigo S. P. *A forja de Vulcano: siderurgia e desenvolvimento na Amazônia oriental e no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- SANTOS, Itaan P. *et al.* “Agricultura familiar no Maranhão: uma breve análise do Censo Agropecuário”. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 21, p. 55-70, 2020.
- STURGEON, Timothy *et al.* “O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio”. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n.115, p. 26-41, 2013.
- TEIXEIRA, Tadeu G.; CARNEIRO, Marcelo S. “Trabalho e mercado de trabalho no oeste maranhense: uma avaliação a partir da implantação da Suzano Papel e Celulose”. In: *Anais do XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*. Salvador: ABET, 2019. p. 1-21.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Ângela Maria de Sousa Silva é presidenta da Federação dos Trabalhadores, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão (FETAEMA). Oriunda de uma família de agricultores familiares e extrativistas da região do Mearim, iniciou sua militância política bem jovem. Foi coordenadora estadual de Juventude e assumiu a Coordenação Nacional de Juventude da CONTAG; é agricultora familiar e quebradeira de coco, sindicalista e pós-graduada em Liderança.

Berenice Gomes da Silva é doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), mestra em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e graduada em Biblioteconomia. Tem experiência em docência no ensino superior e elaboração e gestão de políticas públicas. Pesquisadora na área de gênero, feminismo e mulheres rurais, políticas públicas, desenvolvimento rural e territorial e metodologias participativas.

Carlos A. Ferreira Martins é professor titular do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) – Campus de São Carlos, do qual foi fundador e primeiro diretor. Foi presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ANPARQ). Coordenou a coleção Fontes da Arquitetura Moderna, da Editora Cosac Naify. Conferencista convidado em universidades brasileiras e estrangeiras, pesquisa e orienta na área de história da arquitetura e do urbanismo, com ênfase em vanguardas europeias e arquitetura no Brasil e na América Latina.

Cynthia Soares Carneiro é graduada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), em Direito pela Faculdade Municipal de Direito de Franca (FDF) e doutora em Direito Internacional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente em dedicação exclusiva junto ao Departamento de Filosofia e Disciplinas Básicas (DFB) e no Programa de Mestrado da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP-USP), onde ministra aulas de Metodologia de Pesquisa e disciplinas eletivas relativas à nacionalidade e direito migratório. Desde 2015, coordena o Grupo de Estudos Migratórios e Apoio ao Trabalhador Imigrante (GEMTI), projeto voltado à regularização e renovação de documentos migratórios e demais questões jurídicas relacionadas aos imigrantes e refugiados residentes no Brasil.

Eduardo Silveira Netto Nunes é professor doutor adjunto de História da América na Universidade Federal do Acre (UFAC). Coordenador do Grupo de Trabalho de História da Infância e Juventude da Associação Nacional de História, Seção São Paulo. Membro da Red de Estudios de Historia de las Infancias en America Latina (REHIAL) e membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi-UFAC).

Everaldo de Oliveira Andrade é professor de História Contemporânea na FFLCH/USP, atual diretor do Centro de Apoio à Pesquisa História Sérgio Buarque de Holanda (CAPH) da FFLCH/USP, membro do Conselho da ANPUH-SP e membro do conselho curador da FPA.

Fernanda Rodrigues Galve é doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutora pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2020). Atualmente é docente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Bacanga. Possui pesquisas com ênfase em História da América Latina e Caribe, ditaduras e Literatura.

Francisco das Chagas Pereira (Padre Chagas) é nascido em São Bernardo-MA, recebeu a Ordem Sacerdotal em 1989. Sempre vinculado às Comunidades Eclesiais de Base (CEB) no Baixo Parnaíba Maranhense. Coordenador Diocesano de Pastoral e Coordenador do Programa de Assessoria Rural da Diocese de Brejo (MA), no qual é educador popular. Atua com uma equipe no acompanhamento de Comunidades Tradicionais e Quilombolas ameaçadas por conflitos fundiários e socioambientais promovidos pela expansão do agronegócio e grandes empresas na região.

Francisco Elias de Araújo é militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assentado de Reforma Agrária, graduado em agro-

nomia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e mestre em agroecossistema pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua no movimento deste 1986, inicialmente no estado do Piauí e a partir de 1991 nos Estados da regional amazônica, principalmente Maranhão, Pará e Tocantins.

Jean Pierre Chauvin pesquisa e leciona Cultura e Literatura Brasileira na Escola de Comunicações e Artes (USP). Atua nos programas de pós-graduação em Letras, na EFLCH (UNIFESP) e Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, na FFLCH-USP. Com Everaldo de Oliveira Andrade, organizou o livro *Lula Liberto*, publicado em 2018.

João Maurício Gomes Neto é professor formador de professoras e professores vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus de Rolim de Moura. Graduado (2007) e mestre (2010) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e doutor (2019) pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP, campus de Franca-SP).

John Kennedy Ferreira é bacharel em Sociologia pela Faculdade Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP), doutor em História Econômica pela FFLCH-USP. Atualmente é professor de Sociologia da DESOC-UFMA.

José Sergio Gabrielli de Azevedo é professor aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP).

Kátia Cilene do Couto é graduada em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutora pela Universidade de Brasília (UnB). Professora de História da América Latina na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), desenvolve pesquisas sobre Identidade, Memória, Migrações, Caribe, Movimentos Sociais e Trabalho. Coordena o grupo de pesquisa Migrações e Identidades Caribenhas e Latino-Americanas.

Lyndon de Araújo Santos é doutor em História, professor titular do Departamento de História da UFMA/UFRRJ-IM e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS-UFMA). Coordenador Nacional do GT-ANPUH - História das Religiões e Religiosidades. Pastor protestante.

Marcelo Sampaio Carneiro é professor titular do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da UFMA. Doutorou-se em Sociologia pelo PPGSA/UFRJ (2000-2004), com pós-doutorado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais – EHESS (2021-2022), é bolsista de produtividade do CNPq.

Márcia Regina Barros da Silva é professora livre docente da área de História das Ciências do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e orientadora no Programa de Pós-Graduação em História Social. Foi presidente da Sociedade Brasileira de História da Ciência. Dedicou-se à história das ciências no Brasil, pesquisando principalmente em história da saúde, saúde pública e educação superior, assim como em história da historiografia das ciências.

Raimunda N. Monteiro é professora titular do Instituto de Ciências da Sociedade Programa Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (GPDR) da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Ronald Rocha estudou Engenharia da então UB e Sociologia no IFICS da UFRJ. Foi presidente do Centro Acadêmico Edson Luís, diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE, afastado pelo Decreto 477), preso político no regime militar e anistiado. cursou pós-graduação em História Social na Universidade de São Paulo (USP), foi pesquisador da FAPESP. Trabalhou como diretor de cooperativa rural, professor universitário, editor de publicações, coordenador pedagógico na escolarização de trabalhadores, consultor de carreira na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e assessor da COVEMG. Foi membro de Conselhos em revistas e publicou livros. É membro do Instituto Sérgio Miranda (ISEM) e do portal Vereda Popular.

Vitor Eduardo Schincariol é doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor associado nível III da Universidade Federal do ABC (Bacharelado em Ciências Econômicas). Foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPG-CHS) da UFABC entre 2017 e 2018 e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial (PPG-EPM) da UFABC entre 2020 e 2022. Realizou estágio pós-doutoral na School of Oriental and African Studies (SOAS, Universidade de Londres) em 2019, na qual foi pesquisador associado até 2022.

Zeneide Pereira Cordeiro é doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Possui mestrado em Políticas Públicas pela UFMA. É graduada em Educação Artística/Artes Visuais pela mesma instituição. Especialista em Gestão e docência do ensino superior – Laboro, é professora da rede pública do estado do Maranhão, arte-educadora, atriz e ativista dos direitos humanos e territoriais.

As comemorações de bicentenários são instantes privilegiados de disputas político-cultural-ideológicas. As celebrações colocam em cena não só os acontecimentos, mas seus processos conflituosos de construção histórica. Visões diversas das independências do Brasil compõem o presente livro.

— Antonio Albino Canelas Rubim

Pesquisador do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

HUCITEC EDITORA
PARA VOCÊ LER E RELER



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
ISBN: 978-65-5626-109-6



HUCITEC EDITORA
ISBN: 978-85-8404-347-7

